

OTÁVIO J. ALVARENGA
(Da Academia Belo-Horizontina de Letras)

TERRA DOS COQUEIROS

(Reminiscências)

2.^a EDIÇÃO



MINAS GERAIS
1978

Das centenas de pronunciamentos sobre o autor de outras obras, apenas há espaço para os seguintes tópicos ligeiros:

*

"... Gostei do seu livro de estréia. Porém, apreciei mais os seus artigos reveladores da sua boa cultura literária, do seu senso estético e criticista em tão verde idade. Tanto que me sobejem alguns minutos, escreverei sobre eles e prefaciarei o seu novo livro. Posso, porém, adiantar que o jovem colega é de valor e, mercê da filosofia amarga e estórica, que, a meu ver, mais lhe aformoseia os escritos, carpe, como eu, os tormentos deste mundo."

HUMBERTO DE CAMPOS — Rio.
28-1-1934.

*

"O nosso amigo, Barão (Barão de Ramiz Galvão), é de uma capacidade criadora invejável, pois, aos 24 anos de idade, já tem o seu ativo literário em tanta maneira exuberante e valiosa. Vive, no entanto, sem alarde, escondido em um remanso agreste da Terra Mineira."

ALBERTO DE OLIVEIRA (palavras ditas na Academia Brasileira de Letras, em 28-2-1935).

*

"Somente hoje, dia de São João, tenho tempo de escrever-lhe agradecendo a visita que me fez com o seu belo livro "Jardim Encantado".

Li-o com o maior prazer e sinceramente o felicito pelas páginas inspiradas que nele encontrei.

Poderá mandar-me os originais do "Jardim das Oliveiras" para o prefácio que me pede.

Com um cordial aperto de mão."

GUSTAVO BARROSO — Rio, 24-6-1937.

*

"Já palmilhei "A ESTRADA DE DAMASCO". E, como Saulo, transmudei-me em Paulo, recebendo a água lustral de tua maravilhosa Arte. Pelo conseguir tamanho

trato, no teu longo jornadaear artístico, impende muito talento a *pari passu* de muita cultura literária. Há em teu magnífico volume, uma cópia de imagens, qual a qual mais formosas, que nos assoberbam o espírito. Anotei-a, todas, e arrecadei-as em meu "dossier" de obras primas."

PLÍNIO MOTA (1939).

*

"... Mesmo escrevendo em prosa (trata-se de "Pequenos Ensaios"), Otávio J. Alvarenga parece que está delineando longos versos, de ritmos harmoniosos e sem a obrigatoriedade das rimas, tal a magia singular que se desprende do estilo desse impressionante escritor mineiro.

Regozijo-me com a visita espiritual de Otávio, cujo livro, das montanhas alcantiladas de Minas às terras ensolaradas do Ceará, veio cantar aos meus ouvidos a balada do Sonho e da Glória."

CARLYLE MARTINS — Aracati, E.
do Ceará.

*

"... Em "A MOCIDADE E AS INCERTEZAS DA HORA PRESENTE" e "JARDIM DAS OLIVEIRAS", que ora deliciam a nossa estesia, percebemos que a pena seguríssima de "PEQUENOS ENSAIOS", de Otávio J. Alvarenga, já se havia impregnado das belezas que fazem o predestinado da imaginação nas cambiantes luminosas desses mesmos sonhos que vivem e que se irradiam nas excelências de uma delicadeza e de uma verve que ressumbram das belezas do Céu."

ARMANDO GONÇALVES — Niterói.

*

"... Como "Arquipélago de Sonhos", "Jardim Encantado" põe-nos em dificuldade para escolher. É mesmo muito cheio de encanto o "Jardim" em que Otávio plantou as flores cheirosas do seu talento.

É poeta, contista, cronista, romancista, filósofo, filólogo e dramaturgo. Para mim, entretanto, creio que Otávio, não obstante poder brilhar em todas as suas facetas espirituais, jamais alcançará o fulgor que já tem como mimoso fantasista, delicado prosador, magnífico poeta."

BRITO MACHADO - (Ouro Preto).

OTÁVIO J. ALVARENGA

TERRA DOS COQUEIROS

(Reminiscências)

2.^a EDIÇÃO

MINAS GERAIS

1978

**LIVROS E OPÚSCULOS
DE
OTÁVIO J. ALVARENGA**

ARQUIPÉLAGO DE SONHOS (Poemas em prosa — 1932)
JARDIM ENCANTADO — (Poemas em prosa — 1934)
ROSAS DO OUTONO (Versos — 1931)
A ESTRADA DE DAMASCO (Croniquetas — 1939)
MARIA GLECE — (História romanceada de uma menina — 1941)
JARDIM DAS OLIVEIRAS (Crônicas — 1943)
PEQUENOS ENSAIOS (Crítica ligeira e ensaios diversos — 1951)
A MOCIDADE E AS INCERTEZAS DA HORA PRESENTE (Conferência — 1939)
TENTATIVA DE BUROCRATIZAÇÃO DOS CARTÓRIOS
ARCA DE NOÉ (Crônicas diversas — 1975)
TERRA DOS COQUEIROS (2.^a edição)

I N É D I T O S

JORDÃO DE SÍMBOLOS (Croniquetas — 1935)
ALCOVA DE MESSALINA (Contos galantes — 1936)
ENSAIOS E ESTUDOS (Crítica — 1.^a e 2.^a séries — 1934)
HUMBERTO DE CAMPOS (Biografia e crítica — 1935)
ODISSÉIA DE UMA FREIRA (Romance — 1932)
LAZARO DO AMOR (Romance — 1932)
AS TRÊS ESMERALDAS MISTERIOSAS (Novela — 1933)
OS MARTIRES DA PRÓPRIA FÉ (Drama em 4 atos e epílogo, representado — 1933)
O NOIVADO DO SEPULCRO (Drama em 4 atos representado — 1933)
DO GETSEMANI AO EDEN (Drama em 4 atos — 1934)
AS FILHAS DE EVA (Conceitos sobre a mulher — 1934)
PINCELADAS (Máximas e reflexões — 1934)
NA SEARA DE ZOÍLO (Polêmica, artigos vários)
PULVERIZANDO A CRÍTICA SADIA DE UM VAIDOSO (Polêmica — 1936)
ÍCARO MUTILADO DO IDEAL (Autobiografia — 1939)
PSICOLOGIA DO ADOLESCENTE (Ensaios pedagógicos — 1939)
ANTÔNIO ALMIRO (Romance policial)
A NOIVA DO INFINITO (Calvário de Santa Linfa — 1942)
BANDEIRANTES DAS LETRAS E DA CRUZ (Panegírico de Dom Aquino Corrêa e D. Hugo Bressane de Araújo)
BRADO DE UM INJUSTIÇADO

PALAVRAS DESNECESSÁRIAS

São deveras úteis monografias como esta que Otávio J. Alvarenga agora publica, acrescentada, uma segunda edição, para a qual nos pede estas desvaliosas palavras introdutórias.

*“Terra dos Coqueiros — Reminiscências” é livro que participa da natureza das memórias, mas não deixa de ser um estudo monográfico sobre aprazível recanto da terra mineira. E emprego recanto, não como lugar oculto ou retirado, mas como os espanhóis empregariam seu belo vocábulo *cuenca*, tão cheio de saborosa significação.*

Pós-se Otávio Alvarenga a descrever os primórdios do local, os primeiros povoadores, os trilhadores de caminhos esconsos que povoaram nosso País, de déu em déu. Depois, navega nas águas dos miniaturistas da história, para bem situar a posição jurídica de Coqueiral que já pertenceu a Lavras e a Boa Esperança, antes de se tornar célula independente. De tudo dá notícia este volume, bem estruturado e redigido com os primores do estilo de um autêntico conhecedor do vernáculo.

Coqueiral é uma terra cheia de tradições e encantos, como se pode ver através de seus quarenta e tantos capítulos em que ressuma o amor pela terra natal, ao lado de uma prosa que prende o leitor pela sedução da narrativa.

Ainda há pouco tempo, por necessidade de documentação, foi-nos dado o prazer de percorrer livro semelhante, podemos dizer até irmão deste, pelo tema e contigüidade dos pagos descritos, que é “Guapé”, de Passos Maia, antigo médico naquela região e ex-se-

nador mineiro. Avaliamos, então, quanto é útil o conteúdo de tais obras no cômputo da história geral de nosso Estado. O livro de Passos Maia, cheio de revelações, emparelha-se com este "Terra dos Coqueiros", na minuciosa análise do local, dos acontecimentos e das pessoas que povoam suas páginas.

Obra escrita com amor, pois nos confessa Otávio Alvarenga que acalentou o sonho por muito tempo, realizando-o após trabalhosas pesquisas. Empregou para bom êxito de sua tarefa todos os meios a seu alcance: consultou arquivos, leu livros de igrejas, ouviu pessoas de avançada idade, confrontou versões de acontecimentos, para, depois, lançar sua opinião. Desde o fundador, Matias da Silva Borges, até a atualidade de município, perlustrou a "Terra dos Coqueiros", ou Espírito Santo dos Sertões e do Sapê, uma caminhada cheia de lances imprevistos e tornou-se terra digna de admiração pelos filhos ilustres que tem oferecido a Minas em vários setores de atividade. Além de ser terra dadivosa, pacífica e empreendedora, conta no seu ativo, principalmente, ser berço de homens notáveis.

O infatigável escritor, que é Otávio Alvarenga, autor de opulenta bagagem literária em prosa e verso, veterano manejador da pena, consagrado por tantos críticos de nomeada, realizou em "Terra dos Coqueiros" uma obra curiosa e útil. De livros iguais a este a literatura mundial anda repleta, e quem já leu, por exemplo, Mirëio, em que Frédéricó Mistral retrata sua Provença e Riofrio de Ávila, de Azorin, por certo, encontra indizível prazer estético em saborear páginas, como estas, ditadas pelo santo amor à terra que serviu de berço, onde primeiro viu a luz o autor.

B. Hte. 12-7-1977.

VIVALDI MOREIRA

ANTELÓQUIO

(Da primeira edição)

O escrever a História de Coqueiral foi o meu sonho alguns anos acalentado.

Para, do simples acalanto à tentativa da realidade, pus-me a rabiscar alfarrábios já carcomidos pela traça inexorável do tempo. Comecei de interpelar pessoas amigas e noticiosas. Convenci-me, porém, ao de logo, da impossibilidade de fazer uma história propriamente dita desta Terra. Desconhece-se aqui um acontecimento marcante, entrosado com a História do Brasil. Nem mesmo de Minas Gerais. Daqui não saiu um estadista, um herói ou outra figura exponencial a projetar-se além das fronteiras coqueirenses. A integrar-se na lucifugente constelação dos valores imperecíveis da nacionalidade.

Nas pacientes pesquisas a que procedi, inclusive no Arquivo Público Mineiro, pouca coisa encontrei, com pertinência ao velho Espírito Santo dos Coqueiros.

Valendo-me da obsequiosa fidalguia de amigos e pesquisadores eméritos de nossa historicidade, recorri às principais fontes de informações das velhas e tradicionais cidades de Minas, inclusive de Taubaté (SP). O resultado, entretanto, foi quase negativo. Das numerosas pessoas a quem me dirigi, poucas puderam enviar-me algo de útil. Delas, além de outras, por seu porte, sejam citados os historiadores e linhagistas de nomeada, como: Mons. José do Patrocínio Lefort, Côn. Raimundo Otávio da Trindade, Salomão de Vasconcelos, Ary Florenzano, Levindo Lambert, Guerino Ca-

(*) A expressiva ilustração desta obra a lhe policromizar a capa, de modo a lhe compensar tantos descoloridos do texto, eu a devo ao insigne artista J. Felizali, odontólogo renomado, delicadíssimo miniaturista, paisagista, esteta, beletrista, em suma. Dele, pois, deve ufanar-se a consciência estética deste solazoso rincão da Terra Mineira.

Este preâmbulo, como ocorreu com o texto do livro, em sua segunda edição, sofreu várias alterações.

sassanta, Amélio Garcia de Miranda, Milton Xavier de Carvalho, João Gomes Teixeira.

A parte maior do que consegui coligir devo-a às informações orais, sobretudo, as prestadas por Jonas Miguel do Monte Claro, também neste livro homenageado.

Face, assim, ao minguar da imprescindível documentação, não pude, na maioria das narrações, ser devidamente preciso e seguro. Deve, pois, haver, precipuamente no tocante às datas, não poucas incorreções, que serão, por certo, escoimadas pelo futuro historiador local.

Com lucidez, frisou o ilustre Salomão de Vasconcelos a dificuldade com que se defronta o pesquisador de nossa História. Principalmente quando “tenta reconstituir u’a bandeira, um arraial primitivo, uma vila ou cidade nas suas origens, devido à escassez de datas e de outros informativos da época”.

Dai as lacunas maiores deste livrinho.

Pretendendo, sem embargo da fantasia, fazer coisa que se aproximasse, tanto quanto possível, da realidade histórica, para ser lida, indistintamente, pelos coqueirenses, procurei ser, rigorosamente, imparcial. A paixão gerada pela rasteira política de aldeia, quase sempre cegadora de consciências e maculadora de caracteres, inexistiu na elaboração deste livrinho.

O meu objetivo primacial foi prestar mais um pequeno serviço à minha Terra adotiva e à sua gente, no desejo de ver ambas projetadas além de suas fronteiras geográficas.

Como já disse, desprovido dos necessários elementos para elaborar, com fatos só e só concretos, a História de Coqueiral, sem artifícios, não pude contrariar o grande Eça de Queiroz. “Sobre a nudez forte da verdade, o manto diáfano da fantasia.”

Fora eu narrar, secamente, os fatos pouco importantes aqui desenrolados, enumerando datas e nomes estranhos de pessoas, nem mesmo a maioria dos coqueirenses, senão os da velha guarda, me leria o livrinho. Assemelhar-se-ia este, em estilo, a uma indigesta e maçante escritura pública.

Sem preocupações estilísticas, com um pouco da tinta policrômica da fantasia, procurei, se não colorir, pelo menos, encobrir um pouco a aspereza do quadro bronco, evitando, contudo, eclipsar a visão da realidade.

Sem pretensão de fazer romance histórico à Alexandre Dumas, à Paulo Setúbal, tentei, todavia, romancear e, até, romantizar os episódios narrados. Mais ainda, arrimado nas “Reminiscências” (subtítulo da obra), delas quase abusei, não se me dando a provável pecha de piegas de 1830.

Pieguices nestes dias metalizados, da aridez e insensibilidade da monumentabilidade do cimento armado, em que o sonho se ridiculariza diante do feijão?

No Cemitério do Père Lachaise, em Paris, chorar sempre sob o velho e pensativo salgueiro, que parece desfolhar ultra-romantismo no túmulo de Musset?

Lacrimemar ainda sobre o jazigo de Chopin, como aqueles que de flores o têm salpicado e de pranto também aljofrado?

No Campo Santo do Bairro de Montmartre, da boêmia mórvida de um Baudelaire, fazer igual visita lamurienta à Dama das Camélias, como fazem ali todas as mulheres românticas da Terra?

Não me importa a pecha ou a companhia de Afonso de Lamartine ou de Henrique Heine.

Continuarei atento ao som merencóreo da lira romântica, que desperta novas aleluias em nossos sonhos, em nossa saudade, como hialina fonte de Castália a balsamizar-nos a prosaica e saarizante peregrinação.

No Conselho do Xequê, orientalizado por Humberto de Campos, é-nos relatada a estória dos dois filhos gêmeos del Rey Rumazan: Os Príncipes Aislan e Khaled. Instados pelo pai para optarem por seus destinos na Terra, ditados pela vocação, e os caminhos da Sabedoria, escolheram veredas diferentes, opostas. Aislan preferiu as rosas, o enlevo dos sonhos, a poesia, “que deleita o coração.” Confidenciar com os astros solitários. Amar a música. Brincar com a Primavera em seu jardim. Khaled contentou-se com “os estudos profundos, que alimentam o espírito.” Com a Ciência da Vida. Com o plantar trigo em sua eira cultivada. Com os frutos sazonados, ao invés das flores redolentes.

Finalmente, Rumazan consultou o Xequê Mansur sobre o que deveria fazer de seus dois filhos e qual seria o favorito. E o Xequê lhe respondeu:

— Que aquele que planta a rosa do Eufrates plante igualmente o trigo da Palestina. Realidade e sonho. Trabalho e imaginação.

Concluindo:

— O trabalho faz bem a todos.

— Mas um pouco de sonho não faz mal a ninguém...

* * *

Agora, coqueirense, sobretudo o já provecto em anos, estou que não sejas indiferente ao livrinho da Terra, à sinfonia verde de cujos coqueiros foi aberçada tua distante infância. E acalentada por uma santa sempre “rezando aos pés de outra Santa”.

Para ti, especialmente, se destinam as “Reminiscências”.

José de Alencar, no prólogo de “IRACEMA”, pressentiu que o seu romance-poema ia encontrar o coestaduano cearense lá no sítio pitoresco da várzea, no “doce lar”. À hora tranqüila e tépida da sesta, com o sol, no zênite, a ignescer os areais natais. A esposa solícita, para refrigerar o esposo recém-chegado do sítio, a preparar-lhe o saboroso creme do buriti ou a castanha do coco verde. Refrigerado o bem-vindo sertanejo, embalando-se na macia e ondulante rede, sob a sombra fresca de uma oiticica ou do pomar, a folhear o grande livro pequeno, recém-chegado da Corte. Contudo, a trescalar um cheiro bom de fruta do mato, um aroma de flor silvestre, uma doçura do mel de jataí. Ao embalo do vento, “que crepita na areia” e brinca com as palmas dos coqueiros. A sacudir as penas da jandaia, que cantava “nas frondes da carnaúba”.

* * *

Coqueirense já encanecido e encarquilhado, estou também que perlustrarás este livrinho no doce remanso do teu lar. Não somente à hora da sesta e da calmaria, ao garritar das cigarras nas restingas e capoeiras. Evoca, acima de tudo, o teu Coqueiral, enquanto, à mística unção do crepúsculo, Nossa Senhora da Recordação faz o suave milagre de violetalizar, açucenando, o Horto da tua Saudade!...

Coqueiral — Verão de 1955 — O. J. A.

MAIS ALGUMAS PALAVRAS

(Para a segunda edição)

Esta segunda edição não sai ainda escoimada das lacunas originais (*). Ampliar a primeira, refundi-la, retificá-la, tanto quanto possível, e, sobretudo, atualizá-la, foi o nosso escopo precípua. Este, entretanto, quanto às baldas e à retificação, não foi, *in totum*, atingido. Continua a obra ainda referta de eivas e maravalhas, que, ao decerto, terão a ceifa do futuro historiador local.

A fantasia e o toucado eu os conservei. As reminiscências passaram mais e mais a me avassalar a alma, à medida que também mais perto de mim se aproxima o crepúsculo da Vida. Com elas, as lamúrias e pieguices em crescendo, embora saiba eu da total inexistência de silêncio para Bilac “ouvir e entender estrelas”.

Com efeito, precipuamente, a mocidade contemporânea, em sua maioria, não se desveste da máscara do seu diuturno carnaval. E ainda zomba de quem vive e sente a quaresma das recordações.

(*) No tocante à ortografia, aqui repito o que disse no preâmbulo de “Arca de Noé”: “Data venia”, temos a última Reforma Ortográfica, de que trata a Lei n.º 5.765, de 12-12-1971, como falha, restritiva, desnecessária e, até, prejudicial.

A abolição, por exemplo, do acento diferencial nas sílabas tônicas das palavras homógrafas (com a única exceção de *pode* e *póde*) e das subtônicas dos vocábulos derivados, terminados em “*mente*” e dos sufixos iniciados por “*z*”, não merece loas. Tal abolição, ao invés de simplificar e facilitar, complica e dificulta, porque, assim, as palavras homógrafas só serão reconhecidas e distinguidas pelo sentido da frase.

Sabe-se que das duas funções precípua dos acentos são: assinalar o lugar da sílaba tônica e “estabelecer a diferença entre homônimos”. Entretanto, a nova Lei em tela, que visa a simplificar o uso desses sinais, não atingiu o objetivo colimado, conquanto nascida do doutíssimo parecer conjunto das Academias Brasileira de Letras e de Ciências de Lisboa.

Além de tudo, o velho hábito de se acentuarem as palavras, cuja acentuação foi abolida, não será muito fácil de acompanhar a abolição dos acentos, em que a função diacrítica ficou eliminada, de vez. O uso do cachimbo faz a boca torta.

E, com a algazarra de picadeiro, vaia as grandes mensagens do espírito, o único que pode desafiar a marcha dos milênios.

O eminentíssimo pensador católico Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior a nós assim se dirigiu:

“Gostei muito do seu livro “Arca de Noé”. É um repositório magnífico de grandes nomes e de vidas invulgares. Belas lições para os jovens deste século eletrônico e cibernético que estamos vivendo. São personagens e vidas que não devem cair no esquecimento — a mais terrível força de ostracismo do mundo. Os monumentos envelhecem nas praças públicas — e já esquecem a sua mensagem de bronze ou de mármore. A palavra escrita ainda alcança os caminhos do coração. Meus parabéns.”

Diante de uma mensagem como esta, não simplesmente de bronze ou mármore, mas de diamante, não nos desalentam as chufas dos moços transviados. Nem nos afastam de novos encontros com a “presença dos ausentes”, quando o carrilhão do coração, na Ave-Maria da Vida, plange a sua litania.

Em que pese a aterradora trepidação deste século apocalíptico, prosaico e alucinado, ainda continuaremos a ouvir as mágicas melodias desferidas por aquele cisne do sonho de Sócrates, enlevadoras dos deuses e dos homens.

Ainda encontrando alguns Platãos, da excelsitude de Dom Moraes, poderemos dizer como o grande filósofo, filho do escultor Sofronisco:

— Eis os cisnes que vimos em sonho...

O. J. A.

Lavras (MG), Verão de 1976

* * *

I

FUNDAÇÃO

CORRIA o último quartel do século XVIII. Morto já era Fernão Dias Paes Leme (1), cujo nome rolara “no largo choro triste das águas do Guaicui”. Morrera, febril, apertando, nas mãos e no coração, as esmeraldas do seu grande sonho, na ilusão de tê-las encontrado. Entretanto, não passavam elas de simples águas-marinhas! Se lhe faltou, na hora agônica, em plena solidude, o bálsamo de uma extrema-unção, consolou-o, contudo, a ilusão da conquista e da plenificação do seu visionado tesouro. Este, todavia, na realidade, como o sonhador, se sepultara no Sumidouro, sem ainda, ao menos o autiluzir do ouro que, depois, aflorou, faiscante e sedutor, no legendário Rio das Velhas.

Da lendária “Serra Resplandecente” não acenavam mais as faiscas esmeraldinas a noivar com as safiras do céu. A primaverizar, de verde, o sonho e a esperança dos impávidos bandeirantes.

“E do céu, todo verde, as esmeraldas não choviam mais, nem em esmeraldas fluía a água do rio.” (2) Mas a sede do ouro e do diamante, a ambição pela posse de terras devolutas e de sesmarias atraía novos garimpeiros para as sertanias bravias das Gerais.

Já em decadência o ciclo da cana-de-açúcar, resplandecia ainda o do ouro.

Além de outros heróis das selvas, numa aventura semelhante à dos navegantes de Sagres, já lhes tinham penetrado grande parte dos mistérios verdes, esses argonautas do século XVII. De tantos, citem-se um Manuel Preto, um Nicolau Barreto, um Bartolomeu

(1) Para Afonso A. de Taunay, o famoso bandeirante nunca usou o nome LEME. Quanto a nós, porém, temos ainda dúvida e continuamos a usá-lo. Não sabemos se a genealogia de Fernão alcançava, ou não, a de Pedro LEME, pai de Leonor LEME, vinda de Funchal (Portugal). Casou-se ela com Braz Esteves, em São Paulo. Desse casamento, segundo Frei Gaspar da Madre de Deus, descendiram os LEMES da Casa de Santana.

(2) Olavo Bilac — “O CAÇADOR DE ESMERALDAS”.

Bueno, um Francisco Pedroso Xavier, um Pascoal Moreira Cabral, um Jorge Velho, um Antônio Dias, um Pe. João Faria, um Borba Gato, um Correia Arzão, um Raposo Tavares, este o que mais penetrou nos sertões do sem fim do Brasil grande.

Seguindo, assim, a vocação caminheira e temerária de seus ancestrais, por volta de 1767 (3), dos campos de Taubaté (SP), precisamente de onde partira o primeiro descobridor ocasional do precioso metal nas proximidades de Vila Rica, saiu, bem escudado, Matias da Silva Borges. Um forte descendente de bandeirantes piratinicanos, em cujas veias corria o sangue fervente do “violador de sertões, do plantador de cidades”.

Já não era mais o sortilego acenar das utópicas esmeraldas do sogro de Borba Gato o que impelira para estas plagas os desbravadores e garimpeiros, porém o solíneo refulgir do não menos fascinante Eldorado, rei do ouro e de outras pedras preciosas.

Acenava-lhes, com efeito, o faiscar das grupiarias auríferas “*pari-passu*” com o ambicioso desejo de posse de terras sem dono. No altaneiro Itacolomi a lhes pousar, num vôo aquilino, os áureos sonhos. O famoso serro do Saburuçu não ficaria à margem da ambiciosa meta. Vupabuçu, qual aquele lago encantado, em cujo remanso, em noites de plenilúnio, as mulheres guerreiras, hóspedes do Eldorado, arrecadavam a pedra verde de Muiraquitã, para oferta e troféu ao vencedor e herói...

Não poderiam fugir ao determinismo histórico dos povos. Da ousada vitória do homem sobre a Natureza. Da vocação ego-cêntrica e errante desse homem. Cada qual, como um Aasvero, em ambiciosa porfia, a perseguir o seu gazofilácio e as esmeraldas, mesmo falsas. E fitando Manoa, a cidade da sua esperança e do seu devaneio...

Da Terra de Jaques Felix, sob a chefia do fundador, partiu a caravana, sob o signo da Esperança, entrelaçada com as Bandeiras drapejantes. Indiferente aos perigos da caminhada incerta. Incen-

(3) Nelson de Sena, em seu “Anuário Histórico e Geográfico de Minas Gerais” (pág. 312), dá a fundação local em 1782, o que, entretanto, não condiz com outros documentos. Já, em 21-1-1773, segundo a competente certidão, na velha Ermida, oficiou um Capelão, batizando o “inocente” JOÃO, filho de Inácio Ribeiro Furquim e de Vitória Moreira, além de outros atos.

Já o historiador Salomão de Vasconcelos entende que a fundação se verificou anteriormente a 1767, por saber que, em geral, as Ermidas só aparecem depois de alguma fazenda ou colmado com a existência de, pelo menos, um decênio, considerando mais que o ciclo do ouro andou entre 1700 a 1740.

tivada pela epopéia de seus ancestrais. Era como que o grito do atavismo. Mais, ainda, o grito telúrico.

Sob o tremular dessas Bandeiras, com a esperança irmanada, passou a expedição por Pindamonhangaba, Guaratinguetá. Através do Vale do Paraíba do Sul, chegou à Mantiqueira, transpondo-a, em íngreme e escabrosa caminhada, pela garganta do Embaú (4). Vadeando outros rios, grimpando nas serras, transpondo florestas, enfrentando feras, índios, alimentando-se de frutas silvestres e de mel de abelha, de pesca e de caça, aqui chegou no ano do nascimento de D. João VI, ainda por via das, hoje, Cidades de São Gonçalo do Sapucaí, Campanha, Três Corações, Carmo da Cachoeira e margem do Rio Grande.

Sobre o roteiro dos fundadores de Campos de Santana das Lavras do Funil, escrevemos em outro livro:

— Se vieram esses ousados sertanistas pelo roteiro incerto da Bandeira esmeraldina do visionário e malogrado Fernão Dias Paes Leme, que, à margem do Guaicuí, recebeu a extrema-unção da morte, no delírio verde das pedras falsas, encontradas no reino dos índios patachos (da raça tapuia), não se sabe ao certo. Mas outro Eldorado, com o mesmo sortilégio, os impelira para o epíscopo da jornada desbravadora e temerária.

Então, já era o ouro a abundar nas Gerais. Nos ínvios sertões de Cataguás, que não resistiram ao combate homérico de um Lourenço Castanho Taques e de seus estrênuos companheiros. (5)

Aqui, não muito longe da vetusta Ibituruna, onde estivera o sonhador, ainda, na esperança de cantar o *magnificat* da vitória, exceção, não havia no deparar o ambicionado metal, o imperador do mundo.

(4) Antes de feita e fechada a famosa tranqueira do guarda-mor João Veríssimo de Carvalho.

(5) No dealbar do ciclo do ouro, vários roteiros eram palmilhados pelos homens das Entradas e Bandeiras, da Vila de S. Paulo até às Minas Gerais dos Cataguás, no batismo do então Governador Paulista Artur Sá. Por um deles, no curso aproximado de dois meses, a caminhada assim se fazia: partindo os caminheiros da referida Vila de S. Paulo, passando por N. S.ª da Penha, Taquaquissetuba, Mogy, Laranjeiras, Jacarei, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, atravessava a Mantiqueira pela garganta do Embaú. Passando, depois, pela estalagem do Rio Verde, Ubay, Ingay, atingiam o Rio Grande, do qual iam ao Rio das Mortes e, a seguir, à Serra de Itatiaia. Dali, em bifurcando, iam a N. S.ª do Carmo, Vila Rica e Rio das Velhas.

Também se veio realmente, a caravana sob a chefia de Matias da Silva Borges, pela trajetória a que aludimos, não sabemos com certeza incontestável. O que é certo é que, em chegando o chefe e seus companheiros a estas plagas, no lugar exato, onde, hoje, aos céus se ergue, em bênção altaneira, a cruz encimando a atual Igreja Matriz, em plena floresta multissecular, fizeram o seu acampamento. Por igual, a sua oração primeira ao SENHOR DOS MUNDOS, sob a invocação tutelar do Divino Espírito Santo, no majestático templo verde da Natureza, como que o batismo da terra virgem.

Também, foi com uma prece à sombra da Cruz abençoadora do alvorecer do Brasil, que os homens das caravelas descobridoras renderam ao ALTO as suas graças. E, com Frei Henrique de Coimbra, elevaram seus corações.

No dia seguinte, nado o sol, os nossos sertanistas, sob a verde abóbada florestal, pediram, de novo, proteção para o burgo nascente.

Deixando, ainda, aceso o lume, a expedição, com seus apetrechos e indumentária própria dos emboabas, tomou o rumo do “Morro do Chapéu”, um pico que hoje se denomina “Quebra Cangas”. E lá chegou na esperança de ouro encontrar.

Os alviões a produzirem cicatrizes na terra virgem. O almocreve a resvalar nas grupiarias. As bateias à tona do riacho na lavagem das areias, enquanto os golpes dos machados faziam coro com os baques dos gigantescos troncos da floresta imensa.

Era o ouro, o fascinante “Abre-te, Sésamo”, a doirar a ambição dos arrojadados lidadores das sertanias sem fim. Mas não passava do enganador auriluzir!

Ato seguido, tomando a direção sul, através de escabrosas picadas e veredas, a expedição atingiu um curso d'água a que deu, o nome de “Ribeirão Grande”, por cuja margem direita desceu, à medida que às águas ia lançando suas bateias. Todavia, ao invés do ouro suspirado, apenas cascalho. Daí, talvez, o motivo por que passou a chamar-se, até hoje, “Ribeirão do Cascalho”. Nenhum indício geológico do cobiçado metal foi encontrado.

Desalentada, chegou a caravana à barra do, hoje, “Ribeirão dos Pinheiros”. Constatando que, este tomava a mesma direção do ponto inicial do garimpo malogrado, alcançou a margem direita de outro córrego (mais tarde, “Córrego da Olaria”), chegando a um lacrimal (hoje, “Olaria de Geraldo Vilela”). Passou, ainda,

por outro curso d'água (chamado, depois, "Córrego do Bom Jardim" e, finalmente, "Córrego do João Borges"), pelo qual subiu até a nascente de u'a mina. Dali, águas vertentes, retornou ao local do pouso histórico. Mal se apagara o fogo ateado, mais para afugentar os perigosos habitantes da floresta, do que mesmo para cozer a refeição, que era preferencialmente, frugal.

Assim, como que assenhoreado de apreciável latifúndio e tendo o local como propício à formação de um congregado humano, resolveu Matias da Silva Borges, ali ficar. E, deste modo, com a aclamação de seus companheiros, fundou o velho Espírito Santo dos Sertões e do Sapê.

Não haviam esses homens encontrado as suspiradas gemas auríferas. E, menos ainda, as esmeraldas do visionário gazofilácio do sonho verde do pai de Garcia Rodrigues Paes.

Mas, como os seus intimoratos antecessores, que plantaram, "em cada cruz ou Ermida que levantaram", "a semente de tantas cidades do Brasil", aqui deixaram o embrião da, hoje, cidade-menina-e-moça de Coqueiral.

Foram, pois, ao embalo e ao fascínio dos seus sonhos áureo-verdes, os pioneiros, os desbravadores. Do seu impulso telúrico, da sua ambição, o bandeirismo. Deste nascia sempre mais um sinal no mapa geográfico da Terra, que amanheceu sob o signo abençoante e luminoso da Cruz!

II

PRIMEIROS POVOADORES

Logo após a fundação do burgo, ainda de Taubaté, o fundador Matias da Silva Borges, providenciou a vinda de sua esposa Mariana Joaquina do Sacramento. De parentes e de outros companheiros seus. Com estes, poucos sóis passados após a primeira oração rezada na catedral verde da floresta imensa, fez construir tosca Ermida de taipas, cobertas de folhas de palmitos. Mais humilde ainda do que aquela erigida em sua terra São Francisco das Chagas de Taubaté, por volta de 1639, sob os auspícios do Capitão-mor Jaques Félix. Também o imorredoiro Colégio dos Jesuítas, em Piratininga,

de pau a pique, barreado em entrançamento de varas atadas por cipós, com o seu agiológio, comportava o mesmo culto feito sob o signo da Fé, tão incomensurável, quanto a incomensurabilidade do próprio Infinito.

Feita a sua profissão de ardorosa crença em um Deus, que não era um simples Pagé, Matias Borges, e seus companheiros iniciaram suas atividades agrícolas, tratando, preferencialmente, da lavoura da cana-de-açúcar. Estabeleceram-se na fazenda que, hoje, se denomina “Fazenda dos Pinheiros”, onde a nossa infância corria a perseguir as saborosas dos muros de pedras ou os pêssegos do quintal de D. Candinha. Ali montaram um engenho rotineiro, com o seu bugiar a entreter os bois pacíficos que lhe acionavam as moendas de madeira de lei.

Ressentindo-se, ainda, da carência de braços para o agrar da terra e, sobretudo, de gente para povoar a aldeiola recém-nascente, Matias, providenciou a vinda de novos companheiros. Estes, por sua vez, além de familiares, atraíram outros.

Pouco depois, de São João del-Rei, o Cap. João Manuel de Siqueira Lima, com seus amigos e parentes, aqui aportou, aposando-se das terras situadas nos lugares, hoje, conhecidos por “Coqueiros”, “Córrego da Colher” e “Marimbondão.”

Animados com as perspectivas da aldeiola nascente, de Sorocaba (SP), Aiuruoca, Conceição da Barra, ainda de São João del-Rei e de outras antigas localidades mineiras vieram diversas famílias, algumas das quais descendentes do utópico “Governador das Esmeraldas”.

Dos lados de Conceição do Serro, vieram uns tropeiros e peões chefiados por um tal João Sacramento. Tratando-se, porém, de pessoas anarquistas, tiveram pronto passaporte para o retorno a seus pagos nativos, onde talvez pudessem mostrar a sua “ciência”, com certa tolerância de seus conterrâneos da velha Terra, dos desbravadores Gabriel Ponce de Leon, Gaspar Soares e outros.

Com o Cap. João Manuel, quando de sua segunda volta de São João del-Rei, vieram, dentre outros: Abílio Lélis Pereira, Antônio Furtado de Mendonça (pai e filho) e

Jerônimo da Mata, que já fazia soluçar as cordas de um violino (ou “rabeça”), presumidamente, ascendente do maestro João da Mata.

Eis, além dos fundadores, os primeiros povoadores do sertânico rincão tantas vezes despertado pela inúbia marcial dos bárbaros filhos das florestas. Também, como diria Plínio Salgado, pela sinfonia dos pássaros a cantar os epitalâmios cósmicos.

III

GENEALOGIA LOCAL

Parece-nos chegada a hora de reportar-nos, em síntese, a outros ascendentes das atuais e mais numerosas famílias coqueirenses. Em grande parte, vão elas aparecer neste bosquejo da história local.

A seguir, pois, um rápido gizár:

O casal Matias da Silva Borges-Mariana Joaquina do Sacramento, ao que parece, apenas tinha dois filhos: João e José Matias Borges. Por morte dos pais, venderam suas heranças, mais tarde, por volta de 1835, revendidas ao Alferes Venâncio e a Francisco Inácio de Sousa. Reservaram sua casa residencial no local em que José Vicente dos Santos, construiu o antigo sobrado, posteriormente, pertencente a Francisco de Paula Batista. Em tal local, hoje, se situa um imóvel pertencente aos sucessores de Flemming Lasser.

Não se conhecem descendentes dos filhos do fundador. Sabe-se apenas, pelo relato de Pai João, que, mortos, aqui foram enterrados no velho cemitério aldeão, sobre cujas sepulturas, presumidamente, mãos piedosas e agradecidas algumas saudades depositaram.

Do Cap. João Manuel de Siqueira Lima, casado com Rita de Jesus, e natural de Santa Catarina da Costa Branca (Fayal, uma das três Ilhas do Arquipélago dos Açores), tudo indica que descende o seu homônimo. Este, casado com Joaquina Guilhermina. Desse casal, descendem as famílias FERREIRAS, das margens do Rio Grande: Félix, Pereira e Siqueira. Filho do Cap. João Manuel de Siqueira Lima, (segundo ou Júnior) era Antônio Ferreira de Siqueira, de quem descende, além de outros, Joaquina Guilhermina das Dóres, casada que foi com Francisco Miguel da Silva, na constância de cujo matrimônio, além de outros, nasceu Jonas Miguel do Monte Claro, mencionado no preâmbulo deste livrinho.

* * *

FAMÍLIAS FIGUEIREDO, VILELA, ANDRADE REIS, JUNGUEIRA — Arrimando as nossas pesquisas em linhagistas conspícuos, como Ary Florenzano, Mons. José do Patrocínio Lefort, José Guimarães, Amélio Garcia de Miranda, ratificamos a nossa assertiva

anterior de que essas famílias e muitas outras existentes nesta região e alhures têm a sua ascendência mais remota, conhecida, em MANUEL GONÇALVES CORRÊA (o Burgão) e em MARIA NUNES. Eram estes naturais da Freguesia de Nossa Senhora das Angústias, Vila de Horta, Ilha do Fayal, Arquipélago dos Açores, Bispado de Angra. Deixaram três filhos que, para o Brasil, por volta de 1723, imigraram. Eram as três célebres ILHOAS, sobre cujos nomes verdadeiros, apesar da celebridade delas, há divergência. Conheçemo-las assim:

1.^a ANTÔNIA DA GRAÇA, nascida na citada Freguesia de seus genitores.

Casada que foi com Manuel Gonçalves da Fonseca, passou a residir no então arraial do Rio das Mortes Pequeno. Deixou esse casal, grande descendência.

2.^a HELENA MARIA, casada que foi com João de Resende Costa, a 30-10-1726, em Prados (MG), onde faleceu a 29-1-1772. Dentre outros filhos, cite-se o Inconfidente José de Resende Costa.

3.^a JÚLIA MARIA DA CARIDADE, nascida a 8-2-1707. Casada que foi com Diogo Garcia, nascido na mesma Freguesia de N. S.^a das Angústias, em 13-3-1690. Era ele filho de Mateus Luiz e Ana Garcia. Faleceu Júlia Maria da Caridade, onde residia com seu esposo, ou seja, no citado Arraial de Santo Antônio do Rio das Mortes Pequeno, em data ignorada.

Deste casal descendem, além de outros, se incontestáveis as fontes em que nos louvamos:

Cap. Mateus Luís Garcia, um dos fundadores de Nepomuceno, ao lado de José Simões de Aguiar, Francisco da Silva Teixeira, Alfere Flávio Antônio de Moraes e outros.

Do Cap. Mateus Luís Garcia era filho o Cap. Diogo Garcia da Cruz, casado que foi com Inocência Constança de Figueiredo. Esta era filha do Capitão-mor José Alves de Figueiredo e de Maria Vilela do Espírito Santo.

Diretamente, aos FIGUEIREDOS, de Coqueiral, poderemos chegar, partindo de duas irmãs (naturais da Freguesia de São João das Moitas, Bispado de Vizeu, Portugal) e seus respectivos maridos:

1.^a — MICAELA DE FIGUEIREDO.

2.^a — MARIA DE FIGUEIREDO.

Do casal Manuel Gomes e Micaela procedem, realmente:

a) José Alves de Figueiredo, casado que foi com Maria Vilela do Espírito Santo (6).

b) João Alves de Figueiredo, já no Brasil, casou-se em Serranos, com Tereza Vilela do Espírito Santo, irmã de Maria, sendo, portanto, dois irmãos casados com duas irmãs.

De MARIA DE FIGUEIREDO, casada que foi com Tomé João, eram filhos:

a) Pe. Manuel Caetano de Figueiredo, falecido na Campanha da Princesa.

b) José Caetano de Figueiredo, morador que foi em Carancas. Casado com Ana Jacinta Garcia de Figueiredo (apelidada "Tia Senhora") e filha de Diogo Garcia da Cruz e de Inocência de Figueiredo.

c) Antônio Luís de Figueiredo, residente que foi no Rio de Janeiro.

Os dois filhos de Manuel Gomes e de Micaela Figueiredo (José e João Alves de Figueiredo) residiram em Serranos de Aiuruoca, onde o primeiro (José) recebeu a patente de Capitão-mor e de onde se trasladou para esta região (7), tornando-se, mais tarde, proprietário da Fazenda de São Pedro. Deixou dez filhos, dos quais podemos citar:

(6) O Capitão-mor José Alves de Figueiredo consorciou-se, pois, com u'a neta de Júlia Maria da Caridade. Quanto à data de sua fixação na região e à fundação de Dores do Pântano, há divergência. Pesquisadores há que entendem que tal fixação se deu depois da provisão do Bispado de Mariana (em 29-3-1774) e edificação da Capela, em torno da qual se formou o povoado. Prova, entretanto, o eminente pesquisador Waldemar de Almeida Barbosa, que, bem antes de 21-7-1778, quando ao Capitão foi concedida sesmaria na região, requerida, como o fizeram Antônio José Ferreira, João da Mota Coelho e outros.

Quer parecer-nos que o notável cientista Newton Freire Maia, inclui, entre os participantes da fundação de sua Terra fidalga, Manuel Gonçalves da Fonseca, João de Sousa Bueno, em 1793. Não deparamos ainda esses dois nomes. Também, a data de 1793 não encontrou arrimo nos fatos e nem na provisão canônica da Capela.

(7) O renomado linhagista Ary Florenzano fala-nos, também, em um João Rodrigues de Figueiredo, casado com Venância e filho de José Rodrigues de Figueiredo e de Francisca de Paula, todos da antiga Tamanduá, hoje, Itapicirica. Será apenas homônimo do filho de Manuel Gomes e Micaela?

Inocência Constança de Figueiredo, casada que foi com o Cap. Diogo Garcia da Cruz.

Felícia Cândida de Figueiredo, com João Rodrigues de Figueiredo (2.º)

Deste último casal — João Rodrigues de Figueiredo — Felícia Cândida de Figueiredo — são filhos, dentre outros:

a) Maria Tereza de Figueiredo, casada que foi com Francisco Figueiredo (8).

b) Antônio Rodrigues de Figueiredo.

c) Joaquim Pedro de Figueiredo.

d) Urbana Figueiredo, casada que foi com Joaquim Esteves de Figueiredo.

e) Mariana Figueiredo.

f) José Eufrozino de Figueiredo, casado, em primeiras núpcias, com Maria Cândida de Figueiredo.

Do casal Cap. Joaquim Pedro de Figueiredo, casado que foi com Urbana Figueiredo, descendem:

Antônio Batista de Figueiredo.

João Cândido de Figueiredo.

Joaquim Esteves de Figueiredo.

Mariana Figueiredo.

De Antônio Batista de Figueiredo, casado que foi com Cândida Carolina dos Reis, descendem o seu homônimo, Antônio Batista de Figueiredo, José Batista de Figueiredo, Urbano Batista de Figueiredo, Alvaro Batista de Figueiredo, Maria Batista de Figueiredo e Evaristo Batista de Figueiredo.

Descende de Antônio Rodrigues de Figueiredo, casado que foi com Maria Vitória de Figueiredo, além de outros, Maria Benevenuta de Figueiredo.

(8) Foram sepultados aqui o Cap. Francisco Figueiredo, sua mulher Maria Tereza e sua filha Mariana Cândida de Figueiredo.

Na 1.^a edição deste livrinho, demos o ponto de partida mais remoto dos FIGUEIREDOS de Coqueiral em José Ferreira de Figueiredo, tido, então, como pai de João F. de Figueiredo. Outra fonte, porém, dá o último como filho de José C. Figueiredo, casado com Jacinta Garcia de Figueiredo. Esta fonte achamo-la a mais sólida.

Esta última, foi casada com o Cap. Aureliano Ferreira da Silva Chaves.

Deste casal descendem:

a) Cap. Aurélio da Silva Chaves, casado que foi com Maria Batista de Figueiredo.

b) Francisco Chaves.

c) João Olímpio de Figueiredo Chaves.

d) Joaquim Chaves de Figueiredo.

Maria Chaves de Figueiredo, casada que foi com João Ubal-
dino.

e) Aureliano Chaves de Figueiredo, casado que foi com
Luzia Chaves.

. Nascido em 1881, em Boa Esperança, falecido na Fa-
zenda do “Esmeril”, a 1.º de agosto de 1918.

Deixou o casal os seguintes filhos:

João Chaves de Figueiredo, casado com D. Jandira Miranda
de Figueiredo.

Aureliano Chaves de Figueiredo (Júnior)

Mariana Chaves de Figueiredo.

Maria Chaves de Figueiredo, casada com Braulino Ramos.

Ana Chaves de Figueiredo, casada com Waldomiro Pedro.

Mariana Chaves de Figueiredo, casada que foi com Clotário
Corrêa de Figueiredo, dentre, cujos filhos citamos o ilustre Dr.
Aureliano Chaves Corrêa de Figueiredo.

Luzia Chaves de Mendonça, casada com o Prof. José Vieira
de Mendonça.

Deste último casal descende, além de outras figuras eminentes,
o atual Governador do Estado de Minas Gerais — Dr. Antônio
Aureliano Chaves de Mendonça, candidato a Vice-Presidência da
República.

* * *

De João Cândido de Figueiredo, casado que foi em primeiras
nupcias com Mariana Altino de Figueiredo, descende, entre outros,

Antônio Alves de Figueiredo, casado que foi com D. Josefina Vilela de Figueiredo. São filhos desse casal, além de outros, dois médicos ilustres — Drs. Antônio Cândido de Figueiredo e José Figueiredo. O odontólogo Jair Figueiredo e o pecuarista João Figueiredo, ex-Prefeito de Coqueiral.

* * *

FAMILIAS VILELA E JUNQUEIRA — Têm aqui essas famílias as raízes mais remotas e conhecidas em Custódio Vilela e Felícia Siqueira, quanto ao ramo paterno. Pertinentemente ao materno, em Manuel Gonçalves Corrêa (o Burgão) e Maria Nunes.

Do casal Custódio Vilela e Felícia Siqueira, além de outros, eram filhos:

a) Domingos Vilela, que foi casado com Maria do Espírito Santo.

Era natural de Santa Maria dos Palmares, do Arcebispado de Braga (Portugal).

Ela, filha do Cap. Diogo Garcia e Júlia Maria da Caridade.

b) André Vilela de Siqueira, casado que foi com Maria Fialho da Silva, ambos, moradores em Guaratinguetá (SP). (9)

c) Pe. Custódio Vilela Palmeira.

Do casal Domingos Vilela e Maria do Espírito Santo, dentre outros, era filho José Joaquim Vilela, o terceiro e batizado em Serranos a 11-6-1759, onde se casou em 1778, com Maria Mendes de Brito (10).

(9) O citado pesquisador Basileu Toledo França, em "Pioneiros", dá Maria Tereza de Jesus, casada com Bento Rebelo de Carvalho, como uma das ILHOAS, quando, pela maioria dos estudiosos do assunto, é filha de uma delas: Antônia da Graça, casada com Manuel Gonçalves da Fonseca. Afirma, ainda, que a família VILELA tem nela a sua ascendência, quando, salvo melhor juízo, tal ascendência, como se vê acima, só pelo lado materno, tem origem em uma das filhas de Manuel Gonçalves da Fonseca.

(10) Segundo Olímpio Meireles, o famigerado Januário Leal Garcia Duarte ("TIRA SETE ORELHAS") provém da ILHOA, Júlia Maria da Caridade (a que dá o nome de Maria das Graças). O Sr. A. Florenzano, porém, afirma que o temível Januário era filho de Antônio Joaquim Duarte e de Tereza Maria de Jesus, nada tendo com os ascendentes apontados pelo Sr. Meireles. Já o Sr. Benefredo de Souza, em seu opúsculo "ESTÓRIA"... OU "HISTÓRIA DO SETE ORELHAS", cita, como pai do vingador da morte do irmão, Antônio Garcia Duarte.

Esse casal, proprietário que foi da Fazenda do “Leitão”, deixou aqui os seguintes filhos:

1.º — JOAQUIM FRANCISCO VILELA, casado que foi com Ana Esméria Alves e, depois de viúvo, com sua prima Genoveva Maximiana Vilela. Foi, segundo o historiador Basileu Toledo França, “um dos desbravadores do Sudoeste de Goiás”.

Faleceu em 1868. Deixou dos dois matrimônios vários filhos, dentre os quais:

a) Maria Francelina Vilela, casada com José Vilela Junqueira.

b) Joaquim Fabiano Vilela, nascido em 1825 e casado com Graciana Antônia da Silveira.

c) Mariana Esméria Vilela, casada, em Boa Esperança, a 25-5-1844, com Francisco Felizardo dos Reis.

d) Esméria Vilela, casada com José Leite Vilela, que era filho de um tio dela.

e) Alferes Antônio Joaquim Vilela.

f) Ana Esméria Vilela, nascida em 1829, casada com José Salustiano dos Reis, que aqui, em 12-11-1854, levou à pia batismal o filho Joaquim.

g) Júlia Maria Vilela, casada com Antônio Joaquim Vilela.

h) José Francisco Vilela (primeiro desse nome), casado com sua prima Francisca Bernardina Vilela (11).

(11) A esses filhos legítimos de Francisco Joaquim Vilela o citado Basileu, em seu apreciado “Pioneiros”, acrescenta José Manuel Vilela, aqui nascido em 18-4-1815, filho (bastardo) do referido Francisco Joaquim Vilela e de Floriana Borges da Silva, mulata e jovem insinuante, de quem se enamorou Chico Vilela, “levando-a para os capões de mato, lugares escuros de engenhos, em longos encontros amorosos”, até que, após a fúria e as ameaças dos Borges, nascesse José Manuel Vilela.

Ainda o mesmo historiador goiano, louvando-se em “DATAS MATO-GROSSENSES”, de Estevão de Mendonça, refere-se a um José Francisco Vilela, que, segundo entendemos, é o mesmo que, com um dos integrantes da expedição partida, em 2-7-1897, do “Porto de Itiquira”, à margem direita do rio do mesmo nome, em Goiás, foi explorar o Rio das Garças. Tal expedição foi chefiada pelo impávido sertanista Antônio Cândido de Carvalho.

José Manuel Vilela fundou Jataí, no Estado de Goiás. O terreno destinado ao patrimônio da Capela do Divino Espírito Santo do Paraíso, próximo do qual deslizava o Rio Jataí, foi doado pelo pai do fundador e sua mulher, segundo documento aqui lavrado, a 18-5-1848, por Samuel de Oliveira e Souza, também assinado, em um engenho, pelo Pe. Antônio da Rocha Freitas.

2.º — MARIA CLARA VILELA, casada com o Cap. Martins Dias de Gouveia, cujos descendentes — muitos dos quais ilustres — se espalharam por este Município, Carmo da Cachoeira e diversas localidades do Estado de S. Paulo.

3.º — DOROTÉIA PLACEDINA VILELA, casada a 11-9-1815, com o Cap. Antônio Ferreira Rosa, em Boa Esperança. É o tronco dos Ferreiras e Rosas, ramificados pelo Estado de S. Paulo.

4.º — JOAQUIM LEONEL VILELA, casado a 10-8-1815, com Maria Francisca Junqueira, que era filha de Antônia Maria Duarte e de José Francisco Junqueira. Foi o primeiro Junqueira desta região. Deixou o casal sete filhos.

5.º — MANUEL JOAQUIM VILELA, casado duas vezes: a primeira, com Helena Bernardina Junqueira. A segunda, com Francisca Maria de Andrade, deixando nove filhos com grande geração.

6.º — ALFERES ANTÔNIO JOAQUIM VILELA, casado, em primeiras núpcias, com Ana Felizarda de Barros. Em segunda, com Francisca Maria de Andrade. Com a mesma audácia corajosa de um bandeirante e de seu irmão Francisco Joaquim Vilela, varou ínvios sertões de Goiás. Pelo roteiro das Bandeiras de Bartolomeu Bueno da Silva (o “Anhangüera”). Surpreendeu intrépidos garimpeiros do Rio das Garças. Foi até Mato Grosso, pela picada que, hoje, partindo de “Rio Manso”, na linha Cuiabá — Araguaia, liga a Cidade de Aquidauana.

Dizem, ainda, alguns de seus descendentes que o velho Alferes foi elemento prestante na Guerra do Paraguai, com o que não concorda o historiador Basileu Toledo França, arrimado provavelmente, em Ary Florenzano, para quem o sexto filho do Cap. José Joaquim Vilela faleceu em 1832.

Dos seus nove filhos havidos na constância dos dois matrimônios sejam citados:

a) José Feliciano Vilela (morador que foi aqui da fazenda do “Espinho”). Foi casado três vezes: a primeira, com Ana Delminda Vilela, descendendo daí Maria Delminda Vilela (Marica), casada com Antônio Alves de Gouveia. Segunda vez, com Helena da Cruz Vilela, batizada nesta Paróquia a 20-3-1855, como irmã gêmea de Emiliana Gabriela Vilela, casada com José Joaquim Barbosa Neto. Filhas do Cap. Francisco Joaquim Vilela e de sua

segunda esposa Genoveva Maximiana Vilela. Do segundo matrimônio de José Feliciano Vilela era filho José Feliciano Vilela Júnior (o “Barão”, ou “Zé Rompão”), falecido em 15-4-1953. Era casado com Isaura Ricardina da Silva, também falecida. São-lhes filhos, além de outros, José Urbano Vilela e a Prof.^a Helena Vilela.

Do terceiro casamento de José Feliciano Vilela com Cornélia Ordália de Macedo, além de outros, eram filhos Joaquim, Francisco e João Feliciano Vilela.

b) Ainda era filho do Cap. José Joaquim Vilela — Olímpio Antônio Vilela, que conhecemos residindo na fazenda do “Rio Grande”.

7.º — CAP. BOAVENTURA TOMÁS VILELA, que foi casado duas vezes: a primeira, com Dorotéia Placedina Alves. A segunda, com Maria Júlia Alves, ambas filhas de Gregório José Alves e de Catarina Maria do Espírito Santo. Deixou dos dois casamentos (do 1.º) os seguintes filhos:

a) Francisco Tomás Vilela, casado com Dorotéia Alves Vilela, de quem descendem, além de outros, Maria das Dores Vilela, casada com João Borges de Figueiredo, sendo filho desse casal, dentre outros, Joaquim José e Antônio Borges de Figueiredo.

b) Prudenciana Placedina Vilela, casada com José Joaquim Vilela (sobrinho-neto de seu homônimo).

c) Dorotéia Placedina Vilela, casada que foi com Pompeu Rezende, de quem, além de outros, é filho José Sílvio de Rezende.

d) Antônio Alves Vilela, casado com Ana Felizarda, sendo-lhes filho, dentre outros, José Alves Vilela, que foi casado com Maria das Dores Vilela. São filhos desse casal Geraldo Alves Vilela e outros. Otávio Alves Vilela, casado com Belica, sendo-lhes filhos, Boaventura Vilela e outros.

8.º — ANA TEODORA VILELA, casada que foi com Francisco Pinto de Magalhães, deixando oito filhos.

9.º — MARIA SILVÉRIA VILELA, casada que foi com José Francisco Junqueira.

10.º — MARIA TEODORA VILELA, de quem foi marido João Francisco Junqueira Neto.

11.º — ALFERES JOSÉ JOAQUIM VILELA (filho), nascido em 1798. Foi casado com Prudenciana Alves de Andrada, que era filha de Manoel Joaquim Alves e de Ana Rosa de Paiva. Morava esse casal na Fazenda do Mota. Deixou doze filhos com dilatada descendência (12).

* * *

A FAMILIA FARIA — Tem aqui raiz mais afastada na pessoa do CAP. BENTO DE FARIA NEVES, o velho. Era natural da Freguesia de São Miguel, termo de Bastos, do Arcebispado de Braga (Portugal). Filho de Antônio de Faria e de Maria da Mota. Casou-se com Ana Maria de Oliveira, que era natural de São João del-Rei, e filha de Antônio Rodrigues do Prado e de Francisca Cordeiro de Lima. Levou esse casal à pia batismal, em Lavras, os seguintes filhos:

- 1.º — MARIA, a 18-1-1758.
- 2.º — FRANCISCO JOSÉ DE FARIA, a 21-9-1765.
- 3.º — ANA, a 18-1-1758.
- 4.º — JOÃO, a 24-8-1767.
- 5.º — AMARO, a 24-6-1771.
- 6.º — BENTO DE FARIA NEVES JÚNIOR, a 27-3-1769.
- 7.º — TEREZA, a 28-8-1773.
- 8.º — BRÍGIDA, a 8-4-1776.

BENTO DE FARIA NEVES JÚNIOR, casou-se a 16-2-1792, com Rita de Tal, em Lavras, sendo, provavelmente, o celebrante do ato o primeiro Capelão dali, Pe. José Alves Preto, sendo Rita ali batizada em 26-7-1774 (13). Era filha de Nicolau Martins Saldanha e de Inácia Maria de Barros. Esse casal, que residiu no antigo São João Nepomucceno, deixou os seguintes filhos:

-
- (12) Constatamos, com o citado Basileu Toledo França, que, na sociedade da então Província de Minas e, particularmente aqui, sobressaíram-se os VILELAS, como grandes latifundiários e donos de numerosos escravos. Impunha-se, assim, o seu clã parental, maximizado pelo avultado número de varões. Trabalhadores, mas reservavam tempo apreciável para as festas “farfalhantes de saia”, “com música e aguardente”. “Eles tinham todas as qualidades e defeitos dos senhores rurais do século XIX: religiosos e bravos. Despóticos e sensuais” (“Pioneiros”, pág. 4).
 - (13) Segundo o historiador Waldemar de Almeida Barbosa, em o “DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS”, o mais antigo registro conhecido, referente à Capela filial da Matriz de Lavras, data de 6-3-1776.

a) Cap. JOÃO BENTO DE FARIA, que foi casado, primeiramente, com Emília Esmeraldina de Faria e, depois, com Irene da Costa Ribeiro, com geração em Lavras.

b) JOÃO DOMINGUES DE FARIA, casado que foi com Joana Pereira, também com geração em Lavras.

c) MARGARIDA NEVES DE FARIA, de quem foi esposo Gonçalves Pereira de Araújo, igualmente com descendentes em Lavras.

d) JOAQUIM SILVÉRIO DE FARIA.

e) RAFAEL DE FARIA MARINS.

f) BENTO JOSÉ DE FARIA.

Do Cap. JOAQUIM SILVÉRIO DE FARIA era filho, além de outros: Joaquim Silvério de Faria Júnior, que foi casado com Maria Umbelina Clara. Desse casal eram filhos: Jesuíno Silvério de Faria (sobrinho) e Leopoldino Silvério de Faria.

De RAFAEL DE FARIA MARINS descenderam:

a) José Bento de Faria Marins.

b) Ana Elisa de Faria, casada que foi com o Farm. José Barbosa de Oliveira.

c) Maria Elisa de Faria, casada que foi com Jesuíno Silvério de Faria (tio), tendo sido filho do casal Rafael de Faria Neto e Ana de Faria Sobrinho.

De BENTO JOSÉ DE FARIA descendem, dentre outros, Deocleciano de Faria, que foi casado com Ana Feliciano de Faria. Desse casal são filhos, além de outros: Antônio e Ernesto Bento de Faria, Ana e Maria Feliciano de Faria, casadas, respectivamente, com Joaquim Antônio da Silva e José Vitor de Faria.

* * *

FAMÍLIA ANTUNES — Provém essa família de JOSÉ ALVES ANTUNES e de Emerenciana Bárbara de Campos, portugueses. Vindos para o Brasil, residiram em Turvo, hoje, Andrelândia, neste Estado, onde seu filho Cap. Manuel Alves Antunes foi morador e casado duas vezes. A primeira, com Maria Angélica de S. José. A segunda, com Francisca de Paula Reis. Foram inventariados em Aiuruoca em 1810. Em Andrelândia, em 1846. Alguns de seus filhos, procedentes da Cidade de André da Silveira, aqui residiram, deixan-

do descendência. De seu segundo matrimônio com Francisca de Paula Reis, deixaram, dentre outros:

- 1.º — TEODORO DE AQUINO ALVES
- 2.º — JOSÉ TEODORO ALVES
- 3.º — ANASTACIA
- 4.º — JOANA
- 5.º — JOAQUIM
- 6.º — MANUEL
- 7.º — ANTÔNIO
- 8.º — CAROLINA
- 9.º — RITA
- 10.º — MARIANA.

Joaquim, cujo nome completo era JOAQUIM JOSÉ ALVES, foi casado com Maria Teodora dos Reis, deixando os seguintes filhos:

- a) Francisco de Aquino Alves.
- b) Ana Esméria de Jesus, casada que foi com José Francisco de Lima.
- c) Maria Felishina, que foi casada com Antônio Corrêa da Cunha.
- d) Anastácia Maria de São José (nascida em 1839).
- e) Joaquim José Alves Júnior, casado que foi com Maria Esméria Vilela.
- f) Manuel José dos Reis, casado com Umbelina Cândida de Jesus.
- g) Luciana Cândida de Jesus, casada com José Pereira Baía.
- h) Antônio Teodoro Alves, casado com Ermelinda Ferreira dos Reis.

De MANUEL, que se assinava MANUEL JOSÉ ANTUNES, casado que foi com Júlia Amélia Antunes, são filhos, dentre outros:

José Antunes de Almeida, casado com Henriqueta de Souza Barbosa Antunes.

Joaquim Antunes de Almeida, casado com Maria de Assis Antunes.

Eurico José Antunes, casado com Alvarina de Sousa Barbosa Antunes. Deixou esse casal os seguintes filhos: José, Euclides, Antônio, Geni e Maria Antunes. José, diplomado em Direito e Farmácia, falecido, prematuramente, no fastígio da carreira. Seu pai, que faleceu, recentemente, com 96 anos de idade era das últimas reservas da velha guarda coqueirense. O cidadão mais longo de Coqueiral.

* * *

FAMÍLIAS ALVES E TEODORO — Têm aqui essas famílias procedência mais afastada, além de ascendência, também, vinda dos filhos de JOAQUIM JOSÉ ALVES, de quem, por igual, descendem os AQUINOS ALVES, da Cachoeira, na pessoa de ANTÔNIO INACIO DA COSTA, casado que foi com Maria Diniz Junqueira. Desse casal, descende FRANCISCO INACIO DE SOUSA, nascido em 1803, casado que foi com Ana Francisca de Paula, que era filha de Francisco Antônio de Sousa, morador, há mais de um século, no sítio de sucessores de Leonides Alvarenga. De seus quinze filhos citemos:

a) Antônio Alves Brasileiro (o Totoca), casado com Antônia Guilhermina Botelho.

b) João Batista Alves, casado com Constança Angélica da Silveira e proprietário da Usina Açucareira do “Barreiro”. até 1918, quando faleceu.

c) Joaquim Inácio de Sousa.

d) Manuel Teodoro Alves.

e) Teodoro Alves de Sousa.

f) Júlia Amélia Antunes (nascida em 1846).

g) Prudenciana (nascida em 1848).

h) Ana (nascida em 1842).

i) Guilhermina (nascida em 1841).

j) Adriano (nascido em 1851).

k) Carolina (nascida em 1847).

Descendem de Antônio Alves Brasileiro, além de outros, José Alves Brasileiro, Joaquim e Geraldina Alves Botelho.

De João Batista Alves: o Dr. Francisco, Adelardo Batista Alves e outros.

De Joaquim Inácio de Sousa (nascido em 1847) (14) era filho, além de outros ilustres, Joaquim Inácio de Sousa Júnior, culto e dotado de primorosa inteligência (15) e o educador José Inácio de Sousa.

De Manuel Teodoro Alves, nascido em 1846, não temos notícias de descendentes. Sabemos que era u'a bela inteligência. Estudioso e autodidata. Consumia horas prorrogadas no convívio amável dos livros, na ânsia de aprender consigo mesmo o que muitos não aprendem com os melhores preceptores. Apaixonando-se, depois, por uma mulher, que, possivelmente, não o correspondeu, tornou-se um alienado. Talvez ainda por força de um atavismo, de u'a tara de remotos ancestrais de nevropatas. Louco furioso, que ficou, foi acorrentado. Com grande corrente de ferro atada ao pescoço, presa por possante cadeado, foi esse Prometeu encarcerado nos porões do velho e patriarcal casarão da fazenda das "Laranjeiras"!

Qual o louco do drama famoso de Jacques Arago, passou a gargalhar, como o mais feliz dos homens!...

* * *

FAMÍLIAS ALVES E BARBOSA — Tiveram aqui essas famílias o seu ponto de partida na pessoa do Ten. JOSÉ ALVES DOS SANTOS, de quem eram filhos:

- a) Antônio Miguel Alves.
- b) Luiz Gonzaga Alves.
- c) Hipólita Alves.
- d) Emília Alves.
- e) Ana Alves.
- f) Francisca Alves de Assis.

De Ana Alves (Vidica), casada, em primeiras núpcias, com Antônio Botelho de Siqueira, descenderam João Botelho de Siqueira (pai de João Botelho de Siqueira Neto e outros), Boaventura Botelho

(14) A ser exata a data de seu nascimento, devia ser gêmeo com Carolina.

(15) Falecido em Boa Esperança, foi, entretanto, em cumprimento de sua última vontade, aqui sepultado. Dorme, pois, o filho ilustre o seu sono sem fim na Terra benquerida que lhe abençoou a infância descuidada, entre cavatinas de ninhos e cantares de fonte.

de Siqueira (pai de José Maria Botelho e outros), Moisés, Joaquim Botelho de Siqueira e Maria Rosa Botelho.

Descendem de Francisca Alves de Assis, que foi casada com Silvério Botelho de Siqueira, além de outros, Teodorico Alves Botelho (pai de João Alves de Mesquita e outros), Jorgina Alves de Assis, casada com Herculano Penaforte (pais de Urias, José Penaforte e outros).

De Emídia Alves, casada que foi com João Barbosa de Oliveira, são descendentes: José Joaquim Barbosa (pai de Jorge Barbosa de Oliveira e outros), Antônio Barbosa de Oliveira, casado com a conhecida D. Chicota (pais de Alvina Barbosa de Oliveira e outros). João Barbosa de Oliveira Filho (pai de Evaristo de Oliveira Barbosa Sobrinho e outros), Evaristo Barbosa de Oliveira e Herculano Barbosa de Oliveira.

De João Barbosa de Oliveira (o velho), casado que foi com Maria Inácia Alves, são filhos: João Barbosa de Oliveira (pai do Dr. Arnaldo Barbosa, Farm. Antenor Barbosa e outros) sobre quem falaremos em outro capítulo.

* * *

FAMÍLIA LIMA — Teve essa família principio nesta Terra em FRANCISCO JOSÉ DE LIMA, casado com Flávia Joaquina Vilela, cuja paternidade não conseguimos apurar. Deixou esse casal vários filhos, dentre os quais:

a) José Francisco de Lima, casado em 1841, com Ana Esméria de Jesus, filha de Joaquim José Alves e de Maria Teodora dos Reis.

b) Mariana Esméria de Lima, casada com Joaquim José Alves, em 1852, e filho de seu homônimo. Desse tronco procedeu Anastácia Cândida de Jesus. Dessa proveio Luciana Cândida dos Reis, que foi casada com Flávio de Lima. Desse casal, além de outros, é filha MARIANA CÂNDIDA DE LIMA, falecida com avançada idade.

Dessa veneranda matrona, viúva que era de Joaquim Antônio de Lima, vivem, ainda em Coqueiral vários filhos, dentre os quais: Ricardo Lima, José Flávio de Lima, Ana e Grácil Lima.

Em 17 de setembro de 1952, foi-lhe, festiva e afetuosamente, comemorado o 82.º aniversário natalício, quando de sua enorme descendência reuniram-se, aproximadamente, três centenas de pessoas, entre filhos, netos, bisnetos, tetranetos, genros e noras.

Na oportunidade, o saudoso Leonides Alvarenga, pronunciou substancioso, afetivo e lapidado discurso, transcrito, na íntegra, na 1.ª edição deste livrinho.

Assim começou o seu poema em prosa:

“No altar votivo, em que se ajoelha rezando a alma do coração para o mas íntimo de seu ritual de reverente e agradecida homenagem à ascendente gloriosa, seja-me a voz uma das notas do coro uníssono dessas consagradas liturgias.”

“Qual o glorioso ipê de Pedro Saturnino, “tinindo ao sol e à voz dos pássaros cantores”, está se nos apresentando, altaneira, neste momento inesquecível para os seus, D. Mariana Cândida de Lima Natalizando, recebe, entre alegrias festejadoras, de sua descendência enorme, o culto da mais filial devoção, com o qual se apraz comungar a sociedade coqueirense.”

“A semelhança das árvores de Bilac, envelhece sorrindo. Da velha palmeira de Gonçalves Dias, ou de Alberto de Oliveira, da paineira de Lamartine Mendes, do carvalho de Tasso, do loureiro de Petrarca, está ainda ereta, heráldica, sobranceira, a venerável aniversariante, vencedora em tantas batalhas nos prêlios incruentos da Vida.”

“Já no crepúsculo e nimbada pela auréola da Virtude, “D. Mariana, no pináculo de sua ilibada velhice, pode, a cerviz altanada, contemplar sua numerosa família.”

E concluindo:

“Se o SENHOR SUPREMO DOS MUNDOS já lhe fez chorar sobre a veneranda cabeça, lágrimas de prata, cada vez mais, em a abençoando sempre, lhe aureole a fronte com a coroa das mais santificadoras bênçãos.”

* * *

A FAMÍLIA BORGES FREIRE — De JOSÉ BORGES (português do Minho, Província da Beira Alta), casado que foi com Ana Felizarda de Figueiredo, proveio a FAMÍLIA BORGES FREIRE. Deixou o casal, dentre outros, os seguintes filhos:

- a) João Borges de Figueiredo.
- b) Francisco Borges Figueiredo.
- c) Ana Elídia de Figueiredo Freire.

Do primeiro, que foi casado com Maria das Dores Vilela, descenderam, além de outros, Joaquim e Antônio Borges de Figueiredo, sendo deste último, além de outros filhos, o admirável e prestativo Eugênio Borges de Medeiros.

Da última — Ana Elídia de Figueiredo Freire — casada que foi com João Delmonte Freire, são filhos, além de outros, o nosso saudoso Prof. José Cipriano Freire e a não menos saudosa Maria José Freire Silva. Foi esta casada com Casimiro Antônio da Silva, cujos filhos constituem verdadeiro patrimônio moral, intelectual e cívico, constituído de expoentes assim: Deputado Geraldo Freire da Silva, José Freire Silva (este falecido), Dorival Freire Silva, Olavo Freire Silva, Túlio Casimiro Freire Silva, Levy Freire Silva, Laércio Freire Silva, Palmyra Freire Barbosa.

Ainda descendem de Ana Elídia de Figueiredo, através de Castorina Freire Maia, casada que foi com o Farm. Beline Augusto Maia, além de outros homens de alta ciência, Lineu e Newton Freire Maia, este um dos geneticistas da mais alta nomeado, de renome internacional. Dele se ufana, com justificado orgulho, Boa Esperança e, com esta, Coqueiral.

* * *

FAMÍLIA BOTELHO — Essa família (também de origem luso-espanhola) teve aqui o seu tronco mais distante na pessoa de JOSÉ JOAQUIM BOTELHO, natural de Lavras. Presume-se que haja sido descendente de Francisco Inácio Botelho, português, falecido em 1796. Foi uma das pessoas fixadas em Lavras, das quais se originaram famílias numerosas. Foi aqui proprietário da Fazenda do “Morro do Chapéu” e casado com Ana Pereira, que era natural de Perdões. Desse casal descendem, imediatamente, além de outros:

- a) João Botelho de Siqueira.
- b) Maria Antônia Botelho.

Do primeiro — João Botelho de Siqueira — que foi casado com Maria Silvéria de Mesquita (natural de Santo Antônio do Monte), descenderam, dentre outros: Joaquim Botelho de Mesquita (pai de José Botelho), Ana Silvéria de Mesquita (mãe de Antônio Borges de Figueiredo Sobrinho e outros) e Otaviano Botelho, proprietário do primeiro cinema local.

De Maria Antônia Botelho, que foi casada com Joaquim Dias Botelho, descenderam, além de outros, Antônia Guilhermina Botelho e Joaquim Dias Botelho Júnior.

* * *

FAMÍLIA MENEZES — Teve aqui a sua ascendência mais remota na pessoa de JOÃO DAMAS DE MENEZES, de quem foram filhos:

- 1.º — Manuel Francisco de Menezes.
- 2.º — Francisco Gorgonhas de Menezes.
- 3.º — Cônego João Evangelista de Menezes.

Descende do primeiro, além de outros, o Cap. João Antônio de Menezes, casado que foi com Perciliana Gomes de Menezes.

São filhos desse casal, além de outros:

a) Farm. Calipso Mentor de Menezes, casado com Henriqueta Rafael.

b) João Antônio de Menezes (filho), casado que foi com Maria da Conceição Pereira, de quem são filhos, além de outros, Júlio Menezes realizador, e ex-Prefeito de Coqueiral.

FRANCISCO GORGONHAS DE MENEZES, êmulos do “Aleijadinho”, foi escultor de mérito. “O homem que fazia deuses”, na expressão exata e caricatural do altíssimo João Barbosa. Imagens ainda há, na Igreja Matriz local, como na de Campo Belo, do insigne artista, em cujas veias corria o sangue de Miguel Ângelo.

O CÔNEGO JOÃO EVANGELISTA DE MENEZES, feita a instituição canônica da antiga freguesia do antigo São João Nepomuceno (hoje, apenas Nepomuceno), a 17-5-1843, foi o primeiro vigário encomendado dali. Igualmente, abastado fazendeiro, de quem foi legatária Mariana Januária de Jesus, casada que foi com o Comendador Joaquim Dias de Castro Moreira. Senhora de boas letras e assessora do próprio marido.

* * *

A FAMÍLIA PENAFORTE — Teve essa família aqui, origem em JOÃO FERREIRA PENAFORTE, natural de Santo Antônio do Amparo, onde, em 1845, foi batizado provavelmente, pelo Pe. Fabiano Dias Bandeira, primeiro vigário encomendado dali. Aqui faleceu em 11 de agosto de 1920, com 75 anos de idade. Foi casado com Rita Cândida de Melo, natural de Prados, neste Estado. Filha de José Carlos Teixeira e de Cândida Teixeira de Melo.

Do casal nasceram aqui vários filhos, dentre os quais Herculanos e Ana Penaforte.

João Ferreira Penaforte era músico e, nos tempos buliçosos das tropas e boiadas, rancheiro. Bom “causeur”. Aguçava-nos a curiosidade infantil com empolgantes relatos de crimes e de outras aventuras que de tropeiros e boiadeiros ouvira nos ranchos, enquanto o encantador luar sertanejo brincava de fazer lundus com a alma das violas. Além da surpreendente visita de Euclides da Cunha, aqui, em 1895, nos transmitiu outros eventos muito interessantes. Como se estivéssemos ainda, nos tempos da sultana Scherezade ou de Harum-al-Rachid, enlevou-nos o espírito infantil, já madrugada para o orientalismo, com estórias das “MIL E UMA NOITES”.

De Umbelina Cândida de Melo, irmã de Rita, há descendente em Boa Esperança, dentre os quais seu neto Pe. João Vieira da Fonseca.

Seu pai — João Carlos Teixeira — era seleiro em Prados, onde foi batizado, pelo primeiro vigário dali, Pe. Manuel Martins de Carvalho. Fazia, com habilidade, os seus apetrechos de montaria. Depois, se transformou em arrieiro nômade, por vocação hereditária. Fazia marchas aventureiras pelos sertões de Minas, a vender os seus produtos manufaturados. Passou várias vezes por aqui. Pela Terra em que, muitos anos volvidos, se sepultou sua filha Rita. Penetrou, também, no rancho em que, decorrido muito tempo, já de propriedade de seu genro, João Ferreira Penaforte, ouviu zangarreios de gementes violas. Com eles evocava, talvez, alguém que ficara na velha Terra do Marquês de Valença...

* * *

A FAMÍLIA ALVARENGA (16)

A gênese dessa família remonta a épocas assaz, afastadas no tempo. Provavelmente, ao segundo século da Era Cristã. Ramificou-se, com o dobrar dos anos, por várias e longínquas áreas geográficas.

Procede, historicamente, em data menos afastada e, portanto, mais conhecida, de DOM PAYO, dito o “Moço Viegas”.

Até, porém, que a este chegemos, remontemos, em terras de Castela, aos séculos VIII e IX:

(16) Em dando adesão a variado questionário que nos apresentou a Prof.^a Maria José B. Reis, sobre a família ALVARENGA, gizamos o presente quadro, que se insere em nosso livro “ARCA DE NOÉ”. Não o fizemos, quando da 1.^a edição deste livrinho, ao tratarmos da genealogia de várias famílias locais, porque, sobre sermos também *Alvarenga*, não nos pareceu de bom-tom tal cometimento, sem uma provocação.

1.º — DOM RAMIRO, o primeiro do nome que reinou de 842 e 850. Fora casado com Urraca Patrona.

2.º — Desse casal descende DOM ORDONHO II DE LEÃO, Rei das Astúrias. Desposou Múnia Dona. Faleceu em 25-5-866.

3.º — Daí descende DOM AFONSO, nascido em 850 e falecido em 912. Fora casado com D. Ximena Navarra.

4.º — Originou desse casal Rei ORDONHO III (3.º de Leão), falecido em 924.

5.º — Pai del Rey DOM RAMIRO II, nascido em 907 e falecido em 950.

6.º — Fora dos dois matrimônios desse soberano com a moura Zara ou Ortega (após batizada), descenderam dois filhos. Destes, DOM ALBUAÇAR RAMIRO, que desposou Helena Godins, filha de Dom Godins, das Astúrias.

7.º — Desse casal, descende o CONDE HERMIGIO ALBUAÇAR, que desposou Dordia Soares, filha do Conde Rodrigo Vela Osório.

8.º — É descendente desse casal, TOGA HERMIGIO ALBUAÇAR, que foi desposada por Dom Egas Moniz, filho de Dom M. Viegas.

9.º — Foram esses pais de Dom Ermígio Viegas, o “velho”.

10.º — De Dom Ermígio Viegas descende Dom Monjo Ermígio, que foi casado com D. Ouroana ou Mariana.

11.º — Desse casal, descende Dom Egas Moniz, que foi aio de Dom Afonso Henrique, primeiro Rei de Portugal. Desposou Payo da Silva, filha de Dom Payo Gutierre da Silva.

12.º — Descende desse casal, Dom Payo Viegas, dito o “Moço Viegas”, que foi senhor de ALVARENGA.

13.º — Desse, provém MARTINS PIRES DE ALVARENGA, o primeiro a usar o apelido de ALVARENGA, por ser senhor do Condado de “ALVARENGA”, Conselho da Beira (Portugal).

14.º — Desse descende DOM BALTAZAR DE ALVARENGA, natural de Lamego (Portugal), casado com Messias Monteiro.

15.º — Desse matrimônio descende ANTÔNIO RODRIGUES DE ALVARENGA, que, a serviço del Rey de Portugal, passou a ser um dos primeiros povoadores da Vila de São Vicente (S. Paulo), fundada pelo donatário Martim Afonso de Sousa. Condecorou-o, com o braço de armas, del Rey Dom João III. Foi casado com D. Ana Ribeiro, natural da Cidade do Porto, filha de Estevam Bayão e de D. Magdalena Fernandes Feijó. Ela falecida em 23-10-1642. Ele, já viúvo, faleceu, com testamento, em 1647.

16.º — Desse casal, além de outros, descende ESTEVAM RIBEIRO DE ALVARENGA, considerado nobre cidadão de São Paulo, casado que foi com D. Maria Misael, filha de João Misael Gigante e de D. Izabel Gonçalves.

17.º — Desse casal é descendente, IZABEL RIBEIRO DE ALVARENGA (falecida em 1682), casada com Diogo Martins da Costa (ou Bernardino Colaço da Costa).

18.º — Daí, procede ANA RIBEIRO DE ALVARENGA, casada com Francisco da Silva Colaço (falecido em 1713), ou Bernardino Colaço da Costa. Foi Alferes de Infantaria no Presídio da Cidade da Bahia. Era natural da Vila de Alenquer (Portugal), filho de Francisco Luiz e de Maria Ribeiro.

19.º — Daí, origina o Sargento-mor INACIO MOREIRA DE ALVARENGA, casado com D. Ana Barreto de Almeida, ou de Lima, falecida na Campanha da Princesa, em 6-5-1751.

20.º — Desse casal, além de Luís Colaço Moreira, (17) tem origem MANUEL MARTINS COLAÇO, casado com D. Izabel de Almeida.

21.º — Desse consórcio, procede ANTÔNIO CARDOSO BICUDO, casado com Maria Camargo de Almeida.

22.º — Daí origina o Cap. LUIS COLAÇO DE ALMEIDA, casado com D. Ana Maria de Jesus.

23.º — Desse casal, descende ANTÔNIO JOSÉ ALVARENGA, casado com D. Ana Rosa da Mata.

24.º — Desse consórcio, descenderam vários filhos, dentre os quais JOÃO BATISTA DE ALVARENGA, casado com D. Maria Jacinta (ou Batista) de Jesus.

25.º — Desse matrimônio, dentre outros descendentes, conta-se HERCULANO BATISTA DE ALVARENGA, casado com sua prima ANA BENVINDA DE ALVARENGA, filha de ANTÔNIO BATISTA DE ALVARENGA e de D. ANA BENVINDA. Ele falecido no Município de Campo Belo, em 16-12-1943. Ela, na Cidade de Coqueiral, em 12-1-1939.

(17) Um dos fundadores do antigo Santo Antônio do VALE DA PIEDADE DA CAMPANHA DO RIO VERDE, segundo Pedro Taques, citado pelo conspícuo humanista Mons. José do Patrocínio Lefort.

Observa-se, curiosamente, que o nome de ALVARENGA desaparece na 19.ª geração (com o "SARGENTO-MOR Inácio Moreira de Alvarenga") para reaparecer na 23.ª (com ANTÔNIO JOSÉ ALVARENGA).

26.º — Desse casal, além de João Alvarenga Primo, Olímpio, Aristides e José Alvarenga (falecidos), Jonas Augusto Alvarenga e Maria Olinda Alvarenga, descende ANTÔNIO BATISTA DE ALVARENGA (neto), casado que foi com D. CONCEIÇÃO MARIA DA COSTA. Esta falecida em 15-11-1930, filha de Antônio Cândido da Costa e de D. Maria Percília da Costa. Aquele falecido em 13-9-1960.

27.º — Desse casal, são filhos, dentre outros, o humilde autor deste livrinho e o saudoso LEONIDES ALVARENGA (tragicamente falecido em 21-6-1970), cuja homenagem póstuma, em “ARCA DE NOÉ”, motivou esta súpula genealógica.

IV

COMO NA MANHÃ HISTÓRICA DE 1500

Cotejando com a manhã histórica de 1500, quando Frei Henrique de Coimbra, em plena sertania da Terra Nova, celebrou a sua primeira missa, Castro Costa referiu-se àquela oficiada pelo Pe. Conrado, no local inculto e agreste, onde se iniciava a edificação de Goiânia, a então “Capital Caçula do Brasil.”

Também, o primitivo Espírito Santo dos Sertões, teve a sua missa semelhante àquela da aurora descobridora e inaugural da Terra de Vera Cruz, quando, um dos nativos e selvagens que assistiam ao ato religioso com os marinheiros de Pedro Álvares Cabral, ao Almirante apontou a cruz e o altar, para, em seguida, apontar-lhe o céu.

Não muito após o nascimento local, aqui também se celebrou u’a missa campal, sob a matina dos pássaros, nas frondes de esmeraldas, como que entoando epitalâmios, com o celebrante, a Jesus Eucarístico. O presumível oficiante teria sido o Pe. João Pereira de Carvalho.

O local, se assemelhava ao da primeira missa oficiada pelo Capelão da Armada Cabralina: inculto e bárbaro, selvático e solene. Habitado, ainda, pelos ferozes filhos indômitos das florestas. O soleníssimo ato religioso chamado “êxtase oficial da Igreja”, “pedra preciosa que se engasta no anel das horas canônicas”, se realizou em tosco altar improvisado no presbitério da Natureza em núpcias com a Primavera.

Havia de ter muito do Pe. Anchieta em seus instantes de agiologia e de catequese em “pleno âmago geográfico do Brasil”. Sim, em sua apostolar catequese, pacificando os selvagens hostis, a terra bárbara, as próprias feras. E tudo se dobrava diante do Apóstolo do Novo Mundo, quando empunhava o Evangelho e a Cruz. E escrevia a sua grande Epopéia nas solidões selváticas. Parecia o conúbio da civilização com a barbárie. A hipótese do Criador com a sua criatura.

A manhã, era um festival de luz. Como, para a páscoa do poeta, também, para a dos rudes lidadores das selvas, o sol oferece a sua hóstia doirada.

Presume-se mesmo, que os pássaros, em matinadas e gorjeios de ninhos, tenham feito coro com as preces cantadas. Com estas, ainda, todas as vozes unificadas do deserto, formando como que uma orquestração sinfônica desse “evangelho das selvas”.

Ouviram a primeira missa espírito-santense Matias da Silva Borges, seus familiares e a parte maior dos primeiros povoadores do burgo.

Assim, a alma religiosa da pequenina população aldeã deve, mais do que nós, hoje, haver sentido, em sua plenitude, a majestosa beleza daquela sinfonia da Natureza, unificadora da Terra com o Céu.

Com as espirais do incenso, subiu, bem alto, a poesia agreste e verde da pequena aldeia, que teve também a sua manhã místico-histórica. Com ela, se celebrou o sacrificio do Supremo Bandeirante — o da Cruz e do Amor!

V

DOAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Matias da Silva Borges e sua mulher Mariana Joaquina do Sacramento, almas cristãs e benfazejas, ainda sob a mística unção do ato a que assistiram sob “um rumor festivo de asas”, fizeram a solene promessa de doar, oportunamente, o terreno necessário ao patrimônio da Capela do Espírito Santo, a ser ainda construída.

E continuaram a trabalhar para si e para a Terra nascente.

Os anos corriam na ampulheta do tempo. Pouco a pouco, o burgo se ia povoando.

Reinava crise no seio do Clero mineiro, cuja debelação os ilustres Bispos da então Diocese de Mariana — Dom Frei Domingos da Encarnação Pontevel, Dom Frei Antônio Robalo, além de outros, tentaram. Finalmente, D. Maria I, apreensiva com o que ocorria na Mitra de Minas Gerais, especialmente, na Sede da Diocese, cujo nome era o de sua encantadora avó, escolheu, para coibir o descalabro, o franciscano Frei Cipriano de São José, do conhecido Convento de Arrábida. Muito culto, “austero e destemido”, segundo o lúcido historiador Côn. Raimundo da Trindade.

Afinal, sob o pálio regenerador e propício desse Bispo que houve de escrever cartas pastorais sobre Napoleão e a prisão de Pio VII, chegou a hora de o casal benemérito legalizar a liberalidade. Era dia 3 de setembro de 1806.

Eis, a seguir, na íntegra, o histórico documento:

“Dizemos nós, Matias da Silva Borges e minha mulher Mariana Joaquina do Sacramento, que somos senhores e possuidores de uma sorte de terras sitas junto à Capela do Espírito Santo, que havemos por sesmaria, sem que as ditas terras estejam sujeitas à penhora, nem hipoteca, muito bem livres e desembaraçadas, cujas terras logo cedemos no princípio desta Capela, para formação de casas, quintais, mais pasto fechado, como se acha hoje, e por que se faz preciso antecipar essa nossa dádiva para o patrimônio da mesma Capela, portanto, muito de nossas livres vontades, sem constrangimentos de pessoas algumas e sem prejuízos de nossos herdeiros, cedemos e traspassamos todo jus, domínio, ação que nela tínhamos, de hoje para sempre, na pessoa de nosso procurador, o Cap. João Manoel de Siqueira Lima, para o patrimônio da mesma e depois de termos doado as ditas terras para o patrimônio, unimo-nos todos os applicados a formarmos duas casas de telhas e cozinha, quintal e pasto fechado que serve. E como é consciente esta nossa doação e se faltar alguma cláusula, aqui damos por expressa.

E por não sabermos ler nem escrever, pedimos e rogamos a José Vicente dos Santos, que este por nós fizesse, e como testemunha assinasse. Hoje, Capela do Espírito Santo, 3 de setembro de 1806. Matias da Silva Borges. Assino a rogo de Mariana Joaquina do Sacramento. José Vicente dos Santos. Como testemunha — Felisberto Dias Ferreira dos Santos. Como testemunha

— Manoel Ferreira dos Santos. Como testemunha que este fiz a rogo dos sobreditos — José Vicente dos Santos” (18).

E, a seguir, à folha 14 dos citados documentos da Mitra Diocesana de Mariana, o AUTO DE POSSE DO TEOR seguinte:

“Diz o Capitão José Manoel de Siqueira Lima, como procurador e zelador da Capela do Espírito Santo, que para bem de se fazer o patrimônio da mesma lhe precisa tomar posse judicial da dádiva constante do papel junto e portanto pede a V. Mercê seja servido mandar qualquer oficial de justiça ou vintena lhe dê a dita posse. Espero receber mercê”.

Segue-se o despacho do teor seguinte:

“Sim. Queirós. AUTO DE POSSE. Ano do Nascimento de NOSSO SENHOR JESUS CRISTO, aos nove dias do mês de setembro de mil, oitocentos e seis, nesta Ermida do Divino Espírito Santo, onde o juiz de vintena e aí perante as testemunhas abaixo assinadas, dei posse ao Capitão João Manoel de Siqueira, como procurador do Divino Espírito Santo; dei posse corporal, atual e judicial de umas terras constantes do papel junto, e ele a tomou mansa e pacificamente, sem contradição alguma, fazendo todos os atos possessórios, lançando terras para o ar, quebrando ramos, e eu, juiz da vintena, com voz alta e inteligível, se havia quem se opusesse, o dei por empossado nas formas das ordens de sua Majestade. Hoje, Ermida do Espírito Santo, 9 de setembro de 1806. Juiz da Vintena, Domingos da Costa — João Manoel de Siqueira Lima. — Como testemunha — Francisco Alves de Andrade. Como testemunha — José Joaquim de Melo. Como testemunha — Manuel Pereira de Carvalho.”

Como se vê, a aprovação do histórico documento redigido nos moldes normativos das Velhas Ordenações do Reino (oriundas das Filipinas), deu-se a 9 de setembro de 1806, quando era Vice-Rei do Brasil Colônia Marcos de Noronha, Conde dos Arcos, e Governador da Província de Minas, Pedro Maria Xavier Ataíde e Melo.

Foi, o mesmo documento, não sabemos com que autoridade, como que refundido, ampliado, em título particular, feito com pena de pato, por João da Costa Marinho. Por ele, a área doada ficou dentro dos limites seguintes: começa na chamada sesmaria antiga

(18) Arquivado na Cúria Diocesana da Campanha, registrado a fls. 13 dos documentos da Mitra Diocesana de Mariana e a nós fidalgamente, fornecido pelo conspícuo historiador Mons. José do Patrocínio Lefort.

de Francisco Antônio, na nascente de u'a mina, da qual, passando por um lacrimal, vai ao Córrego do Bom Jardim (hoje, conhecido por "Córrego do João Borges", por cuja margem esquerda desce, atravessando a estrada das Posses, até o chamado lacrimal de João Ferreira Catarina (próxima à atual residência de Francisco Miguel da Silva), pelo qual sobe, depois, por terra, atravessando a estrada da Laginha, até o córrego (hoje, da Olaria), através do qual vai ao vale de João da Silveira (hoje, pastinho de Hormino Reis), confinando com Ormezina Alvarenga, de onde, águas vertentes, passando pela Machambomba, retorna ao ponto inicial.

Dentro dessa área floresce, hoje, a pequena Cidade Jardim de Coqueiral.



VI

O FUNDADOR E SUA MORTE

Sabidamente, Matias da Silva Borges, procedente de Taubaté, aqui, bivaqueou no terceiro quartel do século XVIII.

Partira da Cidade de Jaques Felix, com o mesmo espírito de aventura dos velhos chefes das Bandeiras descobridoras. Daqueles que, desde o ocaso do século décimo-sétimo, começaram de embrenhar-se pelos quase impérvios sertões mineiros, indiferentes aos rugidos do jaguar, ao sibilar das flechadas dos silvícolas. Alheios às convencionais disposições do Tratado de Tordesilhas, limitadoras do espaço geográfico do Brasil.

Fora, ainda, a voz atávica que o impulsionara para o epicismo das cruzadas desbravadoras e temerárias. Seduzira-o o mesmo doirado acenar aurífero que levava um Garcia Rodrigues Paes, aos cascalhos do Rio das Velhas. Um Miguel Garcia de Almeida, ao Itatiaia. Um Salvador Jorge Bueno, um Pedro da Silva Miranda, um Francisco Bueno da Fonseca e outros, aos Campos de Santana das Lavras do Funil.

Aprazia-lhe a polifonia bárbara das selvas infindas, em colóquio com o trovejar das cachoeiras e o bramido das feras na pleni-

tude de suas forças indomadas. Era-lhe sedutor o grito telúrico de seu *habitat*.

Com épico ânimo partiu de seus pagos. Aqui chegou. Tentou garimpar. De sua odisséia, rumo ao desconhecido, à sombra de sua bandeira, saiu o marco inaugural de outra cidadezinha da Capitania de Felipe dos Santos.

Nos velhos arquivos e na História de sua Terra de berço, coisa alguma encontramos, acerca de sua vida e de seus feitos. Recorremos ao historiador Félix Guizard Filho, que perlustrou a genealogia taubateana, indo, inclusive, até ao Arquivo Público Paulista. Debalde.

Assim, só havemos repetido o que do fundador sabemos através das informações orais, sobretudo, de Pai João, que com Matias privou.

Pelo relato do velho africano a Jonas Miguel do Monte Claro, o estrênuo sertanista aqui faleceu em 1823, já tão provecto em anos quanto em aventuras, pois, presumidamente, nascera por volta de 1742.

Sua enfermidade foi passageira. Curtida em uma casa colonial, ensombrada de velhas figueiras frutíferas e cicuteiras, situada no exato lugar em que se edificou o prédio residencial do Dr. Geraldo Rossi de Figueiredo.

Em uma tarde bucólica e plácida, daquele longínquo ano, em que o libertador brado do Ipiranga, ainda tinha eco em todos os quadrantes do Brasil autônomo, expirou, já octogenário, o venerável e intemorato sertanista. Sem a ilusão delirante e febril do velho Fernão Dias, de haver encontrado as esmeraldas de seu sonho e de sua cobiça.

Naquela tarde, sob a unção de roxas tristezas quaresmais, os tropeiros de Sorocaba, os boiadeiros do sudoeste mineiro, como diria o cantor das cigarras, deixaram as suas mágoas de cabloco escondidas no bojo de suas violas emudecidas, para o velório. E o sininho da Capela, plangendo, com o pranto da Terra chorava!

Na manhã seguinte, sob as lágrimas agradecidas da simples população aldeã, dos almocreves, de outros homens de chapéu de couro e de botas, seguiu seu corpo para a morada definitiva.

Passou o cortejo fúnebre por entre árvores, palmeiras seculares, cujos flabelos e lequear talvez, tivessem quedado em silêncio. Emudecidos, como emudeceram os gaturamos e os sabiás. Como as cigarras, já sem o seu ziziar, porque não podiam fazer onomatopéia com o funéreo canto-chão da mata.

Com honras sacerdotais, foi o pranteado morto enterrado no adro da Capela do Espírito Santo dos Coqueiros. Sepultado no mesmo lugar em que, havia cinquenta e seis anos, batizara, com uma prece contrita e ardente, a Terra virgem.

Tributaram-lhe, assim, honras de sacerdote. Estamos, porém, que o velho pioneiro preferira, como Shelley e Joaquim Nabuco, “u’a sepultura agreste”. Agreste e “com uma pedra entre flores, à sombra de uma árvore”.

Uma frondosa árvore, pensamos nós. Sim, uma árvore tropical, em cujas frondes saltitantes de pássaros cantadores, esvoaçantes de abelhas zumbidoras, o zêfiro buliçoso haveria de cicizar a sua ária cor das esmeraldas e da alma virgem das florestas.

* * *

VII

CAPELAS E IGREJAS

Como já foi dito, em aqui fundando o lugar, Matias da Silva Borges promoveu, ao de logo, a vinda de novos parentes e companheiros de Taubaté. Auxiliado, ainda, por outros aventureiros e, até, por descendentes catequizados dos cataguás, carajás, mandiboias e outros aborígenes das densas selvas Sul-mineiras, desflorestando mais o local e adjacências. E construiu a Ermida já mencionada.

A primeira atalaia de fé espíritosantense situou-se no exato lugar em que, havia pouco tempo, o fundador fizera sua oração primeira e batismal da terra bárbara e virgem.

Esse primeiro refúgio de oração da aldeiola, construído há perto de dois séculos, era de taipa, coberto de folhas de palmito, térreo, rodeado, ainda, de árvores gigantescas e seculares (as respeitadas pelos desbravadores), em cujas frondes, presumidamente, ditosos bandos de variegados pássaros partilhavam do sacro coral.

É facilmente imaginável, a sugestão suscitada pela Ermida solitária, pequenina e silenciosa, no coração da mata. E encimada por uma cruzinha, símbolo infamante, mas nobilitado pelo RE-

DENTOR dos homens. Patíbulo e epinício. E a lembrança dessa primeira Ermida evoca essas capelinhas que, nas horas cismativas e crepusculares, contemplamos nos ermos e nas rudes aldeioias, ainda, com um sininho evocativo daquela deliciosa quadrinha do poeta.

Nela, já em 21 de janeiro de 1773, foi batizado o inocente João, filho de Inácio Ribeiro Furquim e de Vitória Moreira, (ambos naturais de Piedade), constatando-se, pois, que, no remoto ano de 1773, ou seja, apenas seis anos após a fundação do burgo, já existia a Ermida. Assim, Tomé, filho de Manuel José de Toledo e de Escolástica Ferreira de Toledo, em 13 de abril de 1774, tendo como padrinho Manuel Machado de Toledo. A 26 de julho de 1777, João Ferreira Cabral recebeu a bênção nupcial. Em 14 de fevereiro de 1778, Antônio Furtado de Mendonça e Genoveva Maria de Siqueira receberam o mesmo sacramento (o noivo era filho de seu homônimo e de Rita Maria da Conceição). A noiva, do Cap. João Manuel de Siqueira Lima e de Rita de Jesus, naturais de São Caetano da Costa Branca, Ilha do Rayal. (Certidão da Ermida do Pilar, Liv. 2, pág. 112). A 21 de agosto de 1791, o casal levou à pia batismal sua primogênita, que se chamou Maria (L.º 5, pág. 177). A 7 de julho de 1792, outro recém-nascido aqui recebeu do Pe. João Pereira de Carvalho a água lustral do batismo. Chamou-se Mariano, filho de Luís de Sousa e de Isabel da Silva (L.º próprio n.º VI, pág. 46, da Matriz de Santana das Lavras do Funil).

A primeira Ermida foi, depois, em 1792, transformada em Capela, sagrada pelo Pe. Jerônimo da Anunciação, preto e pobre, mas filho de Vila Rica. Já era coberta de telhas, ladrilhada, porém ainda, de paredes de pau-a-pique, sem torre. Incumbira-se dessa transformação, o Cap. João Manuel de Siqueira Lima. Homem católico por excelência, procedente de São João del-Rei, de onde, certamente, trouxera, na alma, a voz dos grandes sinos veneráveis dos vetustos templos da tradicional Cidade de Aureliano Lessa.

Anos volvidos, após a doação feita, em 1806, por Matias da Silva Borges e sua mulher, ao patrimônio da Capela, foi esta ampliada e radicalmente modificada, sob os auspícios do Ten. José Alves dos Santos, eficientemente auxiliado pelo Cap. Boaventura Tomás Vilela, Francisco Joaquim Vilela, Antônio Joaquim Vilela e outros. Contava o Ten. José Alves dos Santos, entre seus próprios escravos, com pedreiros e carpinteiros eficientes.

A grande reforma consistiu na ampliação geral, formando, já, uma igreja, porém ainda, sem torre. Os sinos eram colocados

sobre uma travessa entre dois esteios de óleo bálsamo, nascidos e criados no mesmo local. Toucava a igreja bela pintura mural, graças ao pincel do insigne artista João da Natividade, que, na bi-centenária Mariana episcopal, se iluminara com os esplendores da arte de Antônio Francisco Lisboa, o “Aleijadinho”. Figuravam, na capela-mor, nos quatro ângulos do teto, os quatro Evangelistas: São Mateus, São Marcos, São Lucas e São João. No centro do mesmo teto, o Divino Espírito Santo, como que transfigurando os Evangelistas. Em a nave do templo, também nos quatro ângulos do teto, os quatro doutores da Igreja: Santo Agostinho, São Jerônimo, São Gregório e Santo Ambrósio. No centro, a Família Sagrada, adornada de querubins. A borda do teto era toucada de flores em pedestais e jarras. No arco, que separava a capela-mor da nave, um medalhão de madeira em meio relevo, com a TRINDADE. De um lado, o PAI ETERNO, empunhando um báculo dourado. De outro, o FILHO-JESUS empunhando o globo e a Cruz. No alto, o símbolo do DIVINO ESPÍRITO SANTO. Havia, dentre outros, o formoso altar-mor com a sua escultura em talha, em estilo jesuístico, como evolução do barroco, que, em Minas, teve o seu esplendor no reinado de D. João V e D. Maria I.

Posteriormente, o mesmo Ten. José Alves dos Santos promoveu a ereção de duas torres quadriláteras, rematadas por pirâmides, em cujo ápice continha uma haste movediça, na qual, acima de uma flecha, era colocada a figura de um galo, que se movia à mercê do vento. Era, então, para a credence popular, uma espécie de barômetro. Nessas torres foram colocados cinco sinos, o maior dos quais doado pelo mesmo Ten. José Alves (19). À frente do templo erguia-se uma grande Cruz do Martírio, ao lado de gigantesca casuarina.

Já nessa igreja várias gerações receberam a água lustral do batismo. E, no *in sono pacis*, a encomendação para a partida da Grande e Misteriosa Viagem sem regresso!

E quantas festas tiveram coroamento sob o seu teto, promovidas por um povo ainda iluminado pelo farol guieiro da Fé! E quantos devotos, à hora viúva e pensativa da Ave-Maria, ali fizeram a sua vespertina prece, após as nove solenes badaladas do sino, a ecoar na solidão do ermo, outrora, apenas despertada pelo

(19) Quando esse sino, ainda hoje existente e já reformado, dobrava a finados, Manuel Carlos dizia estar a “anunciar” a morte de um “graúdo” da Terra.

som marcial da inúbia dos ferozes cataguás (20) a apostar selvageria com o próprio jaguar!

Após a construção, em 1853, no atual cemitério, ainda o Ten. José Alves dos Santos, ali, às suas expensas, construiu a velha igreja-jinha sexagonal — “São Miguel” (21), encimada por uma cruz de pedra. Circundada de goivos e ciprestes, como aqueles, no *Père Lachase*, em Paris, a ensombrar o túmulo de Musset e a despentalar ultra-romantismo. Até de mirtos, saudades e cinamonos, como o jardim de Alfonsus de Guimaraens.

Nessa igreja-jinha, por onde também esvoaçavam zombeteiras aves notívagas, às sextas-feiras, preferencialmente, da quaresma, na hora crepuscular, velhos devotos iam fazer suas orações cantadas. Oravam, sobretudo, para que as pessoas queridas, ali, materialmente, reintegradas à comunidade universal da matéria e em pó retornadas, fossem, em espírito, ao encontro da GRANDE LUZ!

* * *

A Igreja do Rosário construída na praça que dela recebera o nome (22), foi iniciativa de Joaquim Inácio de Sousa (pai), o provedor, para satisfazer a vontade dos escravos. Estes, com as suas festas originárias do Congo, a comprazer-se com as figuras africanas de Zâmbi, de Iemanjá, no Anamburuçu, angariavam apreciável parte dos donativos necessários ao empreendimento. A construção do templo fora iniciada em 1871. Entretanto, ainda inacabado, incendiou-se na tarde cinzenta de 9 de setembro de 1873, precisamente à hora da ereção do grande Cruzeiro, ainda hoje existente. Verificou-se o sinistro, quando pregavam os padres missionários, segundo várias informações orais que nos foram prestadas (23). Consoante tais informações, o incêndio, que pôs o povo em pânico, teve origem no fogo ateado por João Clarineta, sob sua barraca coberta de folhas de coqueiro e armada próxima

(20) Dizimados na ingente batalha ferida nas proximidades de Ilícinia e chefiados pelo bravo Lourenço Castanho.

Passos Maia, em seu livro “Guapé”, qualifica essa batalha travada no lugar denominado “Conquista” como das maiores feridas em terras americanas.

(21) Substituída, depois, por outra.

(22) Hoje, Praça Sete de Setembro, no local do prédio da Pref. Municipal.

(23) Todavia, o historiador Bernardino Saturnino da Veiga, em seu “ALMA-NAQUE SUL-MINEIRO PARA 1874”, fala na existência aqui de três templos religiosos, inclusive a Capela de Nossa Senhora do Rosário, que já devia estar incinerada.

ao templo, à frente do qual existia uma grande Cruz do Martírio, pouco depois, tombada sobre as cinzas...

Pobres e oprimidos filhos da África longínqua e bárbara, quão implacável lhes foi o fogo destruidor do templo consagrado à Senhora de sua devoção! Entretanto, a miséria das senzalas manchadas pelo sadismo fornicador dos senhores, o martírio dos troncos sob o suplício dos feitores desalmados e armados de chibata, ainda permaneceram alguns anos, até o raiar da chama sacrossanta da Liberdade!

* * *

Em 1896, a Igreja Matriz passou por outra radical reforma, graças à iniciativa do Ten. Aureliano Júlio da Silveira, Francisco Antônio Vilela, Manuel Carlos de Sousa, Antônio Batista de Figueiredo (pai) e outros.

Manuel Carlos foi o provedor. Júlio Marrani, o construtor.

Mário da Silva Junqueira, mandou fazer, em São João del-Rei, por um arquiteto, o projeto. Este, todavia, foi desaceito pela Comissão pró-reconstrução do templo. Aprovou-se outra planta feita pelo próprio Júlio Marrani. De aparência mais condizente com a estética, porém, balda dos requisitos da técnica arquitetônica.

Iniciou-se, assim, a obra, sob a administração de Marrani, que, contudo, após apenas a ereção da torre e o frontispício do templo, viu-se na contingência de abandonar o serviço, por se ver perseguido, em virtude de um processo-crime em que se envolvera. Sucedeu-lhe, no prosseguimento da obra, que consistia apenas em o novo corpo da igreja, Caetano Felicori. Continuou este com a feitura das paredes e levantamento do teto. Aquelas e este, porém, em consequência de um defeito em sua arcada, ruíram, espetacularmente, por terra, permanecendo, contudo, a torre, o frontispício e a capela-mor da reforma do Ten. José Alves dos Santos.

Pouco depois do inopinado e perigoso desabamento, Ambrósio Tagliaferri reergue o templo, reedificando-o na parte desabada.

Essa igreja, por nós aqui, em 1915, encontrada, tinha aspecto sóbrio, elegante. Paredes rematadas por cornijas de estilo jônico, com filas duplas de janelas, através das quais penetrava, à feição de arco-íris, o sol oriental, policromizando o interior do templo esvoaçado por alegres bandos de chilreantes andorinhas. Também através dos vitrais a ecoar-se a solínea luz cromatizada pela nave, dando-lhe uma alegria branca de matinas. A sacristia, em cujo teto se divisavam as figuras austeras dos quatro Evangelistas a que

já aludimos, era, igualmente, bem iluminada, “como convém à sensação do crente.” Era a igreja coberta de telhas comuns. Além do altar-mor, em plano elevado e outros mais, destacava-se o de Nossa Senhora, erigido ao lado esquerdo da nave do templo. Era de ornatos romanos, onde as meninas do meu tempo infantil, durante o mês de maio, coroavam, festivamente, a Rainha de todas as rainhas. Tomava toda a frente interna do templo o seu coro amplo, com uma escada em forma de caracol, por cujos degraus subia célere a nossa infância, no desejo alegre de ouvir e sentir as mais belas músicas sacras, na clarineta de Antônio Terra, no órgão dedilhado por Doralice, nas vozes bonitas desta e de D. Lilica, sob a batuta do maestro José Cipriano Freire. A iluminação artificial, nas noites festivas, fazia-se a carbureto. Dependurado no centro da Igreja, maravilhoso luzeiro, encrustado de pedras de puros cristais, com grande número de castiçais. A torre, fugindo ao estilo usual dos velhos templos católicos de Minas, o barroco evoluído ou livre, obedecia, mais ou menos, à ordem dórica ou jônica, sem “engenho e arte”. Continha um relógio fingido, tendo, bem ao alto, um passeio em volta de um zimbório cercado por gradil de ferro. Sobre esse zimbório, u’a cruz altaneira, divisada, ao longe, pelo forasteiro, como signo da civilização cristã à vista. A grande Cruz do Martírio, há anos, plantada à sua frente, já não existia mais. Nem as árvores de ciprestes e duas casuarinas. Frondjava, ainda, uma de magnólia, sob cuja sombra amiga eram, antes de feito o coreto, leiloadas as prendas em dias de festas, sob os acordes da banda de música.

Depois de outras pequenas reformas por que passou o templo, veio a do Pe. João Maciel Neiva. Consistiu ela, entre outras coisas, da demolição da antiga capela-mor, com a conseqüente e lamentável destruição da expressiva pintura dos Evangelistas e de outras relíquias preciosas de antanho, com as quais se compraziam os conservadores e amantes das coisas dos velhos tempos. Foram todas substituídas pelo pincel de José de Sousa Barbosa, que fez u’a pintura arbitrária, de mau gosto e, até, condenada pelo Bispo Diocesano.

Afinal, em 1951, o Pe. Romeu Moreira Maia empreendeu grande e substancial reforma, louvável sob vários aspectos. Dentre as inovações de vulto, destacam-se: A ampliação e elevação da torre, na qual foi colocada nova cruz iluminada. A entronização da imagem de Cristo Redentor. O relógio público. A reforma completa e ampliação da nave, do teto da Igreja e da sacristia. Introdução do novo e marmóreo altar-mor. Enriquecimento do agiologio, nichos e altares.

Esta a igreja dos dias alucinados em que vamos. Bonita, ampla, imponente. Mas não a do meu tempo. Não a do meu amanhecer. Não a que revejo com os olhos da recordação, do coração, quando minha infância despreocupada subia a então escada em ziguezague de seu coro, para ouvir e sentir, de perto, as bonitas e solenes missas cantadas. A sublime e divina música, festejada até pelas andorinhas em vôo e chilreios pela nave enso-larada. A música que sempre me fez a alma alpinar-se muito além dos escorralhos, dos charcos, à procura das Via-lácteas!

* * *

VIII

CEMITÉRIOS

O primeiro cemitério local foi construído sob o patrocínio de Matias da Silva Borges, por volta de 1773, logo após a construção da Ermida.

Era, então, terceiro Bispo de Mariana Dom Bartolomeu Manuel Mendes dos Reis (24).

Cemitério muito tosco, de aldeiola. Cercado de achas de madeira de lei, derribadas no próprio local. Construído em torno da Ermida. Aldeão, desses que o peregrino depara no mais escondido dos povoados das brasílicas sertanias. Com toscas cruzinhas, encimando sepulturas rasas e enfeitadas de florzinhas agrestes, já emurchecidas, como as próprias ilusões... Ao lado de uma Capelinha também solitária, tendo, em seu altarzinho, mais Nossa Senhora da Saudade!

Dizia Pai João que a primeira pessoa ali sepultada foi um caboclo de Taubaté, integrante da primeira expedição de Matias.

(24) Transferido pelo Papa Clemente XIV, de Macau (África), em cujo curto pastoreio, de apenas seis anos, o que, na vasta Diocese, houve de mais importante foi a criação do Caraça. Conta-se que Matias a seu procurador em Mariana mandou um portador especial buscar autorização para a construção do pequeno cemitério aldeão, o que nos parece improvável e até desnecessário.

Morto em uma choupana, no meio de denso palmital, no local onde, hoje, se situa a Rua Ten. Antônio João (25).

Serviu esse tosco cemitério até o ano de 1823, quando, sob a chefia do Cap. João Manuel de Siqueira Lima, foi edificado outro, já de pedras com um portão de madeira, em volta da Capela, que substituiu a Ermida. Escravos do Capitão e de outros carregaram, nos braços tisonados, sob inclemente soalheira, as pedras destinadas ao novo Campo Santo, onde muitos deixando, de vez, suas miseras senzalas, foram anonimamente enterrados.

Ensombravam, ainda, essa silenciosa morada dos mortos, árvores altaneiras, de cujas franças, presumidamente, os notibós misturavam sua zombaria com a das caveiras... (26).

* * *

O terceiro cemitério foi construído em 1853.

Os tranqüilos espírito-santenses de então fruíam a doçura remansosa de uma tarde do mês de maio daquele longínquo ano da graça. Com os corações em festa, esperavam três mensageiros da Fé, três catecúmenos.

Três frades franceses da Ordem de São Francisco de Assis — *Ordo Fratrum Minorum*: — Francisco, Arcanjo e Eugênio. Davam eles entrada no arraial ainda quase embalado ao verde surdinar das frondes. Trajavam o hábito do grande Toscano. Com a mesma humildade e santa contrição deste a ajoelhar-se na Porciúncula, onde o corpo de Santa Clara, como que trasladado pelos anjos, numa Noite Natalina, fora ouvir missa do seu filho inolvidável. Empunhava cada um sua maleta, seu cajado. De alpercatas. Barba patriarcal. Grande crucifixo ao peito. Compridos cordões.

Francisco era profundo botânico, a classificar, como Lineu, nas sertanias de Minas, variadas espécies de plantas, quando ainda, como seu homônimo e Frei Leão, ameigava os ninhos das rolas mansas. Arcanjo, como León Defour e o hodierno Francisco Walter W. Kent, era entomologista, a divertir-se, candidamente, com seus insetos, qual o Santo de Assis, com as andorinhas do Subásio. Eugênio, era mais teólogo, a conversar, preferencialmente, o Doutor Angélico, a perlustar Aristóteles. Era, também, escultor, tendo feito, em casa do Ten.

(25) Apesar de removido do adro da Igreja há muitos anos, os operários da Prefeitura de Coqueiral, nas escavações que ali fizeram, encontraram ainda restos mortais dos sepultados.

(26) No mesmo ano, porém, dados como da Ordem dos Capuchinhos, passaram por Lavras, em igual cometimento.

José Alves dos Santos, perfeita Imagem de Nosso Senhor dos Passos, em tamanho natural.

Os três, como Anchieta, pela integral renúncia às coisas fofatuanas da Terra, teriam acompanhado o filho excelso de Santa Clara, “nos plainos da Ûmbria, como discípulos.” E, com ele, erguido o *Canticus fratris solis* à Onipotência do Criador e à maravilha da Natureza, celebrando o Onipotente e haurindo, em todas as formas vivas, o mesmo eflúvio cósmico. E teriam transformado à mansidão de um cordeiro a ferocidade do lobo monstruoso, que punha Gúbbio em pânico.

Não obstante festivamente, esperados em casa do Ten. José Alves dos Santos (hoje, local da residência e loja de J. do Norte), foram diretamente à Igreja, infensos que eram a quaisquer exteriorizações do mundo. Ali, fizeram tanger os sinos, convidando o povo para a sua primeira pregação, após a prece do *Angelus*.

Frei Francisco expôs, de início, a dupla e meritória finalidade de sua visita e de seus abnegados companheiros ao Espírito Santo dos Coqueiros: Construir o novo cemitério e pregar as santas Missões (27).

Aquela noite, os três estrênuos bandeirantes da Fé a passaram mesmo, em penitência, na Capela-Mor da Igreja. Somente no dia seguinte, muito rogados, resolveram hospedar-se em casa do Ten. José Alves dos Santos.

Concertados, com o anfitrião e os demais chefes locais, os planos para a edificação da nova cidade dos mortos, deu-se, sem demora início à obra piedosa. Tal se verificou logo após a derribada da mata virgem do local e desentulhamento de todo o terreno, onde profundas raízes de gigantescos troncos foram arrancadas com rolineiras ferramentas manuais. Ato seguido, terras e pedras foram carregadas à granel pelos escravos e pelo povo em geral, numa ruidosa faina alegre, como se outra fosse a finalidade da obra (28).

Todos agiam sob o comando de Frei Francisco, homem generoso, mas severo no exercício pleno do seu apostolado. Para ele,

(27) Pelo perlustrar da história de vários municípios Sul Mineiros, consta-se que os frades procederam de S. Sebastião do Paraíso, onde estiveram consagrados ao mesmo cometimento.

(28) Conhecemos, ainda, algumas dessas pessoas, como: Tia Mariinha (velha preta rezadeira), Tia Blandina e Francisca Tereza de Jesus (a “mulata” “Sá Chiquinha, “mascadeira” de fumo de rolo).

como era próprio de um verdadeiro cruzado do Evangelho, não havia senhores nem escravos. Pobres nem ricos. Todos estavam igualmente destinados ao mesmo “patrimônio de cinzas” que ali se estava construindo.

D.^a Maria Júlia, senhora rica e da nobreza de então, esposa do Ten. Boaventura Tomás Vilela, presenciava, de braços cruzados, o trabalho de seus escravos, quando foi advertida pelo frade chefe, que, com o seu sotaque gaulês, lhe perguntou, a ela :

— E a senhora, por que não trabalha também?

— Meus escravos o fazem por mim.

— Não, senhora. Os escravos estão trabalhando para fazer jus ao lugar deles. A senhora deverá trabalhar para si mesma.

Como São Paulo, poderiam os três bandeirantes da Cruz dizer: “Nada trouxemos a este mundo e nem é duvidoso que algo dele possamos levar. Tendo com que nos alimentarmos e nos cobrirmos, estejamos satisfeitos.”

Assim eram os frades, inteiramente desprendidos dos bens terrenos, porque — sabiam-no — os seus detentores não os podem conduzir em sua misteriosa viagem irreversível para o grande Silêncio. Deixam-nos todos na hora da manumissão da carne, dos grilhões da gravidade, para o vôo do Espírito rumo à Grande Claridade.

Não aceitavam os frades dinheiro, sob nenhum pretexto. Repeliavam-no, ao contrário dos Sanchos Panças do terrenal, que o porfiavam até com os companheiros asnos, os rocinantes. Eram, como se vê, verdadeiros sacerdotes, seguidores indesviáveis do Mestre Divino. Do tempo dos sacerdotes de ouro e cálice de pau, segundo, se nos não enganamos, dizia o Pe. Vieira. Ser-lhes-ia o inverso, com efeito, a total e sacrílega inversão de sua altíssima missão de preparar as almas para a Pátria do Grande Oriente. Sempre a pregar, com os lábios e os corações, o Sermão do Arrependimento, “o Hino arrebatador da Salvação do Espírito”, na feliz expressão do grande pensador Lydio Machado Bandeira de Mello. “O Evangelho Vivo do Espiritualismo Cristão.” Era-lhes, sem dúvida, falaz a refulgência dos transitórios detentores do poder temporal do mundo. Ainda como aqueles pacientes monges de Subiaco, irradiadores de virtudes e de saber. Viviam em plena angelitude, em estado de graças. Cada um de per si, à semelhança ainda do suave Santo da Toscana e da Úmbria, a fazer dos espinhos da terrenal travessia o mais fresco dos roseirais, embalados por chilreios de ninhos e cânticos de primavera. E po-

deria exclamar: “Deus meus et omnia!” “Meu Deus e meu tudo!” E todos, à maneira daquele Pe. Arlindo, exaltado pela pena adamantina de Dom F. de Aquino Corrêa, estavam bem distante do triângulo fatal, traçado por São João Crisóstomo, em sua primeira epístola: “Concupiscência da carne, dos olhos e soberba da vida”. E, deste modo, igualmente, fariam a pergunta célebre de Tertuliano: “Quae major voluptas, quam fastidium omnis voluptatis?”

Esses três catecúmenos, durante sua estada neste lugar — cerca de seis meses — fizeram, efetivamente, verdadeira obra apostolar, catequética. Certos já estavam de que, como mais tarde disse Carrel, “só nas asas da Mística pode o homem concluir a sua ascensão.” E pode atingir “a grandeza da Esperança cheia de imortalidade,” de que fala a “Imitação”.

Concluíram, no último trimestre de 1853, o terceiro cemitério espírito-santense, em cujo centro foi erigida u’a grande Cruz do Martírio. A seu redor as cruzes da via-sacra.

A primeira pessoa ali sepultada chamava-se Pedro da Silva, filho de José Joaquim da Silva. Faleceu no atual sítio de sucessores de Leonides Alvarenga. A última, no tempo, não o estará muito longe de o ser. É que a obra, a despeito de feita com toda a solidez, com compactos blocos de pedras, já, em seu primeiro centenário, se está desmoronando, vencida pela contingência do transitório das coisas da Terra.

Concluindo os intimoratos cruzados do Evangelho a sua nobilíssima e inesquecível missão, partiram com destino a outras plagas. Daqui se destinaram a Paracatu, dormindo, talvez, sob o “buriti perdido”, de Afonso Arinos. Passaram, possivelmente, pelo roteiro palmilhado, sete lustros antes, pelo naturalista austriaco João Emanuel Pohl, em sua famosa viagem “NO INTERIOR DO BRASIL”.

Chegando a Uberaba, extinguíram-se-lhes as terrenais existências, bem longe da luminosa França imortal que de berço lhes serviu. Como, porém, varões da eternidade, partiram para uma Pátria infinitamente mais luminosa e beatifica. Ao apelo irrevogável do Anjo da Morte, puderam responder com os corações em festa, à maneira de S. Luís de Gonzaga: “Laetanimus!” “Vamo-nos alegremente!”

Entregando-se, tranqüilamente, os corpos cansados aos vibríões do pó, certos da ressurreição do Espírito santificado.

Cultuando-lhes as memórias inapagáveis, ajoelhe-se, numa reverência agradecida, o coração de um povo!

CEMITÉRIO ATUAL

Quando, no início do ano de 1955, concluíamos os originais da 1.^a edição deste livro, já havia sido iniciada a remoção do cemitério acima descrito para o terreno doado pelo Sr. Urbano Batista de Figueiredo. Acrescentamos, então: “Está o novo cemitério no terreno citado em plena construção, agora, de tijolos, servindo parte das pedras do velho para as bases do novo, sendo provedor da obra o Pe. Romeu Moreira Maia e o construtor, Sr. Cristiano Faria.”

Finalmente, para detalhar a construção, inauguração e outros aspectos de valor histórico, solicitamos, por carta, ao Revmo. Pároco local, Pe. José Bispo de Souza, os dados necessários. Entretanto, S. Exma. Revma., em que pese as suas altas virtudes sacerdotais, à sua cultura, não se deu ao trabalho de nos responder!

Fica, pois, o cometimento para o futuro historiador local, se for feliz com o referido Pe. Bispo, ou seu sucessor na Paróquia do Divino Espírito Santo.

IX

CAPELAES E PÁROCOS

Pouco tempo após a construção da Ermida (em 1777), além dos batizados anteriores (1773), conforme está expresso no capítulo VII das Capelas e Igrejas, aqui oficiou um Capelão no casamento de João Pereira Cabral com Genoveva Maria de Siqueira. Em 21 de agosto de 1791, no batizado do primogênito desse casal.

Presume-se seja esse Capelão, o celebrante dos primeiros batizados. E ainda, esse mesmo, o presumível oficiante da primeira missa campal aqui rezada. Permaneceu na Capela, com ânimo definitivo, de 1792 a 1810, quando era Bispo de Mariana, Dom Frei Cipriano de São José, sagrado a 30 de dezembro de 1797. Seguiu-se a esse Capelão, provavelmente, o Pe. João Pereira de Carvalho. Depois:

1.^o — Pe. Antônio Barbosa Vilar (1819-1824), já sob as ordens de Dom Frei José de Sá da SS. Trindade.

2.º — Pe. Antônio da Rocha Freitas (1825-1839) (29)

Esses eram Capelães.

Criada a Freguesia pela Lei Provincial n.º 729, de 18-5-1855, foi aqui provisionado, como primeiro pároco, por Dom Ferreira Viçoso, o Pe. Rozendo de Melo Alvim, procedente de Congonhas do Campo. Provisoriamente, porém, suspenso de ordens, foi substituído pelos:

3.º — Pe. Joaquim Mamede Rosa, dado, entretanto, pelo insigne historiador Côn. Raimundo Otávio da Trindade e citado por Waldemar de Almeida Barbosa, como o primeiro vigário encomendado.

4.º — Pe. Joaquim de Souza Oliveira (1861).

5.º — Pe. José Tomás de Souza (1862-1863).

6.º — Pe. Luís Pereira Rosa (1863).

7.º — Pe. Rozendo de Melo Alvim (1863), novamente.

8.º — Pe. José Maria Lapuerta (1907-1911).

9.º — Pe. Izidoro Guilmin (1912-1914), quando foi paroquiar em Carmo da Cachoeira (de 3-6-1914 a 25-9-1916).

10.º — Pe. Manuel Afonso Pereira Campos (1914-1924).

11.º — Pe. João Maciel Neiva (1924-1931), tendo a sede de seu paroquiato em Santana da Vargem.

12.º — Pe. Manuel Antônio Luís (1931-1932).

13.º — Pe. João Maciel Neiva, novamente (1932-1943)

14.º — Pe. Artur Campos Costa (1943-1948). (30)

15.º — Pe. José Elias de Negreiros (1949).

16.º — Pe. Romeu Moreira Maia (1949-1973). (31)

(29) Todavia, em 18-5-1848, o Pe. Freitas aqui ainda assinou, como testemunha instrumentária, em um documento, em virtude do qual Francisco Antônio Vilela e sua mulher doaram o terreno destinado ao patrimônio do Divino Espírito Santo do Paraíso, em Goiás, para onde, a partir de 1849, deveria o religioso seguir, com a promessa de ser o primeiro Capelão da nova localidade (Jataí), historiada e romanceada por Basileu Toledo França.

Fora aqui o Pe. Freitas proprietário da granja do "Barro Amarelo", da Fazenda dos "Coqueiros", e de alguns escravos que lhe levavam, diariamente, um muar para um passeio campestre, inclusive à granja, onde mantinha viçoso plantio de frutas.

(30) Empossado festivamente a 1-3-1943, quando aqui celebrou sua missa solene, com a presença de altas autoridades eclesiásticas, dentre as quais o então Vigário Geral da Diocese, Mons. João Rabelo de Mesquita.

(31) Do mesmo modo, o Pe. Romeu Moreira Maia, entre alvissaras e festas, celebrou a 3-7-1949, a sua primeira missa solene.

Vários dos capelães e párocos enumerados foram aqui eventualmente, substituídos por outros procedentes de Candeias, Três Pontas, Ouro Preto, como os Padres Furtado, José Maria Rabelo, Jerônimo da Anunciação, Luiz Beltrão e João Batista de Souza (32).

17.º — Pe. Sebastião Augusto de Paula

18.º — Pe. José Bispo de Souza.

* * *

Como, ao de logo, se constata, o Pe. Rozendo de Melo Alvim, aqui falecido às 6 horas de 14-9-1906, com 86 anos de idade, teve o seu paroquiato mais dilatado nesta Paróquia, na Capela-Mor de cuja Igreja Matriz foi enterrado, tal como aconselhava Santo Ambrósio: “Convém que o sacerdote repouse onde celebrou, quando marcou sua própria sepultura.”

* * *

O Pe. José Maria Lapuerta, nomeado, por D. João de Almeida Ferrão, em 2-4-1912, empossou-se durante a missa conventual de 14 do mesmo mês. Era espanhol, natural de Burgos, antiga capital da Castela-a-Velha, à beira do Rio Arlanzon. Antes de aqui chegar, exercera seu sacerdócio nas Filipinas. Era baldo de cultura geral e, parece, até de teológica. Comprazia-se muito com as pescarias. Ao contrário, porém, do velho pescador em Tiberíades, não levava muito a sério as coisas da vida. Nem o múnus sacerdotal com a sua devida dignidade. Sem grande prejuízo, contudo, para os fiéis mais afeitos ao conteúdo da evangelização, do que ao exemplo prático do evangelizador.

Como genuíno filho do simpático país dos antigos Celtíberos, amava as touradas, às quais sempre se referia com exaltador entusiasmo, pelas quais tanto há delirado o povo espanhol. Não raro, delira mais pelos seus toureiros célebres do que pelos heróis de sua formosa e fidalga Terra. Apraz-lhe mais, quase sempre, o enterrar da espada de um homem de capa vermelha no coração de um boi estafado, do

(32) O Pe. Furtado (de Candeias), foi proprietário da fazenda da “Fábrica”, por ele doada ao patrimônio da Igreja Matriz local, com reserva do usufruto vitalício em favor de uma irmandade de pretos escravos.

O Pe. João Batista de Souza, era filho de Manuel Rodrigues Carro e de Ana Teresa Carrero, e irmão de Manuel Carlos de Souza, que lhe custeou a ordenação no velho Seminário de Mariana.

que os olhos negros e feiteiros da mais sedutora sevilhana. Ou do requebro voluptuoso de um “te quero” ao quente estalar da castanhola...

Quer, porém, parecer-nos que o Pe. Lapuerta, entre “SANGUE E ARENA” do seu agrado, ainda preferiria o bailado feiteiro da formosa filha de Sevilha...

Conta-se que, não obstante, se comprazer mais com o viver o drama real da vida, orgulhava-se de ser homônimo do interpretador universal da famosa peça “A GARGALHADA”, de Jacques Arago.

Daqui foi transferido para Soledade de Minas, onde não sabemos se continuou a pescar mais peixes ou homens...



O Pe. Izidoro Guilmin era, também, exímio musicólogo. Compositor, educador, dramaturgo, severo. Excessivamente franco, porém generoso e amigo devotado de seus paroquianos, máxime das crianças. A estas distribuía quase todas as espórtulas que ganhava. Com elas, passava a maior parte de seu tempo disponível. Ensinava-lhes a música com a mesma apostolar devoção com que lhes ministrava o catecismo. Conservava muitos meninos pobres em sua casa (paroquial), sobre cujo amplo forro lhes dava dormida. Como São João Crisóstomo, encontrava, nesse infantil convívio, “o mais alto grau de filosofia”: *Philosophiae culmen*, lembrou D. Aquino Corrêa. E ainda, “vida angélica”: *Simplicem esse cum prudentia, hace est vida angelica*.

O seu espírito altamente caritativo, e o seu total desprendimento às coisas temporais deste mundo formaram o binômio que lhe perpetuou o múnus sacerdotal. Como o grande Apóstolo dos Gentios, da Caridade lhe sabia a excelsitude e o relevo entre as outras Virtudes Teológicas. Praticava-a na integral renúncia às coisas do contingente, tal como manda o Evangelho do Amor.

Sistemático, nervoso, extremamente positivo e franco, repetimos. Entretanto, seja, igualmente, repetido, multimilionário de espírito e de coração. Cumpridor indesviável de seus árduos deveres missionários. O buscar o Infinito lhe estava na meta primacial.

Promoveu aqui várias festas religiosas e algumas de cunho eminentemente, educativo e social, destacando-se uma de Natal, em benefício dos pobres. Fez, então, representar na própria Igreja Matriz, um drama sacro de sua autoria e todo musicado.

A sua exaltada devoção à divina música era-lhe, também, uma religião. Sabia, sem que lho dissesse o dicionarista Cândido de

Figueiredo, que musicalidade pura é religiosidade. Tem o dom miraculoso de transmutar até o cético. Significativa essa confissão de Musset: “Foi a música que me fez crer em Deus.” Desde os princípios proclamados na velha Escola de Alexandria, um meio de chegar a uma perfeita união com o Absoluto.

O Pe. Izidoro, como musicólogo de tomo, melhor do que nós, sabia que a música, na constelação estelar das Artes, tem lugar de primeira grandeza. As chamadas artes plásticas têm o seu campo de ação no espaço. A música e a poesia, no tempo. Naquela representa veículo de beleza a forma e a cor. Na poesia, a palavra, que tem corpo e alma, é esse veículo, quando, acima de tudo, sai da alma. Mas, na música, que é incorpórea, não há intermediário. Através do som, que é beleza pura, a alma se transporta ao Infinito.

Lacrimava o sacerdote maestro, quando, de batuta em punho, quer estivesse regendo a execução da “Missa Solene”, de Beethoven, quer ouvindo e sentindo os “Noturnos”, de Chopin, ou ainda o “Allegro Vivace”, da Sinfonia da Primavera”, de Schumann.

Sabia erigir um altar criselefantino para o seu mais ardente culto à Arte sublime.

Daqui, em 1914, deixando pesar e preces musicadas, foi pa-roquiar em Carmo da Cachoeira, berço de outro sacerdote eminente, Pe. Antônio de Oliveira Godinho. Este o autor do célebre discurso-necrológio sobre Kennedy. O tribuno de montealvéria e aquilina eloquência. Certamente, apostaria vãos com a Arte divina, cultuada e cultivada pelo filho ilustre da Bélgica.

* * *

O Pe. Manuel Afonso Pereira Campos (português do Minho, Província da Beira Alta) foi para aqui nomeado em 24 de junho de 1914, por D. João de Almeida Ferrão, primeiro Bispo Diocesano da Campanha. Empossou-se a 3 de julho do mesmo ano. Leu a Portaria de nomeação, ou a Provisão, à estação da missa conventual, na domingo 7.^a post Pentecostes.

Viera saudoso do seu rio, de sua Província, das pitorescas herdades e quintas, sob cuja frescura verde, batida de luar, cantavam os rouxinóis. E, tauxiada pelo ouro ou carmim das madrugadas, as cotovias cantavam. Saudoso, em suma, de sua grande Pátria pequena, à qual o épico supremo da Língua “deu a sonoridade universal da sua consagradora epopéia.”

Nós encontramos, aqui, em 1915, o Pe. Manuel. Vimo-lo, pela vez primeira, de perto, quando, a 3 de junho do mesmo ano de 1915,

fez um discurso de saudação à nossa família, fidalgamente, visitada pela corporação musical do Prof. José Cipriano Freire. Dele guardamos a lembrança mais grata e comovida. Foram as grandes festas religiosas por ele promovidas o encanto maior da nossa descuidada meninice. As suas rezas do mês mariano, lindamente musicadas, nas ladainhas, por nós assistidas na companhia amável de parentes que não existem mais, continuam presentes no santuário da nossa recordação, onde vive a “guitar o órgão melancólico da Saudade!”

Era forte o patricio do primeiro Bispo de Mariana. De estatura avantajada. Positivo, nervoso, inteligente, dotado de regular cultura geral. Bom orador sacro. Aqui, no púlpito, teve uma estréia feliz. Logo após a sua posse, de 22 a 26 de julho de 1914, celebrou-se em Lourdes, a cidade de Maria, o XXV Congresso Eucarístico. Então, em atendimento à recomendação do Sr. Bispo Diocesano, se lhe azou o ensejo de pronunciar substancioso sermão sobre a Virgem, novamente exaltada e reverenciada pela consciência cristã universal. Encantou-nos, em 1922, com belo panegírico de São Francisco de Sales, sob o título do luminoso brocardo: *Servire Deo, regnare est*. Servir a Deus é reinar. Foi feliz no dissertar sobre o florido autor da célebre “Introdução à Vida Devota” e companheiro santo de Santa Joana de Chantal, na Fundação da Ordem da Visitação.

Como o Pe. Izidoro, era amigo das crianças, com as quais brincava amiudadamente, havendo, certa feita, em uma ginástica com o Euclides Antunes, lhe quebrado o braço, pondo-o com a boca no mundo e o padre em aperturas...

Bastante vocacionado para a ação das máquinas e artifícios. Transformou a chamada “Laginha”, formada de pedras abruptas e encachoeiradas águas, em uma ruidosa colmeia de trabalho. Ali, instalou grande fábrica de fécula, moinho de fubá e outros artifícios movidos a água e de tração a vapor. Fez um sítio pitoresco, cheio de buliçosa alegria. Do rumorejar das águas. Do ruído das máquinas. Do prosear algaraviado da velha lusitana “Sá Emídia”. Da graça louçã das jovens Adelaide e Julieta Fonseca, a evocar, misturando, em suas saudosas cantigas, o surdinar das águas do Minho, o cantar da cotovia e a melodia de um fado dolente.

Não faltou ali um grande tanque, onde nossa infância brincou com os patos grasnadores, abrindo e fechando as asas brancas, como que leques de saudação às matinas da nossa alegria de criança.

A 8 de março de 1924, pelo vapor do Rio Grande, transferiu-se o Pe. Manoel Afonso Pereira Campos, para a Paróquia de Ribeirão Vermelho. Posteriormente, para a de São Francisco de Oliveira, onde encontrou o túmulo.

Antes, a 1.º de maio de 1945, aqui voltou, a passeio, já velhinho, como que para duas finalidades emocionais: Despedir-se, para sempre, de seus antigos paroquianos. Transportar-nos para a paisagem já ensombrada do presente a colorida aquarela de nossos idos e remansosos dias, quando fazíamos também parte do mundo dos pintassilgos e das borboletas...

* * *

X

VISITAS PASTORAIS

Por aqui, em tempos idos, quando a Paróquia pertencia ainda à tradicional Diocese e, depois, Arquidiocese de Mariana, em visitas pastorais, passaram Bispos ilustres e virtuosos. Eram essas visitas acontecimentos singulares. Tinham elas o condão de fisionomizar a vida pacata do velho arraial. O povo, todo unção e fé, recebia, com festejadoras alegrias, os eminentes prelados, que vinham ministrar o sacramento da crisma e visitar seus rebanhos.

Já há quase dois séculos volvidos (a partir de 1780), Dom Frei Domingos da Encarnação Pontével, antistite operoso, culto, virtuoso, como Dom Bartolomeu dos Mártires, começou a percorrer toda a vasta Diocese, por veredas agrestes e rincões mal trilhados das Gerais. Seguindo o exemplo apostolar e o sacrifício do quarto Bispo da Diocese, professor emérito de filosofia e teologia, visitou esta Paróquia Dom Antônio Ferreira Viçoso, que, de 1844 a 1875, dignificou a Mitra Diocesana. Prelado de peregrinas virtudes, culto, piedoso, sem, contudo, deixar de ser enérgico, quando necessário. Exercendo o múnus episcopal em uma época de crise religiosa em todo o mundo e em que minada de erros repetidos estava a Diocese, soube, com elevação, autoridade e sabedoria, implantar, em Minas Gerais, a lei e a disciplina da Igreja. Durante a questão controvertida dos Bispos, se houve com estóico espírito de luta e de altanaria. Soube retratá-lo, em livro notável, um dos seus auxiliares — Dom Silvério Gomes Pimenta.

Velhinho já, viajava de “liteira”, puxada por dois animais dirigidos por um almocreve, quando, ultimamente, por aqui passou no seu santificante pastoreio.

Ainda, no fim do século passado e começo do atual, a Paróquia teve a excelsa honra de receber Dom Silvério Gomes Pimenta (Bispo e, depois, Arcebispo de Mariana), sábio e quase santo.

Sobre esse admirável Príncipe da Igreja, a quem, certamente, o eminente Dom F. de Aquino Corrêa chamaria “Varão da Eternidade”, já escrevemos e citamos em nosso livro “JARDIM DAS OLIVEIRAS”: Graças às suas penosas e diuturnas lucubrações, jornadeando “sem água e sem pão”, fez-se sábio, que poderia pontificar em uma cátedra enobrecida do Velho Mundo. Entretanto, exercendo seu santo ministério, “nas noites de vigília, nas canseiras catequéticas pelos lugares perdidos de Minas, nos lodaçais em que se atolou, nas chuvas com que ensopou sua pobre batina rota, no catre rude em que dormiu, no chão em que pisava descalço, preferiu falar aos humildes, às ovelhas de sua grande grei”.

Como Abraham Lincoln, e outros predestinados, estudou à luz das lareiras e serviu de criado dos mais humildes aos seminaristas, em cujos berços a pobreza não madrugou.

Esse preexcelso Príncipe Católico foi o primeiro do Brasil recebido, com alvissaras e festas, na Academia Brasileira de Letras (em 28-5-1920), com a saudação do verbo resplandecente de Carlos de Laet. Conheceu, repetimos, os homens rudes, perdidos nas sertanias esquecidas de Minas Gerais. Em suas andanças catequéticas, serviu-se até de vagarosos carros de bois monodiando a cantiga insípida de seus chumaços pelos chapadões alpestres, numa evocação dos tempos dos Merovingios. Não raro, esse conspícuo “bandeirante das letras e da Cruz”, em horas crepusculares do *Angelus*, ao caboclo ensinou o Pai Nosso, em toscas e aldeãs igrejinhas, onde Nossa Senhora da Saudade, já estava rezando!

Foi assim que, o grande filho de Congonhas do Campo, durante cuja provecta existência escreveu a mais luminosa e dignificante página de Amor e de Pedagogia cristã, por aqui passou. Foi assim que, sempre apostolizou e, sem o querer, em sua gloriosa humildade, multifulgiu como verdadeiro *Sacerdos magnus, qui diebus suis placuit Deo*. Foi assim que, o menino humilimo do nada partido, exaltando e dignificando o sólio episcopal de Mariana, de Minas e do Brasil, por aqui passou.

Foi, finalmente, assim, que o filho inesquecível de Antônio Alves Pimenta e de D. Purcina Gomes de Araújo, passou pelo velho Espírito Santo dos Coqueiros, onde sua memória é reverenciada. E lirialmente ainda floresce: *Florebit quasi lilium* (33).

* * *

Em 22-8-1901, por aqui passou Dom João Corrêa Nery, Bispo Diocesano de Pouso Alegre. A 21-8-1903, procedente de Boa Esperança, tornou a visitar a Paróquia, quando foi, carinhosa e festivamente, recebido, segundo está registrado no livro Tombo da Igreja Matriz: "Recebido a certa distância da Freguesia, por crescido número de cavaleiros, entramos na localidade, que se achava festivamente enfeitada, e fomos apear-nos em frente à casa do Ten. João Borges de Figueiredo".

* * *

A partir de 1915, por duas vezes, assistimos à chegada festiva de Dom João de Almeida Ferrão, Bispo Diocesano da Campanha (34).

* * *

Já velho, vinha contudo, a cavalo, acompanhado de um escudeiro e, quase sempre, de um seminarista, que lhe servia de Secretário. As suas chegadas por nós assistidas, se deram à tarde, ao pôr-

-
- (33) Foi primeiro Bispo da dilatada Diocese de Mariana, Dom Manuel da Cruz, nascido em 5-2-1690, nas proximidades do Porto (Portugal), da Ordem de S. Bernardo. Escolhido por D. João V, para Bispo do Maranhão. Posteriormente, indicado pelo soberano ao Papa Bento XIV, para fundar a Diocese de Mariana, da qual foi o primeiro dignatário (da Mitra). Deu ele, o exemplo mais heróico de sacrifício e bandeirismo intemorato pelas sertanias do Brasil, a serviço da Cruz. Da Terra de Gonçalves Dias, numa "odisséia" assustadora de quatorze meses, na expressão do Côn. Trindade, aportou à veneranda Vila de Nossa Senhora do Carmo.

Dom Silvério, além de suas excelsas virtudes cristãs, era altamente erudito, polígrafo, poliglota. Dominava várias línguas. Relatou-me há muitos anos, o Mons. José Lourenço Leite (companheiro do Arcebispo de Mariana em uma peregrinação à Terra Santa) que o viu conversar com os barqueiros de Tiberíades em genuíno dialeto sânscrito.

- (34) A primeira visita pastoral foi aqui em 17-5-1910. A segunda, em 1.º-6-1914. A terceira, em 24-9-1917. A quarta e última, em 23-10-1920, sendo que os Anais da Igreja Matriz, a partir dessa data, só registram as visitas de Dom Inocêncio. Nos últimos tempos, do muito ilustre Dom Othon Motta, querido Bispo Diocesano da Campanha da Princesa, já, em virtude de doença, substituído por Dom Antônio de Miranda, nomeado pelo Papa Paulo VI.

-do-sol, pela Machambomba, onde compacta multidão, em alvoroço festivo, pressurosa, o aguardava. A aproximação da hora exata da entrada triunfal do Bispo venerável, nosso coração de infante e cioso de novidades quase nos saltava do peito. Não sabemos se os romanos receberam com mais ansiedade a Leão Magno, que lhes salvou a Cidade Eterna da fúria dos Bárbaros.

Eis que, afinal, do lado do Morro do Chapéu, procedente de Nepomuceno, surgia S. Exa. Revma. Envergava, sobre a batina comprido guarda-pó. Cavalgava donairoso corcel, bem ajaezado. Também o gilvaz de um rojão, como aquele com que a Carlos de Laet, anunciou a chegada, em uma Paróquia de Minas de Dom Silvério, ignesceu o céu de safiras. Depois, outros. O povo, recontente, punha-se em movimento, fazendo alas, enquanto, o Pe. Manuel Afonso Pereira Campos e pessoas de prol do lugar se aproximavam, primeiramente, do recém-chegado e de sua comitiva. O sacristão Joaquim Luiz da Rocha, sempre apressado, de gravata vermelha, o mais das vezes, com um pé calçado e outro não, queria ser o primeiro a oscular do Bispo o anel. A banda de música, sob a batuta do Maestro Juca, executava festivos dobrados. Mais foguetes, em profusão, espoucavam no ar, cujos destroços fumegantes eram, num alaridar freneticamente, perseguidos pela meninada, que se esquecia do Sr. Bispo...

Recebido o visitante eminente, com as honras de estilo, diante de quem os fiéis se genuflectiam em porfia filial, beijando-lhe o anel episcopal, era acompanhado pelo povo até à Casa Paroquial. Passava pelas ruas salpicadas de palmas, varridas e sob arcos triunfais. Da Casa Paroquial, após ligeiro descanso, pontificalmente paramentado, sob o pálido conduzido por pessoas destacadas, processionalmente, fazia sua entrada solene na Igreja Matriz, onde eram cumpridas as prescrições do Ritual Romano.

O povo superlotava a Igreja, para, com o coração pleno de fé, ouvir a palavra autorizada e guieira de seu Bispo. O arraial, em suma, parecia ataviar-se, apoteosar-se, a fim de receber, condignamente, a autoridade maior de sua Diocese, durante cuja estada aqui o ar era de religiosidade e de alegria.

Bons e belos tempos, em que havia ainda um pouco de fé nos corações e a visita pastoral de um Bispo era acontecimento memorável!

Quão diferente é tal acontecimento nestes dias apocalípticos e de inquietação universal! De mortais impactos à realeza do espírito!

Vivemos, sem dúvida, a era atomística da hegemonia da matéria, da supremacia da máquina. A civilização moderna é super-me-

canizada. Civilização tecnológica a desumanizar o homem de nossos dias, deixando, ainda, mais insolúvel a sua problemática.

“O homem moderno” — diz Carrel — “deu primado à matéria e sacrificou o espiritual ao econômico. Preferiu o bem estar à força e à alegria. Abandonou a terra de seus antepassados, os animais, para viver entre as máquinas sem alma. Esqueceu as searas ondulantes ao sol. O recolhimento das florestas, a paz da noite, a harmoniosa beleza das plantas e das águas. Encerrou-se nas duras cidades geométricas. Despersonalizou-se no monótono trabalho das fábricas. Violou, conscientemente, todas as leis da vida.”

E, Will Durand conclui: “E o mundo, que fora todo um campo de plantas em crescimento, e crianças buliçosas, e mães amoráveis, e homens cheios de sadia ambição, tornou-se, para a mentalidade moderna, uma vasta congérie de maquinismos.”

Assim, hoje, a visita de um Bispo é acontecimento despercebido, de somenos. O povo, em sua esmagadora maioria, com a alma saarizada, entorpecida pela maconha moral, nas megalópoles alucinantes, neuróticas, só se preocupa com o carnaval. Com o baile de máscaras da Vida, esquecida das cinzas... E, na desvairada corrida egocêntrica de estulto Anteu, na ânsia de sobrepor-se à Eternidade, ao Absoluto, se põe em ação atordoada. Para quê? Para embarcar em uma cosmonave, porque o avião a jato já é muito vagaroso...

XI

CRUZEIROS

Em 1873 aqui chegaram os Missionários Capuchinhos — Pe. Miguel e outros, procedentes, presumidamente, de Bom Jesus dos Perdões. Teriam eles, no mês de junho do mesmo, também presidido às cerimônias da ereção do principal Cruzeiro da terra do Alferes Romão Fagundes do Amaral, em virtude de cuja iniciativa foi ali edificada, em 1870, a primeira Capela. Vieram pregar as Missões, dar prosseguimento às obras de construção da malograda Igreja do Rosário, e erigir o atual Cruzeiro da praça do mesmo nome, hoje, 7 de setembro.

O madeiro destinado ao majestoso símbolo da Fé — de óleo balsamo — fora tirado de uma floresta virgem da fazenda da Prata.

Bipartido, foi transportado em dois possantes carretões, puxados por numerosos bois com os chifres enfeitados, tendo entrada festiva e triunfal no arraial. Dentre os carreiros, estava o preto Joaquim Mateus, dado a mandinga e carregador de “patuá”. O carpinteiro mestre dessa obra, de iniciativa de Manuel Carlos de Souza Oliveira, foi Joaquim Inácio de Sousa, secundado por Manuel Curitiba, João Carapina e José Joaquim da Silva. O dia da ereção do imponente Cruzeiro, foi altamente festivo, para o que ainda contribuiu a pregação missionária.

Do antigo Largo da Matriz, onde se deu a feitura do Cruzeiro, foi este processionalmente conduzido para o local da ereção, passando para a Rua Pedro Botelho, na impossibilidade de lhe passarem os braços na hoje chamada “Esquina Menezes.”

As 15 horas começaram os preparativos da memorável cerimônia da ascensão do grande símbolo, para a qual foram usadas possantes tesouras amarradas com farta cópia de embira de palmito. À tarde de primavera, um pouco cinzenta (era 9 de setembro de 1873), minutos antes do incêndio da Igreja do Rosário, sob ansiosa expectativa de grande multidão, após o ritual de praxe, foi erguida a grande Cruz. Fazia a prática alusiva o Pe. Miguel, quando um incêndio sacrílego, apavorando-o, lhe arrebatou a palavra!

Estava, pois, erguida aos céus a atalaia altaneira da fé de um povo ainda feliz e tranqüilo.

Com religioso carinho, mãos piedosas de nobres damas de então ajardinaram, em torno dos gradis envolvendo o magnífico Cruzeiro, o pitoresco ambiente. Árvores de acácia, pinheiros, lindas rosas e outras redolentes estrelinhas da terra foram ali plantadas em simetria, trescalando os mais agradáveis aromas. Emolduraram ainda o belo quadro os heráldicos coqueiros, em cujos leques, como harpas eólias, a brisa suave ciciava um poema verde, como que em lírica nupcialidade com o madrigal odoroso das flores, o chilreio das crianças e dos passarinhos.

Eis como Bernardo Saturnino da Veiga, em uma página feliz do seu “ALMANAQUE SUL MINEIRO PARA 1884”, pág. 173, descreve o nosso Cruzeiro:

“No Largo do Rosário, plano e delindo aspecto, aformoseado com muitas dezenas de coqueiros, ergue-se um altíssimo Cruzeiro, por iniciativa dos padres Missionários que estiveram neste lugar em 1873, sendo o trabalho executado e dirigido pelo distinto e prestante cidadão Manuel Carlos de Souza Oliveira e seus dignos irmãos, eficazmente, auxiliados pelo povo. Não é de simplicidade igual aos Cruzeiros freqüentemente, encontrados nas povoações mineiras o do Es-

pirito Santo dos Coqueiros. Rodeia-o uma calçada artisticamente feita de pedras lisas de São Tomé, sobre as quais está colocado um elegante gradil de ferro. De espaço a espaço, em aberturas praticadas na pedra, surgem flores variegadas, tratadas com o maior desvelo e que enchem de suaves aromas todo o ambiente. Estátuas diferentes ornaram o pórtico do jardim que rodeia o emblema de nossa redenção, e alguns lampeões de gás-globo estão colocados em pontos diversos, em volta da cruz, para iluminá-la em certas e determinadas noites. É grande a devoção popular para com o Cruzeiro. Todos os anos sobem a muitas centenas de mil réis o dinheiro doado para sonelizar-se a respectiva festividade, para zelar-se e cuidar-se de sua conservação.”

Afinal, esse monumento de Beleza, de Arte, de Estética e de Fé, que despertou a admiração de tantos forasteiros ilustres, perpetuando-se na História Mineira, chegou quase a esbarrondar-se. Somente em 1953, alguns coqueirenses, sob os auspícios do Prefeito Orvalino Teixeira Reis, tiveram um pouco de comisseração do inolvidável Cruzeiro. É que, em letargo de longo tempo, permaneceu abandonado, em ruínas, “festejado” pelas corujas em horas crepusculares. Dormiu o nosso culto à Beleza e às mais caras tradições. Entretanto, o formoso madeiro simbólico, Calvário e Tabor, altaneiro, diante do tempestear do próprio ateísmo, permanece de braços abertos, num longo abraço de perdão para todos os coqueirenses!

* * *

O antigo Cruzeiro existente na antiga Praça do “Quenta Sol”, hoje, “Santos Dumont”, foi também festivamente erigido em 1904, sob os auspícios do Pe. José Maria Rabelo, que, no ensejo, colaborou para a abertura da atual Rua Tiradentes, que, afinal, se prolongou através do chamado “Pastinho do Zé Ambrósio”, na Vila “Sônia”. Foram padrinhos do ato solene, dentre outros, José Tomás Vilela e Joaquim Borges de Figueiredo (tio). Em documento em uma garrafa enterrada ao pé do mesmo constavam os nomes dos patronos.

* * *

O outro Cruzeiro, que substituiu o anterior, foi uma feliz iniciativa de Antônio Rodrigues Sobrinho, eficazmente, coadjuvado por D. Geraldina Alves Botelho e outros. O madeiro para ele destinado, viera da fazenda de José Chaves de Figueiredo. Foi o carpinteiro José Venâncio Corrêa, também músico e filho de São João del-Rei.

A sua ereção, em julho de 1938, foi igualmente festiva, em época de missões. Contaram ainda as cerimônias com a presença do Bispo Diocesano. D. Inocêncio Engelke, O.F.M., que procedeu à bênção do novo Cruzeiro.

Situado em lugar aprazível e alto, como em tempos idos, continuou a servir de local recreativo. De “quenta sol”. De concentrações nas manhãs de domingos e tardes dos dias úteis. Dos “veranistas”, até o inverno, destacavam-se as andorinhas, mesmo longe da admiração de Mestre Rui. Mais as crianças. Estas e aquelas em ruídosas revoadas. “Em vôo para a primavera e para a luz”. Em pipilos de ninhos...

* * *

Foi transitória a existência desse Cruzeiro da, hoje, Praça Santos Dumont. Esbarrondado, prematuramente, foi substituído pelo atual, por iniciativa do Prefeito João Figueiredo. Teve ereção solene, com celebração de missa no local pelo Pe. Sebastião Augusto de Paula, quando discursou o referido Prefeito.

E continua o novo Cruzeiro a missão precípua dos seus anteriores: Do alto da cidade, de braços abertos, numa atitude de perdão e fraternidade, a simbolizar para um povo o patíbulo e o epinício, a Cruz e o Tabor de um DEUS.

XII

CRIAÇÃO DO DISTRITO DE PAZ

O velho povoado pouco a pouco se ia desenvolvendo, mesmo à margem verde da floresta plurissecular.

Em 1822, o grito do Ipiranga, foi aqui noticiado por uns tropeiros recém-vindos de Sorocaba. O Movimento de 1842, chefiado por Teófilo Otoni, por uns peões do Serro. Assim todos os demais acontecimentos que se lhe seguiram no cenário do Primeiro e Segundo Império só tardiamente aqui chegavam, trazidos, o mais das vezes, como vemos, por almocreves e, até, pedestres recém-chegados de São João del-Rei, inclusive, de Vila Rica. Os donos de estalagem

se inteiravam dos acontecimentos de ressonância nacional primeiramente, do que os próprios chefes locais.

Do aludido Movimento explodido em 10 de junho de 1842, tomaram parte várias pessoas daqui, mas que só bem depois regressaram, trazendo outros consigo. Igualmente, outros vieram de Conceição da Barra, de São Tomé das Letras, de Aiuruoca e até da Capital da Província. Muitas desajustadas e impelidas pela política então em duelo: o Partido Libertador (*Ximango*) e o Conservador (*Cascudo*).

Conquanto, alguns motins provocados por esses vindouros (troncos de várias famílias coqueirenses), deram elas apreciável impulso ao lugar.

Incentivados, deste modo, os maiores da Terra, dentre os quais o Ten. José Alves dos Santos e Boaventura Tomás Vilela, empenharam-se na criação do Distrito de Paz. Para isto, mandaram ao Governador da Província, de Minas, então, o Ten. Gen. Francisco José de Souza Soares de Andréia, em 1844, o pedido instruído com as exigências legais, tendo sido, ao que consta, portador desse pedido um tal José Vidal, que, apostando com os cavaleiros, fazia, com vantagem, a pé, o percurso de Boa Esperança a Ouro Preto.

Bem acolhida a pretensão, foi afinal, já no Governo de José Ricardo Sá Rêgo, criado o Distrito de Paz com a denominação do Espírito Santo dos Coqueiros, por força da Lei provincial n.º 312, de 1846, integrando o Município de Lavras, criado por Resolução de 13 de outubro de 1831.

Consta que a boa nova foi aqui acolhida com alvoroçadas alegrias e incontido regozijo cívico. Os chefes da campanha vitoriosa promoveram uma grande festa comemorativa do evento, no decorrer da qual, dentre outros, discursaram Samuel de Oliveira e Souza, em uma tribuna improvisada à sombra amável de árvores centenárias.

XIII

ESCRIVÃES DE PAZ

Criado o Distrito do Espírito Santo dos Coqueiros, foi nomeado, como seu primeiro Escrivão de Paz, Samuel de Oliveira e Souza, segundo versão aqui corrente, o que, contudo, não é documentalmente comprovado. Que Samuel, em 13 de maio de 1848, era Escrivão

particular aqui, di-lo o título particular que ele lavrara, em virtude do qual Francisco Joaquim Vilela e sua mulher Genoveva Maximiana Vilela doaram o terreno destinado ao patrimônio da Capela do Divino Espírito Santo do Paraíso, em Goiás, onde seu filho José Manuel Vilela fundou Jataí, segundo Basileu Toledo França (*Pioneiros*, pág. 98).

Depois da presumível passagem eventual de João da Costa Marinho, assumiu o cargo, em caráter provisório, o mulato Francisco Lourenço do Nascimento Rosa.

Em 1854 passou a exercer a serventia vitalícia do Ofício — Esmeraldino Xavier de Carvalho Pereira. O seu primeiro serviço, que pudemos identificar em um livro avulso, já de número 2, a partir da página 11, é um testamento datado de 6 de julho do referido ano de 1854. Fê-lo Constância Maria de Jesus a seu filho Joaquim, julgado, na vocação hereditária, em desigualdade de condições com os irmãos, eis que não era do legítimo matrimônio dela, testadora. A seu rogo, assinou o Pe. Rozendo de Melo Alvim, sendo testemunhas testamentárias: Inácio de Melo Alvim, Manuel José dos Reis, José Borges da Silva, Joaquim Silvério de Faria e João Furtado de Siqueira.

No livro de Notas propriamente dito, já de n.º 2, rubricado por Manuel Martins Pereira, Vereador à Câmara Municipal de São João Nepomuceno, Termo de Lavras, em 6 de novembro de 1855, de Esmeraldino encontramos a escritura pública de Liberdade, datada de 3 de março de 1856. É outorgante uma tal Jacinta Rosa de Mendonça, que, à maneira de fideicomisso, em se tratando de bens imóveis, deu para depois de sua morte, liberdade ao escravo mulato de nome Rafael. Fê-lo, disse ela, “não só por me servir bem, como por que o devo fazer em razão de ser parente de meus filhos.”

José Alves dos Santos Júnior substituiu, temporariamente, a Esmeraldino, que, a 20 de dezembro de 1872, reassumiu o cargo em que permaneceu até 6 de julho de 1887.

Vago o Ofício, passaram a exercê-lo, interinamente, Joaquim Pedro da Silva, que lavrou o primeiro termo de casamento no distrito, ainda no Império, em 23 de junho de 1888, sendo contraentes Pedro da Costa Vilela e Teresa Carolina de Jesus. Francisco de Paula Batista, até que foi no cargo provido por Luís Ricardo de Souza Rocha. Este, em 23 de julho de 1890, lavrou a sua primeira escritura de permuta de imóveis entre Antônio Batista de Figueiredo (pai) e João Cândido de Figueiredo. A última, lavrou-a ele em 9 de janeiro de 1894. Seguiram-se-lhes, interinamente, Rafael Gonzaga de Oliveira, Leandro Fausto de Melo Alvim e Antônio Lázaro de Carvalho, até 1896, quando o citado Rafael Gonzaga de Oliveira, já

em caráter efetivo, reassumiu o cargo, nele permanecendo até 23 de janeiro de 1899.

Ocupado tal cargo, durante alguns meses, por outros cidadãos, afinal, a 5 de setembro do mesmo ano (1899), José Belizário Terra faz a sua estréia com a lavratura do termo do casamento de Alfredo Pereira Gomes com Maria Severina Vilela, servindo como Juiz de Paz José Tomás Vilela.

José Belizário Terra exerceu a serventia vitalícia até 6 de outubro de 1941, quando nela se empossou José Júlio Pereira, sucedido, em 17 de agosto de 1942, pelo autor deste livrinho.

Finalmente, em 19 de setembro de 1967, investiu-se no cargo, em caráter interino, depois, efetivo, Arnaldo Lemos Figueiredo.

XIV

JUIZES DE PAZ E SUBDELEGADOS DE POLÍCIA

O primeiro Juiz de Paz do distrito, de que dão notícias documentos hábeis, foi José Teodoro Alves Reis, que, em 9 de novembro de 1855, lavrou o termo de abertura do livro de suas audiências, das quais a primeira se referia à questão de um pagamento de onze mil réis, que um tal Francisco de Paula Soares se negava a fazer ao credor Artur Marcelino.

Em 1864 era Juiz de Paz Joaquim Silvério de Faria, seguindo-se-lhe: Manuel Dias, José Barbosa de Oliveira, Joaquim Leonel da Fonseca, Joaquim José Botelho, Francisco Inácio de Souza, Francisco Antônio Vilela, Antônio Rodrigues de Souza, Joaquim Borges de Figueiredo, Francisco Antônio Vilela, Antônio Miguel Alves, Manuel José Antunes, João Barbosa de Oliveira, Antônio Batista de Figueiredo (pai), João Borges de Figueiredo, Antônio Marciano de Assis Melo, Boaventura Augusto Vilela, Rozendo Batista Pereira, Orvalino Teixeira Reis, Hormínio Alves dos Reis, Antônio Figueiredo, Geraldo Alves Vilela, João Rodrigues de Araújo, José Luís da Rocha, Júlio Menezes, Edson Figueiredo, João Alves de Mesquita, Josino de Assis Melo.

Dos Subdelegados de Polícia mais antigos, apenas apuramos, a partir de 13 de novembro de 1873, os seguintes: Francisco Inácio de Souza, Joaquim José Botelho (1874), Francisco Antônio Vilela, Jesuíno Silvério de Faria, Antônio Alves Brasileiro, João Batista Alves, Mário da Silva Junqueira, Francisco de Paula Batista, Antônio Lázaro de Carvalho, Augusto Portugal, Antônio Marciano de Assis Melo, Olímpio Furtado de Siqueira, Vitor José de Faria, Crisógono de Oliveira, Rafael de Faria Neto, Herculano Batista de Alvarenga e outros.

Transformada, com a criação do município, a Subdelegacia em Delegacia de Polícia, foi o seu primeiro Delegado o Sargento reformado Antônio de Oliveira, nomeado em 1949, pelo então Governador do Estado, Milton Soares Campos. Foi seu sucessor Ricardo Lima, nomeado pelo Governador de então, Juscelino Kubitschek de Oliveira. Passando, a seguir, pela Delegacia de Polícia, vários outros Delegados civis e militares, ocupa-a, atualmente, Sebastião Ferreira Machado.

XV

MESTRES-ESCOLAS E PROFESSORES

O primeiro mestre-escola aqui conhecido, por volta de 1846, quando, provavelmente, serviu como Escrivão de Paz, foi Samuel de Oliveira e Souza, filho de São João del-Rei. Era um preto relativamente culto, cortês, porém sem empáfia e, até, humilde. Excelente calígrafo. Escrevia com pena de pato. A seus alunos ensinava até bordar a letra. Bom “causeur”. Contador exímio de histórias. Entreteinha as crianças e mesmo os adultos, nos tranquilos serões daqueles tempos. “As Mil e uma Noites.” “Carlos Magno e os Doze Pares de França” e história da fundação de sua venerável cidade, atribuída a Tomé Pôrtes del-Rei, já lhe deveriam ser livros de cabeceira. Na espaçosa varanda solarenga da Casa Grande, ou abeirado das lareiras, nas noites glaciais de inverno, à semelhança de Scherezade, contava “casos” maravilhosos, encantados. No dia seguinte, lecionava em uma casa situada no lugar em que, mais tarde, foi construída e ocupada vários anos por José Belisário Terra, hoje, substi-

tuída pelo prédio de Geraldo Alves Vilela. A seus alunos, que já acompanhavam os frades, sobre cuja direção foi edificado o terceiro cemitério local, além das primeiras letras, dava aulas práticas de História Natural, particularmente, de Botânica. Para esta, era vocacionado o mestre-escola preto. Segundo dizia, menino ainda, recebera uma acerba repreensão do naturalista João Emmanuel Pohl, ao ensejo de sua passagem, em 1818, por São João del-Rei. Pohl, quando, em uma estalagem, colecionava seu material de pesquisas científicas a ser remetido para Viena, foi incomodado pelo pretinho, que tudo queria saber. Já nervoso o naturalista ante um quadro macabro que bem próximo se lhe deparou — espetadas em uma vara a cabeça e a mão de um escravo trucidado em Vila Rica, esvoaçante de moscas — resolveu dar o passaporte ao “colega”...

Além de “doublé” de mestre-escola e Escrivão de Paz, era Samuel político. A Ouro Preto, em missão política, foi várias vezes. Em algumas, em companhia do Cap. Chaves, o velho, e Chefe do Partido Conservador de Dores da Boa Esperança, em oposição ao Partido Libertador, chefiado pelo Alferes Cândido Rodrigues Neves. Mas, de retorno da velha e romântica Capital da Província, para compensar as falhas escolares, não se esquecia de trazer de presente a seus alunos algumas novidades pedagógicas. E, possivelmente, para Francisca Teresa de Jesus, alguns versos melodiosos de Dirceu...



O segundo mestre-escola foi Francisco do Nascimento Rosa, conhecido por mestre Rosa, tragicamente assassinado em Passos. Era de acanhada visão intelectual, um tanto rebelado contra o Destino, que, não raro, cospe no homem com a boca apodrecida! Deixava-se enlevar, amiúde, pelo saltério queixoso de D. Clara Umbelina de Melo, quando se esquecia do vozerio monótono de seus alunos, na ânsia de soletrar o primeiro livro de leitura do Barão de Macaúbas, ou na leitura cantada da tabuada...

João dos Anjos foi o presumível terceiro mestre-escola atuante dentro do velho arraial. Era homem de cor, bisavô de Joaquim Gato, nosso conhecido e já falecido. Era, também, mestre de rezas, à noite, nas casas, onde, igualmente, fazia uso de sua palmatória. Supersticioso, acreditava em fantasmas, aparições do outro mundo. As sextas-feiras da Quaresma não passava por encruzilhadas ou cruzeiros solitários. Lecionava durante o dia. À noite, à luz das candeias, ensinava as suas orações. Não confiava, porém, muito no poder destas nem na proteção dos seus “Anjos”...

Laurindo de Tal, procedente de Lavras, foi o sucessor de João dos Anjos, no ensino das letras. Das rezas, não. Consolava-se em esconder a sua saudade de alguém que ficara na terra do Capitão Pedro da Silva Miranda, no bojo de seu violão. Para este executar, servia-se das candeias, quando a Candeia de Nosso Senhor, na mingunte, estava apagada no céu...

* * *

Por força da Lei n.º 1.064, de 4 de outubro de 1860, foi criada “a cadeira masculina” em Espírito Santo dos Coqueiros.

Do primeiro professor com que foi provida essa escola, não temos notícia oficial. Pelas perquirições feitas, podemos quase afirmar ser João da Costa Portugal (português), também mestre-escola ambulante, o estreante da cadeira. Professor ultra-enérgico, bravo, temido, dado aos castigos. Dos seus bons alunos espírito-santenses, destacam-se João e José Barbosa de Oliveira e Maximiano José de Souza, notáveis pela inteligência, pelo amor às letras, à ciência e aos atos de filantropia.

Daqui, por volta de 1868, em plena efervescência da Guerra do Paraguai, partiu com destino a Candeias, Oeste de Minas, deixando fama de bom professor, mas também não poucas cicatrizes no couro de seus alunos. Na Terra do Pe. Américo Brasileiro, gozou da mesma fama de mestre eficiente e mau, alfabetizando várias centenas de alunos, inclusive meu avô paterno, Cel. Herculano Batista de Alvarenga.

Da Terra de Nossa Senhora das Candeias, fundada, em 1777, por Antônio Ribeiro da Silva e mais dois donatários de sesmarias, partiu o Prof. João da Costa Portugal. Pretendia retornar à sua Pátria “qrida”, pois desejava morrer, ouvindo, como Inês de Castro, o doce murmúrio das águas do Mondego...

Vaga, durante algum tempo, a Escola, que já funcionava em uma casa situada no lugar em que, hoje, residem sucessores de Jorge Pedro Naime, veio regê-la, ainda, no Império, José Alves dos Santos Júnior (Mozeca), filho do Ten. José Alves dos Santos. Possuía — Mozeca — regular cultura geral e de humanidades, pois, visando à carreira sacerdotal, cursara o velho Caraça e o Seminário de Mariana, ambos de tão gloriosas tradições.

Cursava já o Seminário Maior, na companhia de grandes vultos do nosso episcopado, quando, abdicou da idéia. Não chegou, pois,

ao fim da carreira a que, sem vocação, se destinava, simplesmente, para satisfazer a vontade paterna. Nem mesmo contrariado, como o seminarista Eugênio, tão acorrentado aos encantos de Margarida, tal retrata o romancista. Como o velho Cel. Antunes, pai de Eugênio, decepcionado ficou o Ten. José Alves, que, em represália pela abdicação do filho, obrigou-o a trabalhar no eito e no engenho de cana, em companhia dos escravos. Ao depois, fazê-lo professor primário em sua Terra de berço.

A Mozeca agradava muito mais o bugiar do velho engenho, o bucolismo do gado mugidor e nédio, a vaquejada, a peonada churrasqueadora, o eco saudoso do aboiado pelas quebradas da fazenda de seu pai, do que as transcendentales questões teológicas ministradas à sombra austera do velho Seminário. A litania ecoada no ádito deste, em horas crepusculares, lhe era tão melancólica quanto o miserere das águas do Ribeirão do Carmo, quando a tarde, como uma extrema-unção, derramava a sua hóstia cor das violetas de Nossa Senhora de Recordação. Das águas a surdinar esse miserere tão encontradiço nos versos simbolistas de Alphonsus de Guimaraens, todos re-fertos de “um misticismo amável e simples”, vestidos das “roxas sobrepelizes da Mágoa”, em culto sincero à Nossa Senhora da Melancolia.

* * *

À mingua de documentos e fidedignas informações orais, não se conhece, ao certo, o sucessor de Mozeca, na cátedra. Sabe-se — isto sim — que, algum tempo depois, José Ferreira Costa, português, caixeiro-viajante, ou “cometa”, aqui exerceu o magistério primário. Escasseavam-lhe as letras e a vocação magisterial. Preferiria o tilintar do cincerro da “madrinha” da tropa, pelas brasili-cas sertanias, a misturar-se com o ziziar das cigarras, à cantilena de alunos, de tabuada em punho, ou ao soletrar, também cantado, das páginas de Abílio César Borges.

* * *

Depois da permanência, a título precário, de outros professores, aqui, por volta de 1882, procedentes de Congonhas do Campo, aportou Francisco de Paula Cândido, que, de início, ministrava suas aulas em sua própria residência e de D. Perciliana, frenteada por um jardim florido, situado no local em que, hoje, se situa a moradia de Júlio Lima. Não era igualmente de larga visão intelectual o conterrâneo de Dom Silvério Gomes Pimenta. Ainda consumia grande parte de seu tempo à nefasta política, que lhe valeu o assassi-

nato. Bastava, contudo, ao ensino das primeiras letras, que ministrava com bastante paciência, divisando à frente de sua sala de aula, o sorriso redolente das flores, quando, talvez ainda, não pressentisse na alegria rubi das rosas a coroa lancinante dos espinhos!

A Francisco de Paula Cândido, assassinado em 23 de outubro de 1901, sucedeu o professor de que, a seguir, falaremos.

* * *

PROF. JOSÉ CIPRIANO FREIRE — Filho de Boa Esperança, diplomado pela antiga Escola Normal de Três Pontas, foi, em 21 de novembro de 1899, nomeado professor de São José da Barra, Município de Passos e submerso pela gigantesca Barragem da CENTRAL ELÉTRICA DE FURNAS. Exonerou-se em 5 de janeiro de 1901 e nomeado em 23 de janeiro de 1902 para reger a Escola Masculina de Espírito Santo dos Coqueiros, havendo entrado em exercício no dia 15 de fevereiro do mesmo ano. Aposentou-se, por ato governamental de 2 de outubro de 1931, quando, impellido pela sua proverbial modéstia, declinou de grande e merecida homenagem que se lhe preparava.

Em 1915 já encontramos o Prof. José Cipriano Freire lecionando na terceira casa de instrução local, construída em 1902 e demolida para dar lugar a imponente residência assobradada de Júlio Menezes.

Foi preceptor de várias gerações de coqueirenses natos e adotivos, em cuja relação, com a devida vênia, quero incluir-me, a fim de poder justificar alguns pormenores que desejo traçar a respeito da Escola do “Só” Juca, como o tratávamos.

Em janeiro de 1918, com sete anos incompletos de idade, fui por meu pai Antônio Batista de Alvarenga, matriculado na Escola citada. Em começo de fevereiro do mesmo ano, tomado de uma timidez roceira de pasmar, fui conduzido por meu avô paterno, Cel. Herculano Batista de Alvarenga, à presença do mestre, para, então, iniciar a minha alfabetização. Batia-me celeremente o coração, quase como o do condenado a caminho do patíbulo. E, quão grande foi o meu primeiro alívio, quando, após a minha entrega pelo respeitável condutor, respondeu-lhe o mestre:

— “Cel., sendo hoje, segunda-feira de Carnaval, as aulas somente terão início a partir da próxima quinta-feira, quando poderá voltar o menino.”

E teve o mestre generosas palavras de incentivo para mim, aliviando-me de grande parte da penosa impressão de meu primeiro

preceptor, que antes se me afigurava algo de um tirano, ou a continuação daquele temível mestre Portugal, tão impiedoso em seus castigos.

No dia prefixado, graças à primeira prova de fogo da segunda-feira, com menos susto, já voltei desacompanhado de meu venerável cicerone. Timidamente, com a minha “bagagem” escolar, às onze horas, aberta a escola, apresentei-me ao mestre, que me determinou um lugar na carteira do Geraldo Borges, já veterano do ano anterior. Abriu-me o primeiro livro de Hilário Ribeiro, marcando-me, para primeira lição, as vogais, sobre as quais, indesejavelmente, fixei os olhos, até a hora de dar conta da lição, quando, com alegre desvanecimento, consegui balbuciar as cinco letras. Com desvanecedora alegria, sim, porquanto já era ciente de que colegas veteranos não as sabiam senão de cor. Quando, o mestre lhas perguntava salteadamente, servindo-se de um papelzinho perfurado, nada. Somente as orelhas pagavam pela deficiência, incúria ou falta de inteligência. E, naquele dia feliz, cheguei em casa com ar de sábio e de herói, por haver aprendido cinco letras e enfrentado, sozinho, a escola. É que a felicidade também é relativa. Alguém já disse, se me não engano, Humberto de Campos — que a alegria de Alexandre Magno, conquistando, ao esfuziar de sua espada espartânica, à beira do oceano, cidades para oferecer a Júpiter, não era maior que a do infante a fazer, sobre as areias de um riacho, os seus castelos, ou seu exército de sabugos.

Bastante culto era o professor Juca. Inteligente, honesto, ante cujo aprumo moral e respeitabilidade todos nos inclinávamos. A sua pedagogia, porém, era ainda, bastante rotineira, perempta. Ineficiente era-lhe a metodologia. Às onze horas abria ele a sua aula. Arrumava, cuidadosa e demoradamente, sua mesa coberta por um pano escuro e colocada sobre um estrado. Tomava, a seguir, de um jornal, preferencialmente, o “Correio da Manhã”, para uma leitura feita em movimento de vai-e-vem, isto é, andando para lá e para cá, enquanto os alunos estudavam as lições marcadas na véspera, ou as mesmas anteriores, quando nestas “estavam de pouso”, sendo certo que a maioria “pousava” repetidamente. Tal estudo era feito em voz alta, perturbadoramente, de quando em quando, intercalado pela voz do mestre, que, desviando-se um instante de seu jornal, imperava: Estudem, meninos. Estude, “seu” José Rocha, “seu” Euclides, “seu” Waldemar.

Antecedendo um pouco o longo recreio, o mestre, à guisa de ensinar as lições, corria todas as carteiras, lendo a cada aluno a sua (lição), invariavelmente, pequenina. Isto feito, tilintava sua

graciosa campainha, anunciando o suspirado recreio e a saída feita atropeladamente, pela maioria dos escolares. Lá fora, com exceção apenas do obscuro memorialista de hoje, sempre acometido de pasmosa timidez, faziam uma algazarra infernal e saltitante, como a de um bando de melros numa seara de outono, em manhã ensolarada. Uns, iniciavam logo o seu brinquedo de “pique”, correndo desabaladamente pelo quintal, invadindo o de Joaquim Antônio de Lima e até a “meia-água” em que este carpintejava. Outros, se empoleiravam, simiescamente, num alto pé de mamão, no pátio, ou nas laranjeiras mais além, sob as quais, na ausência de uma sanitária, se acooravam para “as suas necessidades mais íntimas”. Punham as cabeças sobre o muro que separava o pátio da escola de D. Joaquina, onde as alunas desta, garrindo sob a copada mangueira, eram como que um bando de pardais em revoada “para a primavera e para a luz”. E tinham inveja da doce sombra feliz do arvoredado generoso, mais tarde derribado pelo machado da civilização. Após uma hora ou mais de recreio, o mestre acionava, de novo, sua campainha, convocando os discípulos, sendo o primeiro a reentrar na sala de aula o autor destas linhas, porque, ausente de todos os brinquedos próprios de sua idade, próximo já estava da porta, receoso de não ouvir, com tempo, o toque de reunir... Então, na lousa individual, era “passada” uma “conta”, de acordo com o grau de adiantamento do aluno, que fazia ou tentava fazer em sua carteira, entregando-a ao mestre, para constatar a sua exatidão, ou não. Às vezes, chamava algum “matemático” ao quadro-negro, no qual também exarava letras ou frases para serem copiadas no início das aulas. Terminados os exercícios aritméticos, ia o mestre “tomar a lição” de cada aluno, que se lhe aproximava da mesa, sobre o estrado, voltando, em seguida, bem ou mal sucedido, não raro, com as orelhas quentes, vermelhas e esticadas... Após a chamada individual de todos os escolares, pela terceira vez, a campainha tinha, anunciando a saída geral, feita em rebolejo, como a de um bando verde de maitacas.

Foram nossos contemporâneos, além de outros: José Antunes Barbosa, Waldemar Pereira, Euclides Antunes, José e Sebastião Rocha, Agenor e Sebastião Faria, Geraldo e José Borges Freire, José Boneco, João do Quinzote, Titio do Marinho, Waldemar Alves dos Reis, José Moreira. Nenhum, com exceção apenas de José Antunes, seguiu a carreira das letras, nestas se projetando. Contudo, dos que se lhe seguiram anos volvidos, destaca-se Antônio Antunes Barbosa, dono de boa cultura geral, versado em línguas, precipuamente, em inglês, que maneja com desenvoltura. Foi Antônio, companheiro de Leonides Alvarenga, autodidata, inteligência de alto coturno e que teve um trágico e prematuro fim!

Já em meu tempo, como em todos os tempos, eram os escolares insubordinados e propensos a toda sorte de peraltices e diabruras. O próprio José Antunes, tão inteligente quanto diplomata, não se livrou de, em parceria com o Waldemar Pereira, com quem se assentava, terrível “surra” desferida pelo mestre, em cuja mesa pousaram dois mosquitos “cangados” pelos dois companheiros. José Rocha, filho da Prof.^a Joaquina, era diabólico. Recebia, quase diariamente, o “prêmio” de seu comportamento tão mau quanto a estreiteza de sua inteligência e negativa vocação para as coisas do espírito, a roborar, plenamente, o velho brocardo:

Em casa de ferreiro... espeto de pau. Polaco, um pretinho perigoso, certa feita, aproveitando-se de uma ligeira saída do mestre, entendeu de passar as duas pernas ao pescoço. Não podendo, porém, retirá-las a tempo, foi surpreendido pela volta do rápido retirante, que lhe passou uma surra memorável, valendo-se ainda da crítica situação em que se encontrava o infrator... Igual papel circense fizera, em tempos mais antigos, no mesmo local, o Mendonça da Jacinta. Assim, dados a pantomimas e diabruras, eram outros alunos. Assim, especialmente, o Geraldo Borges, meu algoz, hoje, meu prezado amigo, bonachão, calmo, despreocupado com o trágico quotidiano e com a luta incruenta pela vida. Conhecendo-me ele o isolamento e a timidez de menino de roça, sob o pretexto de que eu, em aula, motejava de seu amigo e pajem José Boneco (que lhe selava o bode para o habitual passeio pelo arraial), acapangado de minha suposta vítima, agredia-me na rua. Foi até indispensável que meu pai pedisse ao mestre Juca, me “soltasse” logo após a “tomada de minha lição”, a fim de que me livrasse da fúria simulada do Ferrabraz local, que se viu privado de, escudado do Zé Boneco, acompanhar-me mais. A sua acusação, semelhante à do lobo da fábula de Lafontaine, era gritantemente infundada, pois, o meu medo do mestre e a minha incrível timidez me tornaram o paradigma do aluno comportado. Proclamava-o sempre mestre Juca, que, talvez, por isto mesmo, pelos tempos em fora, se fez meu grande amigo, sendo por mim, com desvanecimento e honra, plenamente correspondido. Quando ele exemplava, em qualquer ponto da sala, um aluno delinqüido, o que fazia até com violência, derrubando carteiras, eu, compelido pelo medo, nem de relance olhava para o lado do “barulho”. Olhos fixos no livro durante todo o período escolar. Enquanto, meus condiscípulos, como se procedia no Internato “São José”, porque, em Miritiba, passou Humberto de Campos, gritavam — “ir lá fora” — para pagar, “por imposição da Natureza, o seu imposto” às laranjeiras, o acusado do Geraldo Borges, fazia voto de infalibilidade. E mestre Cipriano, neste particular, era até muito tolerante, pois, a ida “lá fora” era abusivamente repetida, demorando-se o

aluno o tempo que lhe aprouvesse, mesmo fosse apenas para espreitar as alunas de D. Joaquina, embora sem pensar em escrever um capítulo para Freud, como, de início, ocorreu ao filho imortal de D. Ana Campos Vera...

Foram assim os alunos do "Sô" Juca. Assim o mestre durante seis lustros de magistério. Se pecou pela deficiência de seu obsoleto método de ensino e pelo pequeno esforço em prol da infância que se lhe acercou da cátedra, primou, contudo, pelo exemplo, pela perseverança, pela impecabilidade de atitudes. Quanto a nós, ser-nos-á sempre o querido mestre inesquecível, que, em nossa ditosa quadra infantil, acendeu a primeira lanternazinha na noite escura de nosso analfabetismo, sob cuja luz guieira começamos de percorrer as estradas ouriçadas de sirtes do mundo.

As vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, de dezessete de agosto de mil novecentos e cinqüenta e três, fechando o ciclo de sua vida terrenal e abrindo o de nossa tristeza, cerrou os olhos para sempre o mestre e amigo. No dia seguinte, com imenso acompanhamento, seguido do caixão de D. Ivone Figueiredo Monte Raso, foi para a morada derradeira. A beira do túmulo, além do Comendador Geraldo Freire da Silva, que pronunciou cintilante e comovedor improvisado de agradecimento em nome da família em luto, Leonides Alvarenga fez o discurso, do qual vamos transcrever, em complemento de nossa homenagem, os principais tópicos:

"Depois de penosa e longa agonia, expirou o mestre José Cipriano Freire!

Esta exclamação, assim lutuosa quanto contristadora, era ainda o estribilho melancólico, a nênia suspirosa da cinzenta manhã de hoje, a fazer coro com os dobres afinados dos sinos da Terra, ora de crepe vestida.

Golpeado pelo machado inexorável da espantosa construtora de cidades desertas, "tombou morta a árvore sonora", sob cuja sombra generosa, e amiga, e iluminada, e agasalhadora se implumaram várias gerações coqueirenses para vãos altos (se vocação tivessem), para revoadas gloriosas, rumo às culminâncias andinas do Saber.

Meu coqueirense, já provecto em anos, foi o Prof. Juca, o meu, o teu, o nosso mestre. Aqui, no decorrer de mais de seis lustros, clarinou na alvorada do nosso civismo, de nossa infância desabrochante, estrelejando a trevosa noite de nosso analfabetismo. Fechou, portanto, alguns cárceres, como repetiria o cantor soberano das "Contemplations".

Na velha casa de instrução, ainda hoje, para nós referta de ressonâncias evocativas, consagrou-se o mestre ora inerte à glória apostolar da nobilitante e sublime missão deificada por Mestre Rui Barbosa, em palavras assim lapidares: “A suprema santificação da linguagem humana, abaixo da prece, está no ensino da mocidade.”

“O professor — disse João Barbosa — é o renovador das eras, o guia essencial das raças, o modelador precípua das energias espirituais coletivas, a quem o mundo deve a consagração de suas grandezas e a graça reveladora de suas diretrizes orbitárias. Faltaria à vida universal uma de suas mais belas expressões de magnitude e de harmonia, se o mestre lhe não fosse o sustentáculo de todos os vigamentos, porque é quem realiza a maravilha extasiante de suas transformações psicológicas e conduz a rumos perfectíveis os destinos da humanidade, plasmando, em cada ambiente, a forma ardente das realidades divinas.”

Daí, sobretudo, o motivo porque se agigantou a figura inolvidável do “morto que não morreu”, em nossa comovida admiração, em nossa ilimitada gratidão de discípulos e amigos seus.

Vimos florir, na companhia amável e ilustre do mestre, a melhor fase, a mais fagueira, feliz e descuidada de nossas, hoje, atribuladas existências vividas nestes atordoados dias atomísticos, em que os passadistas, com lágrimas nos corações, assistimos aos funerais do Sentimento, de todas as inefáveis e misteriosas belezas da Vida.

Eis por que aqui estamos para o último adeus ao romeiro que enceta a Grande Viagem sem regresso. Fazemo-lo em nome de todos aqueles ainda vivos e a quem o mestre, na majestade de sua cátedra, mostrou as primeiras clareiras redentoras da alfabetização, graças à qual o homem ínfimo pode transformar-se no bandeirante do Infinito.

Seja, pois, a minha palavra dissonante, porém ungida no hostiário do coração, mais uma nota a quebrar o grande silêncio triste deste Campo Santo, marco divisório do mundo das sombras com o das constelações.

Todas as vezes que me impera o Dever, hei trazido a esta “fronteira misteriosa” o último adeus ao viajor da Eternidade, da velha guarda e das mais lindas tradições da Terra que também nos abençoou a infância.

Nesta galeria está o nosso mestre Juca, que, conquanto nascesse na vizinha, amiga e culta Boa Esperança, aqui viveu uma longa

existência de meio século, na mais estreita simbiose com os coqueirenses natos, sentindo sempre a existência vibrátil da velha Terra dos Coqueiros.

Além de professor de letras, o foi também de música, e eminente Maestro. Musicólogo de classe, soube semear e fazer semear, nesta Terra, as mais extasiantes mensagens de harmonias. Em seu solene e apolíneo ritual ante o altar da Arte divina era um super-homem, o levita das siderais carícias.

Não viveu o mestre Juca, a existência dinâmica de quem muito ambiciona nesta fogofatuana passagem planetária, mas, sim, a placidez e a serenidade dos bons de coração, dos desprendidos e convencioneados do transitório das coisas terrenas. Viveu mais a vida interior, introspectiva, a confidenciar consigo mesmo, nas horas amáveis de seu silêncio, como um asceta da Tebaida. Era de uma indiscrição impecável. Inimigo inveterado da maledicência, das casquivanas de aldeia. Irrepreensível era-lhe a compostura, a austeridade. Na travessia da Vida andou sempre em linha reta, sem nunca fazer uma curva para deter-se em lugar menos incompatível com o seu caráter sempre em direitura à meta traçada. Não se lhe conhece, assim, o menor desvio. Esposo padrão, católico praticante, cidadão modelo. Nesta constância, nesta trindade está a legenda de sua perpetuidade no culto de nossa admiração.

Viveu sempre em harmonia, em equilíbrio e, parece, ao compasso rítmico de uma de suas criações musicais.

Mário Matos, diante deste túmulo, como no de Godofredo Rangel, haveria de repetir ainda:

“Morto, dá impressão de um grande ausente, reavivando a esperança de ser revisto, talvez porque partiu sem estrépito, naturalmente, como viveu. Não deixa em nenhuma alma ressentimento algum. Será uma lembrança amável entre os homens. O seu nome, ao ser lembrado, se assemelhará à emoção de um poema ou de uma harmonia que vive esparsa, mas cuja memória agradável é ainda confusa no ouvido e saudosa no coração.

E se seus amigos demorarem em recordá-lo, logo o farão com uma lágrima, uma prece e uma saudade.”

É o que fazemos, mestre Juca, nesta tarde cinzenta de agosto, neste dia infausto para Coqueiral, em que duas figuras queridas — a outra D. Ivone Figueiredo Monte Raso — deixam o nosso convívio material.

Nesta hora a sua alma rediviva já transite os caminhos luminosos da Providência, que, em seu Sólido astral, reserva a auréola com que galardoa e santifica os bons da Terra!”

* * *

O orador disse que se despedia do mestre. Fora eu, hoje, à maneira do preexcelso Rui Barbosa à beira do túmulo de Machado de Assis, diria: “Mestre e companheiro, disse eu que nos íamos despedir. Mas disse mal. A morte não extingue, transforma; não aniquila, renova; não divorcia, aproxima.”

* * *

Em virtude da Lei n.º 2.164, de 20-11-1875, foi criada a “Escola Feminina” de Espírito Santo dos Coqueiros. Ocupou-a interinamente D. Ana Faria, que, casando-se depois com José Ferreira da Costa, passou a residir na Capital do Império.

* * *

D. Rita da Costa Vinagre, foi a sucessora de D. Ana Faria. Era D. Rita, também exímia cantora de músicas sacras e filha do Maestro José da Costa Vinagre.

* * *

Em 23 de junho de 1894, procedente da Campanha, aqui aportou D. Vitalina Rossi, recém-diplomada pela Escola Normal da veneranda Cidade da Campanha, onde teve a felicidade de conhecer, pessoalmente, D. Pedro II e sua augusta filha Isabel, a “Redentora”. Nomeada pelo Dr. Afonso Augusto Moreira Pena, então Presidente do Estado de Minas, teve o ato referendado pelo Dr. Edmundo da Veiga, então, Secretário do Interior e filho do Deputado José Pedro da Veiga. Este era amigo íntimo de Virgílio Rossi, pai de D. Vitalina. Empossou-se esta, na cadeira vaga com a saída de D. Amélia.

Começou a lecionar já com oitenta e seis alunas, em uma sala da casa patriarcal do “tio” Pedro Botelho, situada à Rua, hoje, com este nome, transferindo-se depois, com a sua escola, para a Velha Casa de Instrução. Trabalhava D. Vitalina, com competência, devo-tamento e maternal dedicação, pois, a bondade lhe foi sempre a flor favorita de seu coração. Saindo, de chofre, apenas com dezesseis anos, de sua gloriosa cidade de berço, para aqui, onde, intimamente, se considerava uma verdadeira exilada, a todos os nativos, entretan-

to, elegantemente, se confessava satisfeita, mesmo antes de conhecer as pretensões matrimoniais do “Sô” Zeca Batista.

Segundo nos revelou, de viva voz, o salmear sentido das frondes das gigantescas casuarinas e dos eucaliptos em quadrilátero no Largo da Matriz, tangidos pelo vento noturno em coro com o gargalhar zombeteiro das corujas esvoaçantes da torre da Igreja Matriz, de pânico enchia a alma de D. Vitalina, perturbando-lhe o sono. Todavia, no dia seguinte, mostrava franca disposição para ministrar as suas aulas através dos livros de Hilário, João Ribeiro e do velho Barão de Macaúbas. Inconformada com uma transferência “ex-officio”, não muito elegante, preferiu exonerar-se da cadeira. Nomeada já a sua sucessora, entretanto, para satisfazer a vontade de suas ex-alunas, que não desejavam tão brusca mudança de professora, ainda lecionou, graciosamente, durante um ano, até 1902 e já cinco decorridos de seu feliz enlace matrimonial com José Batista de Figueiredo, realizado em 15 de maio de 1897.

* * *

Na “Escola Feminina” citada, D. Vitalina Rossi, foi sucedida por D. JOAQUINA NOGUEIRA BRANDÃO, nomeada em 9 de maio de 1901. Aposentou-se por ato governamental de 24 de fevereiro de 1933, nos termos do artigo 109, §§ 1.º e 6.º da Constituição então vigente no Estado de Minas, por contar trinta anos e sete meses de efetivo exercício no cargo.

Era D. Joaquina, como D. Vitalina, natural da Campanha, irmã do ilustre Artur Ferreira Brandão e tia do não menos ilustre Joaquim Nabuco Brandão. Conquanto, diplomada pela renomada Escola Normal, da histórica cidade de um Vital Brasil e de um Perdígão Malheiros, mingua-lhe a cultura. Também lhe era muito rotineiro o processo de ensino, e ineficiente. Entretanto, a sua proverbial bondade, a sua dedicação ao trabalho, a sua inafastável assiduidade às aulas, durante mais de seis lustros, fizeram-na credora de nossa admiração agradecida. Com mestre Juca, foi preceptora de várias gerações de moças coqueirenses, hoje, já bisavós muitas, e outras já arrebatadas deste mundo pelo vendaval da Morte!

* * *

Encontramos D. Joaquina lecionando na terceira e velha Casa de Instrução, a mesma em que lecionou o nosso primeiro professor, separados os dois apenas por uma parede, que, não chegando ao teto, não vedava o vozerio indisciplinado de uma escola a perturbar a outra.

Abusando da bondade e da tolerância da mestra, não poucas de suas alunas praticaram diabruras, chegando ao extremo de colar-lhe às vestes caudas de papel. Outras, contudo, não lhe abusavam tanto da bondade, embora não soubesse, como Bilac, que, “em cada cadeira de educador o mestre recebe a visita de um deus.”

Todas as alunas de D. Joaquina, numa algazarra chilreante de pássaros, faziam parte do longo recreio. E brincavam com a alegria verde da frondosa mangueira causadora de inveja e, avidamente, entreolhada pelos alunos do “SÓ” Juca...

* * *

Por ato de 2 de janeiro de 1928, no Governo do Presidente Antônio Carlos, as duas Escolas aqui existentes foram convertidas em mistas.

Para preencher a vaga com a aposentadoria do Prof. José Cipriano Freire, em 19 de outubro de 1931, entrou em exercício, interinamente, D. Mariana de Figueiredo Reis, nomeada, afinal, em 9 de janeiro de 1932, por ato do Presidente Olegário Dias Maciel, referendado pelo Dr. Noraldino Lima.

De posse de seu diploma de normalista, conferido pelo Colégio “Nossa Senhora de Lourdes”, de Lavras, D. Mariana assumiu o cargo com a firme decisão de preliar em prol da meritória cruzada educacional em sua Terra natal. Deu, ao de logo, nova fisionomia aos obsoletos métodos e processos até então adotados. Encabeçou um movimento a que podemos chamar revolucionário, no campo da hodierna pedagogia. Aqui atualizou e socializou o ensino, dando-lhe eficiência, dinâmica, adequando-o aos moldes da Escola Moderna.

As duas antigas Escolas isoladas, acrescidas de outras posteriormente criadas, transformaram-se em Reunidas, das quais D. Mariana foi a primeira diretora. A sua atuação no campo da assistência social, organizando a Caixa Escolar amparadora de todas as crianças pobres, ou no campo da socialização, promovendo úteis festas escolares de alto cunho cívico, igualmente, faz jus a justo louvor. Com precisão e felicidade, o então Prefeito dorense, Dr. J. Vilela, disse, discursando em uma dessas festas, que D. Mariana “ensinava com alma e com civismo”.

* * *

A D. Joaquina Nogueira Brandão sucedeu D. Ana Borges Freire, nomeada em 17 de março de 1933 e exonerada, a pedido, por ato governamental de 22 de dezembro de 1934.

* * *

Seguiu D. Judit Figueiredo, nomeada em 3 de junho de 1935, afastada em 1937 para fazer o Curso de Aperfeiçoamento e, depois, exonerada, a pedido, para dirigir o Grupo Escolar "Dr. Sá Brito", de Boa Esperança.

Nesse período passou, também, pela Escola, em caráter transitório, D. Geni Antunes. Pouco depois, D. Sílvia Calil, posteriormente transferida, a pedido, para Varginha, sendo igualmente aproveitada por Maria Antunes, já falecida.

* * *

Transformadas, por força do Decreto n.º 3.756, de 27-3-1952, do então Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira, as Escolas Reunidas em Grupo Escolar, com a denominação de "Frei Eustáquio", sob a direção da Prof.ª Helena Vilela. Foram as suas doze cadeiras ocupadas pelas seguintes professoras: Maria Antunes, Maria José Massote Botelho, Maria Aparecida Pereira, Maria Celma Vilela, Mitsi Maria Moraes Menezes, Ivanise Rezende Ribeiro do Vale, Cecília Cândida Ferreira, Perciliana Cândida Neto, Teresinha de Jesus Machado Borges, Dalma Pereira de Menezes, Maria das Dores Moraes e Nelma Isaura Vilela, além de outras em caráter precário, nos casos de substituições.

* * *

Também por força do Decreto n.º 2.298, de 21-12-1909, do Presidente Wenceslau Braz Pereira Gomes, foi criada uma escola com uma cadeira mista no povoado do Ermo, deste distrito, convertida em masculina, em virtude do Dec. 2.717, de 4-1-1910, considerada rural pelo Decreto n.º 3.202, de 27-6-1911, e suspensa pelo Decreto 9.892, de 18-3-1931.

Foi o seu primeiro professor o maestro Augusto Terra, nomeado em 4 de janeiro de 1910, empossado em 17 de março seguinte e falecido em 6 de janeiro de 1912.

Foi o musicólogo e didata sucedido por: Diaulas José de Lemos, Boaventura da Silva Rocha, D. Amélia de Freitas, Maria Luiza de Sousa, D. Ana Santos e Júlio Nogueira Costa, contratado por ato de 3-9-1934.

Foi do mesmo modo criada a Escola das Posses, em virtude do Decreto 7.883, de 3-9-1927, cujo funcionamento foi suspenso em cumprimento ao Decreto 9.892, de 18-3-1931, restaurada por ato de 31 de julho de 1934, de acordo com o Decreto 11.297, de 10-4-1934, quando foi transferida para a Fazenda das Areias. Regeram-na as seguintes professoras: D. Leonor Gonzaga de Oliveira, Maria de Oliveira Neto e Maria Pimenta de Oliveira.

XVI

MAESTROS E BANDAS DE MÚSICA

Depois da hegemonia, em Minas Gerais, das Orquestras e Corais do Renascimento e do Barroco, no opulento acervo das músicas sacras, integrantes do ritual e da liturgia das veneráveis Igrejas de Vila Rica e de Mariana, de Serro e de São João d'el Rei, formaram-se, no alvorecer do século XIX, as bandas de música. Passaram elas a oferecer músicas religiosas nos templos católicos e profanos das vilas, no tradicional coreto do Largo da Matriz.

E Coqueiral não se alheiou a esse movimento inaugural das corporações musicais. Soube — isto sim — participar do concerto musical da Província do Pe. José Maurício Nunes Garcia.

Teve a Terra dos Coqueiros, no campo de Euterpe, figuras de singular realce. Não faltaram aqui intérpretes festejados da música divina. Viveu esta Terra seus dias de pleno fastígio artístico. Sob o azul safíreo de seu céu tantas mensagens de embaladoras harmonias. Aqui viveram musicistas queridos e renomados.

De tantos sejam lembrados: José da Costa Vinagre, que a esta Terra chegou por volta de 1864, procedente do antigo São Carlos do Jacuí, onde conheceu Honório Hermeto Carneiro, Marquês do Paraná.

Foi o fundador, organizador e regente da primeira banda de música de Espírito Santo dos Coqueiros. Dela faziam parte, dentre outros: Casimiro, baixista famoso e filho da salterista Clara Umbelina de Melo. Francisco, irmão de Casimiro e primeiro clarinetista.

João Clarineta, segundo. O maestro regia e tangia, com impecável virtuosidade, no coro, o seu queixoso violino, ainda fabrica-

do, ao decerto, por um discípulo fiel de Stradivarius. Viveu aqui dias de verdadeiro enlevo artístico. Com a mesma intensidade, cremos, de um José Joaquim Emérico Lobo de Mesquita (o maior dos compositores de Minas) a dedilhar o seu órgão lá no Velho Arraial do Tejuco, nos longes de 1762.

Do maestro os descendentes herdaram a incoercível vocação para a música. De sua filha, D. Vica, casada com Aureliano de Azevedo (professor de latim no antigo Colégio “Cônego Vitor”, de Três Pontas) eram filhos Cícero Venerando de Azevedo e Zoroastro Pamplona de Azevedo. Alguns a empunhar a batuta na gloriosa e bicentenária Campanha da Princesa, sob as ressonâncias imperecíveis de musicólogos do tomo de um Tomás de Souza Portugal, de um José Maria dos Santos, de um Isaías Daniel de Lima, de um José Luiz Pompeu.

A famosa corporação musical de José da Costa Vinagre, em sua segunda fase, era regida por seu filho João da Costa Vinagre. Dela faziam parte, na maioria, elementos familiares, e de prol. Dos de fora, citem-se: Jonas Miguel do Monte Claro (baixista), João Barbosa de Oliveira (requintista), também compositor. O velho maestro José da Costa Vinagre continuou a tanger o seu violino lamentoso, dele arrancando, com arcadas de mestres, embevecedoras melodias. Sobressaía-se, mais ainda, no Coro da Paixão, quando motetos eram enternecidamente soluçados, com as vozes bonitas de suas filhas Rita e Sofia, além do violoncelo de João Vinagre. Tanto lhe saíam das arcadas, com maestria e lamento, as sublimidades da famosa “Antífona de Nossa Senhora”, de José Joaquim Lobo, como da “Missa Solene”, de Beethoven.

* * *

Anos depois, de Nepomuceno, para aqui veio Antônio Eugênio Nogueira, com sua família. E organizou a terceira banda de música. Dela faziam parte, dentre outros: Joaquim Nogueira (requintista) e José Marçal da Silva (pistonista). Destacavam-se, no coro, as filhas do maestro — Jorgina e Maria Nogueira. Violinistas exímias, sobretudo na execução de músicas sacras, arrecadadas com carinho pelo Pe. João Evangelista de Menezes, primeiro vigário do antigo São João Nepomuceno de Lavras.

* * *

A quarta banda de música, sob a batuta de Antônio Lázaro de Carvalho (Antônio Izidoro), foi organizada por volta de 1904. Integravam-na, além de outros: José Belisário Terra (requintista), Au-

gusto Terra (baixista), João Ferreira Penaforte (segundo baixista), José Vitor de Faria (idem), Prof. José Cipriano Freire (bombardinista), Olímpio Furtado de Siqueira (pistonista), Francisco de Paula Batista, Joaquim Ferreira de Melo (centristas) e José Vitor de Faria (da bateria).

Então, a requinta de José Belisário Terra, o pistom de Antônio Izidoro e o bombardino do Prof. José Cipriano Freire, já faziam milagres.

Relatava-nos José Feliciano Vilela Júnior um episódio significativo, com o qual quis eloqüentar a miraculosidade do sortilego poder da Arte divina.

Abrilhantado pela corporação musical, um convescote foi levado a efeito em um solaçoso recanto da fazenda de José Feliciano. Ali, sob a frescura de árvores agasalhadoras e próximo ao marulhar de um regato, os três músicos famosos, com acompanhamento, executaram a enternecedora valsa “Zilda”, para cuja transformação em autêntica marcha fúnebre basta apenas que se lhe converta o compasso em quartenário bem lento. Finda a execução, três passarinhos, que eram também músicos, trinando, pousaram sobre os instrumentos miraculosos.

Não duvidamos muito da homenagem prestada pelos três alados cantores da solidão e miúdos membros da Orquestra dos Anjos aos artistas.

Em nossos livros, “Jardim das Oliveiras” e “Arca de Noé”, reportamo-nos a vários e surpreendentes milagres que a música verdadeira há feito, dos quais vamos cingir-nos à citação de apenas alguns, para que a repetição não seja muito insípida: Farinelli, com a música, consegue libertar Felipe V de enorme melancolia.

Tanus era a doce filha de Líbano, cujos vales desceu para fabricar sua flauta silvestre. Galgando os rochedos, arrancou, como Nahira, melodias tão enlevantes, que os rouxinóis, para ouvi-las, interromperam seus cantos. Já em um poema de Vitor Hugo, um rouxinol mágico, conquanto oculto no coração da mata, fascinava, cantando, os peregrinos que passavam além. Os bardos do Sion, ao modular de suas harpas gemedoras, como aquelas cítaras dos numerosos músicos de Salomão, faziam as filhas mais formosas de Jerusalém adormecer sorrindo e sonhando. Os levitas, amantes e cultores da música, se incumbiam, ao som de saltérios e trompas, de incentivar as falanges guerreiras e de afugentar os inimigos. Na belíssima ópera de Mozart — “Flauta Mágica” — destaca-se Tanino, que, informando da existência ainda de Panina, sopra com tanta alma seu instrumento, de sorte que todas as espécies de bichos selvagens

dele se acercam para ouvi-lo. Sabe-se que o soluçar do violino de Paganini também enlevava, magnetizando os pássaros, como na Índia dos faquires, certas magias musicadas enterneciam as próprias serpentes. Em uma novela do Blasco Ibañez, há um pastor quer, nas proximidades de Valença (Espanha), além de suas cabras, domesticara, com sua flauta silvestre, pequena cobra, ante cujo modular o réptil se lhe enroscava aos pés. O magnetismo do soluçar de um violino cigano à Boulange tem sustado, no ar, o braço que, na desvaivada paixão de zingaro, ergue o punhal maceteando contra o coração da mulher que outra tenda procura. O grandioso drama musical de Wagner, “a fazer manar a linfa mansa das lendas”, dormitando “virginalmente à margem do Reno”, empolgava a famosa cavalcada das Walquírias. Pã, que corria montes e vales da Tessália, caçando e acompanhando as ninfas em sáfica coreografia, eletrizava-as com a sua flauta. Graças às músicas o povo celta é educado pelos sacerdotes.

Em suma, a própria Vida, em suas variadas mutações, era para Pitágoras, polifônica e imensa música universal.



No afastamento de Antônio Izidoro, assumiu a regência da banda de música Augusto Terra, verdadeiro autodidata. Musicólogo, compositor emérito, de quem são as belíssima criações “AS CATACUMBAS”, “LÁGRIMAS DE POBRE” (marchas fúnebres), “TRÊS DE MAIO”, “RECUERDO” (dobrados), além de outras peças de penetrante sensibilidade. Como Carlyle, já sabia e sentia que a “música é a linguagem dos anjos”.

A marcha, “AS CATACUMBAS”, compunha-se de cinco partes, em comovedora escala ascendente na cromática da sublimidade dolorosa.

Quando, na Procissão do Enterro do Grande Morto que não morreu, ou à beira do túmulo de um morto da Terra, era, pela harmoniosa Banda de Música de Coqueiral, executada a quinta parte, o extravasamento sentimental, em apoteose transfiguradora, atingia os penetrais do coração.

Augusto Terra foi professor de si mesmo. Um verdadeiro autodidata, como Artur Bruckner, compositor austríaco. Contra a vontade paterna, qual Francisco Assejo Barbieri e outros artistas contrariados pelos insensíveis à Arte, aprendeu as primeiras noções de música com o mestre Maximiano, sinfonista em Cana Verde. Chegou, entretanto, a ser dono da harmonia e conhecedor emérito do contraponto. Penetrou consigo mesmo os arcanos da Arte da segunda Musa

do Parnaso, a qual lhe servia de teriagem para o grande drama íntimo, para as suas angústias de artista. Já se lhe podia dizer, exclamando, com a lírica do poeta altíssimo:

“Solução de aflição no deserto profundo,
Tendo os astros no olhar e a noite sobre os olhos,
Tendo o mundo nas mãos, sem nada ter no mundo.”

Nos prolongados e constantes recolhimentos no ascetério de sua Arte, para o seu mais ardente ritual, eram-lhe mortas todas as vozes do mundo exterior. Profundamente enclausurado para as suas composições, por coisa alguma mais, no terrenal, se interessava, pois somente algo de mais alto, o interplanetário, o atraía. A ninguém atendia em seus momentos de êxtase, de levitação, de confidência com sua deusa. Fechava-se no cenóbio recôndito do seu próprio Eu para as suas demoradas confabulações com os espíritos superiores de um Beethoven, de um Mozart, de um Bach, de um Wagner, de um Chopin, de um Verdi, de um Guido d'Arezzo. Recolhia-se, por assim dizer, a seu mundo anímico, a fim de, como diria ainda Henrique de Resende, “filtrar, gota a gota, toda a essência dolorosa de sua alma.” E “é dessa essência que são criadas as obras-primas do pensamento humano”.

Também Beethoven, ao compor as suas duas peças mais grandiosas — “A NONA SINFONIA” e “MISSA SOLENE” — produto de longas lucubrações de seis anos, viveu, então, em estado de quase mística exaltação.

O Calvário em que se imola o Artista, abraçado, como Verlaine, à cruz de sua lira, transforma-se no Tabor de apoteóticas transfigurações. É ele um desajustado em seu “habitat”, porque vive sempre em conúbio com as estrelas. A comungar com o Todo Universal, na liturgia eucarística da Beleza.

A Arte pura é um carisma. E o privilegiado desse dom divino, o Artista, para as suas altas criações, alheia-se da transitoriedade do contingente, a fim de alcandorar-se, em espírito, até a Via Láctea de seu Sonho. É o introspectivo eremita em sua Tebaida, envolto em uma verônica de luzes. Extasiado ante a celeste orquestração de melodias interiores.

Assim era Augusto Terra.

Faleceu, prematuramente, no povoado do Ermo, deste distrito, a 6 de janeiro de 1912, com apenas vinte e nove anos de idade. Na mesma com que, deixando, também, na Terra madrastra, no ergástulo terrenal, os restos somáticos, partiu seu irmão de infortúnio, Au-

gusto Carvalho Rodrigues dos Anjos, o tetricamente sofredor, que, por isto mesmo, deve estar, realmente, na plêiade dos Anjos.

Encerrou seu exílio terreno como indigente. Expirou no dia consagrado aos três poderosos Reis Magos, que uma Estrela guiou até a Mangedoura de Belém! Porque vivia numa levitação monástica, a oficiar, diuturnamente, a liturgia de sua Arte.

Apenas quatro homens o amortalharam, levando-o a enterrar, como mendigo, no cemitério do arraial que as suas composições maravilhosas tantas vezes sonorizaram!

Também Mozart, como Chopin, morto, tuberculoso (com o pesar de não haver concluído o seu "Requiem", o seu canto de cisne), depositado em um caixão de quarta classe, seria conduzido ao cemitério por dois homens caridosos e um pequeno cortejo. Este, porém, foi dispersado por inclemente tempestade de neve. Assim, somente os dois homens lhe levaram o esquife a uma vala comum. Esta não foi, sequer, encontrada por Constanze, esposa do gênio, ao procurá-la, para colocar-lhe uma cruz!

Chopin, pobre, amargurado, longe de sua George Sand, teria tido a sua hora agônica no mais melancólico abandono, se lhe não velasse a agonia e lhe não enxugasse o suor de moribundo, com um lenço branco, a piedosa irmã Luiza, a sua Verônica...

Camões, que passou fome, mendigou através de um escravo jau, morto, não teve um lençol para lhe servir de sudário!

Muitos outros vultos culminantes assim teriam sido enterrados como um simples vagabundo de Gorki, sem embargo de que Bucéfalo, o Cavalo de Alexandre Magno, tivesse funerais suntuosos. Também o famoso cão de Alcebiades teve, em Atenas, maior preço e maior admiração do que o próprio professor do seu amo (Sócrates), pois não consta que haja sido forçado a beber a peçonhenta cicuta!

Nahira, o mágico flautista de um conto oriental de Humberto de Campos, morreu de fome, bem perto da insultuosa opulência do micado Daigo. De fome teria morrido o violinista do conto famoso de Sienkiwecz.

Os homens comuns, rasteiros, com o destino de moluscos, hostilizam os artistas, os entes superiores, que vivem em deslumbramento no Escurial do Sonho. No Alhambra da Beleza, a queimar desta o incessório para o seu ritual. É-lhes indiferente que o Artista viva em permanente lausperene, recolhido no sacrário da Arte, semeando, na terra, belezas do Céu.

Estes e outros vultos pinaculares do pensamento universal tiveram a pobreza como companheira inseparável. Na maioria, ícaros

mutilados do Ideal, querendo beber as lágrimas de ouro das estrelas. E esquecidos dos estômagos tantalizantes e pantagruélicos do terra-a-terra. A comprazer-se, simplesmente, como o glutão de Rabelais, com um “banquete” de sevandijas e de mecônios.

Tal como ocorreu com Moacir de Almeida, na feliz expressão de um crítico seu, também Augusto Terra não pôde, sequer, apanhar migalhas, porque tinha “as mãos ocupadas de astros...”

* * *

Desaparecido o maestro malgrado da Terra, que lhe foi ma-drasta, empunhou-lhe a batuta o Prof. José Cipriano Freire, exímio executor de seu instrumento favorito, bombardino. Mais ainda, conhecedor profundo da teoria da música, estudada, com carinho, em São João del-Rei e Boa Esperança.

Da sua filarmônica — já do nosso tempo — aqui, por nós encontrada em 1915, faziam parte: José Belisário Terra, Antônio Terra, Olímpio Furtado de Siqueira, José Luiz da Rocha, Evaristo Salviano Pimenta, Artur Oscar de Faria, Joaquim Vitor de Faria, Vitor José de Faria, Herculano Penaforte, além de outros da velha guarda, todos já desaparecidos na voragem da morte.

Abrilantadas por essa banda de música, celebraram-se grandes festas religiosas no paróquiato do Pe. Manuel Afonso Pereira Campos. Eram tais festas o encanto maior da infância do meu tempo.

De Nepomuceno vinha Antônio Izidoro, com o seu pistonzinho famoso, juntar-se à requinta de José Belisário Terra e à clarinete de Antônio Terra, formando um trio admirável e fascinante. Quer nas músicas sacras ou profanas, semeava esse trio siderais harmonias e melodias. E, ainda, enfeitadas todas pelo contracanto magistral do Prof. José Cipriano Freire.

Após ouvi-las e senti-las, qualquer cético, como Musset, passaria a crer em Deus, o MAESTRO DIVINO, sob cuja batuta se rege sempiternamente, inalteravelmente, a Grande Orquestra Sinfônica do Cosmos.

Muita razão tinha M. d’Azeglio ao afirmar que, de todas as criações humanas, a mais bela, a mais sublime, inexplicável é a Música.

O Artista, que do Alto recebe a divina centelha — já dissemos — é o organista da majestosa catedral do Espirito. É, no deslumbramento mágico da celeste Polifonia, transformar-se em super-homem a perlustrar os caminhos astrais das Galáxias. “A música, como a

virtude, sói levantar os homens para Deus”, escreveu o genial pensador Lydio Machado Bandeira de Mello.

Via São Basílio, na Música, “um meio de unificação.” De unificação, sem dúvida, com o TODO UNIVERSAL.

Em momentos de misticismo, ouvindo ou executando Cantos Gregorianos, procuravam essa unificação os monges das Escolas de Solesmes e de Ratisbona. E, superando os vãos da própria Metafísica de um Aristóteles, subiam, em espírito, ao encontro do Absoluto.

O fenomenal monge de nossos dias — Swamidji — o maior músico da Índia misteriosa, através de sua Arte e dos “Taans”, em momentos de êxtase, vai, também, demiurgicamente, até Deus.

Já ao contrário, ocorre com a anti-música destes nossos eletrônicos diagnósticos. Nivela-se ela com os coaxantes moradores dos paúis. O “rock”, por exemplo, é considerado pior que a droga das mais nocivas. A essa conclusão chegou, nos Estados Unidos, um grupo de estudiosos e mesmo de cientistas. Como o pior dos entorpecentes, pode levar uma criatura normal a alucinante estado de psicose, de “delirium tremens”. Só a música suave, terna, erudita pode atenuar os efeitos alucinogênicos da anti-música. Alexandre, provocado à fúria, por Timóteo, com tal anti-música, é, pelo mesmo, acalorado com enlevante melodia.

* * *

José Cipriano Freire teve aqui, como sucessor, Antônio Terra. Deste foi brilhante a regência. Primou pelo bom gosto. Sobre ser Antônio, hereditariamente vocacionado para a música; era bastante inteligente e estudioso.

Integravam essa corporação, além de outros: o veterano José Belisário Terra, Herculano Penaforte (sucedido por Godofredo do Norte), José Augusto Terra, Oscar Nicésio, Júlio Antunes, Evaristo Salviano Pimenta, Alfredo Simão Filho, Waldemar Broca.

José Belisário, conquanto já provecto em anos, ainda com sua requinta mágica, fazia milagres e malabarismos. Era-lhe impressionante a versatilidade. Parecia que, em uma cromática, até semi-fusa o seu dedilhar vencia na requinta. Antônio Terra, o mago da clarineta, parecia que punha a alma nos lábios e nos dedos. José A. Terra fazia do seu pistom um mensageiro de célicas harmonias.

Morto, prematuramente, Antônio Terra, em 1934, deixou, em Coqueiral, Euterpe em férias e, até, viúva por largo tempo.

Em 1927, Jonas Augusto de Alvarenga (bombardinista), entusiasta da Arte sublime, fundou outra banda de música, que teve como regente José Luís da Rocha. Era este habilíssimo executor (falecido em 9 de abril de 1955).

Lira Euterpe Progressista era o nome da nova corporação musical. Estreou, festivamente, em 1.º de janeiro de 1928, quando J. Antunes Barbosa, dela ardente entusiasta, pronunciou belíssimo discurso alusivo.

Ficou, a partir daí, Coqueiral, algum tempo, até a morte de Antônio Terra, com duas bandas de música, em disputa, até a quase extinção de ambas. Servia cada uma delas a uma das facções políticas que aqui então duelavam, sob os nomes de “Ratos” e “Queijos”, chefiadas, respectivamente, pelos coronéis Herculano Batista de Alvarenga e Antônio Batista de Figueiredo.

Dos remanescentes das duas corporações e de elementos novos, o maestro José Augusto Terra (filho do compositor Augusto Terra e recém-vindo de Elói Mendes e de Varginha, onde empunhava, com brilhantismo, sua batuta) em agosto de 1945, organizou a Lira “Santa Cecília”. Serviu-se de estupendo instrumental, adquirido às expensas do povo, graças à eficiente iniciativa do Pe. Artur Campos Costa.

Era um conjunto pequeno, mas de grande expressão artística. Harmonioso por excelência, disciplinado, mercê, sobretudo, da perícia, da competência, do zelo e do bom gosto do regente.

José Augusto Terra, como o musicólogo seu pai, era um exaltado devoto da Arte divina e miraculosa. Executando o seu piston admirado, regendo a sua grande banda pequena, arrancou, através de “tournées” por várias cidades vizinhas, farta messe de aplausos para a sua corporação.

Em 6 de outubro do referido ano de 1945, quando da campanha e do apostolado cívico do Brigadeiro Eduardo Gomes, a Boa Esperança, num comício, levou a mensagem da harmonia e do civismo de Coqueiral. Deixou, então, a mais grata impressão a vultos exponenciais do tomo de um Milton Campos, de um Pedro Aleixo, de um Virgílio de Melo Franco, de um Geraldo Freire, de um João Franzen de Lima. Este e Pedro Aleixo, em qualquer oportunidade, sempre nos perguntavam: “Como vai a nossa inesquecível bandinha?”

Com a saída forçada do maestro José Augusto Terra para a Cidade de Passos, onde continuou a colher loiros em sua carreira artística, ficou Coqueiral privada da banda de música de que tanto se ufanava, até que o maestro Francisco de Paula Batista (Chiquito), lhe empunhou a batuta.

Reorganizou o Chiquito, com energia, zelo e competência, nova banda de música com o mesmo nome de “Lira Santa Cecília”, sob os auspícios do Côn. Romeu Moreira Maia, que, inclusive, adquiriu excelente instrumental novo. Esse conjunto musical, que teve inauguração solene e festiva, a 29 de maio de 1960, durante apreciável tempo, prestou, em seu setor, relevantes serviços a Coqueiral, preciosamente na Igreja, em suas festas.

Em consequência da dispersão e mudanças de vários músicos e componentes da corporação, caiu esta no vazio, ficando, assim, Coqueiral, de novo, sem sua banda de música, o que, lamentavelmente, ocorre até hoje.

Somente agora o maestro Francisco Paula Batista (Chiquito), promissoramente, organizada novo conjunto musical.

* * *

Muito mais lamentável é claro, foi o falecimento, em Passos, a 10 de abril de 1970, do maestro José Augusto Terra.

E nós, a respeito desse lutuoso acontecimento, iniciamos e terminamos assim u’a crônica necrológica:

— A manhã de dez de abril de mil novecentos e setenta, das tão decantadas pelos nossos líricos, não teve para teus familiares e amigos, o cântico ressurrecional e festivo das alvoradas. Nem a alegria nupcial da alma branca dos lírios e das matinadas.

Foi como que o “Allegro Vivace” da “Sinfonia da Primavera”, de Schumann, a se transformar no dorido acorde do doloroso “Réquiem”, de Mozart. A alvorada clarinada por Homero, através da “Íliada”, no crepúsculo anunciado por Chopin, nos “Noturnos”. As antífonas melismáticas das aleluias, nos motetes fúnebres e celebrativos da Tragédia do Calvário. Os acordes das matinas, nas “Lamentações de Orfeu e Euridice”, de Gluck.

É que, às cinco horas e trinta minutos daquela manhã, encerraste, Maestro José Augusto Terra, o teu ciclo terrenal, para que tua alma de artista começasse a ascensão rumo à perfectibilidade do Infinito!

Foste, aqui na Terra, efetivamente, um verdadeiro artista. A divina música te empolgou desde o dealbar de tua mocidade. Para essa deusa semeadora de harmonias e melodias sobre o prosaísmo terrenal, erigiste, no santuário recôndito de tua alma, um altar votivo, ante cujo pedestal te genuflectias no mais ardente ritual.

Depois de várias páginas de reminiscências:

— Na mesma tarde lutuosa de dez de abril, acompanhado de teus familiares, de amigos e a Banda de Música do 12.º Batalhão da Polícia Militar, foste para a morada derradeira, no Cemitério da Cidade de Passos. Da cidade fidalga, que, há quase dezesseis anos, te recebera com alvíssaras e abraços.

Antes que baixasses à solidão do túmulo, o Dr. Breno Soares, teu amigo, pronunciou sentidas palavras de despedida. Ato seguido, um piston militar, naquela hora recordativa e crepusculada de transição universal, executou melancólico toque de silêncio, seuundado por um adágio fúnebre da Banda de Música!

Aqueles acordes comovedores, na hora penumbral e cor das violetas de Nossa Senhora da Despedida, bem simbolizaram, aqui na Terra, José, o definitivo silenciar de teu piston mágico, de teu próprio e imperturbável silêncio.

Por tudo, livre do contingente, transite a tua alma redimida, agora e sempre, os caminhos clarificados do Senhor das Luzes. Muito além dos “tumultos da matéria.” Bem próximo das resplandecências astrais, onde imensa, extasiante e permanente Orquestra é indiferente ao escancaramento do túmulo, que zomba da fragilidade da Vida!

* * *

E, deploravelmente, a música em Coqueiral ainda ficou mais ávida. Deploravelmente, sim, porque, como foi dito, de início, aqui, em tempos idos, sempre foram semeadas as mais encantadoras mensagens de harmonia e melodia.

E isto, guardadas, é claro, as promoções, nos faz evocar Viena, sobre a qual, acompanhando a excursão do Prof. Alberto Deodato, algo escrevemos. Agora, do que sumariamos, aqui transcrevemos alguns tópicos:

— Da Itália imortal, por ônibus, transpondo a paisagem coberta de gelo, lembrando presépios natalinos, segue o nosso professor com seus companheiros estudantes, rumo à Áustria. De passagem por aldeias embaladas ao som da divina música. Em uma, um casal de velhinhos, comovedoramente, à margem da lareira acesa, reparte com os excursionistas sua provisão de inverno. Os olhos do chefe da caravana lacrimejaram diante do gesto generoso. Hospitaleiro, de calor humano, como se fora em sua longínqua e imorredoiira Maróim.

Dali a Graatz, a Salzburgo, a Viena.

Em Graatz, madrugada alta, no hotel, onde austriacos dançavam e cantavam típicas músicas nativas, a caravana é recebida e envolvida nos folgados.

Agora, em Viena. A romântica cidade à beira do Danúbio é um poema musical. Uma permanente sinfonia. Uma polifonia. Um solfejo queixoso. Um violino em cada canto a soluçar valsas de Strauss, ondulantes como as ondas do Danúbio Azul. Almas a dedilharem nos pianos sonatas de Beethoven, finalmente, lá reverenciado quase misticamente.

Uma fermata, enfim, em cada partitura, para não interromper a Sinfonia. Para anular o fugato.

Em andanças pelas ruas de Viena, o cicerone indica lugares de marcantes recordações no campo da música. A casa em que viveram as “Três Meninas”, de Schubert. Onde Beethoven escreveu a Quinta Sinfonia.

De Schubert, fala da franciscana pobreza que o impedia de pagar aluguel dos prédios em que morava, impedindo os proprietários a despedi-lo. Beethoven era igualmente despejado, não por ser caloteiro, mas em sendo inteiramente surdo, percutindo, com tal força, o teclado do piano, tirava o sossego dos vizinhos...

Depois, um passeio verde pelos bosques. Pelo Danúbio. Constatou, como nós, que a inspiração extravasante, por exemplo, na bela valsa “Conto dos Bosques de Viena”, não saiu da sinfonia verde das frondes, ou das matinas dos pássaros. Que a do “Danúbio Azul” não fluiu das ondas do rio famoso, cujas águas, aliás, nada têm de azul. Toda a beleza divinal foi criação do gênio. Este é que imortaliza os marcos geográficos, conquanto não se possam desprezar, na criatividade artística, as belezas policromatizadas de u’a mágica aquarela da natureza. Esta inexiste só diante da insensibilidade de u’a alma bronca, metalizada, ou, melhor, de um ser humano, onde, com a Poesia e a Beleza, a alma agonizou!

Sabem, em suma, os vienenses, em particular, e os austriacos, em geral, que, através do som, quando é beleza pura, a alma se transporta ao Infinito, “abraça os astros”, para cantar a sinfonia cósmica.

Todavia, a música, enternecedoramente miraculosa, que fez até o monstruoso Nero retrocedor de muitos de seus intensos hediondos, não tem abrandado os corações dos impiedosos invasores do País da Casa de Habsburgo. Observou o ilustre visitante que, nas ruas de Viena, tão cheias de evocações e ressonâncias da Arte sublime, constata-se, ainda, as cicatrizes e desgraças da última Gran-

de Guerra. Na praça mais bonita da capital austriaca, como um insulto público e permanente, está o monumento “à glória do soldado russo!...”

Finalmente, o itinerante sentimental, em ouvindo, muito longe da Pátria, no silêncio da noite, por um garoto, a canção do “Cangaceiro”, não soube, em um cotejo, qual a mais bonita e tocante: Se ela ou a “Pastoral”, de Beethoven. A primeira, pungindo-lhe mais o coração de saudade do Brasil, fê-lo apressar a saída da Viena Sonhadora...

XVII

MÉDICOS E FARMACÊUTICOS

Por volta de 1862, foi Espírito Santo dos Coqueiros assolado por mortífera epidemia de varíola, conhecida por “bexiga preta”, de cuja devastação saiu elevado número de mortos. Improvisou-se um hospital de emergência, para o qual se construiu, às pressas, um barracão no local onde existiu o chamado “Engenho do Zé Chaves”. Próximo, também improvisado, um cemitério cercado de achas de madeira, no qual eram enterrados os mortos e, talvez, alguns vivos ainda, tal era a enormidade do pânico semeado pela epidemia. Outros foram mesmo sepultados no cemitério paroquial, isoladamente, atrás da Igreja de São Miguel. Uma calamidade!

O Ten. José Alves dos Santos, sempre benemérito, além de dar toda assistência possível aos enfermos, tentou a vinda de um médico, raramente encontrado naqueles afastados tempos. Somente em data posterior aqui chegou o primeiro lidador da Ciência e Arte de Hipócrates: O Dr. Braúnas, baiano, mulato e pernóstico. Fazia praça e se desvanecia, aliás, com razão, de ser coestaduano de Castro Alves, cuja lírica condoreira e auriflamante deificava. Dizia-se ex-aluno do educador Ernesto Carneiro Ribeiro. E, com o mesmo justo orgulho, condiscípulo de Rui Barbosa, mesmo antes deste polemizar, eruditamente, com o professor, através do maior monumento, no gênero, da Língua Portuguesa: “A Réplica.” Não se lhe conhecem no exercício da nobre profissão outras glórias dessa valia.

A permanência do Dr. Braúnas aqui foi pouco duradoura. Parece que não foi bem sucedido, já depois de cessada a letal epidemia de “bexiga preta”.

Algum tempo depois, aqui aportou, procedente de Paraíba do Sul (RJ), o Dr. Ernesto Pereira Godinho, em data não precisamente sabida. Sabe-se apenas que, em 1884, clinicava em Dolores da Boa Esperança.

Era um médico competente, ilustrado, sobretudo, para o meio e naqueles tempos, pois a sua preocupação científica já ultrapassava a simples leitura de Trousseau, de Dieulafoy, de Tórres Homem, como então era usual. Filantrópico, caridoso, habilitado, fez curas elogiáveis, maximé quando do aparecimento de nossa e assustadora epidemia de uma febre de origem duvidosa. Mais católico que pretencioso, repetia, amiúde, o aforismo de Ambrósio Paré: “Eu aplico o remédio e Deus cura o doente”. Também em uma obra clássica da Medicina árabe — “El-Konnach”, de Abu-Zakarya; deparamos o mesmo aforismo, segundo o qual o médico é apenas o intermediário de Allah.

De uma feita, viu-se forçado a fazer uma necropsia (dizia-se, impropriamente, “Autópsia”) em uma criança enterrada já há sete dias, a respeito de cuja morte havia grave suspeita. Culpava-se u’a mucama de ter sido a assassina da menor. Conquanto coisa alguma de positivo haja sido provado pelo improvisado médico legista, foi ainda a infeliz indigitada severamente punida! Foi o Dr. Godinho o mais ardente e esclarecido propagandista da República em terras do Divino Espírito Santo. Segundo consta, carteava-se, amiudamente, com Benjamim Constant, José do Patrocínio, Lopes Trovão, Rui Barbosa, além de outros paladinos do novo regimen.

De sua vida sentimental, sabe-se que amara, com ardor, a formosa e distinta Ana Alves Vilela, depois, virtuosa esposa de Mário da Silva Junqueira.

* * *

Dos médicos aqui nascidos queremos referir-nos — e com muita ufanía — ao Dr. Arnaldo Barbosa de Oliveira, renomado cirurgião, cintilante beletista e extremamente caridoso, falecido, infelizmente, em Varginha, há anos. Era, em suma, *dublé* de homem de ciência e de coração tão alto quanto o cérebro alumbrado pelas iluminuras do Infinito. No exercício apostolar e na glória de sua alta e humaníssima ciência era tão grande quanto Miguel Couto ou Pasteur. Deste guardava o Dr. Arnaldo as inspiradas palavras proferidas na Academia Francesa, ao comentar a obra e os atributos profundamente humanos de Littré: “A grandeza das ações humanas mede-se pela inspiração que lhes deu o ser. Feliz de quem traz em si um DEUS, um Ideal de Beleza, e lhe obedece. Ideal de Arte, Ideal de Ciência, Ideal de Pátria, Ideal das virtudes do Evangelho. São

esses os mananciais vivos dos grandes pensamentos. Todos eles se alumiam nos reflexos do Infinito.”

A Medicina, assim apostolarmente exercida por um médico como o Dr. Arnaldo, é, posso repetir aqui o que já escrevi, como que a doce Irmã da Esperança a visitar todos os nosocômios do mundo.

Tem-se feito presente, em sua missão benfazeja, desde os primórdios do homem. Para lhe lenir a dor. Para, o mais das vezes, da morte distanciá-lo. Para consolo lhe dar, porque presente desde o seu primeiro vagido a caminho do berço, até o seu estertor derraideiro nas proximidades do túmulo.

Mais além não vai, porque não pode fornecer o elixir da eterna vida. Sobrepassa-lhe essa verdade verdadeira e dura que os lábios de São Paulo, diante do *momento homo*, proferiram: “*Statutum est hominibus senel moris.*” E a dogmatizada na Escola de Salerno: “*Contra vim mortis non nascitur herba in hortis.*” E a assertiva do velho Horácio: *Dememur mortis nostraque.*”

Velha, sim, essa arte e ciência de curar. E presente, repetimos, desde o primeiro vagido sofredor da humanidade, que nasce da dor e com a dor, sob cujo império faz a sua peregrinação pelos caminhos do mundo.

O sacerdócio do coqueirense, Dr. Arnaldo, ainda nos faz reportar a Pasteur e a Miguel Couto.

Na França, o primeiro teve a felicidade em plenitude de ser o cruzado do Ideal por ele proclamado sobre Littré. E ao lado da glória proclamada pelo Mundo. Em sua Pátria luminosa, através de um plebiscito destinado a constatar qual o maior herói perpetuado nos corações dos franceses, o grande sábio e benfeitor foi o primeiro, enquanto Napoleão, o quinto.

O filho imortal de D. Jeanne Etienne Roqui venceu as batalhas invisíveis que travou no microscópio, “para dilatar as fronteiras da vida.” O famoso Imperador dos Franceses, comandado e fazendo travar guerras encarniçadas, dilatou as fronteiras da Morte. Por isto, após Waterloo, teve a sua melancólica Ilha de Santa Helena... Pasteur, o Panteon dos benfeitores eternos.

No Brasil, no plebiscito dos brasileiros, Miguel Couto foi como o grande sábio francês do século XIX. Donatário da mesma felicidade, porque doador de bondade e de benemerências sem conta à humanidade. Segundo o conceito socrático, “todos são imortais, mas os justos são imortais e divinos.”

Humberto de Campos, em comovedor perfil do imenso clínico, retrata-lhe a bondade, a preferência pelos pobres a lhe evocar

os dias afastados de sua infância também muito pobre, quando possuía um tesouro de ternura: sua mãe.

Bendito seja o médico que se guie pelo exemplo santificante do filho glorioso de pobre costureira! De heróica matrona que, como a mãe do Evangelista de “SOMBRA QUE SOFRE”, costurava dia e noite para prover a casinha humilde, no bairro da Saúde, no Rio, onde, à luz frouxa de um candeeiro de querosene, estudou aquele que foi um sábio, um luzeiro, um farol, um alampadário e quase um santo!

* * *

Coqueirenses são, também, os ilustres facultativos Dr. Antônio Cândido de Figueiredo, José Figueiredo e Geraldo Rossi Figueiredo. Este último chefia o Posto de Saúde local e exerce, com desvelo e proficiência, a nobilitante profissão em sua Terra.

Ainda, nos tempos modernos, em Coqueiral exercitaram a medicina: os Drs. José Gregório Moreira (1932), Alvaro Hugo Gonçalves Quintela (1935) e Francisco Martiniano de Carvalho, que, inclusive, chefiou a Unidade Sanitária local.

Médicos coqueirenses e jovens muito promissores da nova geração são Abel Rossi Figueiredo e Carlos Vitor Faria, militantes competentíssimos da profissão fora dos pagos natais.

* * *

Farmacêuticos práticos e os chamados “carimbambas” tivemos, em tempos remotos: Antônio Rodrigues de Figueiredo, D. Felícia Cândida de Figueiredo, Ten. Boaventura Tomás Vilela, Joaquim Inácio de Sousa, José Celestino. Depois, Francisco de Paula Batista, José e João Barbosa de Oliveira, Edmundo Gomes de Menezes e outros.

D. Felícia era, também, eficiente parteira, bem antes de Tia Eva, Maria Honorata, Mariana Lima, Maria de Astolfo, D. Indota. Conta-se que, certa feita, fez importante intervenção cirúrgica em uma parturiente (possivelmente uma cesariana), usando instrumentos inadequados e sem o mínimo expurgo dos germes patogênicos. Gostava de fazer praça de conhecedora inteiriça do velho Chernoviz. De Joaquim Inácio de Souza se dizia que, como o pai do sábio João Gualberto do Amaral, sabia quase de cor alentados compêndios e tratados de Jaccoud e de Grisole. Dizia-se, ainda, que tinha um carinho todo especial no compulsar obras de medicina de autoria de João José Barbosa de Oliveira, por ser pai de Rui Barbosa.

O primeiro farmacêutico diplomado, que aqui exerceu a profissão, foi Calipso Mentor de Menezes, contemporâneo, na famosa Escola de Farmácia de Ouro Preto, de Antenor Barbosa de Oliveira, verdadeiro orgulho da Terra que a infância lhe aberçou. Foi Calipso competente exercente de sua nobre profissão, nos idos de nossa infância, quando ainda imperava, nas farmácias, a manipulação dos medicamentos, cujos vidros recipientes eram lacrados com um “chapeuzinho” de papel salofone plissado. Quando da mortífera gripe espanhola de 1918, fez milagres em acudindo a centenas de pacientes, inclusive onze em nossa casa, aonde comparecia mais uma vez por dia com o seu indefectível terno de brim cáqui amarelo. A saculejar o seu termômetro, pondo-se em pânico diante da indispensabilidade de um purgativo de óleo de rícino ou de um chá-de-bico...

Morto, tragicamente, em 29 de novembro de 1927, seguiram-se-lhe: Hormino Alves dos Reis, José Chaves de Figueiredo, Antônio Figueiredo e Joaquim Rossi, todos diplomados pela Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas.

Diplomados, ainda, pela mesma Escola: Silsomar Massote Botelho e Marden Antônio Alvarenga. Diplomados em Belo Horizonte são: O farmacêutico e bioquímico Wander dos Reis Figueiredo e o bioquímico José Alair Couto Vilela. Este, competente chefe do Laboratório “Santa Cecília”, em Lavras.

Silsomar Massote Botelho é também diplomado em Direito e emérito professor em Alfenas. Marden Antônio Alvarenga é professor de Química Orgânica da Universidade de São Paulo (Capital), doutorado na Cadeira, mediante importante tese que defendeu com saber e brilho.

XVIII

AGÊNCIA E AGENTES DE CORREIO

A Agência do Correio local, foi criada em 6 de outubro de 1882. Somente, porém, em 27 de janeiro de 1891 foi nomeado o primeiro Agente Postal, José Ribeiro de Araújo, que, entretanto, só entrou em pleno exercício do cargo em 1.º de janeiro de 1895.

Falecido esse cidadão português, com a sua pobreza a lembrar a do Conde de Monte Cristo, em 6 de maio de 1904, assumiu a Agência, em caráter interino, o Sr. João de Paula Batista, nomea-

do em 23 de abril do mesmo ano. Deixando o cargo em 20 de março de 1911, João de Paula Batista passou a Agência ao então subdelegado de Polícia do distrito.

Na mesma data, D. Idalina de Paula Batista, recebendo a Agência da autoridade policial, empossou-se no cargo, no qual permaneceu até 18 de outubro de 1912.

Em 18 de maio do mesmo ano de 1912 foi nomeada Teodolina Cândida Pereira, que se empossou e entrou em exercício a 18 de outubro ainda do mesmo ano, havendo-se exonerado em 23 de julho de 1915. Por Portaria do então Administrador dos Correios em Minas Gerais, foi nomeada Maria da Conceição Pereira que se empossou em 21 de agosto do citado ano de 1915, entrando em exercício dois dias após. Aposentou-se em 27 de julho de 1950.

Nomeado, em virtude do Decreto de 6 de outubro de 1950, foi Orlando Rémuzat que se empossou em 17 do mesmo mês e entrou em exercício a 22.

Pela Portaria do D.R., de 24 de março de 1954, foi designado Agente Postal desta cidade — Ivan da Costa Lentz, que entrou em exercício a 5 de abril seguinte. Funcionário bastante competente e filho do ilustre e venerando Prof. Francisco Lentz de Araújo, da gloriosa Campanha e já falecido.

Seguiu-se a Ivan — Ismael Barbosa Rodrigues —, que serviu vários anos. Finalmente, foi sucedido por Joaquim de Assis Melo, que, por concurso, conquistou o cargo e o está exercendo.

XIX

TOPÔNIMOS DA TERRA

O primeiro nome dado à Terra, fundada pelo garimpeiro piratiningano, foi o do Espírito Santo, sob cuja proteção invocacional o intrépido bandeirante fez aqui a sua primeira prece. Ainda hoje é o “PARACLITUM” o Padroeiro da Paróquia denominada do Divino Espírito Santo de Coqueiral, sobre a porta principal de cuja Igreja vigia tutelarmente o símbolo imortal.

Já em 1792, quando ao patíbulo subia o protomártir da Independência pátria, chamava-se, também, Espírito Santo dos Sertões, do Sapê, conforme faz prova a certidão de um batizado aqui feito

pelo Pe. João Pereira de Carvalho, referida folhas volvidas. Anteriormente, isto é, em 1791, quando do assentamento do matrimônio do Antônio Furtado de Mendonça com Genoveva Maria de Siqueira, apparecera a denominação de “Ermida do Espírito Santo dos Coqueiros.” Esta, porém, se firmou a partir de 1812, conforme testifica o registro do batizado de Mariana, filha de Luís da Silva Pinto e de Angélica Rosa, feito pelo mesmo Pe. João Pereira de Carvalho e lançado no L.º VI, pág. 228, da Matriz de Santana das Lavras do Funil, pelo Pe. Francisco de Paula Diniz.

Esse nome de Espírito Santo dos Coqueiros, originário, indiscutivelmente, da abundância dessas palmeiras então encontradas nas densas matas locais, das quais existiam até há pouco alguns exemplares, perdurou até 1923. Nesse ano, o distrito criado em 1846, por força da Lei Provincial n.º 312, voltando a pertencer a Dorcas da Boa Esperança, em virtude do artigo 6.º da Lei n.º 843, de 7 de setembro do mencionado ano de 1923, recebeu o atual topônimo de Coqueiral. Por força da Lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948, foi transformado em município, conservando o topônimo.

Tal topônimo não evoca apenas aquele célebre soneto de Da Costa e Silva e das decantadas palmeiras do norte brasileiro, sobre cujos flabelantes leques os sabiás da brasilica mata cantavam melhor que os rouxinóis do Tejo. Tem mais, do que isto, inspirado a vários poetas e escritores, que decantaram, em páginas de estética, os tradicionais coqueiros.

O ilustre e saudoso coqueirense Antenor Barbosa de Oliveira, em sua estupenda oração cívico-evocativa aqui pronunciada no magno dia da nossa maioridade político-administrativa, exaltou-os em lindas palavras, sabendo-os de “leques verdoengos e cachos dourados, de estipes retas e aprumo”, como a própria Terra que lhe abençoou a criancice.

Seu não menos ilustre e saudoso irmão — Dr. Arnaldo Barbosa de Oliveira — assim cantou, recordando, neste expressivo soneto:

“Altos coqueiros vírides e belos,
E verdes casuarinas tão bonitas,
Aqueles com seus cachos amarelos,
Estas nutrindo róseas parasitas.

O cinto aos pés, à ameaça dos chinelos
De vovó, sem temer de suas gritas,
Subia estes coqueiros — meus castelos —
Mas que traziam nossas mães aflitas.

A igreja entre o arvoredor... Triste, cismo:
Aqui as águas brancas do batismo
Caíram-me à cabeça... Estou tão só!

Que luar! Mesma é a paisagem! Quantos anos!
Somente ali, no cemitério lhanos,
Descansa o meu Vovô, dorme a Vovó..."

("Vale de Lágrimas", pág. 27)

Como a do eminente médico e poeta, sob os mesmos tradicionais coqueiros, brincou sempre a infância desta Terra, desde bem antes dos antigos circos de cavalinhos ali armados, até que foram golpeados pelo machado da civilização!

Diante do sugestivo nome de Coqueiral, outros soberanos espíritos, como esse deserto estilista Lélis Silvino, entrevêm a Terra, "através da bruma da distância, como uma canção verde desferida pelas harpas dos leques das vírides palmeiras de retas estipes apuradas para o Infinito."

XX

COMARCAS, TERMOS E MUNICÍPIOS A QUE JÁ PERTENCEU COQUEIRAL

Depois da criação do Distrito de Paz, em 1846, Espírito Santo dos Coqueiros ficou integrando o território de Lavras, que foi elevada à categoria de vila pela Resolução de 13 de outubro de 1831.

Já em 6 de julho de 1855, quando o então Escrivão de Paz, Esmeraldino Xavier de Carvalho, lavrou o seu primeiro documento público conhecido, pertencia ao "Termo de Lavras, Comarca do Rio das Mortes." Isto até 1868, exatamente o ano da elevação da vila de Lavras à categoria de cidade, por força da Lei n.º 1.510, de 20 de julho de 1868. Nesse mesmo ano, instalada a Vila de Dores da Boa Esperança (criada pela Lei n.º 1.303, de 3 de novembro de 1866), desmembrada do Município de Três Pontas, passou este distrito a pertencer ao município e termo da vizinha vila, incorporada à Comarca de Sapucaí.

Em 1902, depois de uma série de vários acontecimentos que valeram o assassinato do Prof. Francisco de Paula Cândido, graças à influência do Dr. Josino de Paulo Brito, passou Espírito Santo dos Coqueiros a pertencer ao Município da Vila de Campos Gerais, criado pela Lei n.º 319, de 16 de setembro de 1901, Comarca de Dores da Boa Esperança (criada em 22 de fevereiro de 1892) e, depois, município e termo de Campos Gerais, Comarca de Três Pontas (35).

Em 1923, mercê, sobretudo, da influência do Senador Domiciano dos Passos Maia, interessado em desmembrar Guapé de Dores da Boa Esperança, a esta, por força do artigo 6.º da Lei n.º 843, passou a pertencer Espírito Santo dos Coqueiros, até 1.º de janeiro de 1949, quando foi criado o novo município criado pela Lei n.º 336, de 27-12-1948. Judiciariamente, porém, continua a pertencer à Comarca de Boa Esperança, da qual, atualmente, é integérrimo e ilustrado Juiz de Direito, o Dr. Aloysio Pereira Nogueira, e Promotor de Justiça, o não menos ilustre Dr. Boaventura Figueiredo.

Quando, em 1952, o pessoal do foro homenageou as duas conspícuas autoridades, então em exercício os Drs. Paulo Ribeiro Rosa e Geraldo Freire da Silva, respectivamente, Juiz de Direito e Promotor de Justiça, oferecendo-lhes, no grato ensejo, as vestes talares, Coqueiral também se fez presente. E eis a mensagem que lhe mandamos através de Leonides Alvarenga, aqui transcrita, na íntegra, para que permanente fique o nosso preito aos preclaríssimos homenageados:

“Nesta hora zenital do espírito e do coração, em que a consciência cívica desta verdilândia Esperança se apoteosa e touca para o mais altanado culto a quem tanto o merece, também o pequenino COQUEIRAL traz sua notinha a esse grande concerto de vozes exaltadoras e de consagrativas ressonâncias.

Mesmo na dissonância da minha palavra infensa ao malabarismo tribunício, manda a bucólica cidadezinha dos vírides Coqueiros a sua mais afetuosa e fraterna mensagem aos eminentes homenageados Drs. Paulo Ribeiro Rosa e Geraldo Freire da Silva, as duas ilibadas culminâncias do Poder Judiciário desta aquinhoada Comarca, onde, com efeito, pleonasticamente, a Esperança é sempre boa.

Comunga, assim, o nosso desabrochante município, aqui frentado pelo seu ilustre Prefeito, Farm. Homino Alves dos Reis, com

(35) Bernardo Saturnino da Veiga, em seu “Almanaque Sul-mineiro para o ano de 1874”, pág. 215, dá a criação do Mun. de Dores da Boa Esperança em 1866 (Lei n.º 1.566, de 22-6, a qual, segundo outras fontes, foi a incorporadora do município à Comarca de Sapucaí).

as alegrias festejadoras e homenageativas deste momento de autênticas euforias helênicas. E, trêmulo, de perturbadora e extravasante emoção, aqui estamos para testificar, através desta ligeira mensagem, o alto apreço que o nosso rincão natal devota à realza do Espírito, que tem o signo de eternidade. E, de um modo todo particular, esse apreço se exterioriza e se volta para as proeminentes figuras dos homenageados deste dia ateniense.

O Dr. Paulo Ribeiro Rosa, para o nosso galardão, preciosa oferta com que nos brindou a dadivosa Brasópolis, em hora providencial, soube deixar por lá, “reluzindo ao alto, como braços de hieráticas belezas, as formas olímpicas da fina educação do caro berço natal, altanando, a mais e mais, a glória e a ufania da terra generosa.” E, reluzindo na mesma altitude, aqui continua para gáudio de todos que lhe sentimos o benfazejo convívio. É amigo sincero, circunspecto, sem alardes. É juiz integérrimo, contemporaneizado com a Ciência do Direito e com os fenômenos sociais da atualidade crepitante. Com a consciência tão altanada quanto o cérebro clarificado, exercendo apostolarmente o seu múnus judicante, sabe distribuir a Justiça. A sua toga venerável e ilibada jamais se enodou e nem mesmo desceu um pouco das alturas em que se colocou. Permanece altaneira e soberana, embora tempesteie, e ruja, e cicloneje, vesuvie o vendaval das paixões do homem, quando simplesmente o *homo-economicus* de Marx, “um bicho da terra tão pequeno”, no dizer do épico supremo da Língua.

E assim o Dr. Geraldo Freire da Silva, o verdadeiro Promotor de Justiça, o coração plurimilionário, tocado pelo talismã divino da bondade, o espírito cristianizado e alumbrado pelos reflexos do Infinito, o estatutário demosteniano da palavra. É, sem dúvida, um dos maiores tributos de Minas a nos arrebatrar sempre com o seu verbo transfigurador, que, como o de Joaquim Nabuco, na pena de Graça Aranha e na realidade, tem o sortilégio de “remontar ao céu da poesia, subindo, subindo numa ascensão de arcanjo, num vôo de ave, qual a cotovia que, quanto mais sobe, mais canta e, quanto mais canta, mais sobe.”

De Joaquim Nabuco ainda disse o beletrista-filósofo de “Estética da Vida”: “Quando aparecia na tribuna era um cruzado revestido de refulgente armadura da eloquência.” Diante de “sua clara, alta e vibrante voz, soando como um clarim, tinha-se a impressão física de se verem os muros da escravidão se irem derrocando.”

É assim, também, o nosso Dr. Geraldo Freire, cuja voz, com a mesma altissonância, com a mesma altitude moral, nesta hora ato-

mística e aziaga para o primado do Espírito, tão indispensável se faz. Sim, tão indispensável para o esboroamento das bastilhas da prepotência, das cloacas pestilentas, infestadoras do organismo da Pátria, como, ao clangor bíblico dos clarins proféticos de Josué, ruíram as muralhas de Jericó. E, assim, com efeito, na tribuna popular, na cátedra e, sobretudo, no pretório, quando, no julgamento dos delinquentes, postulando a sobrevivência digna da sociedade vergasta os crimes.

O exaltar, aqui, a excelsitude das personalidades homenageadas, julgamos prescindível e, até, impraticável na estreiteza desta apressada mensagem. Além do mais, a exaltação em tanta maneira merecida já fora feita, com toda a refulgência, através da magia enfeitiçante das palavras dos Drs. Edésio Fernandes e José Luís Lustosa de Andrade, duas figuras igualmente culminantes, que, para a nossa honra e galardão, aqui se encontram. E como notas altíssimas da escala sinfônica que o espírito e o coração modulam.

Se, na exata expressão de Bilac, “só o gênio pode compreender e exaltar o gênio”, somente esses dois perinclitos lidadores do Direito poderiam mesmo significar a magnificência desta homenagem a seus dois preclaros colegas, cujo apostolado, no exercício da Magistratura e do Ministério Público, souberam enaltecer.

O Dr. Edésio Fernandes, além de ser também Juiz, ante a sacralidade de cuja toga e consciência jurídica de Minas Gerais poderá, por igual, genuflectir-se, é um formoso espírito, outro grande orador e ponto alto da eloquência da Terra Mineira. “Majestoso e olímpico.” A sua palavra e as suas maneiras à Joaquim Nabuco têm o sortilégio e a magia do fascínio.

Volplanando no mesmo plano alcandorado, está o Dr. Lustosa de Andrade. *Brilhantissimo causidico*, eminente jornalista, *emérito causidico*, emérito professor. Em suma, uma das mais sérias e sólidas culturas multívias da Minas de Lafayette. A par da sedimentada cultura jurídica, sociológica, está a sua familiaridade com a literatura em geral. É, igualmente, notável tribuno, multimilionário do espírito e do coração.

A essas duas conspícuas individualidades e soberanos escultores da Palavra estende-se, do mesmo modo, a homenagem admirativa de Coqueiral.

Voltando aos reverenciados deste verdadeiro dia ateniense em Boa Esperança, faz-se-nos ainda mister dizer que, nas becas que lhe são oferecidas, estamos deparando, em símbolo, “a gloriosa cúpula do pedestal granítico”, sobre o qual se alevanta e alteia a coluna trajânica do Direito e da Justiça.”

XXI

ELEIÇÕES E ELEITORES

As primeiras atividades eleitorais oficialmente conhecidas neste lugar datam de 20 de fevereiro de 1856. Então, na Paróquia, Termo de Lavras, Comarca do Rio Verde, Província de Minas Gerais, Trigésimo Quinto da Independência e do Império do Brasil, em a casa residencial do Alferes Francisco Joaquim Vilela, Juiz de Paz e Presidente da chamada “Junta de Qualificação”, foi aprovada a lista dos cidadãos votantes para o ano que corria, na conformidade do sistema eleitoral estabelecido pela Constituição Imperial de 25 de março de 1824. Desta lista, que obedecia ao critério da divisão em quarteirões, constavam cento e dez eleitores, sendo o primeiro, Cândido Soares de Sousa e o último, Venâncio Rodrigues Monteiro.

A ata autenticadora da reunião, lavrada pelo então Escrivão de Paz, Sr. Esmeraldino Xavier de Carvalho Pereira, foi assinada pelo mencionado Presidente, por Boaventura Tomás Vilela, Antônio Joaquim Vilela, Francisco Inácio de Sousa e José Joaquim Vilela. Era então Governador da Província o Dr. José Ricardo de Sá Rêgo.

Em 18 de janeiro de 1857, em “casa do cidadão brasileiro, Alferes Venâncio José dos Reis”, deu-se outra reunião, de acordo, segundo consta da respectiva ata, com o artigo 3.º, da Lei Imperial n.º 387, de 19-8-1846, sendo dita ata também assinada pelo Pe. Rozendo de Melo Alvim.

Muitas outras reuniões idênticas se realizaram. Mas a primeira lista dos eleitores que, própria e rigorosamente, exercitaram o seu dever de cidadão, data de 1876. Dela constam cento e trinta e nove votantes, o primeiro dos quais, Aureliano Júlio da Silveira, morador do “Esmeril.” Autenticaram esta lista Joaquim Inácio de Souza (Presidente), Manuel José Antunes, Joaquim Dias Botelho, Antônio Manuel Alves e Manuel Teodoro Alves.

Documentos oficiais dão-nos notícias das primeiras eleições aqui realizadas em 31 de outubro de 1881, para “Deputados Gerais do 4.º Distrito”, presididas por José Joaquim Barbosa Neto. Votaram vinte e três eleitores, sendo o primeiro, Joaquim Botelho de Siqueira e, o último, Joaquim Tomás Vilela. Foram sufragados os nomes de José Pedro Xavier da Veiga (então jornalista em Ouro Preto, com 19 votos), Antônio Justiniano Monteiro de Queiroz Júnior (advogado em Boa Esperança, com 5 votos) e o Comendador José Soares com 3 votos.

As últimas eleições aqui realizadas, no Império, datam de 9 de outubro de 1889. Tiveram lugar no “Corpo da Igreja Matriz desta Paróquia”, presididas por Antônio Rodrigues de Souza, secretariadas por Diocleciano de Faria Marins, servindo de mesário Manuel Teodoro Alves e outros. Votaram trinta e sete eleitores. Feita imediatamente a apuração, verificou-se o seguinte resultado: para Deputado Geral o cidadão Dr. Afonso Lamounier Godofredo (advogado em São Paulo, com 35 votos) e José Carlos Ferreira Pires, com um voto, havendo um em branco. Da ata foram remetidas cópias ao Presidente da Província, ao Secretário da Assembléia Geral e ao Juiz de Direito da Comarca do Rio Verde.

Na República, as primeiras eleições aqui realizadas, em casa de Francisco Antônio Vilela, designadas pelo Presidente da Intendência, datam de 15 de setembro de 1890. Foram para Senadores e Deputados ao Congresso Constituinte Federal, que se instalou a 15 de novembro do mesmo ano, sob a presidência de Prudente de Moraes. Presidiu-as Antônio Rodrigues de Souza. Secretariou-as João Barbosa de Oliveira, servindo de mesários Antônio Batista de Figueiredo, Antônio Alves Brasileiro e Joaquim Borges de Figueiredo. Foram fiscais, Francisco de Paula Batista e Manuel Teodoro Alves. Votaram sessenta e seis eleitores para Deputados e, além de outros: Aristides de Araújo Maia, Américo Gomes Ribeiro da Luz, Antônio Gonçalves Chaves, Antônio Olinto dos Santos Pires, Alexandre Stokler Pinto de Menezes, Alvaro de Andrade Botelho, Barão de Santa Helena, Carlos Justiniano das Chagas, Francisco Honório Pereira Brandão, Francisco Luiz da Veiga, Francisco Coelho Duarte Badaró, Francisco Alves Bueno de Paiva, Gabriel de Paula Almeida Magalhães, Josino de Paula Brito. Para Senadores: José Cesário de Faria Alvim, Joaquim Felício dos Santos e Américo Lobo Leite Pereira.

Para Deputados e Senadores ao Congresso Constituinte Mineiro aqui se realizaram eleições em 20 de janeiro de 1891, na Igreja Matriz, presididas pelo mesmo Antônio Rodrigues de Sousa. Setenta e um eleitores sufragaram, para Deputados, entre outros, os nomes de: Artur I de Menezes, Augusto Gonçalves de Sousa Moreira, Antônio Leopoldino dos Passos, Aristides Godofredo Caldeira, Domingos Rodrigues Viotti, Comendador Francisco de Oliveira, Francisco Antônio Sales, Gomes Freire de Andrade, Josino de Paula Brito, José Bento Nogueira, Olegário Dias Maciel, Francisco de Paula Lobato. Para Senadores: Antônio Augusto Veloso, Antônio Augusto Moreira Pena, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Crispim Jacques Bias Fortes, Francisco de Paula da Rocha Lagoa, Virgílio de Melo Franco.

Em 30 de maio de 1892, aqui se realizaram as primeiras eleições para Presidente do Estado, Deputados e Senadores ao Congresso Mineiro. Quarenta e oito eleitores votaram, para Presidente do Estado, em Afonso Augusto Moreira Pena, advogado, residente em Santa Bárbara. Receberam, então, os sufrágios dos espírito-santenses para Senadores: Sebastião Rodrigues de Sete Câmara, Antônio Alves Pereira, Monsenhor Sérgio Torres e outros.

Em 1.º de março de 1894, no “Corpo da Igreja”, sob a presidência de Manoel Carlos de Souza e Oliveira, secretariadas por Francisco de Paula Cândido, realizaram-se as eleições para Presidente da República, um Senador e dois Deputados (36). Votaram oitenta e oito eleitores, dos quais vinte e dois sufragaram o nome de Prudente José de Moraes Barros para Presidente da nova República. Igual número, o de Manuel Vitorino Pereira, para Vice-Presidente.

Em 7 de setembro de 1894, feriram-se as eleições para Senadores, Juizes de Paz, Conselheiros Distritais, Agente Executivo Municipal e Vereadores Gerais da sede do Município (Dores da Boa Esperança) e Vereador Especial desse distrito. Além dos Senadores, nessas eleições, presididas por José Tomás Vilela e secretariadas por Francisco de Paula Batista, receberam os votos dos espírito-santenses: para Agente Executivo Municipal — Ten. Antônio Cândido Rodrigues Neves (47 votos), João Vilela de Figueiredo (10 votos). Para Vereadores Gerais: Pe. José Lourenço Leite (51 votos), Cap. Antônio Calixto Barbosa (51 votos), Alvaro Monte Raso (51 votos), Joaquim Manuel de Figueiredo (50 votos), Cândido Teófilo Terra, Francisco Borges de Figueiredo, Antônio Rodrigues de Figueiredo, Casimiro Antônio Monteiro, Leopoldo Aureliano da Silva Junqueira (37), Sebastião Rodrigues de Oliveira e Joaquim Henrique. Para Vereador Especial deste distrito — Joaquim Inácio de Souza Júnior. Para Conselheiros Distritais: Francisco de Paula Batista, João Borges de Figueiredo, José Barbosa de Oliveira, Antônio Alves Brasileiro e Antônio Batista de Figueiredo (pai). Foram votados para Juiz de Paz e Suplentes: José Tomás Vilela, Francisco

(36) Foi o primeiro pleito direto para Presidente e Vice-Presidente da República, de vez que o Marechal Deodoro da Fonseca, findo o Governo Provisório, foi eleito, pelo Congresso Nacional, Presidente, e o Marechal Floriano Peixoto, pelo mesmo voto indireto, Vice-Presidente (Art. 1.º das Disposições Transitórias da Constituição Republicana de 24-2-1891).

(37) “Causeur”, latinista, historiador e, em suma, bibliófilo.

de Paula Batista, José Vitor de Faria, Antônio Barbosa de Oliveira e outros (38).

Em 6 de março de 1949, já emancipado o distrito, feriram-se aqui as primeiras eleições para Prefeito, Vice-Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores.

XXII

ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA E PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Relataremos, embora sucintamente, o modo como esses dois acontecimentos, que empolgaram a consciência cívica nacional, foram aqui recebidos.

Antes, porém, alguns prolegômenos:

Não visamos remontar à origem da escravidão dos povos perdida na noite dos tempos. Nem mesmo, senão em síntese, aos primórdios dela no Brasil, começada com o cativo dos índios. Estes apenas protegidos pelos heróicos e abnegados Jesuítas, intimoratos catequistas e defensores da Cruz nas brasilicas sertanias sem fim.

Já na afastada antigüidade, o célebre cativo da Babilônia, por Nabucodonosor, quando, durante setenta anos, os Judeus ficaram cativos na famosa cidade à beira do Eufrates. Somente por Ciro recambiados para Jerusalém.

Sumariamos, assim, apenas o nefando comércio de negros, que, sob os desumanos auspícios de D. Fernando e Carlos V, “eram vendidos nas costas, não por cabeças, mas por toneladas, nos porões dos navios.” Excedida a lotação, diz Afrânio Peixoto, “impróprios os lugares de abrigo, na mais horrenda promiscuidade, sofrendo a fome, a sede, castigos tremendos durante a travessia, morria gran-

(38) Dão-nos conta, embora não oficiais, de que Rui Barbosa, na memorável Campanha Civilista de 1910, aqui venceu o seu competidor, o Marechal Hermes da Fonseca. A ser verdade, Coqueiral tem mais este justo motivo de orgulho cívico.

de parte de maus tratos, doenças e eram descarregados no mar", onde "nem livres eram... pr'a morrer!"

"O cativo, como bem acentua Rodrigo Otávio, "desordem social, espoliação que, na frase de Bastiat, "nasce quando o homem compreende que é possível fecundar a terra e fazer com seu irmão — a ti a fadiga e a mim o produto —", morreu no Brasil quando os nossos super-homens puseram os corações tão alto quanto os cérebros iluminados pelos mais generosos pensamentos.

Viviam os infortunados escravos na mais lancinante via-sacra. Depois dos afanosos e sacrificativos labutares dos "eitos", dos engenhos, das dormidas nas sórdidas senzalas, eram, pelos verdugos desalmados e armados de chibatas, levados aos "troncos". Ali "o látego media uma coréia de fantasmas de uma dança inaudita."

Mais ainda o sadismo fornicador dos senhores de engenho. Da Casa Grande. A inevitabilidade do masoquismo das escravas moças, muitas impúberes e vítimas dos "Sinhozinhos" moços. O "Sinhô" chefe a se jactar de ter, como o Califa Mansur, de Bagdad, ou Omar-al-Nema, mais esposas ou amantes de que os anos de sua vida dissoluta. E, deste modo, a se julgar dono de todas as virgindades de seu feudo. O miserável, em suma, explorado pelo abastado, o potentado.

"Os escravos, como gado ou mercadoria, escreveu João Francisco Lisboa, "marcavam-se, eram carimbados para se não confundirem com os outros. Não raras vezes, eram menos numerosos os fôlegos vivos nos engenhos que cruzeiros plantadas em cada sepultura, nos cemitérios contíguos."

"Quando os oprimidos são homens livres", acrescenta o citado Rodrigo Otávio, "irrompem-se as revoluções, que conseguem transformar as sociedades e as organizações políticas."

"Os escravos revoltam-se parcialmente contra os senhores", diz Perdígão Malheiros. "E se não podem ou não querem exterminá-los, como em Haiti, à semelhança das vespas sicilianas, ou fazer a guerra do Spártaco, ferem aqui e ali, exercendo, assim, isoladamente, a vindita privada contra este ou aquele indivíduo. Foge da sociedade que o esmaga. É o povo israelita fugindo do Faraó, no Egito, atravessando mil perigos, sofrendo mil privações, até chegar à Terra da Promissão."

Entretanto, para que os cativos, em terras brasileiras, chegassem à sua Canaã, necessário se fez o generoso levante da inteligência e do coração de novos Moisés que batessem, com mais confiança, na rocha horébica da Redenção. E que, com a hóstia do maná sagrado, fossem iluminados no Tabor transfigurativo de um Ideal sublime.

De tantos, venham à tona alguns, para os nossos epínícios agradecidos:

Castro Alves (o maior a se levantar), cuja Musa relampeante e altíssima se pôs, ao de logo, em prol da redenção da raça escravizada. Sentiu o Condor auriflamante, desde o dealbar de sua raídosa juventude, da África que trazia “filhos e algemas nos braços”, o brado angustiante. O brado shakspereano, como que escoado de um Horto Getsemânico:

“Deus! ó Deus! Onde estás que não respondes?”

E, agora, em seu condoreirismo, exalta-o outro condoreiro. E também vergasta a escravidão. É o genial José Sebastião d’Assunção Fragoso Rodarte:

“O Leviatã do Livro de Jó passa-nos em vôo vertiginoso diante das pupilas deslumbradas.

O albatroz, irmão gêmeo das vagas e das procelas, voando alto, num como preto esquiliano à Liberdade, mistura sua voz às vozes do Continente maldito, que, arrastando o seu branco albornoz, geme nos porões imundos do Navio Negreiro, onde cada peito exala um queixume, cada boca murmura uma elegia e cada olhar filtra uma dor”.

“É o sublime e divino Castro Alves apostrofando os mares e os céus. É a voz de Hugo, o claro Titã, vergastando a tirania e deificando os humildes com a quintessência de seu lirismo, semealhante a teorias de anjos caídas da urna azul do Empíreo.”

A seguir, outros fazem coro com o gênio baiano, que de pranto, evangelicamente, rociou a tosca cruz da vala rasa do escravo libertado pela morte. Sem acordar os vivos que dormiam, porque poderiam estar eles “sonhando com a liberdade”, segundo já diria o grande Gibran Kalil Gibran. Dos êmulos do astro, A.M. Perdigão Malheiros. Esse eminente campanhense, autor de uma obra clássica e séria, soube tratar do problema negro no Brasil. Sem lirismo. Sem romantismo. Até mesmo com pouco sentimentalismo. Não podia admitir a escravidão diante do direito positivo e natural, além da total ausência de fundamentos éticos, segundo observa, com lucidez, João Camilo de Oliveira Torres.

José do Patrocínio, figura exponencial do movimento abolicionista no Brasil, cujo verbo era uma súplica evangélica da caridade e, ao mesmo tempo, impetuosa e chamejante. E, assim, “so-prava carícias e fogo no coração do negro, a zunia, terrível, na consciência do branco”, no dizer de Mário de Alencar. A sua imaginação e o seu sentimento “foram o simum africano que trazia a

súplica, a saudade, o perfume das florestas, o eco da liberdade do deserto, a visão das choupanas nativas, e era cantiga selvagem. Era o sofrimento do libambo, era banzo e era a revolta."

Para encerrar a curta citação dos maiores cruzados paladinos da redenção dos escravos, seja evocado Joaquim Nabucó.

Sem conhecer, a rigor, o sofrimento, porque acúleos e sirtes lhe escassearam na travessia da vida, desde o dealbar desta até o crepúsculo, consagrou, contudo, grande sação dela à causa divina dos oprimidos e sofredores. Estivesse o filho ditoso do Senador José Tomás Nabuco de Araújo elegantemente enfarpelado, ou na fruição do mundanismo de Paris, ou sendo apresentado por Ernest Renan a Taine, a Littré, a George Sand, a Saint Hilaire, a Thiers, não se esquecia da raça vitimada em sua Terra. E, para a redenção desta, no seu verbo eletrizante, como no de Patrocínio ou de Rui, "estava o colosso de fogo, o Melkart irradiante que havia de fundir as algemas dos escravos ao calor do seu gênio e alumiar a Pátria no caminho da liberdade."

Após esses apóstolos, que amanharam de joelhos o terreno frutificador da grande árvore generosa da redenção, surge Sua Alteza, a Princesa Isabel, que, como autêntica filha de Eva, na sanção da grande Lei de Ouro, elevou o coração acima do cérebro.

No coração da mulher — já dissemos — canta quase sempre o pássaro todo arminho e meiguice do amor, do perdão, da bondade.

Perlustrando Shakespeare, vemos Desdêmona derramar, como um maná sagrado, o seu perdão sobre a agonia de fogo de Otelo. No Rei Lear, a figura quase celeste de Cordélia. A romântica Julieta abraçada ao cadáver de Romeu. Consultando a História e os Evangelhos, vemos Tabita, a primeira Irmã de Caridade, pelos caminhos escarpados de Jopé, enxugar as lágrimas de muitos desditosos. Diante da miraculosidade da Caridade, já repetimos, Rosalina a transformar pães em trescalantes rosas, para fugir da fúria do pai descaridoso. Isabel da Hungria a inverter o milagre, como aquela maravilha operada nas Bodas de Caná.

Frei Guido, qual S. Francisco de Assis, no sopé *della Rocca Maggiore*, adormecido à beira do caminho nevado, após haver oferecido o seu bordão, o seu manto, as suas sandálias ao peregrino pobre, acordando, tem a aurora de rubis, como um afago de mãe, a lhe carminar a fronte estoíca. E, maravilhado, como o Santo suave de Assis, vê diante de si trissantes bandos de andorinhas e, entre a neve, petalino chuveiro de rosas.

O virtuoso Pe. Damião, ainda como o monge da Penitência, diante de quem os pássaros da Toscana silenciavam para lhe ouvir a prédica, se aprazia em afagar as feridas dos leprosos.

A guisa do poeta condoreiro, podemos repetir: "Proclamam formosos os cabelos de Vênus salpicados das pérolas verdejantes do oceano. Mais sublime é "a cabeleira loira de Madalena, quando enxuga os pés de Cristo." E, ainda: "Este disse aos Apóstolos — "Ensinai a todas as gentes." Mas disse às mulheres: "Amai a todas as gentes." O amor era uma coroa. Desde então, a caridade foi um esplendor. Um vulto ideal de moça traz nas sandálias o pó de todos os hospitais, para lembrar-lhe a universidade do coração."

"Caridade", disse Berdion, "é como o diamante: Purifica-se com o fogo."

Mungo Park, comovido, conta-nos que, "sem água, sem pão", sem amigos, solitário e perdido, quando se preparava para passar a noite ao relento em um deserto inóspito e infestado de feras da África, misérrima negra, que voltava dos trabalhos do campo, conduziu-se dele, dando-lhe carinhosa dormida em sua cafreana senzala. U'a mulher assim, embora rebento humílico da raça dita inferiorizada, evoca-nos a piedosa Wolweig, da nórdica teatrologia, recebendo, com afagante ternura, o seu Peer Gynt, a sintetizar a magnitude da alma humana.

Deus houve por bem fazer do coração da mulher u'a lira em que é dedilhada a poesia da bondade.

E foi por isto mesmo que, germinadas todas as idéias generosas, concretizados os sonhos dos Quilombos e Paimares, tivemos uma Princesa Magnânima e Sereníssima, que, a 13 de maio de 1888, fez drapejar, no Edifício Cívico da Pátria Brasileira, a Bandeira santificada da libertação do povo mártir.

* * *

Aqui, no velho Espírito Santo dos Coqueiros, como alhures, os senhores de engenhos, os fazendeiros, em geral, eram contra a abolição da escravatura. Receberam-na com protesto. Não ouviram a antiga Musa ignescente do Castro Alves imenso. Nem o verbo eletrizante, como torrentes fulgorescentes de astros, de Joaquim Nabuco, de José do Patrocínio, de Luís Gama, de João Alfredo, dos Rebouças, de Tavares Bastos, de Rui Barbosa e de outros titãs da inteligência e do coração, que se levantaram em prol da remissão das "legiões de homens negros como a noite, horrendos, a dançar."

Não se conheceu nesta Terra um abolicionista nativo. Aqui o foi o candeense Pe. Manuel Furtado, que alforriou os seus escravos, mesmo antes da Lei do Ventre Livre. Deu-lhes, ainda, o usufruto vitalício de sua fazenda da "Fábrica", doada ao patrimônio da Igreja Matriz local.

Os próprios entes a serem remidos, escondidos em sua própria ignorância, em suas senzalas, nas solidões do “eitos”, dos engenhos e dos matos, não tomavam conhecimento do movimento redentor.

A grande notícia da sanção da Lei Aurea aqui só chegou alguns dias depois, sendo publicada na Igreja pelo Pe. Rozendo de Melo Alvim.

Enorme e incontido descontentamento provocou aos fazendeiros locais, em geral. Suas esposas, com poucas exceções, desmentindo, deploravelmente, aquela excelsitude d'alma e de coração exaltada linhas volvidas, empunhando bandeiras vermelhas pelas ruas do arraial, amaldiçoaram a Princesa Redentora. Esta, entretanto, bem mereceu a rosa pontifical que lhe enviara o imortal Papa Leão XIII.

Em compensação, os libertados, tomados de ruidosa alegria, bebendo à larga, dançando e gritando, de reco-reco e caxixi em punho, fizeram também a sua prolongada arruaça. Tal lhes foi a euforia, o contentamento perturbador, que muitos chegaram a duvidar da boa nova.

Diante das antigas “Sinhás” em protesto, cantaram:

“Promessa de senhora rainha
os nego ficô banzero,
no dia 13 de maio
acabou-se o cativoiro.
a muié dele arrespondeu
com dore no coração:
— Tem paciência, meu marido,
Tudo que Deus faz é bão,
vancê vai cedo pra roça
e eu vou cedo pro fogão.”

Realmente, vitorioso o movimento abolicionista, quase se misturaram os dois grupos, as duas castas: dos ex-“Sinhôs” e escravos. Não raro, as filhas dos Viscondes e Barões, à luz frouxa dos velhos lampiões de querosene, se agarram, de novo, às abandonadas máquinas de coser. Ter-se-iam convencidos de que os vermes dos necrotérios não distinguiram Alexandre, Atila e Calígula de seus cavalos, Sertório de sua corça, Bento Labre e Alcebiades de seus cães.

Quanto aos libertados, entretanto, embriagados em seu carnavalesco, em seu candomblê, diante da efemeridade das coisas boas da vida, a alegria não durou muito.

A abolição, que teve as suas negativas conseqüências econômico-sociais, de âmbito nacional, agravadas, sobretudo, pelo brusco desemprego de milhares de braços, expondo à miséria e à penúria os próprios libertados, não fez exceção nesta Terra. Muitos dos redimidos, passando os primeiros momentos eufóricos e emocionais, quando casaram a granel, imprevidentemente, preferiram continuar a servir aos antigos senhores mais generosos, dos quais se podem citar Antônio Batista de Figueiredo, Francisco Tomás Vilela e mais alguns menos afastados do Evangelho, do Amor pregado pelo Mestre Divino no Sermão da Montanha.

Não obstante as dificuldades decorrentes deste estado de coisas, fenômeno natural, gerado em todos os momentos de grandes transformações na comunidade dos povos, promoveram os redimidos, em ação de graças, retumbante festa a Nossa Senhora do Rosário. E, durante três dias consecutivos, dançaram e cantaram:

“Viva o rei,
viva a rainha,
viva a coroa de nosso rei.
Moçambiqueiro não bebe cachaça,
só bebe vinho, sangue de Cristo.”

E, assim, coroaram o seu rei Congo, que, todavia, logo se despojou de seu cetro!...

* * *

O movimento pró-República, iniciado, a rigor, em 1870, com o célebre MANIFESTO, em que se destacou Teófilo Otoni, ganhou novo impulso com a adesão dos ex-senhores de escravos. Insatisfeitos, revoltados, aderiram ao Partido Republicano. Em uma hora azada do despeito dos conservadores e ascensão dos liberais. Mais ainda, no Mundo Ocidental, com as tendências filosóficas, positivistas de Augusto Comte, de Spencer, tomava pulso uma ascendência quase incoercível para a República, mais consentânea com o Estado positivo.

Durante todo o ciclo da propaganda, a Província de Minas, sempre de vocação liberal e republicana, reconhecida, como tal, até por um historiador norte-americano — George Boehrner, teve posição de culminância, desde quando um Felício dos Santos e outros se puseram em campo.

O verbo oracular de Rui Barbosa e de seus paladínicos companheiros de cruzada aqui teve grande ressonância. Ressoou, também, no velho Espírito Santo dos Coqueiros, a pregação flamejante

do preexcelso apóstolo da Liberdade. O Dr. Ernesto Pereira Godinho, em comício, conclamou o povo para a grande arrancada. Saliou, ainda, por sua vez, que o Governo Brasileiro não poderia cair nas mãos da Princesa, embora benfeitora e generosa.

Alegaria, talvez, que apenas com magnitude de coração, não se governaria uma nação como o Brasil, a precisar também de cérebro, e forte.

Aqui, igualmente, se fez ouvir o Dr. Lamounier Godofredo, que, depois, seguiu com destino a Três Pontas, fazendo-se acompanhar de alguns espírito-santenses, dentre os quais Jonas Miguel do Monte Claro. Este, também, na Terra do Côn. Vitor, lançou a sua pedrinha no alicerce do edificio da República Brasileira.

Chegado, afinal, o suspirado dia 15 de novembro de 1889, foi a noticia nesta Terra, estrepitosamente recebida, como, de resto, em Minas, então presidida pelo Visconde de Ibituruna. Na Capital do Estado a noticia chegou no mesmo dia, à tarde, por via telegráfica.

De políticos proeminentes, conhece-se apenas, por coerência, o protesto de Afonso Pena, que, entretanto, posteriormente, prestou relevantíssimos serviços ao novo regime. Cesário Alvim foi, pelo Governo Provisório, nomeado Presidente do Estado. Não sendo, porém, encontrado no dia 17, por Felício dos Santos, incumbido de lhe dar posse, deu-a, de início, a Antônio Olinto dos Santos Pires.

Houve aqui, como em todo o Estado, comemorações festivas. Frenteou um movimento de cívico regozijo, João Barbosa de Oliveira, farmacêutico, professor de letras e de música. Seus alunos, com o povo, empunhando bandeiras, desfilaram em ruidosa *marche aux flambeaux*. No lugar de um hino patriótico da nova República, foi cantada a "MARSELHESA". Com as estrofes vibrantes da grandiloquente composição de Rouget de Lisle, a bilaciar sempre a Pátria luminosa de Hugo e de Mirabeau, os espírito-santenses mais esclarecidos também sentiram a existência vibrátil do Brasil Republicano. Concomitantemente, alguns velhos generosos e monarquistas lamentavam a sorte de um visconde de Ouro Preto em sua "gloriosa prisão" e o tratamento dispensado ao Magnânimo e sábio Imperador a caminho do exílio amargo!...

XXIII

INSURREIÇÃO DE ESCRAVOS E A PRIMEIRA CADEIA PÚBLICA

Por volta de 1857, uma insurreição de escravos pôs em pânico e alvoroço os “Sinhôs” de Espírito Santo dos Coqueiros.

Bento, escravo e tropeiro do Ten. Boaventura Tomás Vilela, entendeu tornar-se o Chico Rei destas terras. Não apenas para, com o próprio labor pacífico e honesto, libertar, aos poucos, seus infelizes companheiros cativos. Pretendia — isto sim — chefear uma conspiração, visando, sobretudo, matar os “Sinhôs” e desposar as “Sinhazinhas” moças, já “órfãs” de mãe. Desejava inverter o sadismo fornicador dos “Sinhôs”, tidos como proprietários incontestáveis das virgindades todas, desabrochadas em seus feudos, como flores de laranjeira.

Depois, a libertação. O afagado desiderato de Bento, por cuja concretização se pôs em campo e daria metade de sua vida.

Tropeiro e chefe de tropeiros que era, em suas repetidas viagens à Capital do Império, com carregamento de toucinho, azeite, algodão, trazia, em troca, de retorno, outras utilidades e artigos manufaturados de que carecia o homem do sertão. No meio dessas “utilidades”, camufladas, Bento trazia, também, armas de fogo: pistolas de um cano, navalhas, tesouras, munições e outros apetrechos bélicos. À medida que vinha trazendo seu material de guerra, o ia escondendo em um denso capão de mato virgem, no lugar, hoje, denominado “Capão dos Óleos”, onde o Moisés Honório, que conhecemos, dominou, em luta corporal, possante lobo. De posse, assim, de seu arsenal no Capão, tanto da munição, quanto da traição, ali, altas horas da noite, Bento, com seus companheiros e inconfidentes, tramava o levante. E, acima de tudo, prelibava as delícias da liberdade e a conquista paradisíaca das “Sinhazinhas” moças e bonitas... Como, porém, “não há bem que sempre dure” e a alegria, sobretudo a do pobre, não excede a duração de uma manhã de rosa de Malherbe, teriam os conspiradores negros o seu Joaquim Silvério. Este era Gabriel, uma espécie de Nicolau, escravo fiel e lugartenente de Boaventura Tomás Vilela. Revelou ao amo a trama conspiradora de Bento e seus comparsas. E isto bastou para que os senhores de escravos se precavesses e fossem logo ao encalço dos insurretos. Estes, em se vendo perseguidos, puseram-se em fuga com

o propósito de refugiar-se além, em uma republiqueta de novos quilombolas. Mas os “Sinhôs” tinham, também, seus dextros “Capitães de Mato”, que capturaram, logo, todos os foragidos e “guerreiros” malogrados. Ato seguido, o “prêmio” esperado!...

Um pelourinho foi improvisado. Consistia em um grosso pau de ipê oitavado, tendo em cada uma de suas faces u’a argola de ferro.

Bento, o chefe da malfadada conspiração, foi nesse lugar de execução e suplicio, o mais duramente castigado. Açoitado dias a fio pelo feitor, que trazia chibatas e algemas nas mãos e na alma!...

* * *

Partiu daí, também, a construção da primeira cadeia pública local, no ponto de início da atual Rua Rui Barbosa, o apóstolo da Liberdade...

Possuía a velha casa de encarceramento três compartimentos. Em um deles havia o “tronco”. Consistia este de duas planchas de madeira ligadas, horizontalmente, por dobradiças de ferro e grande cadeia em uma de suas extremidades. À sua frente, o pelourinho.

Ali novos Izidoros foram martirizados, mesmo sem “crime” de praticar o seu honesto comércio de pedras preciosas. Ou de haver tentado nova “façanha” do infortunado Bento, que nem ao menos tropeiro pôde ser mais!...

A rebelião de escravos não se circunscreveu à do antigo tropeiro.

Por volta de 1867, Francisco Antônio Vilela, que já possuía avultado número de cativos, comprara mais um de um “comboio” baiano. Chamava-se Rufino, alcunhado por Rufo. Não se sujeitando, porém, ele ao cativeiro da fazenda do Vilela (hoje, fazenda da “Lagoa”, de José Chaves de Figueiredo), fugiu para o mato, procurando, talvez, alguma republiqueta de quilombola. Entretanto, já bem afundado na floresta, num mucambo distante do indesejado “Sinhô”, foi, exatamente, descoberto por um “Capitão de Mato”, que, de pronto, constatou tratar-se de “negro fugido”, com seu cachimbo aceso, assustador das mocinhas medrosas, apenas com o cheiro característico do tabaco queimado. Capturado e algemado pelo “Capitão” sem galão, foi por este recambiado para o ponto de partida da fuga.

Chico Antônio, que se encontrava na roça feitorando seus escravos no labor preial do “eito”, foi logo chamado para receber

o fugitivo e premiar-lhe o capturador. Logo depois, o “Capitão de Mato”, tresnoitado, deixando ao lado, imprevidentemente, a sua garruha, dormiu.

Rufino, não obstante algemado, destinado a novos tormentos, valendo-se da arma, varou o crânio de seu algoz, deixando-o morto próximo à escada da fazenda, esvaído em sangue. E, ainda, com a mesma arma, disposto a matar “Sinhá” Dorotéia, que, em gritos, se fechou em um quarto da casa grande. Chegando Chico Antônio, com o valente capataz Valério e outros cativos, efetuara a prisão de Rufo. Fizeram-no, ainda, dormir com sua vítima, o defunto, que, no dia seguinte, conduzido pelos escravos, calçados com suas botas à Emboada, foi aqui sepultado. Rufino, que ficou, provisoriamente, no “tronco”, recebendo as mais lancinantes e ininterruptas chibatadas do carrasco, não obstante as súplicas dolorosas da escrava Justina, foi, depois, trasladado para Ouro Preto, onde, em sórdida galé, ficou sepultado até a morte, ou, melhor, até a ressurreição!

Chico Antônio, por se ter exorbitado, crudelissimamente, nos castigos ao delinqüente, embora escravo, foi processado, criminalmente, talvez por iniciativa de um homem de coração. Só se livrou de alguma possível penalidade, graças à mediação política do Alferes Antônio Cândido Neves.

Diziam os supersticiosos que, durante repetidos anos, a fazenda ficara mal assombrada. Altas horas da noite, após uivados agourentos de cães, gargalhar de corujas na velha paineira, um cortejo de figuras macabras era repetido. Do engenho de cana partia um alaridar de congada, intercalado de gemidos lancinantes de negros açoitados, indo terminar na vasta varanda da patriarcal residência de Chico Antônio. Ainda das senzalas, com o “tutucar” dos “atabaques”, mãos invisíveis iam acionar o velho tear, enquanto vozes agoniadas chamavam a velha e defunta tecedeira Justina, para acudir a Rufo, contorcendo-se em estertores, sob o brandir do açoite...

* * *

Se a rebelião de escravos não ficou só com Bento, os maus tratos, por parte dos “Sinhôs”, não se circunscreveram apenas a Chico Antônio. Outros houve aqui que se compraziam com o martírio do preto.

Venha a lume mais um exemplo:

Narciso Ferreira, filho de Felicidade (mulata, filha de homem branco com preta), em 1879, foi, por José Joaquim Botelho, comprado a Joaquim Pimenta de Moraes, da Fazenda do “Belém”. O novo “Sinhô”, depois de muito pretextar para azorregar o escravo, resolveu fazê-lo mesmo sem motivo algum. Foi açoitado quando dirigia o carro de bois do seu algóz. O próprio carro, como que solidário com o carreiro, no chiar melancólico de seus cocões e chumaços, lamentava a crueldade do escravista. Muito menos, Narciso, se conformou com o cruel tratamento. De pronto, em sinal de gratidão, guardou o carro, libertou os bois e fugiu.

Em seu esconderijo florestal, no lugar, hoje, denominado “Mandembo”, construiu um rancho, em torno do qual fez uma picada em forma de espiral, a fim de poder espreitar quem dali se aproximasse. Naquela solitude ficou como um ermitão, fabricando peneiras, que eram vendidas por seus irmãos alforriados. Do produto em “cobre” de sua indústria taquaril, comprava, sobretudo, munições para as suas armas de fogo, preparando-se, assim, para qualquer eventualidade.

Certo dia, foi Narciso denunciado a José Joaquim Botelho, pelo negro da Costa de nome Cambinda, escravo de Inocêncio Gonçalves da Cruz, que não tinha nem inocência e nem cruz. Botelhos, o proprietário da fazenda do “Morro do Chapéu”, organizou uma escolta composta de outros escravos e de alguns elementos dos famigerados Farias, à guisa de polícia. E foram capturar a Narciso, mas o ermitão preto, rechassando os atacantes, fê-los bater em vergonhosa retirada.

Deixando, a seguir, espontaneamente, a sua cafua ou o seu eremitério, em companhia de Francisco Miguel da Silva, que conduzia tropas, foi para Sorocaba (SP), onde se fez almocreve.

Anos depois, abolida a escravatura, voltou para Espírito Santo dos Coqueiros, em cujo cemitério, já velhinho e pobre, foi enterrado.

Deixando de ser escravo e tropeiro, morreu infeliz, mendigo e pobre, o filho de Felicidade!...

XXIV

RANCHOS, CAPATAZES, TROPEIROS E BOIADEIROS

Era o velho Espírito Santo dos Coqueiros ponto indesejável de passagem e pouso de tropeiros e boiaqueiros. Procediam de Passos, de Santa Rita de Cássia, de Paracatu, do Triângulo Mineiro, de Sorocaba (SP), de Catalão (Goiás) e, até, dos sertões de Mato Grosso. A maioria se destinava à Corte, ao Matadouro de Santa Cruz. De passagem ruidosa por Três Corações do Rio Verde, para cuja história verdadeira se escrever, segundo Marcos Coelho Neto, recém-citado por Benefredo de Souza, há de se “inspirar nos cascos de bois”.

Havia os célebres ranchos e estalagens, por cujas clareiras entrava a argêntea hósta de luar a ungir a alma das violas dos caboclos acocorados sobre o couro das cangalhas.

Dos ranchos antigos citem-se: de Rita Antônia Teixeira e de Manuel Emenigídio, localizados à margem direita do “Córrego do João Borges”, da saída para Posses e Belém. De João Ferreira Penaforte, no lugar denominado “Junta Barro”. Depois, na “Fazenda das Laranjeiras”. De Raimundo José Machado, à margem esquerda do citado “Córrego do João Borges”. De Joaquim Silvério de Faria, no lugar “Machambomba” e nosso conhecido em 1915, já pertencente ao Totoca.

Era de ver o sertânico movimento desses velhos ranchos, como de todos os demais daqueles avoengos tempos, tão cheios de agreste e bucólica poesia!

Tropeiros e boiaqueiros, procedentes dos lugares citados, aqui afluíam há quase um século, até 1922. Possivelmente, até alguns hóspedes daqueles ranchos da Terra de Anhangüera, nos quais Bernardo Guimarães, de sobre ondulante rede, ouvira, para romanceá-la deliciosamente, a história do Ermitão do Muquém.

Amiúde, o berrante, o “aboio”, o “eia” dos boiaqueiros, o “tió-tió” do ponteiro, o tropel da boiada ou da tropa, os cincerros guizalhantes da “madrinha” desta, tudo enchia a solidão das picadas e a soledade dos ranchos. E estes se enchiam de bulhosa alegria brasileira. E da mesma alegria contangiente se aleluiava o velho arraial, notadamente, a chamada Rua Boiaqueira (hoje, Ana Néri). Ali o *trottoir* noturno, o batuque, o ruído, o fornicar dos cortiços e

espeluncas. As rameiras importadas se vendiam por bom preço aos homens de botas inteiriças, de potrilho, adornadas de grandes chilenas de prata, de chapéus de abas largas. A boêmia em marcha. Não raro, o esgrimar de facas ou uma troca de tiros, na disputa da marafona...

Nos ranchos, outros homens de chapéu de couro, “lidadores impetuosos dos campos e cueras”, “decididos das vaquejadas”, “do seu ofício”, ponteavam suas gementes violas, ou dedilhavam suas sanfonas, que, noite adentro, enchiam de rústicas toadas a alma da solidão e a solidude da alma dos sertanejos saudosos daquelas caboclas, que, no último plenilúnio, sob a figueira discreta, lhes forneceram um paraíso... Outros, de suas baloiçantes redes, contavam casos de bois encantados, de taperas e casarões mal assombrados, perdidos nos ermos crepusculados. Enquanto isto, presa de um gancho, u’a chaleira fervia o saboroso chá de congonha apanhada na árvore frondosa, próxima ao rancho. E o cozinheiro, num espeto de aroeira do sertão mesmo, assava a apetitosa carne seca, com o fogo crepitando sob a tripeça viajeira. Outro vaqueiro, lá do fundo da fonte, trazia o ancorote pejado de água fresca. Tudo a evocar o “beber do mate amargo e o pialar das tropas bagualas nas auroras gauchescas”, cavalgadas por peões indômitos, que não invejavam a corrida do tufão pelos pampas imensos. Mais um recanto destes. O perigoso rodeio sob o reluzir cortante das farpas. O churrasquear da peonada impávida, indômita, a rutilar, depois, suas esporas, em disparada pampeana, sob o escarlate drapejante de seus ponches. Depois, ainda, o gostoso chimarrear.

Com o cair da tarde, os horizontes se cobrem de suave e violácea melancolia. Na restinga, um sabiá canta merencóreo e faz coro com “Ave-Maria” da saudade dos peões.

Finalmente, a noite. A lua cheia a subir deslumbradora, qual imensa gaivota a vogar no imenso mar azul do céu. E os tropeiros adormeciam.

No dia seguinte, mal o sol, essa enorme hóstia doirada da comunhão do Infinito, despontava no horizonte, selada a tropa recém-vinda das pastagens e capoeiras, reuniam o gado, quase sempre com o boi na arribada. E, à cadência do aboiado, do “roomm”, ao “tilintar” dos chocalhos em pachorrenta andadura”, o culateiro

com o seu agulhão, o ponteio à frente assoprando o seu berrante roufenho, partiam esses homens destemidos, lidadores impávidos de nossas brasilicas sertanias.

Com efeito, aboiando e cantarolando, através de alpestre picadas e veredas bravias, partiam, e levavam consigo sua boiada, sua tropa, sua esperança e sua aventura!...

* * *

Dos tropeiros locais sobressaíam-se: Pedro Botelho de Siqueira, José Silvino de Bastos (vulgo José Adriano) e Silvério de Melo.

Eram, também, de alta ousadia e destemor. Já, como Catulo da Paixão Cearense, poderiam dizer:

“As vês, um hôme, patrão,
tem de ficá pru debaxo
da barriga do animá,
que vai baxando, baxando,
com a gente rente no chão,
sem na carrera pará.
É úa coisa naturá:
o hôme foge da morte,
o animá que se sarvá.”

Nos lombos de suas tropas, constituídas de dezenas de animais de cangalhas, sob couros crus, eram transportados azeite, algodão, toucinho e outros produtos da terra virgem para São João del-Rei e para a Capital do Império. Desta traziam, de retorno, artigos manufaturados, sal, querosene e outras utilidades de serventia do sertanejo.

A viagem daqui à Cidade de São Sebastião se fazia, normalmente, em vinte e cinco dias, através de inívias veredas, infestadas de indígenas e cangaceiros. Era, pois, desses tropeiros a caminhada tão arriscada quanto a dos bandeirantes.

Também os tenentes José Alves dos Santos, Boaventura Tomás Vilela, Joaquim Antônio Vilela, Alferes Venâncio José dos Reis e outros tinham as suas tropas. Para conduzi-las, escravos e caboclos aventureiros e valentes. Enfrentavam à faca o jaguar traiçoeiro e o fascínora inexorável.

O nosso conhecido Bento, escravo e almocreve do Ten. Boaventura Tomás Vilela e, depois, conspirador, de regresso de uma

de suas viagens à Corte, com a sua tropa carregada, já nas proximidades da garganta do Embaú, na Mantiqueira, viu-se assaltado por dois bandidos. De bacamarte, bradaram:

— Negro, a vida ou a tropa com as canastras!

Bento, calmamente, entregou toda a carregação. Enquanto, porém, os larápios e assaltantes se apossavam do precioso furto, para, a seguir, dar cabo do arrieiro furtado, este, simulando terror, “trêmulo”, matreira, ardilosa e inopinadamente, saca de afiado facão e fulmina, de chofre, os perigosos larápios. Estes, decepados, com a rapidez de um raio, ali tombam engolfados em sangue.

E Bento, com a mesma calma inicial, atirou os mortos à margem da picada. E aguardou, imperturbável, a chegada da “culatra”. E a seus companheiros mostrou o resultado da façanha. E reiniciaram todos, tranqüilamente, a caminhada temerária.

E inertes, talvez nem ao menos disputados pelos urubus, ficaram os bandidos insepultos...

* * *

Dos capatazes famosos dos afastados tempos, sejam lembrados: Francisco Miguel da Silva, Antônio Moreira e João Manuel Pereira.

E lundus já podiam entoar:

“E vai fazê quinze anos que eu já era capatais.

Nós vinha rumá boiada nas campinas de Goiás,

500 bois ponteiro, mil e quinhentos mil réis,

Puxados de Mato Grosso, destino a Minas Gerais.”

Todos, como observa Basileu Toledo França, ainda “da fase da expansão do gado, que, da retaguarda dos engenhos de cana do Nordeste, em caminhada secular, subiram o Rio São Francisco, tomaram conta de Minas Gerais e de lá entraram por Mato Grosso e Goiás.”

Francisco Miguel da Silva, capataz de Joaquim e, depois, de Francisco Antônio Vilela, vezes muitas, foi daqui às fronteiras longínquas e inóspitas do Paraguai. Atravessou sertões imensos de Goiás a Mato Grosso, por veredas quase intransponíveis, antes mal pervagadas pelos homens das Bandeiras, e, somente mais tarde, pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. As regiões da Ilha do Bananal, em Goiás, às vertentes do Roncador, já em Mato Grosso.

Qual o mais intemorato bandeirante do século XVIII, transpunha, com sua comitiva, esses bravios colossos geográficos. Dormia, não raro, ao relento, quando nem ranchos eram encontrados. Transpunha rios caudalosos em jangadas improvisadas, enfrentando feras, tigres (o jaguar e a suçuarana), índios, inclusive os caiapós, borroros, outros, cuja língua, rudimentarmente, aprendeu. Ao zunir das flechas respondia com o troar dos arcabuzes.

Em tais precárias e perigosas condições, mais de uma vez, transpôs os Rios Tocantins ("região dos tocanos"), Araguaia ("rio das aves"), o Caiapó, o das Garças. À margem deste, certa feita, houve de enfrentar dois grupos de falsos garimpeiros, que tentaram arrebatá-lo até a tropa. De outra vez, distante cerca de doze léguas de Dourados (MT), para se livrar e isentar sua comitiva de uma horda de ferozes bandidos e indígenas, houve de se desviar do quase apagado roteiro colimado. E, sob o desabar de pavorosa tempestade, foi pernoitar em um lugar verdadeiramente bárbaro, recôndito e aterrador. Tempos depois, em Goiás, em um rancho, presumidamente à margem do Rio dos Pilões, procurou dormida. Já escurecera. Lugar inteiramente deserto e órfão do mínimo resquício de civilização. Apenas os pios agourentos das aves notívagas e o canto-chão da mata quebravam o silêncio solene do ermo. Ali passou, indormida, a noite sertaneja e assustadora. No dia seguinte, raiada a aurora, atônito, verificou que, a um canto do velho rancho aberto, habitado por morcegos crepusculares, jazia, esfaqueado, com os olhos vidrados, entre zumbido de moscas, um homem, por cujas características se presumia tratar-se, também, de um capataz a conduzir dinheiro...

Não muito longe só poderia encontrar o Rio da Perdição, onde se desentenderam Bartolomeu Bueno e seu genro, João Leite da Silva.

Enfrentando Francisco Miguel da Silva tais e outros perigos em bárbaras solidões, onde audíveis eram, sobretudo, os uivos das feras, ao cabo de seis meses, ou mais, à Terra natal regressava, trazendo uma grande boiada, mas deixando, nas sertanias dos confins, um pouco da sua saúde e a sua aventura!...

De outra vez, para defender vultosos haveres do patrão, viu-se compelido a fingir-se de aleijado, inválido, pedinte.

Recebera, na Rua 1.º de Março, no Rio, grande quantia de dinheiro corrente, em pagamento de uma boiada de Francisco Antônio Vilela, vendida em Santa Cruz. Pressentindo o ataque dos chamados "capoeiras", useiros e vezeiros no roubo aos boiadeiros e capatazes interioranos, transformou-se em coxo, capenga, deformado, mendigo, arrastando-se pelo chão. Mas salvou esse "Quasi-

modo” sertanejo, igualmente nobre de sentimentos, todo o dinheiro que lhe estava confiado.

Em companhia do Cap. Antônio Calixto Barbosa e de João Paraguaio, serviu na Guerra de Solano Lopez, combatendo em decisivas batalhas, às ordens de Mena Barreto.

Destemido e intrépido era, também, João Manuel Pereira, capataz e peão famoso. Praticava diabruras no lombo de seu burro de nome “Corisco”. Cavalgando-o, auxiliado por seu adestrado cachorro chamado “Carrancas”, era mesmo um relâmpago a apostar correria vertiginosa com qualquer “marruá” bravio pelas vastas veredas do sem fim brasileiro. E o vencia, e o dominava, e o domava. Com o seu poncho azul, forrado de pelúcia purpúrea, a tremular aos ventos mineiros, goianos e mato-grossenses, assemelhava-se ao gaúcho, em galopante disparada pela savana pampeana, à ondulação de sagas e coxilhas, atrás do touro selvagem, que, por sua vez, porfiava corrida com o minuano mesmo.

Qualquer rês perseguida por João Manuel, inutilmente, tentava arribar. Tratava logo a tresmalhada de recolher-se ao rebanho.

Contava-se que, certa feita, na região do chamado Rio Rico, onde os bandeirantes desavindo — e depois reconciliados — começaram de encontrar ouro a fulgir, boiadeiros e cangaceiros presenciaram as proezas de João Manuel, na captura de reses em fuga. Sobretudo, do cachorro “Carrancas”, a dominar, pela venta, o mais possante touro. E este, entenderam de roubar durante a noite.

O nosso capataz, naturalmente, não se conformando com o roubo, resolveu ir ao encalço dos larápios, para reaver o seu canino de estimação, mesmo contrariando os componentes da comitiva, conhecedores do perigo e temeridade da empresa. Ao cabo de três dias de escarpada e aventureira caminhada por sertanias e ermos infestados dos índios caiapós e de outras feras, alcançou, em uma estalagem abandonada, os malfeitores. A estes disse logo ao que ia, ao deparar o “Carrancas” amarrado. Não podendo os ladrões negar o roubo, à vista do objeto roubado, que ainda fazia festas a seu dono, reconhecendo-o, bem armados, recusaram a entrega do cão. Tal, porém, a intrepidez, a decisão, a coragem de João Manuel (igualmente, empunhando suas armas) que os larápios e bandoleiros deixaram o “Carrancas” ser recuperado por quem de direito.

E, no fim de seis dias, conduzindo seu estimadíssimo cão, estava João Manuel, de novo, junto à comitiva sob sua chefia.

Assim foram os capatazes daqueles tempos dos velhos ranchos perigosos, ou daqueles outros, sob cujas coberturas esburacadas, em noites de plenilúnio, com a própria aventura, “casos” de aventuras eram contados. Entrementes, o capataz ou o tropeiro mais moço, ferindo a prima e o canutilho de sua luarizada viola, evocando a cabocla sedutora que ficara além, arrancava os zangarreios despertadores de aleluias em sua saudade...

XXV

A VISITA DE EUCLIDES DA CUNHA

O nosso conhecido João Ferreira Penaforte, nos idos tempos da passagem por aqui de tropas e boiadas, tinha a sua segunda estalagem na “Fazenda das Laranjeiras”.

Era ele músico e apreciado “*causeur*”. Dentre as interessantes narrações que fazia, uma se destaca e avulta.

Contava ele que Euclides da Cunha, quando residia na Cidade de Campanha (de abril de 1894 a maio de 1895), por aqui passou em trajes viajeiros e à maneira dos almocreves. Não se sabe se se destinava a São José do Rio Pardo (SP), aonde iria supervisionar a construção de u’a ponte e concluir o seu ciclópico livro “OS SERTÕES”, iniciado na gloriosa cidade de Vital Brasil, de Perdigão Malheiros e de outros vultos desse coturno. O roteiro, em por aqui passando, não seria o indicado. Contraria um traçado geográfico não do agrado do engenheiro eminente.

O fato é que, segundo Penaforte, procedente da cidade, onde lhe nasceu o filho de seu nome e conheceu, com grande proveito, o professor e historiador Júlio Bueno, que lhe emprestou o livro precioso “*MINERALOGIE, FLORE, FAUNE T CLIMATS*”, segundo me informa o conspícuo pesquisador Mons. Lefort, aqui esteve. E entendeu, conforme o relato de Penaforte, de visitar deste o velho rancho. Em ali chegando, encontrou entre boiadeiros e peões, dois estudantes de engenharia, procedentes dos lados de Passos, com destino a Ouro Preto, em cuja Escola de Minas estudavam. Discutiam eles, acaloradamente, assuntos pertinentes a seus cursos. E continuaram a fazê-lo, indiferentes à chegada do novo “tropeiro”. Só no final do diálogo e com visível espanto, constatarem ser o suposto lidador de tropas o grande Euclides da Cunha.

Em nenhum passo da opulenta bibliografia do escritor telúrico, que tanto se preocupou com o Homem e a Terra, a História e a Geografia, deparamos essa singular visita.

A ser verdadeira, ainda com a ida ao rancho, destinar-se-ia ela, por ventura, à fiel descrição de um estouro de boiada? Para tanto, conversar com os boiadeiros, ou mesmo assistir, “in loco”, a um estouro? Descrever o que vira e não apenas o que imaginara?

Conta-se — e no-lo repete Humberto de Campos — que um fazendeiro, de posse das duas páginas famosas sobre o “ESTOURO DA BOIADA”, de Rui Barbosa e de Euclides da Cunha, para um cotejo e constatar preferências leu-as a seus vaqueiros. Primeira-mente, a de Rui. No fim da leitura, alguns dos ouvintes, sem entusiasmo, apenas disseram achá-la boa. Lendo, a seguir, o fazendeiro a de Euclides, os aplausos dos peões foram quentes e unânimes.

É que Euclides, no caso, sem preocupações estilísticas, sintáticas, descreveu o espetáculo que presenciara nos chapadões bravios. Já Rui, achando o tema desaproveitado pelo estilista bárbaro, que recebeu de Joaquim Nabuco, até o apodo de “escrever com cipó”, passou a cinzelar o “ESTOURO”. Valeu-se de toda a pompa de seu vocabulário, da magnificência de seu estilo, dando à prosa toda a sonoridade e beleza. Prevaleceu-se, porém, só de sua maravilhosa imaginação. Por isto, não fotografou, tal como é, na realidade, o tempestuoso estouro de uma boiada. Fê-lo, entretanto, Euclides da Cunha, que, em sua obra impetuosa, não se preocupou com as coisas delicadas: o murmúrio de um regato, a cavatina de um ninho, a aquarela de uma paisagem, de um cromo à B. Lopes, à Abílio Barreto, um capricho de mulher, porém, com os rios encachoeirados, em fúria, as asperezas dos chapadões, o rugido das feras indomáveis, o brado das coisas telúricas, geológicas. Seu estilo é nervoso, grandiloquente. Às vezes, difícil, mesclando Geografia e História, a Terra e o Homem. Sociologia ao descrever o drama de Canudos, dele fazendo epopéia nacional.

Se real a visita euclidiana a um rancho de tropeiros aqui, teria sido mesmo para ensaiar o “ESTOURO”? E outras maravilhas que o cálamo vigoroso do autor de “A MARGEM DA HISTÓRIA” esculpturou?

Tal visita lembra a que três estudantes paulistas fizeram a igual rancho de tropeiros, e narrada por Lúcio de Mendonça.

Recebidos, carinhosamente, pelos caipiras, os estudantes, também em Ouro Preto e em férias, enquanto esperavam a cessação de uma chuva, puseram-se a discutir sobre escolas literárias (romantismo, realismo, etc.), Musset, Lamartine, Hugo, Zola, Balzac, quando um dos “caipiras”, humildemente, pediu licença para partici-

par da discussão, de cujo conteúdo se revelou conhecedor absoluto. E, espantado, um dos estudantes perguntou:

— Mas quem é o senhor com esses ares falsos de caipira?

— Falsos não, meus caros amiguinhos. Genuíno caipira eu sou.

Talvez me conheçam um pouco de nome, pois há na Corte, um Editor, o Garnier, que tem tido o mau gosto de publicar livros meus.

Surpresos, respondem, uníssonos, os estudantes:

— Nestas alturas, não pode ser outro senão Bernardo Guimarães!

Realmente, para o autor de “O GARIMPEIRO”, como para Euclides da Cunha ou Afonso Arinos, “o sertão era a bem-aventurança elisia, ou, antes, uma religião”, disse Miguel Couto sobre o último.

Do autor de “PELO SERTÃO” (que, na sua, tinha a alma sertaneja), o imenso Miguel Couto, descreveu o estado de quase êxtase ou levitação a que chegou, diante de enternecedora e maravilhosa cena sertaneja.

Na hora pensativa do entardecer, o rapsodo do “BURITI PERDIDO”, acompanhado de menestrelis do sertão, deparou um jequitibá, em cujo tronco havia enorme cratera. Nesta, o inolvidável Cântulo da Paixão Cearense, declamou embevecedora ode panteísta. Como fundo musical, os zangarreios arrancados das primas, dos canutilhos e bordão da viola do famoso Pernambuco, que compunha, então, um hino à lua a derramar, tímida e romanticamente, através das frondes, a sua imensa hóstia luminosa para aquela deslumbradora e lírica eucaristia na “catedral da floresta”.

Narra, ainda, o grande e humaníssimo médico o conhecido comportamento de Afonso Arinos.

Após as conferências sobre lendas, folclore e tradições brasileiras, destinou Arinos, em seu palacete, à requintadíssima sociedade paulistana um sarau dançante de alta magnificência. Já noite alta, quando, nos salões, febricitava a mais pomposa aristocracia — damas toucadas de “rocais de pérolas”, cavalheiros luxuosamente enfarpelados — entrou u’a turma de autênticos caboclos, para dançar a sua música típica e verdadeira — o cateretê. E Arinos, a des-

peito de sua linha altamente aristocrática de diplomata, a exhibir elegância pelos mais sofisticados salões da Europa, confraternizou-se com os caipiras.

De fato, seria de se perguntar se Virgílio repetiria se “a púrpura d’Assíria não altera a brancura da lã.”

Também a garça não enodoa a sua brancura de arminho, mesmo quando se mergulha no pântano...



Retornemos a Euclides: o Brasil todo que pensa chorou a tragédia passional de 15 de agosto de 1909, quando, em defesa de sua honra conjugal, u’a bala assassina o prostrou para sempre! Se, realmente, Espírito Santo dos Coqueiros teve a honra excelsa de receber a visita do grande filho de Manoel Rodrigues Pimenta da Cunha, com mais razão ainda, deve ter feito coro com o pranto do Brasil!

XXVI

CANGACEIROS E CANGACEIRISMO

Nos longes de vinte e cinco lustros volvidos, o ambiente aqui, como, de resto, na vasta e quase desértica hinterlândia, era propício à delinquência, ao cangaceirismo. A impunidade dos crimes mais hediondos, via de regra, era um fato. A justiça, por várias circunstâncias, não funcionava. Daí a facilidade da vingança pessoal. A pena de Talião era a lei maior. Olho por olho. Dente por dente.

Da índole do sertanejo nortista e nordestino já dissemos em outro livro: sofrido, miserável, relado pela inclemência da natureza.

Inconformado com a justiça universal a lhe negar um lugar ao sol. Não podendo fugir do seu atavismo incoercível, arrostando o seu infortúnio, a sua aventura, parte, quase sempre, para a vingança. O seu crime é mais contra a honra e menos contra a vida. Influem, no seu descabro nervoso, as hostilidades mesológicas, ambientais, ecológicas. As condições climáticas, a miséria, o cru-

zamento étnico. Efetivamente, como Édipo ou Antígona, não pode fugir ao édito irrevogável do seu próprio destino.

Por exemplo, na odisséia de Canudos, que a nervosa pena euclidiana, com a visão do sociólogo e a preocupação do esteta, transmudou em epopéia nacional, deparamos u'a mentalidade rude, inculta a eleger e idolatrar, fanaticamente, um chefe carismático. A lhe obedecer cegamente. A transformar-se em uma legião de fanáticos sangüinários e lampionescos. A marginalização desses párias, durante três séculos alheios à civilização, foi a gênese da revolta.

Já do cangaceiro comum, dos velhos tempos[•] havia muitos apenas sedentos de despojos. Sem ao menos um motivo pequeno para a vingança.

A época culminante do cangaço aqui não havia passado ou passou haver, posteriormente, bandidos e bandoleiros célebres, como João Bairral, João Brandão, Juca Aragão, Chico Tanoeiro, Dente de Ouro, radiografados por Menotti Del Picchia, em "Banditismo Caipira". Ainda, Diogo da Rocha Figueiredo, o temido Dioguinho. Januário Garcia, de há muito, já anoitecido nos anos, havia depositado o seu troféu das sete orelhas em um dos galhos da velha figueira em que fora trucidado sadicamente seu irmão João Garcia.

Por aqui, em companhia de boiadeiros e tropeiros, ou isoladamente, vinham bandidos famosos mancomunar-se com os do lugar, dando a este um nome pouco desejável. Por isto, um forasteiro espírito-santense mal encontrava guarida além das fronteiras natais.

Dos estranhos vindos de fora e dados ao cangaço, à valentia cruenta dos velhos tempos, vamos cingir-nos, em traços ligeiros, a alguns:

José Maria, cognominado o "Cuiabano", em virtude de sua procedência da Capital mato-grossense. Indômito toureiro. Dextro peão. Temido valentão. Punha, assim, o povo ordeiro e manso em pânico. Descendente, provavelmente, daqueles famigerados vaqueiros de Marajó, transportado para Mato Grosso. Em suma, quanto à aventura sem heroísmo sacrificativo e pacífico, um tipo daquele "Catimbau" marajoara descrito pela pena adamantina de Humberto de Campos e que, para a conquista de um simples beijo da famosa cabocla Rosinha, se imolou na domaçoão do touro selvagem. Acostumado às grandes aventuras no vasto e agreste cenário da Terra de Couto de Magalhães, a apostar, na investida da peonada, corrida com o marruá bravio, a vencê-lo no "excelso feliz de nossas brasílicas liberdades", aqui, entendeu continuar com as suas façanhas. Aprazia-lhe a luta no picadeiro sangrento da tourada da Vida.

Se tinha, no físico, a alegria sadia ou a fortitude do sertanejo esculturalmente, descrito pelo cálamO euclidiano, conservava, contudo, como que os “miasmas deletérios” dos pantanais de sua Terra. Ou, ainda, do “açude, onde se aglutinava a escumalha lodosa do Brasil”. Era, em síntese, mau, perverso, desalmado. Um típico cangaceiro. Vários distúrbios e delitos praticou no velho Espírito Santo dos Coqueiros, há mais de um século.

Conta-se que, em um Domingo de Ramos, em pleno Largo da Matriz, antes da procissão simbólica, assassinou, a golpes de facão, um pobre e indefeso camponês, que não quis-se-lhe ajoelhar aos pés, pois, os ramos palmáceos que conduzia se destinavam ao simbolismo de um ENTE SUPERIOR...

De outra feita, na antiga Rua Boiadeira, abateu, mortalmente, uma desditosa transviada, cujo cadáver despido, decepado, deixou exposto na própria rua, em macabra e pornográfica postura!

Assim, outros crimes e selvagerias aqui praticou o “Cuiabano”, até o seu retorno aos pagos mato-grossenses, à procura dos pantanais, como o pântano de sua alma.



Cangaceiro de fora foi, também, Domingos, o “Camisa Listrada”, assim apelidado, em virtude de usar sempre uma camisa de chita de largas listras berrantes. Mais um facão e grande garrucha à mostra. Às vezes, a tiracolo, acintosamente, a sua “jagunça”, semelhante àquelas, mais tarde, usadas pelos fanáticos comandados por Antônio Conselheiro.

Aqui chegou de Goiás, por volta de 1860. Praticara, em sua Província natal, vários e repelentes crimes, dos quais foram testemunhas até os recônditos sertões da Terra de Anhangüera, onde o Boitatá, serpenteando fogo, zombava da sua “jagunça”.

Nesta Terra do Espírito Santo, não foi menos desumano. Perpetrou crimes inomináveis. Além de outros, assassinou um tal Geraldo Serafim, que, para defender a honra de u’a irmã ameaçada de estupro pelo bandido, houve de reagir, quando mortífero disparo do sicário varou-lhe o coração. Conta-se, ainda, que se jatan-ciava de um duplo homicídio aqui. Pelo que se descrevia, era uma deslumbradora noite de plenilúnio. Acesa estava a Grande Candeia de Nosso Senhor, para a liturgia noturna. “A hóstia iluminada” para a “eucaristia da beleza”. Mas o facinora era infenso a essa “páscoa luminosa”, a esse deslumbramento convidativo para a “poesia e para a oração”.

Preferia as alfurjas do terrenal, o antro escuro do crime. Enodoar-se no sangue de suas vítimas. Assim, não vacilou em prostrar, esvaído em sangue, um casal de enamorados, depois de violentar, seviciar a jovem.

* * *

Igualmente de fora, um tal Paulão, coestaduano de “Cuiabano”. E, como este, também agigantado, ágil, valente, perverso. Não poucas vezes, pôs em desabalada fuga homens pacíficos. Mas se um dia é da caça, outro é... Paulão, acostumado a obrigar homens de estatura avantajada a beber, em tavernas, alguns “martelos” de aguardente e comer linguiças semi-cruas, não se saiu bem com um homúnculo, camarada de Francisco Inácio de Sousa. À maneira do célebre Dioguinho, do pequeno e último insultado (que, afinal, deu cabo do homem terror), Paulão zombou do pigmeu da “Fazenda das Laranjeiras”. Este, agredido a chicote por aquele, respondeu com sua afiada faca ao valentão, que caiu morto no local, onde, hoje, se situa a casa de Célia Vilela.

Não era a primeira vez que David prostrou o gigante Golias... O pigmeu de Liliput, o titã de Brodbingnac...

* * *

Aproximadamente em 1865, Paulista, apelidado por “Treme-Terra”, entendeu mesmo de, seguindo as pegadas de seus antecessores, transformar-se em abalo sísmico... Usava, inveteradamente, um bacamarte, um clavinote e u’a espada. Com tais armas, arvorado em guerreiro medieval, penetrava, com a mais revoltante irreverência, em todos os lugares respeitáveis. Até na Igreja Matriz local, ante cujo altar-mor descansava a sua repelente e belicosa bagagem!... E aí de quem o advertisse, fosse mesmo o próprio sacerdote!

Não poucos e bárbaros homicídios o “Treme-Terra” já perpetrara por onde passara vesuviando... E outros aqui, quando, para a sua captura, chegou de Catalão (Goiás), uma precatória. Trezentos mil réis (vultosíssima quantia naqueles tempos) foram postos à disposição de quem se abalançasse a praticar a meritória e épica façanha. Quem, porém, tinha tanto osíio? Era a interrogação dos intimidades do homem-trovão, mesmo sem parentesco com Caramuru. Entretanto, logo, para espanto e alívio do povo intimidado, surgiu o herói, o enviado providencial: João Francisco Machado. Sem trepidar, candidatou-se ao “prêmio”.

Em companhia apenas de um menino de doze anos, se tanto, encarregado de lhe levar as algemas, pôs-se de pronto, ao encalço do bicho-papão, do Ferrabraz sertanejo. Do lado de Dolores da Boa Esperança, eis que adentrava no arraial, com as suas armas inseparáveis, o “Treme-Terra”. Chapéu de couro, bombacha, esporas com grandes rosetas tilintantes, cavalcando avantajado burro preto com arreiaimento típico dos cangaceiros. Assaltado, de chofre, pelo veloz e bravo João Francisco Machado, foi “desapeado”, preso, desarmado e algemado. O prisioneiro, porém, reclamando do inopinado do ato, taxando de covarde, foi de novo, libertado pelo herói, que lhe restituiu as armas e novamente lhas tomou, algemando-o outra vez. E, assim, o pôs à frente, através das ruas do arraial, sob as aclamações e as mais ruidosas alegrias do povo amedrontado, que se via livre do elemento incômodo... Bem escoltado, de grilhões nos punhos, foi o “Treme-Terra” enviado para a cadeia de S. João del-Rei, em cujas veneráveis Igrejas jamais pôde penetrar, nem mesmo sem o seu desmoralizado bacamarte...

* * *

Dos bandoleiros e facínoras locais, João Silvério e João Ferreira tiveram ação de relevo. Praticaram várias mortes, com a maior frieza e covardia. Enterravam, o mais das vezes suas vítimas nos próprios locais dos delitos. Conta-se que, certa vez, obrigaram dois escravos foragidos, maltrapilhos, saídos de seus míseros mucambos, a exumar um indivíduo assassinado e sepultado há três dias, mas cujos bolsos não foram totalmente revistados... Ato seguido, foram os desgraçados africanos “repousar” na mesma cova!

Não sabiam, entretanto, os monstruosos assassinos que os martirizados pretos, saindo do cárcere da vida, encontraram na morte a liberdade. Pediria, ainda, o poeta imenso dos escravos ao caminheiro, ao passar pela solitária cruz dessa cova rasa, a que não tangesse “esse leito de noivado” que “a liberdade desposou”.

Conta-se que o local de tão horripilantes crimes ficou, vários anos, mal-assombradas. Altas horas da noite, velho e hediondo cumba, ao “tutucar” infernal dos atabaques, comandava uma legião macabra de escravos. Não para dançar em honra de “Xangô”, ou exercitar o seu “candomblé”, porém para chorar, amaldiçoando, a morte dos dois companheiros imolados!

* * *

Dos famigerados Farias antigos, venha à baila Joaquim Silvério de Faria Júnior, valente e corajoso. Tinha, também, seu lado positivo, meritório. Ações generosas, de lealdade, de benemerên-

cia. Mais ainda, deu “passaporte” gracioso a muitos elementos perniciosos, de fora, que aqui vinham dispostos a fazer a terra tremer... Pouco lhe custava chefiar um bando de espírito-santenses resolvidos a “enganchar” o valentão forasteiro em uma potranca magra, rodeado de cabaças e latas espalhafatosas, sob chufas, intimando o tal a ir mostrar a “ciência” em seus pagos, onde talvez pudesse “berrar mesmo como boi...” De uma feita, em função do bem, inverteu o papel: marotos e arruaceiros desalmados e armados de garruchas invadiram um pobre circo de cavalinhos, postado no Largo do Cruzeiro. E começaram até a incinerar a lona do pavilhão. Quando iam invadir o camarim, onde se refugiava, espavorida, a “troupe” humilde, tiveram a entrada barrada por Quinzinho Faria, que, de carabina em punho, rechaçou os invasores, obrigando-os, ainda, a ressarcirem, com prodigalidade, os danos causados.

* * *

Existia aqui um tal Luís Grande, com decidida vocação para o banditismo. Procedera da antiga Vila da Bagagem, (hoje, Estrela do Sul), onde, imitando Januário Garcia, que ali, assassinou dois recém-casados e dos sete irmãos que trucidaram a João Garcia, garimpeiros indefesos foram por ele mortos. Mas Paula, um “cabrinha”, ágil, ferreiro, com perigosa faca fabricada em sua própria tenda, deixou o “Grande”, que se apequenou, morto, frente ao casarão comprido da Praça da Matriz.

De grande que lhe restou foi apenas tosco esquite...

* * *

O mesmo Paula, escondido em casa de sua sogra (no lugar do atual prédio de Homino Reis), no momento de ser preso, após a leitura do mandado, feita por Mozeca, resistiu à prisão, com tiros ao que foi respondido por José Joaquim, com um disparo certo e mortal ao resistente. Ficou o cadáver estendido na atual Rua Tiradentes, exatamente no dia em que por aqui passou um Juiz de Direito, com destino a Dores da Boa Esperança. Então, segundo dizia Jonas Miguel do Monte Claro, proferiu o magistrado diante do morto: “Julgo improcedente”.

* * *

No mesmo local, José Teodoro (do antigo Espírito Santo da Forquilha) assassinou, injustamente, a Joaquim Carlos, em casa de uma prostituta. Valeu-se de um espeto feito na tenda do velho ferreiro João da Cruz.

De sua Terra (hoje, Delfinópolis), então, infestada de bandoiros, trouxe o germe malsão, que, por fim, lhe valeu a morte trágica, no lugar denominado “Jabuticabeiras”, onde seu cadáver ficou execrandamente exposto às aves de rapina!

* * *

João do Norte foi mortalmente abatido por Joaquim Constantino, na antiga Rua Boiadeira, onde, nos idos tempos das tropas e boiadas, vários homicídios se praticaram, para o que correu o avultado número de meretrizes ali existentes em carnalizadas noites de orgia.

Facinora era, igualmente, a implacável Rita Cândida da Conceição. Abateu ela, a punhaladas, por volta de 1881, a Elias de Tal. Coitado, não teve tempo de pensar nem mesmo num carro chamejante que o levaria para o céu.

No interrogatório, de que era Escrivão Esmeraldino Xavier de Carvalho Pereira, respondeu a assassina: que era conhecida por Rita Pampa. Que, satisfeita com a “façanha” e assentada na traseira do carro de bois em que era conduzido o cadáver de Elias, ainda saboreou apetitosa matalotagem de paçoca de amendoim!

* * *

A José Lino — Teleste de Paula Batista abateu, mortalmente, com um tiro de carabina, no local em que, hoje, se situa a residência de José Botelho. Submeteu-se, anos depois, a júri na Comarca de Campos Gerais, quando o Promotor de Justiça, Assis Lima, proferiu violenta e brilhante acusação.

* * *

Leandro Fausto de Melo Alvim, ferido em seus melindres, com um tiro certo, em ruidosa noite de angústia, assassinou seu tio Rozendo, na escada da atual casa de sucessores do Cap. Aurélio. E ficou viúva, durante dilatados anos, a conhecida e impertinente Tiana Rozendo, em cujo extenso quintal sombreado de viçosas e frutíferas jabuticabeiras colocou um vigia canino a espavorir a infância de meu tempo, sequiosa das jabuticabas.

Jagunço, que, nesta Terra, deixou um nome execrando, foi Joaquim Damásio, o assassino do Prof. Francisco de Paula Cândido. Sobretudo, pelo modo perverso, traiçoeiro e covarde com que, a mandado, mediante torpe empreitada, às 19 horas de 23 de outubro de 1901, abateu, de sangue frio, a tiros, o professor e filho de Congonhas do Campo.

O contrerrâneo de Dom Silvério Gomes Pimenta, aqui residente e proprietário de uma “Venda” no local da residência atual de sucessores de Júlio Lima, recebeu, em sua casa, Joaquim Damásio, dando-lhe franca e carinhosa acolhida. O “hóspede” ali almoçou e jantou. A noitinha, pediu algo ao professor, na “venda”. Quando ia sendo atendido pelo “vendeiro”, professor e político, já o algoz, de arma em punho, apenas disse:

— Eis um “presente” que lhe mandaram.

Poucos instantes após, o contrerrâneo do imortal filho de D. Purcina Gomes de Araújo, tombava morto, engolfado em sangue, sacudindo o velho arraial!

É notoriamente sabido que a morte do professor se prendeu a questões políticas. De um modo particular, pertinente à passagem deste lugar para Campos Gerais, quando teria agido de má fé, traindo mesmo a todos quantos assinaram, em cruz, em uma lista sem cabeçalho.

Seja, porém, como for, Joaquim Damásio e seus impensados mandantes são, ainda hoje, na consciência serena da posteridade, mais abominável do que o indigitado traidor, sobretudo, pelo “*modus faciendi*” com que praticou o crime.

Anos sucessivos, a viúva D. Perciliana, nas horas crepusculares, ante o túmulo do morto, coberto com as flores do seu afamado jardim, orava sob a invocação do Senhor Bom Jesus, Padroeiro da Terra de seu finado marido.

* * *

Ainda, neste triste e deprimente capítulo da delinquência, não pode ser olvidada a célebre figura de Urias Maia, por intermédio de quem várias mortes se fizeram nesta Terra.

Urias, não há negar, era valente. Celebrizou-se, porém, mais como mandante da maioria dos crimes e homicídios que lhe foram imputados, dos quais, na mor parte, testemunharam, silenciosamente, as então densas matas de “Bocaina”, sob cujas discretas sombras muitas sepulturas se cavaram. Cavalgando a sua adestrada besta de nome “Floresta”, animado, o mais das vezes, por seu famoso bando de capangas (procedentes de Passos), dentre os quais se sobressaía o famoso “Montoeira”, Urias aqui semeava o terror. Praticava desatinos. Quando se alcoolizava, penetrava, com seu muar, até nas lojas e quitandas, intimando o comerciante a pôr para fora caixa de cerveja, sob a condição de não lhas pagar. Todavia, no dia seguinte, cessados os nefastos efeitos alcoólicos, ia reparar o mal, pronto a ressarcir o negociante, fazendo-o até prodigamente.

É que esse homem perverso, por mais paradoxal que pareça, tinha o seu lado bom. Era, muitas vezes, até visceralmente caridoso. Era como que o simum africano e o favônio dos trópicos. Possuía algo de uma criação shakespeareana. Era, ao mesmo tempo, Caliban e Ariel.

O seu atestado de óbito, datado de 11 de setembro de 1916, em que pesem as acusações feitas a alguém de tê-lo envenenado, dá, como “causa-mortis”, “gripe”.

Parece que não se concretizou a sentença bíblica: “Quem com ferro fere”...

A verdade ineludível é que deixou uma caderneta contendo uma lista negra de várias pessoas condenadas a um “sono” sem fim sob as matas da “Bocaina”. Faltavam, ainda, no sinistro “testamento”, em não poucas vítimas, as cruzinhas assinaladoras do “serviço” consumado...

E muitos “incomodados”, se aliviaram com o desaparecimento do filho da Terra de São Bom Jesus dos Passos.

* * *

O antigo cangaceirismo local, hoje, felizmente, extinto, aqui teve o seu ponto culminante com o famoso ataque feito em 1903, por bandidos forasteiros, com a convivência, auxílio e culpabilidade de alguns espírito-santenses.

Esse acontecimento, aqui sumariado, ainda, no fundo, se prende ao móvel que originou o assassinato do Prof. Francisco de Paula Cândido.

Acosados, em Passos, os bandoleiros, João Paulista (o chefe), Dente de Ouro (lugar-tenente), Baianinho, Antônio Geraldo, Claudomiro, Celestino Bárbara e Paineira (este local, o Calabar ou Joaquim Silvério), aqui aportaram a 25 de março de 1903. Vieram adredemente pôr em prática a sua vocação desordeira, turbulenta. E, encontraram clima propício, gerado pelos dissídios políticos e quejandos. A primeira hospedagem deles foi, em casa de José Francisco da Silva, que estava molestado com Antônio Marciano de Assis Melo (39). Tiveram, a seguir, a mesma hospedagem por Urias Maia, deles conterrâneo.

(39) José Francisco, por causa de u'a dívida de 1\$500, surrou, de relho, o preto Gregório, camarada de Antônio Marciano, que revidou o agressor, tomando-lhe o cabo da arma.

Assim, impelidos e insuflados por elementos de fora e, até, do lugar, topando ambiente favorável, decidiram-se ir ao ataque lampionesco.

As 20 horas de 2 de abril de 1903, os bandidos deram, na Machambomba, como sinal de alarme e fuga para os medrosos, a sua primeira descarga marcial. Ato seguido, fortemente armados, penetraram no centro do arraial.

Os defensores, constituídos de João Borges de Figueiredo (o chefe), Antônio Marciano de Assis Melo (subdelegado de Polícia), Artur de Assis Melo, Francisco de Paula Batista, Joaquim Silvério de Faria, Vitor José de Faria, Jonas Miguel do Monte Claro e três soldados da Polícia, armados, todos, de carabina (40), entrincheiraram, inicialmente, na velha Casa de Instrução Pública. Constatando, porém, a inaptabilidade da trincheira, passaram, estrategicamente, para a Igreja Matriz, onde fizeram fortes barricadas, postando-se nas altas janelas. Antônio Marciano e seu filho Artur galgaram a torre do templo. Os jagunços, ignorando o novo baluarte dos homens da defensiva, fizeram fogo, visando a velha Casa de Instrução, quando de fumaça se cobriu o Largo da Matriz. Responderam, pronta e surpreendentemente, os defensores, com um fogo cerrado, pondo os assaltantes em debandada e fuga, cujo chefe — Paulista — fora ferido no pé. Deitado, sob o bombardeio, procurando locomover-se de gatinho, gritava, angustiado, os companheiros. Pedia-lhes que o arrastassem e fugissem todos do perigo iminente e mesmo da tragédia que lhes seria fatal, não fora a escuridão da noite obstaculizar a pontaria dos homens da Igreja...

Mal sucedidos os carabineiros, que “vieram buscar lâ...”, refugiaram-se em casa de Urias Maia, no Esmeril, até que puderam, em seus pagos, procurar a rodilha, mesmo onde não quebraram o pote...

Quase em estado de sítio ficou o arraial. Parcialmente deserto. A maioria de sua população, mais “incomodada” com o matraquear das carabinas do que o ditado pelo dever de guardião dos lares, bateu em retirada! E não se abalançou a retornar a seus postos de honra, senão após saber o verdadeiro destino dos canageiros, mesmo desbaratados...

Poucos dias depois, aqui chegou o Ten. Emílio de Guimarães, com quarenta soldados, ao encalço dos bandoleiros e seus cúmpli-

(40) Pompeu Resende, prevendo o acontecimento, pediu, urgentemente, da “ESPINGARDA MINEIRA”, no Rio de Janeiro, 24 carabinas e grande cópia de munições, havendo tudo aqui chegado com grande presteza, com o auxílio do Joaquim L. da Rocha, que foi até à Estação da Espera, ao encontro da “bagagem...”

ces. Na ausência daqueles, a escolta, guiada por Agripino Monte Raso, rumou, à noite, para a Fazenda do “Esmeril”, de Urias Maia, cuja sede cercou estrategicamente. Em seguida, o corneteiro recebeu ordem de dar o sinal de fogo quando Urias Maia, assomasse à porta. Mas o perseguido, respondendo à estratégia, saiu, de chofre, empunhando u’a lamparina acesa. E se abraçou com o tenente, a quem pediu garantia de vida. O comandante da escolta, que já havia “conversado” antes com o Barão de Boa Esperança sobre o assunto, pisou sobre o pé do corneteiro, o que redundou na cessação do sinal de fogo...

Teve, assim, Urias Maia a vida salva. Houve, porém, de assinar, em cartório, um “termo” de bem viver.

Teria passado, realmente, a viver bem?

Sabe-lo-íamos melhor, não fossem mudas as florestas da Bocaina...

* * *

Para ponto finalizar este capítulo, tão deprimente quão atentatório a nossos foros civilizadores, vamos (com a exclusão de vários crimes posteriores) recordar o bárbaro linchamento de Francisco Santana Nogueira. Era o homem que a nossa meninice ainda vira “pontear” u’a viola, misturando os zangarreis da “prima” e do “canutilho” com as mágoas do coração!

Esse homem, que era natural de Paraíba do Sul (RJ), já sintomaticamente padecendo de alienação mental, saiu de sua casa, no arraial, situada no lugar em que, hoje, se situa a Farmácia “Figueiredo”. E rumou para o local denominado “Jabuticabeiras”, do latifúndio das “Posses”, deste distrito. Ali, às quatro horas da madrugada de 1.º de dezembro de 1915, assassinou, à facadas: Silvestre Ferreira de Siqueira (com 60 anos), Ana Policena de Jesus (com 56 anos) e José Rodrigues Ferreira (com 22 anos).

Pernoitara em casa dessas pessoas, das quais recebera franca hospitalidade. Com elas conversou até altas horas da noite, naquele aconchego próprio dos inesquecíveis serões familiares dos velhos solares mineiros, onde a ermida, para a oração de todos os dias, era a mais santificada relíquia. Todavia, valeu-se o “hóspede” do silêncio da madrugada para, de inopinado e emboscada, tirar a vida de seus hospedeiros.

Silvestre foi esfaqueado e morto na própria cama. José Rodrigues, na cozinha. Ana Policena, já foi morta no quintal, sob uma laranjeira, a caminho do monjolo, para onde fugia em lancinantes gritos. Recebeu, talvez, de mãos postas, os golpes mortais, vibra-

dos por Chico Santana, sob as súplicas intercortadas apenas pelo cri-cri dos grilos e o coaxar dos batráquios.

Perpetrados esses crimes hediondos, com tanto sadismo, homiziou-se o criminoso nos matos circunvizinhos, durante cinco dias. Transmudado em verdadeira fera, alimentou-se apenas de frutas silvestres e até de raízes.

Perseguido pelas autoridades locais e pelo povo revoltado, foi, a custo, encontrado nas adjacências do local da ex-Usina Força e Luz de Coqueiral. Possesso, resistindo à prisão, de faca em punho, foi às 14 horas de 5 de dezembro de 1915, barbaramente, linchado pelo povo. A tiros, pauladas e, finalmente, facadas.

Com o corpo decepado, as orelhas cortadas, os olhos vasados, barba e cabelos crescidos, amarrado em um “bangüê”, foi, à tarde, trasladado para o arraial. Ora carregado, ora arrastado, sob as chufas dos acompanhantes do horrendo séquito, em verdadeira orgia. Tripudiavam sobre o cadáver de um homem infinitamente, desgraçado!...

Em aqui chegando na hora viúva do crepúsculo, depois de causar o maior terror à infância de nosso tempo e mesmo a muitos adultos “acanhados”, foi o esfacelado corpo de Chico Santana atirado, com algazarra de picadeiro circense, ao fundo de uma vala comum, no terceiro cemitério local.

E, com o mesmo carnaval, terras sobre ele foram atiradas, até que a pá do coveiro completou a macabra missão, sob gargalhadas.

E a noite sertaneja começou a cobrir de sombra a cidade dos mortos.

E, na Igreja de São Miguel, do cemitério, u’a coruja também gargalhou, mas não foi do morto!..

XXVII

CRUZES

As nossas pequenas cruzes, plantadas à margem das estradas desertas, como todas as outras, têm, também, a sua história triste. São, em regra, os marcos assinaladores, o lembrete sinistro do fratricídio de novo Caim. Em suas adjacências há sempre uns longes de crepuscular melancolia.

Com felicidade, se expressou Passos Maia, em seu “GUAPÉ”: “Desde que, do alto do Gólgota, Jesus nobilitou esse símbolo infamante e, no firmamento, ele assinalou as hostes cristãs de Constantino, no peito dos Cruzados, enobreceu a genealogia medieval, ninguém passa perto de uma cruz sem lhe fazer uma vênua. Ela simboliza a civilização cristã e a derrocada do paganismo.”

É a Cruz, pois, Patíbulo e Epinício. Calvário e Tabor. Martírio triunfante e transfiguração radiosa.

Quanto às nossas cruzinhas mais faladas, toscas e tristes, como a alma da solidão crepusculada, vamos conhecer, em síntese, a sua história.

A cruzinha da Machambomba assinala o assassinato de um forasteiro e malfeitor, dado a aventuras e a atentados aos costumes. Chamava-se Abílio Garcia, de cujo parentesco com o famigerado Januário Garcia, não se sabe.

Viera ele de longes terras. Alimentava o sádico propósito de raptar uma donzela. E, se lhe aprouvesse, estuprá-la.

Pondo-se à espera da vítima, atocaiou ali na Machambomba, onde tudo era mato virgem, solidão.

Corria um domingo de abril de 1854. Aproximadamente, às 10 horas, do Córrego do Veado chegava, a cavalo, como era de seu hábito, um velhinho, para ouvir a missa dominical. Trazia consigo u'a neta. Uma menina-e-moça de quinze anos, se tanto. Quase, ainda, a brincar com arco-iris da infância.

Julgado azado o momento, o bandido salta frente ao ancião. Intima-o a lhe entregar, a ele, assaltante, a mocinha, sob pena de chicotear o assaltado, que, a seu ver, não merecia mais o acionar de um gatilho...

Com a neta em pranto, o vovozinho, simulando pavor, saca, inesperadamente, de uma garrucha, e atira. Mortalmente, tomba o agressor, engolfado em sangue. E, tranqüilo, veio, ainda, assistir à sua missa de todos os domingos, certo de que foi, irresistivelmente, forçado a infringir o quinto Mandamento do Decálogo...

Naquele lugar foi, então, há mais de um século, plantada a cruzinha, substituída por outra que conhecemos, a partir de 1915.

A nossa “desconfiada” infância, muitas vezes, por ali passando, procedente do “Córrego Fundo”, com destino ao Totoca, se amedrontava, principalmente, quando a “Sá” Maria Doida, do Silvestre, resmungando palavras cabalísticas, com sua fisionomia macabra, enfeitava a cruzinha de flores quaresmais, enquanto curiângos monodiavam o seu agourento noturno.

A credence popular ainda tem aquele lugar como mal-assombrado. Cenário de aparições fantasmagóricas, altas horas da noite, sobretudo, às Sextas-feiras da Quaresma. Ainda mais intimidados se sentem os supersticiosos e crentes das antigas feitiçarias são-ciprianescas, por ser ali encruzilhadas. Pior ainda, ponto de antigos estacionamento dos cadáveres vindos da roça, para descanso dos carregadores e troca da rede ou “bangüê” pelo caixão. É que, aos medrosos, nas noites semi-enluaradas, as grades ali deixadas, do tal “bangüê”, a este passavam a se afigurar, balouçando-se com a indesejada figura do defunto... E o terror ainda aumentava, quando, procurando desviar-se desse quadro fúnebre, surgia a cruzinha enfeitada de flores de quaresma, tendo, ainda, em seu topo, a figura gargalhante de u’a coruja...

A cruzinha do “Córrego Fundo” (do corredor), conhecida por “Cruz do Pedro”, testifica o assassinato, também secular, de um escravo de descendentes de Abílio Lélis Pereira. Extremamente sensual. Sadicamente fornicador. Notívago como o oitibó de mau agouro, ou nos lugares escondidos, nas capoeiras, nos engenhos, a perseguir as filhas moças de seus companheiros de escravatura. A espreitar até, num cio visceralmente animalesco, as “Sinhazinhas” brancas...

O seu “prêmio”, porém, não se fez esperar muito.

A meia-noite de um sábado, a “Fazenda dos Coqueiros”, quando fremia ruidoso “cateretê”, outros escravos, ralados de ciúme e tomados de cólera, picaram, de faca, a Pedro, o “conquistador”, deixando-o ali morto, esvaído em sangue. Num sadismo vingador, deceparam-lhe os membros genitais, despiram-no. Quase depelado à maneira de João Garcia (irmão sacrificado de Januário), na velha figueira de São Bento do Abade, expuseram-no em uma árvore de aroeira, num quadro sinistro, para a execração pública e o festim dos urubus...

Tal quadro dantesco chegou a provocar u’a vertigem na esposa do Ten. José Alves dos Santos, de passagem para ali, da Cachoeira, para assistir, no arraial, a u’a missa dominical.

Enterrado, afinal, o malogrado Pedro, no lugar de sua imolação, foi plantada a cruzinha, hoje, com mais de um século.

E esta, Pedro infeliz, ao menos um mérito ainda lhe tem: a despeito de já volvidos vários decênios do seu esfolamento, está você, ainda lembrado, até pela voz da História da Terra, onde foi apenas um escravo e malfadado “conquistador”. Se, entretanto, outra morte menos cruel tivesse no recolhimento de uma senzala,

ou na solidão de um mucambo, quem lhe haveria de evocar o nome obscuro, que não teve, sequer, o direito de ser dono de si mesmo?

Se o caminheiro, que por ali passar, não fizer a reverência suplicada pelo poeta supremo dos escravos, há, de, pelo menos, indagar de si para si, movido pela curiosidade:

— Que assinalará essa cruzinha tosca da estrada?

Responder-lhe-á a voz da História:

— É a do escravo Pedro.

XXVIII

MACHAMBOMBA

Chama-se MACHAMBOMBA a entrada de Coqueiral, de quem procede da Cachoeira ou do Esmeril.

Havia ali, outrora, a velha estalagem de Joaquim Silvério de Faria, ainda por nós encontrada, em 1915, porém já de propriedade do Totoca.

Presume-se que o topônimo Machambomba tenha sido dado àquela entrada por tropeiros e boiadeiros procedentes de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Machambomba fora o nome de NOVA IGUAÇU, oriundo de um engenho ali construído, em 1710, por Martins Corrêa Vasques, segundo pesquisas, em boa fonte, do eminente linhagista Mons. José do Patrocínio Lefort. Era, também, ali pouso de intrépidos vaqueiros e almocreves. Estes, encontrando, possivelmente, qualquer semelhança na estalagem espírito-santense, entenderam de lhe dar igual nome. Tal nome, como se sabe, de origem africana, era, antigamente, das antigas máquinas da Estrada de Ferro Central do Brasil, significando, de fato, caminho de ferro mesmo, veículo velho e tosco. Denominava-se, ainda, Machambomba “carro pesado, de dois pavimentos, usado transitoriamente, em Porto Alegre e era movido a vapor”.

Contava meu avô paterno que, na qualidade de capataz de seu sogro, pernoitara, muitas vezes, na Machambomba fluminense. E ali assistira a vários motins e turbulências.

Não raro, até há homicídios entre boiadeiros, lidadores de tropas, portugueses, marchantes e comissários (41).

E a Machambomba local, tão atraente para a nossa meninice enamorada do carrinho de carneiros do Nenego, filho do Totoca, e dos pés-de-moleque da quitanda deste, foi, em tempos idos, cenários de idênticas representações. Compensadoramente, porém, “o bucolismo das manadas mugidoras”, o eco saudoso do aboiado dos vaqueiros e o balido das ovelhas nas proximidades ressumbravam a doçura agreste de uma écloga virgiliana. Não faltava, por igual, nessa paisagem geórgica, o donaire provocador das lépidas aldeãs, “com meiguices cheias de ingenuidades pastorais”.

Finalmente, pela clareira do velho rancho machambombense, o incomparável luar sertanejo ia catulizar a alma das violas dos tropeiros. Estes, por entre zangarreios, cantarolavam os lundus prediletos das donairosas filhas do dono da tropa ou da boiada...

No dia seguinte, nado o sol, essa imensa epopéia de luz no livro azul do céu, partiam para mais longe, levando, com a viola e o lundu, uma saudade a mais!

XXIX

OS VELHOS COMETAS

Em quase todo o século XIX, até o decorrer de seis lustros do atual século XX, dissemos em outro livro, os caixeiros viajantes, conhecidos por “cometas”, eram uma espécie de bandeirantes do ciclo das minerações e entradas no sertão. Assemelhavam-se, em parte, a estes destemidos e bravos sertanistas, que, além de mine-radores, desvirginadores de sertanias, fundando burgos, futuras cidades, dilataram os horizontes do Brasil. Para tanto, partiam

(41) O transporte de boiada daqui se fazia pelo seguinte itinerário: Três Co-rações, Conceição do Rio Verde, Caxambu, Pouso Alto, Serra, Boa Vista, Engenheiro Passos, Itatiaia, Resende, Barra Mansa, Paracambi, MACHAM-BOMBA e Santa Cruz.

com o seu amanhã, a esperança. E a aventura, tal qual a dos navegantes de Sagres, rumo ao Desconhecido. Enfrentavam perigos de toda a espécie. Dos pântanos às cordilheiras escabrosas. Sempre teluricamente impelidos pelo acenar de seus sonhos auri-verdes e o epicismo alentado pelo drapejar de seu vexilário.

Os cometas não se aventuravam a tanto, porque as sertânicas veredas já lhes haviam sido abertas pelos homens intemoratos das Bandeiras, que derogaram o convencionado no Tratado de Tordesilhas. Pelas sertanias sem fim, porém, se adentraram. Se não plantaram cidades, igualmente violavam hostis sertões. Se não deixaram, em cada bivaque, o marco fundador de um burgo, ou de mais um sinal no mapa geográfico do Brasil, por esses núcleos humanos, passavam. E, além de desincumbir-se da sua missão precípua de representante de casas comerciais, conduziam algo de civilizador.

Não obstante, os percalços e as sirtes das sertânicas caminhadas aventureiras, era de ver, na maioria dos casos, a alegria festiva do cometa. Metido em suas botas de canos compridos, chapéu de aba avantajada, terno quase sempre amarelo, de brim cáqui, a cavalgar a sua besta, a melhor do lote, em regra, formado de sete alimárias. E marchava à frente, garboso, por chapadões e serras, campinas e matas. À retaguarda, ia o camarada, chibante, também de botas, chapéu grande à boiadeiro, respeitável “rabo de tatu” em punho. Lenço ao pescoço, tipo alcobaça, cor das suinãs dos caminhos. Às vezes, com o coração cor das flores quaresmais, quando, na aldeia anterior, lhe ficara a cabocla tentadora... E essa saudade muito roxa, misturada com o verde da esperança, com o branco nupcial da Taipoca (“a noiva do sertão, a florir até no outono”), lhe dava mais ânimo para receber, em cheio, a poeira ou a lama que os muares, em trote, iam levantando. Destes os disponíveis da carga humana, conduziam canastras cobertas de couro cru, contendo amostras de mercadorias a serem vendidas, além de objetos e utensílios da indumentária dos viajantes. Preso ao pescoço de uma das bestas, chamada “madrinha da tropa”, um guizo ou cincerro a tilintar pelo ermo dos caminhos. A fazer coro com o ziziar de uma cigarra boêmia, na hora da calma da sesta, ou com o arrulhar saudoso da juriti, na hora pensativa e nostálgica do crepúsculo. E sob a cadência guizalhante do cincerro, após extensa caminhada, chegava a comitiva a seu destino do dia: uma pequena cidade, u’a vila, um arraial, pelo qual se adentrava, guiada pelo muar vanguardeiro da tropa. E ia estacionar exatamente, junto ao portão da hospedaria local. A localidade em sua maioria, sabedora da chegada do cometa, anunciada pelo tricolejar do cincerro, enchia-se, quase sempre, de espon-

tânea alegria. O viajante, ao contrário dos nossos dias atordoados, em que o homem já penetra até os mistérios do planeta Marte, não tinha pressa.

No dia da chegada à praça, apenas visitava seus fregueses, com os quais mantinha cordiais palestras. Somente, a partir do dia seguinte começava a trabalhar, para o que o camarada transportava às costas as canastras de amostras das mercadorias. Em geral, um dia todo era consumido com um único freguês. Além do cumprimento de sua missão precípua, sobre procederem da Corte e de outros lugares maiores, eram os cometas os mensageiros das novidades do país e até de outras partes do mundo. Tais novidades eram aqui e em toda a hinterlândia recebidas com grande atraso, à míngua de meios de comunicação. A eletrônica, longe de fazer os milagres de hoje, era até desconhecida.

Com as novidades de caráter geral, davam os cometas as pertinentes à moda, abrangendo até a indumentária feminina. Eram, em regra, homens experimentados, vividos, viajados, sociáveis, esclarecidos. Muitos até dotados de apreciável cultura (42).

Foram, assim, úteis elementos civilizadores e de integração, como foram os Bandeirantes em prol da unidade nacional, em cujos alicerces lançaram as primeiras pedras.

* * *

Aqui não era diferente a presença festiva dos cometas, com a qual a nossa infância e adolescência, como as de muitos espírito-santenses, adultos, tanto se rejubilavam. Muitos eram exímios instrumentistas. Viajantes portugueses — e havia muitos — punham as almas nas cordas das guitarras, dos bandolins. Deles arrancavam a nostalgia de um fado dolente, recordativo de sua distante Pátria romântica. Já poderia recordar uma expressão de Fialho de Almeida: “Sol ardente. Uma bacalhoadá regada

(42) João Silvio de Moura, cometa e pai do eminente escritor Godofredo Rangel, além de boa cultura geral, falava inglês e francês.

Outro caixeiro-viajante, de cujo nome não mais me recordo, que por aqui transitou em 1917, passou uma boa abertura em D. Xandoca, mestre-escola, procedente de Cana Verde. Muito pernóstica, prolixa e dada ao auto-elogio. Em casa de Rozendo B. Pereira, onde, em 1916, se instalou o primeiro telefone local, esperava o cometa uma comunicação telefônica. Vendo-o, D. Xandoca começou a exhibir-se, inclusive, a fazer praça de conhecedora da língua francesa, desejando encontrar uma pessoa com quem pudesse manter uma conversação. E o cometa, que residira vários anos na França, enfrentou a Madame, que, de francês, não ia além de umas francesinhas primaríssimas *ma mère est bonne...*

a verdasco do Minho. Uma varanda fresca. Um charuto. Uma rede. Um arroto. Que felicidade pode haver maior na vida?" Evocar ainda o coro das aloiás do Além Tejo. Da lírica e universitária Coimbra, presente na terna melodia.

Dentre tantos cometas a se hospedarem no Hotel do Quincas Borges, demoramos a atenção em um, em outro livro — "ARCA DE NOÉ". Do que sobre ele escrevemos, sob o título "O VATICÍNIO DA CIGANINHA", trasladamos para aqui alguns fragmentos:

— João Bittencourt Júnior, representante e sócio da Firma Veiga Almeida & Cia. (depois, Irmãos Bittencourt & Cia.), estabelecida no Rio de Janeiro na Rua Visconde de Inhaúma, 113/115, com o comércio de armarinho por atacado.

Homem circunspecto, correto, de aprumo moral e físico. Elegante até no trajar, à maneira de Bilac, de Petrônio. Envergava, invariavelmente, terno escuro, colete, camisa branca social, gravata preta. *Causeur* atraente e apreciado. Adorava nossa Terra adotiva, onde permanecia dias sucessivos e possuía largo círculo de amizade. Em 1924, quando o conhecemos, já era provecto em anos, mas ereto, de cabeça olímpica à Alberto de Oliveira, embora o seu caduceu fosse de Mercúrio, e não a lira de Apolo. Meu saudoso pai, então comerciante, era seu freguês, e muito o admirava. À noite, quando de permanência no velho Arraial, assistia, quase sempre, em nossa casa, para os remansosos serões daqueles tempos. Minha Santa Mãe, que também o estimava, se aprestava a lhe preparar os gostosos bolinhos de fubá mimoso, denominados "sonhos", muito apreciados pelo distinto visitante.

Em um desses serões, junto à lareira acolhedora, João Bittencourt Júnior, já me sabendo interessado pelas coisas românticas e pelas letras, embora infante ainda, relatou-me um episódio que lhe ocorrera havia muitos anos, no lugar denominado Machambomba, já nosso conhecido.

Nesse lugar, contou-me o visitante, certamente policromizando a narração com as tintas do arco-íris da Fantasia.

Fazia muitos anos. Em deslumbradora noite de luar, u'a manada de ciganos estava acampada em sua barraca tradicional. O chefe, o velho Panna, executava, com o coração nos dedos, o seu violino, que um dia misturou os seus lamentos com o marulhar das águas do Nilo. De fora, abeirados de um fogo próximo à barraca, outros ciganos bigodudos, sem sensibilidade para o enlevo sublime da música, discutiam, em vozes altas, barganhas de animais.

Saiu, então do bivaque dos homens nômades, uma ciganinha de fascinante beleza. A brincar ainda com a alegria verde de suas dezesseis primaveras. Era a divina diabiza dos ciganos moços. A aurora do crepúsculo de seu pai ancião.

Sobeida era-lhe o nome. Como que inspirada a cadenciar os passos sob o ritmo dos acordes soluçantes do violino paterno, saía da estreita barraca para ver o luar em conúbio com a dulcífica melodia. O luar a fazer serenata e a oferecer a sua hóstia de ouro para comunhão do poeta em sua “missa noturna”.

Era Sobeida, romântica e órfã de mãe. Assim, sofredora.

Em vendo João Bittencourt, que também dali se aproximava, atraído pela terna valsa cigana, falou-lhe docemente:

— Desejo, meu respeitável senhor, com o sortilégio que me veio de meus ancestrais vaticinar o que lhe reserva a sorte para os anos finais de sua jornada na Terra.

E se pôs, carinhosamente, a dedilhar as linhas das mãos do viajante, lendo-lhe o futuro.

E João Bittencourt Júnior:

— Espere, jovem, que eu, primeiramente vá buscar o dinheiro para pagar-lhe o trabalho quiromântico.

E Sobeida:

— Não lhe vou fazer previsões ou trabalho quiromântico, cartomântico, visando dinheiro, como, praticando a *buena-dicha*, procedem, em geral, as mulheres de minha raça errante e infeliz. Fazem-nos elas compelidas pelas exigências tantálicas do estômago. Nesta minha idade, em que a filha de Eva “é metade mulher e metade sonho”, prefere-se o canto do rouxinol ao tilintar das moedas. Gosto mais do Príncipe Aislano, filho sonhador da delicada Rainha Schamsennhar, do que do Príncipe Khaled, utilitarista, semelhante ao pai el Rei Rumazan. O primeiro, com sua lira, a embalar as cerejeiras floridas. Sob a vinha enlutarada, qual uma noite lírica de Sulamita. A semear rosas na Terra, para enfeitar os sonhos. O segundo, a semear o trigo para as exigências do estômago. Ademais, em uma noite de celestial beleza como esta, a comungar com os lamentos do violino de meu velho e sofrido pai, o dinheiro muito se apequena. Fica muito vil e rasteiro. Quase verme sob a águia a brincar com as nuvens.

E qual a mísera sevandija que poderá deter o vôo andino da rainha dos ares?

E João Bittencourt Júnior, envergonhado:

— Perdoe-me o tentar misturar o trigo da Palestina com as rosas do **Eufates**.

E quanto à sorte? Que me reserva ela para os dias do meu crespúsculo?

E a doce e romântica ciganinha nada me respondeu. Apenas, um pranto surdinando, algumas lágrimas aljofrando, recolheu-se à barraca. E juntou essas lágrimas às angústias de seu velho pai, transformadas em queixosas melodias!...

X X X

FESTAS E TRADIÇÕES

Famosas e inesquecíveis foram as festas aqui realizadas, sob o patrocínio dos homens da velha guarda. Tanto as religiosas, como as profanas, tiveram a vibração, o carinho, a doçura, a intimidade de um povo ainda tranqüilo, que remanseava — pode dizer-se — em meio de pleno silêncio e da beleza idílica de uma pastoral de **Teócrito**.

As tocantes cerimônias celebrativas da Semana Santa, por exemplo, eram feitas com toda a unção, respeito, esplendor e pompa, a partir de 1868 até 1902.

Vamos reportar-nos às procissões aqui realizadas em 1884, ainda no longo paroquiato do Pe. Rozendo de Melo Alvim, eficazmente, auxiliado por outros sacerdotes e pregadores vindos de fora.

Era então provedor, Francisco Antônio Vilela, coadjuvado por Manuel Carlos de Oliveira e Sousa, Aureliano Júlio da Silveira, Joaquim Inácio de Sousa, Antônio Batista de Figueiredo (pai) e outros.

Reunidos esses prestantes cidadãos, decidiram-se, como sempre o faziam, a arcar com todas as despesas decorrentes das cerimônias.

Francisco Antônio Vilela, por sua vez, dizia:

— Quotizem-se vocês, e o que faltar correrá por minha conta.

Manuel Carlos, encomendou oito arrobas de cera ao apicultor David Peixoto, afora dois grandes cirios a serem adidos ao Calvário. Incumbiu-se, ainda, de mandar pôr em ordem, todas as ricas alfaias e paramentos existentes na Igreja Matriz. O maestro João da Costa Vinagre, na velha Casa Paroquial, ensaiou tocantes marchas fúnebres, motetos e o Coro.

Domingo de Ramos — tudo estava pronto.

O povo, empunhando as palmas simbólicas, colhidas nos coqueiros natais, circundou a Igreja, em compacto cortejo procissãoal, simbolizante da entrada triunfal do Mestre Divino, na Cidade de David.

Segunda-feira Santa, o Senhor dos Passos, da Igreja Matriz, na respeitosa procissão do depósito, foi conduzido para o pretório da Capela do Cemitério, onde ficou sob a guarda dos fiéis, em oração cantada, após o sermão alusivo.

Terça-feira, a Divina Imagem, dali saiu em grande cortejo, constituído dos homens, passando pela atual Rua Tiradentes (então, uma simples estrada reparada pelos escravos), Praça da Matriz e Rua Pedro Botelho. Nossa Senhora das Dores saiu da Igreja Matriz, conduzida pelas mulheres, empunhando velas, em enormes alas, passando pelo Largo do Cruzeiro, um trecho da atual Rua Presidente Roosevelt, indo ao encontro de seu Filho, no lugar onde, hoje, se situa a Casa Paroquial. Era proferido o tocante sermão, ouvido, comovida e religiosamente, pelo povo contrito. Assim, na quarta-feira, com a procissão da mesma Nossa Senhora das Dores e visitação dos Passos.

Na quinta-feira, a instituição da Eucaristia. Distribuição da comunhão pascal. Missa e procissão eucarística no interior da Igreja. Desnudação dos altares. Extinção da lâmpada do SS. Sacramento. As cerimônias do lava-pés. O Sermão do Mandato, após o que os homens, dos mais humildes aos mais categorizados, porfiavam para fazer a guarda de honra ao SENHOR MORTO.

Culminaram as celebrações com as cerimônias da Sexta-feira Maior, com a Igreja toda tarjada de luto. O lugar regurgitante de roceiros. De fé refertos os corações.

Durante o dia, o Canto da Paixão, a Adoração da Cruz, a Procissão do SS. Sacramento. Missa dos pré-santificados. Via-sacra e o Sermão das Sete Palavras, proferido por um ilustre sacerdote de São João del-Rei. À noite, o tocante descimento da

Cruz, com o sermão alusivo, ouvido pelos fiéis, na maioria, lacrimando. Ato seguido, partida da enorme Procissão do Enterro, com todo o simbolismo. Os Profetas, Centurião, Abraão, Isaac, os Apóstolos, Nossa Senhora das Dores, Maria Madalena. No seu esquife, o Grande Morto que não morreu, seguido da Virgem Mãe Dolorosa, de Nicodemos, de José de Arimatéia, dos Apóstolos fiéis. A multidão, procissionalmente, alçando velas acesas, guardando o maior respeito, percorreu, contrita, em alas, as principais ruas do arraial. Algumas ainda ensombradas de árvores seculares, através de cujas frondes penetravam as lágrimas prateadas do plenilúnio, que, naquela noite, chorava liricamente, nos longes safirizados do firmamento. E lágrimas também provocaram as enternecedoras marchas fúnebres. Na voz bonita de América Vinagre, o estranho canto gregoriano da Verônica, atingindo até o ré agudíssimo, a repercutir naquele silêncio bíblico. Naquele ambiente palestínico, sob “os misereres do luar dorido”. A recordar a piedosa mulher judia, que, na ascensão do Calvário, com o lenço branco, enxugou o suor do Divino Crucificado, retratando-O. O Canto da Paixão, no violino soluçante do Maestro José da Costa Vinagre. No contrabaixo de cordas de seu filho João da Costa Vinagre, companheiros em todas as lides musicais como Marco Coelho Neto (também pai e filho), instrumentistas e musicólogos conspícuos.

Ainda as vozes das demais filhas do maestro. A banda de música executando composições fúnebres barrocas de José Joaquim Lobo de Mesquita, do Pe. José Maurício, de Manuel Dias de Oliveira, este radicado em S. João del-Rei, de onde vinham para aqui belas coisas sacras. A “Sinfonia Fúnebre” (executada nas exéquias do próprio autor, em 1830), do Pe. José Maurício, foi executada sob a batuta do maestro Vinagre, bem como a *Missa do Réquiem* que fora encomendada por Dom João VII, quando do falecimento de D. Maria I. Tudo formando verdadeiro lamento.

À meia-noite, foi pronunciado o comovedor Sermão da Solidão, ouvido, em silêncio e lágrimas secretas, por todos os corações das almas sensíveis, voltados para a alma do coração alanceado da amargurada Virgem de Nazaré!

Presume-se que, naquele momento, o plenilúnio, no zênite sideral, qual viúva do Infinito, de luto se cobriu com o véu de uma nuvem furtiva, solidarizando-se com o luto da Divina Mãe.

Sábado da Aleluia começou com a bênção do fogo e do círio pascal, da água batismal, seguindo-se a missa oficiada por vários sacerdotes. Procissão do Triunfo, com o sermão alusivo, o *allegro vivace* da “Missa para o Dia da Aclamação”, de Sigismund von Neukomm, discípulo querido de Haydn.

Ruidosa alegria. Bimbalhar de sinos. Espoucar de foguetes em profusão.

À noite, Judas Iscariotes, não obstante, o auto-enforcamento expiatório na figueira brava, não escapou da revanche do povo, que o queimou em praça pública, dependurado em seu pelourinho, rodeado de carros de bois, com todo o ritual de praxe, inclusive, a leitura do célebre testamento.

Domingo da Ressurreição, a belíssima Procissão de Nosso Senhor Ressuscitado. Em enluarada aurora triunfante, sob a beleza eucarística das rosas. No Coro do maestro Vinagre explodiram como cânticos melismáticos, as “MATINAS DA RESSURREIÇÃO”, do Pe. José Mauricio.

As dez horas, missa com o sermão da Ressurreição.

À noite, encerramento com o *Te Deum Laudamus* e a Bênção do Santíssimo Sacramento, pelo Pe. Rozendo, não faltando o balouçar do incensório pelo velho sacristão Antônio Rodrigues de Sousa, a volatilizar a essência caracteristicamente, evocada desses atos litúrgicos.

Todas essas cerimônias religiosas, tocantes e belas, foram ouvidas e assistidas pelo povo, que ainda como os fiéis de uma Terceira Ordem do Carmo da Matriz de Santo Antônio do Arraial do Tejuco, sabia, com o coração “enlevado e elevado”, exultar diante de uma “Antifona de Nossa Senhora” que o gênio barroco de José Joaquim ofereceu, há dois séculos, à estesia dos cristãos.

* * *

Outras procissões dignas de igual registro foram aqui levadas a efeito até 1902, quando começou dilatada pausa até 1944. Nesse ano, o Pe. Artur Campos Costa, com todo o entusiasmo e carinho, promoveu a realização de outra, que alcançou êxito total. Superou as anteriores, quanto à afluência enorme de assistentes. Nenhuma, porém, no tocante ao *substratum* pode equiparar-se àquelas realizadas em 1884. Então, não se falava em enviar a nave espacial Viking-I, a Marte, para constatar se o céu do Planeta belicoso é cor-de-rosa, ao invés de azul. Galileu e Flamarion não eram contrariados. Havia, porém, menos joio nos trigais dos corações.

O Evangelho de Cristo, era mais Carta Magna do Amor e da Caridade. A Cruz, o signo imperecível da Fé. O símbolo do supremo Sacrifício redencional do Mundo.

* * *

Não menos esplendorosas e bem organizadas eram as demais festas religiosas dos saudosos tempos do antontem. Destas, exemplificando, vamos gizar uma aqui realizada por volta de 1878, ainda no extenso paroquiato do Pe. Rozendo.

Foi seu patrono e organizador Manuel Alves de Souza (morador do Belém), sob cujas expensas correram todas as despesas.

Grande e famosa festa de encerramento do mês mariano e consagrado ao Divino Espírito Santo, Padroeiro da Paróquia. Atraiu vultoso e invulgar número de pessoas de todo o distrito e de várias localidades vizinhas, tal a fama que a precedeu. De todos os recantos do território espírito-santense, principalmente, do Belém e Posses, numerosas pessoas se transportaram para o arraial. Em maioria, em monótonos carros de bois, trazendo objetos, utensílios domésticos e farta provisão de víveres. O velho casarão comprido da Praça da Matriz e várias outras casas do arraial se locupletaram. E sobraram, ainda, não poucas pessoas para a dormida nos próprios carros de bois, toldados e postados dentro do arraial. Outras até em barracas armadas sob os cafeeiros dos quintais.

Dois sacerdotes de fora, vieram em auxílio do pároco local. Custoso conjunto pirotécnico foi organizado por Cazeca, vindo de Cana Verde para tal fim. Belíssimo castelo figurado, apresentando, em símbolo, os festeiros. Monumental fogueira, em forma piramidal, sobre a qual um morteiro. Da torre da Igreja Matriz, alvíssima garça, com uma tocha acesa ao bico, alçando seu vôo preguiçoso e ondulante, ateou fogo ao castelo. Deste, como as visões maravilhosas de um caleidoscópio encantado, saiu, multicolorindo, o mais variado e deslumbrador fogo de artifício. Em seguida, outra garça, partindo do mesmo lugar, incendiou a fogueira e, conseqüentemente, o morteiro, que explodiu em sons duplos. E atirou aos ares verdadeira constelação de estrelas policrômicas (43). Com toda essa maravilhosa pompa pirotécnica mais uma grande cópia de foguetes de lágrimas arco-irísantes e balões que, sob o alaridar da meninada e as polcas da banda de música do maestro Vinagre, subiam na ânsia de abraçar as estrelas, se tão pouco não custasse obnubilar a pirotecnia artificial!...

Manuel Alves de Sousa mandou, ainda, organizar lauta mesa pública, de variadas iguarias e acepipes. De leitões, perus assados aos palmitos. Estendeu-se essa mesa desde a atual residência

(43) Desse maravilhoso espetáculo tivemos, em 1938, uma expressiva reprodução, quando da chamada "Festa do Zé Machado" e da transformação da Praça da Matriz, em um alcácer de fadarecas figuras das "MIL E UMA NOITES".

de D. Filomena Veiga Calil, até a de sucessores de Jorge Pedro Naime, ficando à disposição do povo durante três dias.

Findos esses memoráveis festejos, Manuel Alves de Sousa estava pobre. Imprevidentemente, gastara todos os seus haveres, que não eram grandes. Fê-lo na esperança de amealhar um tesouro de graças nos Céus.

Precedendo a Rute, os ceifeiros tantalizados visitaram a seara de Booz, colhendo-lhe o trigo melhor. Como Humberto de Campos, das espigas refugadas, "picadas dos pássaros e roídas dos vermes", fez o pão. Fê-lo das sobras do seu terrenal banquete, para fazer jus à Vindima do Senhor das Luzes!

N A T A L

Expressiva, linda e intimamente comemorada era a Data Natalícia de Jesus, no velho Espírito Santo dos Coqueiros, até o limiar do século atual.

Já à véspera da efeméride maior da Cristandade, numerosas famílias do Belém, das Posses, da Cachoeira, enfim, de toda a zona rural do distrito, em tardos carros de bois, superlotados, com fartas provisões, vinham para o arraial. Aqui permaneciam até passar o Dia de Reis. O colonial casarão comprido da Praça Matriz e outras residências dos roceiros, dos fazendeiros, como nos dias da Semana Santa, superlotavam. Todos, intimamente reunidos, na mais remansosa tranqüilidade, passavam, no arraial, os dias confraternizantes da família e tão caros ao calendário do coração. Os senhores, mais compenetrados da lição e do santificado exemplo de amor e fraternidade do Divino Natalizante, concediam relativa e provisória alforria a seus escravos. Os eirados, os engenhos de cana e, até, as senzalas, tudo ficava semideserto naqueles dias de dulcíssima suavidade. Nas paisagens alpestres, os carros de bois, na maioria, já descansando no arraial, não monodiavam o cantarolar monótono dos seus chumaços. A quietude da paisagem agreste tinha algo de uma pastoral de Virgílio, de Horácio, de Teócrito.

No arraial, enquanto todos, com ansiosa e íntima alegria, aguardavam a hora da Missa do Galo, arregalavam-se em fartas ceias, na intimidade dos lares. Das lareiras abeirados, próximos das chaleiras em ebulição com deliciosas castanhas do Pará, os velhos contavam interessantes "casos" dos passados tempos.

Farias Brito, em "FINALIDADE DO MUNDO", pediu permissão para ferir um assunto que lhe era muito íntimo: a morte de seu pai. Conquanto estivesse o filósofo certo de que, no "movi-

mento do Cosmos”, em toda a sua extensão no tempo e no espaço, “nada se extingue, nada se perde”, a morte do genitor lhe doeu muito.

Permita-nos, também, o leitor o recordar de um colorido da açucenal paisagem de nossa infância. Em nossa verde criançice, “período tão remoto e tão presente”, nossa saudosa mãe e nós, na “Noite Feliz”, de Natal, partíamos da pitoresca fazenda das “Laranjeiras”, rumo à Igreja Matriz do arraial. Descuidados, gavis, sob a beleza incomparável da grande Noite, numa chilreada álaacre de alegria, brincávamos pela estrada afora, impregnada de essência de guabirobas silvestres, clarificada pelo beijo estelífero do céu de verão. Entrementes, a velha mucama, entretendo-as, contava “casos” fadarescos a minhas irmãs menores. Quanto a nós, levávamos a suave e infantil esperança de vermos, na Igreja, todas as encantadoras alegorias do Presépio do Menino Deus, “a irradiar a luz que se fez sonho na alma das crianças.” “A luz dos Anjos do Natal é a Poesia.”

Com esse recordar um tanto piegas, deixamos claro que ainda aqui encontramos um Natal bem diferente do que se festeja nestes dias das “almas saarisadas”.

Nas roças, tinha o Natal um tom mais brasileiro, com toda a adorável poesia pastoral da grande Noite. Nas cidades, às vezes, procedia-se à maneira dos lusitanos. As famílias folgavam no interior dos lares, segundo aqueles que o faziam, libando o rubi fluídico de suas vinhas, abeirados das lareiras, devido ao frio então rigoroso naquela parte da Península Ibérica. Nas fazendas, cá nos trópicos, os lares felizardos, regalavam-se ao relento, sob a magia enfeitiçante das catulianas noites sertanejas. Os moços dançavam ao ar livre, enquanto os mais velhos, nas espaçosas varandas solarengas da Casa Grande, ou a um canto do eirado, substituindo Pai João ou Mãe Maria, contavam estórias bonitas, remontando a antigos presépios, episódios romanescos de costumes regionais e folclóricos. Nos tugúrios, os zagais, saudosos das pastorinhas, sopravam suas flautas silvestres e cantavam lundus. Próximos aos redis, os vaqueiros, sob o romantismo argentino da Seresteira do Azul, contavam “casos” de bois encantados.

Todos folgavam, na plenitude saudável e jubilosa da natureza, sob o sortilégio das magnificentes noites brasileiras, até a hora da Missa do Galo.

Hoje, porém, tudo se transformou nestes dias tormentosos e de tão grande “aridez da alma”, como repetiria o excelso Rui.

A propósito destas considerações, seja-nos permitido transcrever aqui tópicos de nossa crônica natalina "O BRINQUEDO ROUBADO":

... Enquanto César cuidava das grandezas temporais de seu Império nasceu o Filho de Deus, sobre as palhas de u'a manjedoura, quando poderia ter nascido em um Sólido constelado de estrelas. Prosternaram-se, entretanto, ante o berço humilíssimo três Reis poderosos para a adoração contrita. De Gaspar e Baltazar Lhe aprouve o incenso e a mirra da mais reverente devoção. De Melchior, porém, o ouro fungível do Mundo, não.

Era uma noite silente e bonita. De meiguices pastorais e de coro dos anjos. O céu alegre e musicado punha sobre a doce aquarela uma poesia terna e resignada das coisas simples. Entre balido de ovelhas mansas. Uma sonata bucólica de flauta de pastores. As verdes oliveiras salmeavam, através das frondes baloiçadas pelo zéfiro vindo dos lados do Mar da Galiléia, dúlcidas melopéias em conúbio com as melodias arcangélicas.

* * *

Essa doce Noite da Natalidade de Jesus, nos velhos tempos do Brasil, era celebrada com a sua beleza santa. Como a verdadeira festa da família, nas tranqüilas e confraternizantes reuniões da Casa Grande, até a hora da Missa do Galo. Hoje, porém, para o homem moderno, o homem robô, perdeu a sua santa essência, a sua alegria santa. Predomina, nestes dias tormentosos e apocalípticos de nevrose universal, das megalópoles sem alma, a festa báquica da vida dissoluta. Também os bailes exteriormente perfumados da mocidade permanentemente carnavalizada.

* * *

E o Natal daqueles bons tempos avoengos, quase do fim do século passado, contrastando com o destes dias materializados em que vamos, era, no ano de 1894, o comemorado em Parnaíba, Piauí, quando Humberto de Campos, infante ainda, com sua mãe viúva e pobre, para ali se trasladara, procedente de sua pequenina Miritiba de berço, perdida em um recanto do Maranhão.

Ali Humberto só pôde possuir alguns brinquedos de menino muito pobre e órfão de pai. Carretéis vazios, alguns papagaios de papel a lhe encher as tardes vazias. Nenhum lhe ia da loja.

Em uma dessas tranqüilas Noites de Natal, pois, grande lhe foi a alegria festiva, quando, estando em companhia de sua

mãe, em casa de tios ricos seus, deparou-se com uma caixa de variados brinquedos, mandada buscar a uma loja comercial. Deslumbrado, viu abrir-se a caixa. Com profunda tristeza, porém, viu passar às mãos venturosas de seus primos ricos dois dos mais invejados brinquedos. E, no entanto, do filho pobre de D. Ana Campos Vera, ninguém se lembrou. Ninguém se apercebeu de que ali estava um menino mais infeliz e que, por isto mesmo, “mais precisava de uma esmola de alegria”.

Irresistivelmente seduzido, valendo-se do descuido dos parentes e demais circunstantes, Humberto, trêmulo, se apoderou de um dos brinquedos. Um pequeno carro pintado de vermelho.

Descoberto, porém, o “crime”, pouco depois do flagrante, o ingênuo e infeliz delinqüente passou para a mais humilhante tristeza e vergonha, vendo, ainda, devolvido ao comerciante o objeto do delito, com a frágil desculpa de que a empregada o houvera antes esquecido sobre uma cadeira da casa rica. E ainda solene surra lhe infligiu D. Anica, sua mãe.

Foi o único brinquedo de loja que possuiu. Ainda assim posse oriunda do crime. Crime que, antes, lhe incentivaram as más companhias, que nos lembram Maurice Barrés, quando confessa a causa de desvios de sua infância e mocidade a ausência de espíritos superiores.

Posse precária. Alegria assustada, que teve a duração de um bólido. A efemeridade fogofatuana das falsas coisas paradisíacas do Pecado. “Festa da alma que se tornou agonia.”

Daí o mais comovedor escritor do Brasil comparar a felicidade, pelo resto de sua vida, ao brinquedo roubado. Procurou sempre dissimulá-lo nos refolhos do coração. Porém logo o descobriam e lho tomavam. Tomavam-lho, quando tão pouco custaria deixá-lo em seu poder!

A felicidade, grande Humberto, para muitos, tem mesmo a consistência de um brinquedo roubado. Também da boneca da menina que não tem mais os braços. A simples duração da beleza multicolorida de um foguete de lágrimas a deslumbrar, por instantes, o vestido escuro da noite caliginosa. Para os homens cuspidos pela boca apodrecida do Destino!

* * *

Naquela longínqua Noite Natalina parnaibana, como as outras que se lhe seguiram, qual o monge infeliz, não conseguiu o miriti-bano imenso, em bens terrenos, transitórios da Terra madrastra, nem

as cascas das nozes dos ricos. Porém, muito mais do que estes, pôde deixar a transitoriedade do contingente, para eternizar-se, em espírito, nas alturas luminosas do Transcendente!

Também em uma Noite de Natal espírito-santense do distante ano de 1916, um menino de cinco anos, depois de enamorá-la vários dias, roubou graciosa panelinha de barro de seu Tio Jonas. E, para a impunidade do crime, escondeu o objeto deste, coberto por um lencinho, em uma tulha de feijão. Decorridos, porém, poucos dias o ladrãozinho, com o bacilo do arrependimento a lhe corroer a consciência, recolocou a panelinha em seu devido lugar, sobre a mesinha do quarto do Jonas, que não escalpelou nenhum ventre de baleia.

Igualmente, a alegria proporcionada pela posse do objeto suspirado durou pouco. Tal posse, além de precária, assustada, ameaçadora da descoberta do roubo, ainda tirou a ditosa paz de um menino pobre e tímido, em uma santa Noite feliz de Natal na Terra dos Coqueiros.

* * *

CAVALHADAS

Não menos famosas e memoráveis foram as festas profanas levadas a efeito no antigo arraial. Destas destacam-se as Cavalhadas, que eram aqui, uma representação das guerras entre mouros e cristãos. E de Carlos Magno, a figura mais alta, em tais guerras, da Idade Média. Nesta, efetivamente, a organização militar mais destacada era a cavalaria, evoluída a partir do século XI, diante de cuja ação se estruturou o feudalismo, ainda alentado pela confusão criada com a queda do Império Romano. Caído em declínio após quase dois séculos de lutas, sobretudo, para a posse da Terra Santa. Luta dos cavaleiros da Cruz, dos Cruzados para a libertação do Santo Sepulcro dos Muçulmanos. Em suma, para libertação de Jerusalém.

Geralmente, para o duelo, duas cavalaria se punham em fileiras no ápice de duas colunas. Na vanguarda, colocava-se o próprio rei com os senhores feudais, seguindo-se-lhes os cavaleiros. Todos ostentando resplandcentes armaduras envolvidas em panos berrantes e drapejantes penachos. Também, em cavalgadas, os escudeiros e pajens, com indumentária multicolorida, desfraldando bandeiras, com brasões, seguiam os senhores. Nas laterais e na segunda linha, além de camponeses, soldados a pé, com armaduras de arcos e betas, se punham na liça. Faziam-no, por igual, como milícia de reserva, a guarda e os capachos do rei.

Isto feito, de inopinado, as ditas cavalaria, em desenfreado galope, entravam em renhido duelo, uma contra a outra, com os escudeiros a vigiar seus respectivos senhores. Concomitantemente, as tropas das laterais visavam os inimigos, enquanto os lutadores feridos e fatigados eram socorridos pela segunda linha. O corpo de reserva, além de ocupar os lugares dos batalhadores tombados, ainda saía ao encalço do adversário, quando este desertava do campo de luta.

Superados os aguerridos exércitos feudais, já arcaicos diante da evolução, no crepúsculo da Idade Média, o cavaleiro das épicas e lendárias façanhas de um Cid Campeador passou a ser motejado. Um simples visionário a “combater moinhos de vento”, como o “Cavaleiro da Triste Figura”, “DOM QUIXOTE DE LA MANCHA”, que, contudo, o gênio de Cervante perpetuou.

Todavia, a superação da Cavalaria Medieval não obsteu a que os seus admiradores lhes imitassem as façanhas e lhes seguissem as pegadas. E, como, de início, foi dito, Espírito Santo dos Coqueiros, não se alheou.

Como um vilarejo ou um burgo do nordeste brasileiro se fazia em festas com as Pastorais, esta Terra, com as CAVALHADAS.

Aqui, os Doze Pares de França, encarnando os cristãos, vestiam-se luxuosamente de berbutina azul-marinho, com galões prateados, dragonas aos ombros, chapéu à Duque de Caxias, botas napoleônicas, espada à cinta, à maneira mesmo dos Cavaleiros Medievais. Não menos luxuosa era a indumentária dos mouros, que envergavam uniformes vermelhos. Tudo era artisticamente organizado pelo mestre de cerimônias — Joaquim Henrique, procedente de Passos.

No antigo Largo da Matriz armavam-se os grandes palanques, cobertos de baeta azul, com arcos de bambu, guarnecidos de flores naturais, à moda romana. Destinavam-se esses palanques aos espectadores, que, contudo, não invejavam do Anfiteatro da antiga Roma pagã dos Césares. Arquitetavam-se, mais ainda, dois soberbos castelos. O dos cristãos em frente à Igreja Matriz. O dos mouros próximo à casa residencial de Miguel Carlos. No primeiro, se entronizava u’a Princesa — Prudenciana Vilela. No segundo, outra, que se chamava Bela, de Nepomuceno.

Os guerreiros, constituídos, quase sempre, de João Ferreira Barbosa (o embaixador), Antônio Miguel Alves, Antônio Batista de Figueiredo (pai), João Cândido de Figueiredo, Joaquim Henrique, Bento Silvério de Faria, Manuel Joaquim Barbosa, Rafael de Faria Marins e outros, montando cavalos reluzentes e luxuosamente

ajacizados, imponentes, árdegos, separavam-se em duas filas, para a batalha. Antes, porém, que esta se ferisse, o embaixador dos cristãos, protocolarmente, para ela convidava os mouros. Aceito o prêmio, este, efetivamente, deveria ferir-se. Após o garboso desfile de cada ala dos antagonistas, defrontavam-se todos os preliantes no Largo da Matriz, onde, com denodo e galhardia, duelavam. Inicialmente, enquanto a cavalo, fugindo à tradição, com armas de fogo. Desmontados de seus ginetes fogosos, de crinas luzidias, drapejando ao vento, brandiam, com grande destreza, as espadas, à maneira mesmo dos famosos guerreiros de Carlos Magno, ou, ainda, dos Três Mosqueteiros. No supremo afã da vitória e da conseqüente conquista da formosa Princesa.

Vencida, afinal, a ala em que preliou o paladino Roldão, com a morte espetacular deste, junto à sua famosa espada Durindana, do preliado troféu se apossaram os vencedores. E, sob estrepitosas ovações populares, conduzido na garupa de Joaquim Henrique.

Finalmente, todos, vencedores e vencidos, se confraternizavam na mais esfuziante alegria e festas ruidosas, celebrativas da vitória dos novos paladinos espírito-santenses.

Era dever a pompa, o brilho, a sã alegria, a camaradagem dominantes em tais festas, nunca mais aqui realizadas.

Os homens da Era do Átomo e dos milagres da Ciência, preocupados em fotografar o Planeta Marte, distante cerca de quatrocentos milhões de quilômetros da Terra, não têm mais tempo para folgar e imitar medievais batalhas!

* * *

B A I L E S

Há milênios vem o homem dançando no prosccênio do mundo. Primitivamente, com o homem das cavernas, a dança obedecia a um mágico ritual para comunicação com o sobrenatural. Depois, culto ao deus. Ginástica. Cenas teatrais. Finalmente, transmudou-se em um dos mais fascinantes divertimentos, quando dois corpos e duas almas se abraçam.

Com o isolamento de Amaterasu, divindade do Sol, em uma caverna, para fugir de seu irmão Susano, desapareceu toda a luz do Cosmos. As demais divindades familiares, infensas às trevas, engendraram um estratagema para a volta da deusa: próximo à caverna colocaram um espelho gigantesco, toucado das mais maravilhosas cintilações, qual um caleidoscópio encantado. E ainda

fizeram um ensurdecedor alaridar, que provocou a ida de Amaterasu até a borda da caverna. Dali deparou ela a outra deusa — Ame-no-Uzume — a dançar, com a primavera nos cabelos, fita de musgos na cintura. Com esta dançavam refulgências das MIL E UMA NOITES que o espelho mágico roubava da própria deusa do sol. Fascinada com o espetáculo fadareco, Amaterasu desenfurnou-se. E restaurou a luz cósmica e o regozijo dos deuses.

Vemos, assim, que, nessa fábula japonesa, Amaterasu recebeu de Ame-no-Uzume a mensagem dos deuses através da dança.

Constata-se, deste modo, o aparecimento multissecular da dança.

“Quando nasci, eu já dançava”, anunciou Mário de Andrade.

Nascida no velho mundo oriental, de cuja prisca civilização a arte de Terpsicore se trasladou para a Grécia, onde passou a fazer até parte do currículo educacional. Da imortal Pátria de Aristóteles a dança se removeu para Roma, quando a vocação de criatividade do romano lhe deu destaque e brilho. Com o advento da Renascença (séculos XV e XVI), que reviveu velhas melodias e ritmos helênicos, a dança exerceu avassaladora influência nos costumes.

No século subsequente espalhou-se por todos os demais países do Mundo Ocidental. Dançou-se largamente, por toda a Europa. Em salões da nobreza e da plebe. Dali veio para o Brasil.

Naturalmente, o velho Espírito Santo dos Coqueiros também quis dançar.

Não havia aqui, nos saudosos tempos de antanho, clubes dançantes, mas se realizavam bailes inesquecíveis em casas particulares, notadamente no patriarcal casarão de Francisco Antônio Vilela.

Eram daqueles ritmados pelas evocadoras e deliciosas músicas que ainda ouvíamos enternecidos, através do inesquecível Programa da Saudade, criado pelo delicadíssimo artista Décio Pacheco Silveira. Valsas ternas e ondulantes. O xote, o tanguinho brasileiro, o chorinho, o samba típico, as marchas próprias para as quadrilhas de raízes na *contradança*.

Também aqui se imitava a fidalguia dos meados do século passado, quando o *minueto*, predominante nos salões aristocráticos da Europa, era até aproveitado, no tocante ao ritmo, por Beethoven e Chopin.

Igualmente, aqui se imitava a Europa, que, nos meados do século passado, com a queda do *minueto*, passou a dançar a valsa. Esta (popularizada na Alemanha e, sobretudo, na Áustria) só mais tarde encontrou rival na *polca* (procedente da Boêmia) e na *mazurca* (da Masúria).

Quando se tornava indispensável u'a orquestra completa, esta, depois da saída do maestro Vinagre, o mais das vezes, vinha de Cana Verde, onde o sinfonista Maximiano semeava as mais lindas mensagens de harmonia. Então, as valsas vienenses de Strauss, nos bailes da fidalguia, tinham preferência. Dançavam-nas em ritmo lento e ondulante, como as ondas do Danúbio, as damas da nobreza. Usavam vestidos compridos à Maria Antonieta, cabelos à Madame Pompadour, a lembrar os solares vetustos da bela e áurea época da fidalguia dominante, quando, nos ricos salões ostentados por fúlgidos candelabros, sinhá moça executava ao piano plangentes composições de Chopin.

As jovens se faziam acompanhar dos pais ou das avós. Cantavam, nos intervalos, o "Gondoleiro do Amor" e declaravam versos românticos, sob delicado fundo musical.

Nas encantadoras festas juninas, depois de rezado o terço, acesa a fogueira, iguarias típicas da roça eram servidas, assim, como nos bailes de casamentos. Todos embalados pelos teclados das sanfonas, pelo "canutilho" e a "prima" das violas, das quais o caboclo arrancava os zangarreios preferidos da cabocla apetitosa...

Anos volvidos, fizemos realizar aqui um baile evocador daqueles dos velhos tempos, quando a Rádio Difusora, de São Paulo, fez irradiar u'a crônica por nós adredemente composta. Dessa crônica, inserta em nosso livro "A ESTRADA DE DAMASCO", repetimos aqui alguns tópicos, a despeito de sua pieguice incompatível com a insensibilidade brutal do mundo contemporâneo:

— O crepúsculo põe um incensório de cinzas na urna de nossos corações, que cantam chorando. A Terra, em cismas, na hora viúva do entardecer, ajoelha-se, contrita e pensativa, ao receber o primeiro beijo luciluzente das estrelas. A Natureza, proster-nada, reza, também, a Ave-Maria, acompanhada ao órgão em sintonia com o concerto cósmico. A paisagem, crepusculada, está cismativa, como uma cruz na estrada deserta.

Na capela de nossa alma plange, também, o sino do *Angelus*, convocando-nos para o nosso ritual a Nossa Senhora da Saudade. Então, pelas ameias ogivais do castelo da Recordação, pomonos a

rever o Passado. Com este, a branca paisagem açucenal de nossa infância que ficou lá atrás, mas que se não perdeu nas brumas dos tempos idos. Essa visão cândida e infantil, que romantiza a tela de nossos atribulados dias presentes, jamais se nos apagará da retina espiritual.

Quase nos transformamos em estado anímico e em profunda introspecção, quando, por exemplo, no filme famoso, ouvimos o evadido do Claustro cantar, entre trigais, nesta hora recordativa e de transição universal, a "Ave-Maria", de Gounod.

E outras Ave-Marias, como a de Schubert, de Fenaroli, de Garafa, de Luigi, de Max Reter, de Jonh Field, de Chopin, de Durand, até a tão melodicamente evocativa de nosso Erotides de Campos.

É, de fato, profundamente solene e impressionante a orquestração dessas peças musicais, no ádito de um templo, ao entardecer, quando o nosso coração, organista da Saudade, faz coro com essa soberba polifonia. E ouvimos, como o gênio escondido de Perdões, no recôndito da própria e imensa catedral cósmica, "o longo miserere dos astros."

Hoje, em Coqueiral, neste momento de romantismo, lirismo e enlevo, em que a querida Rádio Difusora, transmite-nos tão evocador programa dançante, toucam-se nossas almas de uma capela violácea para o nosso ritual à deusa a que chamamos "sorriso entre lágrimas".

Aqui estamos reunidos, todos, velhos e moços, em simbiose espiritual com as valsas sentimentais e recordativas dos dias que ficaram lá bem longe. Em os mais velhos as ouvindo e sentindo, hão-de recordar-se, por certo, do antigo Espírito Santo dos Coqueiros. Sim, quando, nas bucólicas noites pintassilgadas de confetes semeados pela Noiva do Azul, a Lua, ouviam balidos de ovelhas mansas, mugidos de gado e berros de cabras empoleiradas nos muros do arraial. Evocarão a sinfonia verde dos heráldicos coqueiros, os líricos acordes dos violões, quando, de fora, prelibavam o éden pecaminoso de suas princesas encantadas...

Nesta aquarela tricolor — de branco, verde e roxo — temos:

INFÂNCIA — Branca paisagem de inocência, embalada pela lírica lirial de Mistral, de Tagore, de Rodembach, de Bernardim Ribeiro, de Belmiro Braga. Baloçar de berços acalentados pelas criaturas mais santificadas na Terra. Alma de açucena subindo ao céu. Angelitude branca de lírio. Crença nas dádivas de Papai Noel e nos contos maravilhosos da Carochinha. Madrugada.

JUVENTUDE — Sonhos. Gorjeios chilreantes de elísios beijos da mulher amada. Acenar mesmo do paraíso. Antevisão de lírica e volúvel mariposa em torno da lanterna verde da Esperança. Ânsia do Azul. Primavera. AMOR. Ilusões. Loucura. Dia radioso.

VELHICE — Desilusões. Término da jornada. Sizudas reflexões à margem da Vida, que é o prólogo irônico da Morte. Canto do Cisne. Réquiem da Sinfonia. Crepúsculo.

INFANCIA... Madrugada, Bem-me-quer!

JUVENTUDE... Dia no zênite sideral. Amor-perfeito!

VELHICE... Cinzas violáceas — SAUDADE!...

* * *

Contrastando com o respeito e a alegria saudável dos bailes da velha guarda, em casas particulares, hoje, revividos no encontro com a Saudade, havia, também, as bacanais da gafeira de envolta com o cangaceirismo.

Sobre ser Espírito Santo dos Coqueiros, ponto de passagem e de pouso de boiadeiros e almocreves turbulentos, dadas a orgias fesceninas e a desordens, havia grande número de meretrizes, em cortiços, na antiga Rua Boiadeira. Da rua, então, do *trottoir* noturno e do batuque, do cancanear e da mangalaça, da patuscada e da anarquia. Isto, entretanto, não deslustrava os velhos bailes, hoje, saudosamente evocados. Evocados com a alma a pervagar a igreja-jinha clara e plena de matinadas da infância, agora, transformada num castelo de sombras e noturnos.

XXXI

SERESTEIROS

Velhas são as serenatas, porque não poderiam ser mais novas do que o rouxinol qua canta romantismo no coração humano.

Já no “Cântico dos Cânticos” deparamos a alma do seresteiro oriental. Da vinha enluarada, quérulo, ia um cantar até ao coração assustado de Sulamita. A citara de Boanerges, com a sua-vidade lírica do canto do andalib, entre a alma branca das açue-nas marginais do Eufrates, tê-la-ia enlevado.

Durante a longa noite medieval, menestréis e jograis, pervagavam pelos velhos castelos da Europa, levando a suas amadas, em cânticos ungidos de luar, as suas juras amorosas. Com estas lhes acalentavam o sono.

Também trovadores serestearam por terras da Provença, por Mistral decantada, em suas tradições populares, com música e beleza, no adorável poema agreste “Mireio”, inspirador da Ópera de Miguel Carré, musicada por Gounod.

Depois, no século XVII, dos salões fidalgos da Corte Lusitânia, a modinha terna, cantiga típica de serenata, veio para a Metrópole Brasileira. Na brasílica Terra romântica, cujo povo se formou o amálgama étnico de “três raças tristes”, as músicas seresteiras encontraram franco aconchego.

Poetas do tomo de Tomás Antônio Gonzaga, de Domingos Caldas Barbosa, de Laurindo Rabelo, de Casimiro de Abreu, de Castro Alves e de outros arrancaram de suas deificadas Musas os mais encantadores versos seresteiros musicados e folclorizados.

Não poderia a alma lírica do seresteiro deixar de subir até às montanhas de Minas Gerais, onde o plenilúnio mágico de Augusto de Lima derramou brancas hóstias inspiradoras do cantar, “ao longe, de uma flauta e do choro grave de um violoncelo.”

Sob a magia da Lua, a Seresteira do Azul,

“Pandeiro de prata do coro dos anjos,

Tocando saudade no céu do Brasil,”

o velho Espírito Santo dos Coqueiros, igualmente, alhear-se não poderia do romantismo das serenatas.

E aqui, com a alegria folgazã e boêmia daqueles menestréis e cantadores do sertão, tivemos seresteiros a ombrear com muitos das vetustas cidades mineiras. Tivemo-los bem antes do dedilhar bonito do saltério de D. Umbelina Clara de Melo, evocador do luar oriental a brincar de fazer madrigais prateados com as cerejeiras floridas. Ainda com os bogaris de Bagdad, os lírios da Palestina, os jasmims na Arábia. Do saltério que talvez pudesse embalar o sono virginal de Abgail, a formosíssima donzela de Israel, decantada por São Jerônimo e confortadora da velhice lírica e musicada de David. Também daquele de Rute, com cujo dedilhar aplacava a fúria sangüinária de Herodes Antipas e teria feito o milagre de transformar, antes da passagem dos ceifeiros profissionais, as espigas do campo de Booz, na mais doirada seara.

Aqui João “Instrumela”, Antônio Lázaro de Carvalho, Quinzinho Faria, João Vinagre e outros foram seresteiros apaixonados.

Românticos e piegas, como aqueles do Jardim de Capuleto. A embalar, lírica e romanticamente, o sono de suas adoráveis Julietas. E sob as queixosas melodias das flautas, bandolins e os acordes dos violões, embebidos de luar, a suspirar, “num trino de amor”, a “Flor dos Céus”. A transportar mágoas e juras no “Gandoleiro do Amor”, vogando no Adriático azul do Sonho.

Belas serenatas também presenciou a nossa infância, quando ainda o Largo da Matriz, além das cheirosas magnólias magnânimas, se enfeitava das altaneiras casuarinas centenárias, em cujas franças, altas horas da noite, o vento tangia uma canção dolente, como a litania da própria Saudade!

No coração de cada seresteiro da velha guarda, sob essas casuarinas, parece que gorjeava a “Flauta Mágica”, de Mozart, na qual Tanino, regozijado com a existência de Pamina, em a soprando com tanta alma, magnetizou até os animais selvagens.

* * *

Inesquecíveis casuarinas de nossa descuidada meninice, derribadas, impiedosamente, pelo machado da civilização, testemunhas de tantos acontecimentos desta Terra. Ao decerto, quantas vezes como que ouvistes a voz romântica e misteriosa, murmurada ao seresteiro ferindo seu violino lamentoso:

— Com as arcadas de teu próprio coração, vais surdinando, sob a vinha enluarada de teu sonho, o lírico cantar dessa mocidade sonora, como a melodia das próprias serenatas!

E sobre o violino encantado, como aquele de um castelo da Polônia, do sonho de um menino e mártir desse sonho, derramou a sua bênção de lirismo à Lua, em seu deslumbramento sideral, qual imenso Cisne a vogar no Lago Azul do Céu!...

XXXII

VELHOS CIRCOS DE CAVALINHOS

O circo de cavalinhos, herança dos etruscos, remonta a eras afastadas. Apareceu em Roma, dois séculos antes da Era Cristã. Teve, na Cidade Eterna, os seus dias de esplendor, iniciados com o aparecimento do gigantesco “Circus Maximus”, restaurado, tempos depois, por Júlio César.

Tinha, em Roma, os espetáculos circenses destacada função político-social frente à massa proletária. Era-lhe esse entretenimento gracioso u'a teriagem para as suas lutas malogradas. Sabiam os Imperadores que, enquanto "pão e circo" (*panem et circensis*) não faltassem, o Império estaria imune das insurreições da plebe.

Conquanto a proibição dos espetáculos circenses, pela Igreja, atravessaram eles a Idade Média, a Renascença, com os jograis, saltimbancos, acrobatas e mágicos em cena.

Pouco depois do aparecimento, nos Estados Unidos, em 1792, dos circos de John Bill Richetts, tivemos-os aqui no Brasil.

E teve cá o circo a sua fase áurea. Em nossos dias, entretanto, se não morreu, conforme afirma Deusdedit Serpa, vive em estado pré-agônico. Em franca decadência.

"Com o advento do cinema", reconhece Deusdedit, "o circo perdeu prestígio. Os salões escuros, a penumbra alcoviteira exercem maior atração e prodigalizam melhores oportunidades aos namorados".

"Vítima de uma série de adversidades, sofrendo a influência do cinema, então, a decadência da arte circense. Seus programas sedícios e repisados, seus trabalhos vulgarizados por companhias mambembes, seus palhaços usando e abusando de chavões chulos, a miséria rondando-lhes as barracas e os camarins afugentam o público".

Além da concorrência do cinema, do rádio e da televisão, com a exibição de novelas, vêm outros numerosos atrativos proporcionados pelos milagres da Eletrônica.

Assim, com efeito, desaparece o velho circo, que constituía, outrora, um dos mais atraentes meios de diversão de nosso povo, com fundas raízes em nosso folclore. Morre, pois, a arte circense, velho encanto de nossa meninice, da meninice de nossos antepassados.

Coqueiral, em tempos idos, foi muitas vezes despertado:

— E o palhaço o que é?

E a resposta da meninada ao truão empoleirado em gigantes pernas de pau:

— É ladrão de mulher.

É que várias companhias de cavaleiros, de expressão até desproporcionada ao arraial, visitaram-no.

Assim foi que, por volta de 1869, aqui esteve o famoso circo de Pedro Jaime, americano do norte, de origem espanhola. Foi o primeiro circo zoológico armado em terras espírito-santenses. Trazia vários animais originários das selvas africanas, nunca vistos pelo nosso povo, senão por algumas pessoas através das ilustrações dos livros didáticos.

O leão ferocíssimo a ameaçar a vida do domador. O elefante equilibrista. O chipanzé ciclista. A foca amestrada. O hipopótamo ensinado. As serpentes magnetizadas.

Além desses animais espantosos, possuía o circo selecionado e rico elenco de artistas exímios e variados. Entre outros, o homem-bala, o lançador de punhais, o malabarista, o domador de leões, o encantador de serpentes.

O seu diretor — Pedro Jaime — o homem-sugestão, que usava farta cabeleira à Búfalo Bill, era um mágico notável, um prestidigitador admirado, à maneira dos faquires indianos. A magia exótica de sua estranha arte, anestesiava as próprias serpentes, como aquele pastor de uma novela de Blasco Ibañez. Deixava um verdadeiro “frisson” na medula dos velhos caboclos espírito-santenses, que divisavam, no estranho artista, algo de um feiticeiro à São Cipriano.

Quando de uma de suas viagens marítimas, Pedro Jaime foi vítima de um naufrágio nas costas de Pernambuco, perdendo todo o seu grande circo. Com isto, desmantelou-se, também, a sua famosa “troupe”.

Anos depois, aqui voltou o velho e malogrado lidador do picadeiro, trazendo, dessa feita, um circo pequeno. Possuía, contudo, alguns artistas de nomeada, como Benjamim de Oliveira, trapezista endiabrado, mais tarde, celebrizado no Rio de Janeiro. Também cantor aplaudido. O “Gondoleiro do Amor”, de Castro Alves, em sua voz, arrancava ovações da platéia. Também a “Casa Branca da Serra”, de Guimarães Passos, e que uma noite de rodeio e de peonada churrasqueante, à beira do crepitante fogão gaúcho, enlevou Coelho Neto.

Dessa vez, Pedro Jaime já não era mais o mágico de outros tempos, quando no fastígio de sua arte, de sua glória e de seus dias afortunados. As ondas oceânicas, em lhe não poupando o primeiro e grande circo, tragaram-lhe, igualmente, a felicidade! Esta realmente, não passa de espumas flutuantes, que, ao primeiro sopro do ciclone, soçobram ou se desfazem...

Em 1889 aqui esteve, o circo do Sampaio, também zoológico, com apreciado elenco. Dentre outros elementos, constituía-se de doze moças, doze “*estrelas*”. Além de aplaudidas atrizes de palco e de picadeiro, eram exímias musicistas. Delas destacavam-se Adelaide, a maga do violino. Eugênia, a da guitarra. A primeira sabia arrancar, com arcadas magistrais, do instrumento soluçante, melódicos queixumes embevecedores. A segunda, da guitarra gemente, iguais melodias, evocadoras de uma saudade muito lírica e terna da velha Pátria de Dom Duarte e de Bernardim Ribeiro. Dos fados queixosos, suspirados à margem do Mondego querido, com ou sem a beleza de Inês de Castro, mas sempre, ao auroresciar, com o cantar da cotovia. Ao dilúculo vespertino, com o do rouxinol.

Integrava ainda, o elenco o inesquecível palhaço Augusto Duarte, rio-grandense do sul, quintanista de engenharia. Golpeado, porém, com a traição da noiva e, depois, a morte trágica desta, além de ralado por outros infortúnios, entendeu de vingar-se de si mesmo, entrando para um picadeiro. Neste, truão impagável, culto, espírituoso, dotado de grande verve, fazia as suas hilariantes e bufas pantomimas. Mascarado, trajado, como todos os palhaços, gargalhava e fazia a platéia acompanhar-lhe a gargalhada, como se, realmente, uns resquícios de felicidade lhe morassem na alma escrava, que ele, amiúde, misturava nas cordas lamentosas do violão a apostar lamentos com a viola do caboclo.

A intensidade, a origem, em parte, de seu drama íntimo nos lembram o do personagem central da Ópera “OS PALHAÇOS” (1.º ato), de Leoncavallo: CANIO, o Palhaço, e seus companheiros, atores itinerantes, formando u’a “*troupe*” pobre. Deles, além de outros, Tonio, o aleijado. Peppe, o arlequim. A bela Nedda, mulher de Canio. Este, na noite do espetáculo em Montalto, repelindo um gracejo dirigido à beleza de sua mulher, ralado de ciúme, responde, na ária, “*um tal giocco*”. Nedda, em silêncio, medita sobre o episódio e se põe a surdinar a “*Balatella*”. Ai Tonio a interrompe, declarando-lhe sua violenta paixão. Rechaçado, porém, com forte chicotada, o aleijado jura vingança. O juramento se efetiva, quando Nedda se preparava para fugir com Sílvio, seu amante e jovem aldeão. Da planejada fuga Canio foi avisado pelo vingador. E chega ainda a tempo de ouvir a declaração da esposa adúltera ao amante: “Esta noite e para sempre serei sua”. Ameaçado no flagrante, Sílvio foge. O esposo traído ameaça a esposa com um punhal. É, porém, dissuadido por Tonio e Peppe que o convencem a representar a cena do espetáculo anunciado, já que os espectadores estavam chegando. E Canio, em desespero, canta a famosa ária “*Vesti la giubba*”, deplorando o triste destino do palhaço, mesmo antes da consumação da tragédia no segundo ato.

Se há um “clown” que passa por um picadeiro para “conquistar os negros vinténs da vida” e bater às portas de uma padaria, outros também, portadores de um mal secreto, por aí igualmente passam, gargalhando falsamente. A semelhança do rictus alvar de u’a caveira, “para fazer rir os que ainda têm carne nas faces”. Este o caso de Augusto Duarte, que poderia surdinar à maneira do maior escritor do Brasil:

“E no mundo hei de passar neste desgosto,
A mentir ao meu íntimo,
Cobrando os sinais destas lágrimas no rosto.”

Fora do picadeiro, Augusto mal simulava a chaga interior que lhe acicatava a alma martirizada. Era outro homem. Grave, circunspecto, sorumbático, casmurro.

Partindo daqui, há muitos anos, em companhia do velho Sampaio e das doze semeadoras de harmonias, deixou Augusto, duradoura tradição e saudade. Nas almas sensíveis, a penosa impressão de uma história triste.

Sabemos que o artista, descendente de rica família gaúcha e proprietária de estirada estância, anos depois, como os tenores Carlos Pensarelli e João Cavallieri, acabou os seus dias em um ASILO PARA A VELHICE DESAMPARADA!...

Se o seu destino não foi tão trágico, cruento, como o do Palhaço Canio, contudo, ao se lhe aproximar a morte, poderia exclamar: “A COMÉDIA... TERMINA”.

* * *

Terminando u’a crônica sobre o citado João Cavallieri, o “Pequeno Caruso”, no batismo de Bilac, escrevi:

— Em que pese a universalidade da Arte, as pessoas, em sua maioria, chumbadas ao contingente, são indiferentes ao canto, à agonia dos artistas, aos ostensórios da comunhão dos astros.

Que importa às formigas, a cigarra cantadeira e boêmia morrer de fome? Que importa ao batráquio o vôo andino do condor do Sonho? Que importa ao mísero infusório a escalada triunfal do espírito, deixando o ergástulo putrescível, ao apelo da Grande Luz?!

* * *

O terceiro e grande circo, que armou seu pavilhão nesta Terra, foi o do Peri, seguindo-se-lhe o de Lázaro e de Alexandre Pereira da Silva. O deste último, que aqui estreou em 23 de junho de 1889, celebrizou-se pela famosa banda de música, composta apenas de oito elementos, porém brilhantes, sob a batuta de Lino, preto como João da Mata, e natural de Cataguases. Três elementos eram de Diamantina, a Terra das serestas famosas, aonde a Lua, no seu plaustro enorme, escoltada pelas estrelas, leva a sua hóstia de ouro para a eucaristia de duas almas: A do seresteiro e a do violão. Desses músicos destacava-se Djalma Indiano do Nascimento, o mago da requinta e o Rodolfo Valentino das moças.

Da grande “troupe” desse circo faziam parte, dentre outros: o tenor Epanimondas de Castro, que, segundo se constava, dispunha de recursos vocais enormes e interpretava obras famosas e de classe. Óperas, como a “Aída”, de Verdi.

Cunha, um dos palhaços mais queridos, português da Ilha da Madeira, a soltar, com graça e verve, em seu sotaque peculiar, as mais desfrutáveis piadas.

Milagre, o saltador infernal, malabarista inconfundível.

Henrique, inglês, homem que, como Milagre, fazia da Vida um trapézio mesmo para os seus ousados saltos mortais.

* * *

A partir das visitas desses homens que, realmente, brincavam com a Morte no frágil trapézio da Vida, até 1915, não se tem mais notícias de uma companhia de cavaleiros digna de um registro especial.

A seguir desse ano — 1915 — nós mesmos fomos testemunhas e espectadores alvoroçados de algumas, que tanto empolgaram a infância de nosso tempo.

“A chegada de um circo”, diz, com razão, o citado Deusdedit, “punha em reboliço a meninada. Enchia de preocupação as famílias. As moças casadoiras alvoroçavam, na expectativa de um encontro furtivo com o namorado, ou de uma aventura amorosa”.

Assim acontecia em nossa meninice, quando se anunciava a chegada de um circo no arraial. Vinha em monótonos e tardos carros de bois, que despejavam a “preciosa carga” no Largo do Cruzeiro, para onde acorriamos todos em alvoroço festivo. Ali, dispostos a gazear da Escola do “Sô” Juca, espreitávamos, com alegre ansiedade, a ereção do pavilhão pelos homens estranhos, que se nos afiguravam até super-homens dignos de uma página de

Carlyle ou de Emerson e, quiçá, até de Plutarco... Depois, era o palhaço, o mais das vezes, encarapitado em enormes pernas de pau, a percorrer as ruas do arraial, anunciando, com frases surradas e banais, o espetáculo. Fazia-se acompanhar de grande número de meninos, em berreiro, com exceção do autor destas páginas, dono de pasmosa timidez. A noite do espetáculo era esperada com uma ansiedade ilimitada, incontida. Não sabemos se era menor do que a expectativa dos romanos diante do anúncio das lutas de gladiadores e feras no Coliseu.

Suspensa a lona do pavilhão convidativo, posto, enfim, o circo em posição funcional, acesos os grandes lampeões a gás ou a querosene, para lá íamos todos, irresistivelmente, acompanhando a banda de música, sob a regência do Maestro J. Cipriano Freire. Os meninos, que haviam acompanhado o palhaço, levavam u'a marca identificadora e tinham entrada franca no anfiteatro sedutor, privilégio a que outros, como o Lázaro, da Ritinha, procuravam fazer jus, em carregando algumas peças da corporação musical, como os pratos, cadeirinha do bombo e partituras. Os mais ousados e malandros, mesmo sem a "marca", passavam por debaixo do pano, quando não eram pegos pelo "rondante". Nós, porém, comprávamos o ingresso e ainda com certa desconfiança e receio de sermos interceptados pelo porteiro estranho.

Lá dentro era de ver a nossa espalhafatosa alegria, semelhante à algazarra de um bando de maitacas numa ensolarada seara de outono. Assaltava-nos indizível expectativa pelo início da espetacular função, que nos seria mesmo o "maior espetáculo sobre a Terra". Cada pancada da sineta anunciadora da hora suprema repercutia-nos nos ouvidos e nos corações em disparada. Talvez, não tivessem tão grande e jubilosa ansiedade os católicos, pela entrada triunfal de Constantino I, o Grande, em Bizâncio ou Constantinopla, após a vitória sobre Maxêncio, junto dos muros de Roma.

Afinal, começava a função precedida do "respeitável público" proferido pelo diretor do circo, ladeado de todo seu elenco. E a meninada, além de muitos adultos, vibrava até o último dia, o da despedida da companhia. Então, ficava, toda, envolta em espessa tristeza. Consolava-se apenas com a imitação, em cirquinhos, dos artistas que se foram para o mundo largo. Sim, todos que se foram, sem ao menos se lembrar dos liliputianos "colegas" espírito-santenses que ficaram...

Da nova fase de visitas circenses, por nós presenciadas, merece menção especial a do circo de Samuel Levi, aqui chegado em 1918. Desde então, até hoje, foi o melhor e o mais aplaudido em Coqueiral.

Trazia o Samuel uma destacada equipe de artistas, sobresaindo-se Pipoca e Julieta, dois irmãos trapezistas e malabaristas. Em Julieta ainda avultava a grande beleza física, fascínio irresistível da rapaziada e, talvez, de muitos velhos... Penido, o mágico do violão e cancionista apreciado. Severo, o palhaço querido, ultra-cômico, rotundo. Quando emergia do camarim, com o seu traje característico, provocava uníssona explosão de gargalhada. Deixou, em Coqueiral, fama jamais igualada. Nem mesmo o famoso "Canarinho", aqui, posteriormente, aparecido e aclamado.

Foi no circo de Samuel Levi que, pela vez primeira, assistimos à representação da famosa "Serra Morena" e do drama "CABANA DE PAI TOMAS". O diretor se orgulhava de haver recebido, na pia batismal, o nome do Juiz de Israel, que proclamou a Saul rei de todo o povo, unindo todos para rechaçar os Filisteus.

Lá dentro, a banda de música do "Sô Juca, executando peças alegres e saltitantes. No encerramento culminante de cada cena, u'a polca galopante era outro atrativo.

Por tudo, nome duradouro deixou o circo, particularmente, a formosa Julieta, que permaneceu longo tempo na saudade dos Romeus, mesmo sem Berlioz e Gounod para musicarem o drama...

* * *

Após as visitas de outros circos de menos expressão, em ordem decrescente, enquanto o lugar crescia, o primeiro zoológico dos modernos tempos foi o de Pedro Robatini. Trouxe, em 1933, os mesmos animais daquele de Pedro Jaime, em 1869. Duas filhas do diretor, sobre serem belas, foram então decantadas por um poetinha de "água-doce" da Terra... Mesmo assim, porém, o cantor ficou vendo navios. E a decantada, indiferente, se fez ao largo...

Um ano antes, em 1932, assistimos aos espetáculos da companhia de José Ramos, aqui estacionada alguns meses, impedida de locomover-se pelos efeitos da Revolução Constitucionalista de São Paulo. Circo fraco e, excepcionalmente, como o de Robatini e outros antigos, armado na Praça da Matriz. De seus artistas, destacava-se Ofélia Ramos, filha do Diretor. Em uma casa de Antônio Batista de Alvarenga, onde se hospedou com sua família, Ofélia, acompanhada ao violão pelo Juca Penha, dedilhava o seu bandolim, do qual, não raro, arrancava um fado dolente, a lembrar a guitarra

do Manuel Português. Era o suave enlevo do Euclides Antunes, o futuro Prof. Climezan, adivinhador da sorte das Cinderelas. Conquanto não haja Euclides matado o velho Polônio, Ofélia, sem se afogar no rio, foi-se embora, indiferente às lamúrias de Hamlet...

Rigorosamente, desde a visita do circo de Samuel Levi, em 1918, a Coqueiral não aportou mais uma companhia digna de destaque, o que, realmente, testifica a decadência da arte circense, sortilégio que foi de nosso povo da velha guarda (44).

XXXIII

TEATRO

Em capítulo anterior remontamos aos primórdios da dança, através da fábula japonesa de Amaterasu, a deusa do sol, irradiadora de resplandecências astrais, como Heliópolis no Egito.

Nasceu, há milênios, a dança, chamada linguagem do corpo e, até, das primeiras expressões de religiosidade. E, passando logo os bailarinos a fantasiar com máscaras, tomou forma de representação teatral.

Aristocrática se tornou tal representação a partir do Século XVI. Por isto, quase que só acolhida nas sociedades da nobreza. Já se disse, precedentemente, que, sem a Corte de Luís XIV, não existiria a obra completa e alta de Molière, de Cornélio, de Racine. Pelo mesmo motivo, teve o teatro a sua fase áurea aqui no Brasil, no reinado de Dom Pedro II. Além do incentivo que o Mecenaz do Brasil dava a todas as altas manifestações do pensamento, do espírito, a sociedade brasileira apenas se dividia em dois grupos — dos escravos e dos nobres. Os primeiros, a trabalhar no eito, du-

(44) Alguns dos grandes circos famosos ainda foram vítimas de catástrofes: Em Hartford, nos Estados Unidos, em 1944, foi incinerado o grande Circo Ringling-Barnum, morrendo quase duas centenas de pessoas. Aqui no Brasil, em Niterói, às vésperas do Natal de 1961, incendiou-se, também, o Gran Circo Americano, morrendo duzentas e onze pessoas.

Ainda com pertinência aos circos, dos grandes de renome universal, podemos citar: "Circo Sarasani", "Circo Medrano", "Circo de Inverno", "Circo Krone", "Circo Olímpico dos Irmãos Franconi".

rante o dia de sol causticante e mal dormir, à noite, nas senzalas miseráveis. Os segundos, turiferários do Paço. E seguiam estes a preferência do soberano para o teatro.

Com a abolição da escravatura e a proclamação da República, houve como que u'a mistura das duas castas, ou dos dois grupos, decorrendo daí, praticamente, o desaparecimento do teatro, que se alimentava da "miséria de uns e da desumanidade de outros".

Teve, em suma, o teatro brasileiro os seus dias de fausto no tempo de João Caetano, ator ardente, brilhante, exaltado e aplaudido. Interpretando, por exemplo, o principal personagem do drama "A GARGALHADA", recebeu aplausos vibrantes de La Puerta, intérprete universal da peça famosa de Jacques Arago.

Depois, não se adequou mais com a evolução cultural e civilizadora do Brasil.

Esse fato, todavia, não impediu que Espírito Santo dos Coqueiros, tivesse prógonos e epígonos da velha e bela arte de Eurípedes.

Por aqui, por volta de 1889, foi o seu introdutor — pode dizer-se — o Prof. João Barbosa de Oliveira, que organizou um grêmio teatral a que deu o nome de "FILHOS DE TALMA".

O primeiro drama aqui representado intitulava-se o "DEDO DE DEUS", magistralmente ensaiado e dirigido pelo referido organizador do grupo de amadores.

Posteriormente, havendo-se mudado para Nepomuceno esse pioneiro do teatro espírito-santense, a Arte de Melpômene ficou aqui viúva até que, em 1900, surgiram novos entusiastas seus, como Joaquim Inácio de Souza Júnior, Antônio Lázaro de Carvalho e José Belisário Terra, sob cujo patrocínio e direção belas peças foram encenadas.

Em 1905, tomaram novo impulso as exhibições no palco local, com o surgimento de novos amadores: Leopoldino Silvério de Faria, Francisco de Paula Batista, Elvira de Paula Batista, Ana Idalina de Paula Batista e outros.

Então, sob a direção artística do musicólogo Augusto Terra (o ensaísta), aplaudidas peças — "A ÓRFÃ DE GOIÁS", "OS DOIS SARGENTOS", "AMOR E HONRA" (dramas), "O DIABO ATRÁS DA PORTA", "OS DOIS MINEIROS NA CORTE" (comédias) e outros — foram levados à cena, marcando época.

"OS DOIS SARGENTOS", por exemplo, que exigia custosa decoração, cenário rico, caríssimo guarda-roupa, dispendiosa indumentária e grande número, não apenas de simples amadores,

mas mesmo de artistas profissionais, foi aqui aplaudidamente representado. Para gáudio e alegria dos intérpretes, com as loas e palmas até de vários “cometas” do Rio de Janeiro, de passagem por esta localidade.

Na mesma fase, Benjamim Constant Botelho Batista (malgrado o gênio precoce, filho de Francisco de Paula Batista, que era admirador do líder republicano), escreveu, aos dezesseis anos de idade, um apreciado drama e hilariante comédia, ambos representados pelos atores enumerados. Causou o drama aos homens sensíveis verdadeiro “frisson”. “Às mulheres, copiosas lágrimas”. Retratou, nessa peça, o drama da vida do autor, em quem madrugou a inteligência, tanto quanto o infortúnio, pois já era acometido de inexorável enfermidade que o fez réprobo da sociedade!

Ficou, a seguir, a arte querida de João Caetano e de Leopoldo Fróis aqui esquecida vários anos. Somente, em 1926, é relembrada e cultuada, graças sobretudo, à louvável iniciativa do Farmacêutico Francisco Narciso.

Belíssimas peças foram levadas à cena, dentre as quais: “UM ERRO JUDICIÁRIO”, “CRUZ DE BRILHANTES” (dramas). Novamente, a gozadíssima comédia “OS DOIS MINEIROS NA CORTE”.

“UM ERRO JUDICIÁRIO” (ou “O LOUCO NA ALDEIA”), renomada peça de um autor português, foi várias vezes reprisada aqui no chamado Barracão do “CINEMA DO VICO”, tais eram os aplausos. Francisco F. Vilela, o “Chicão”, apreciadíssimo ator, interpretou o papel do Dr. João Saraiva. José Belisário Terra, o de Visconde da Ribeira Branca. Herculano Penaforte, o de José Souto Maior. Francisco Narciso, o de Pompeu da Rocha. Maria da Conceição Rodrigues, o de Maria Souto Maior. Todos se houveram com galhardia. Até os aldeões, lembrando almas simples das devesas portuguesas retratadas por Guerra Junqueiro, na mais linda aquarela, toda luar, arminho e simplicidade.

Na impagável comédia “OS DOIS MINEIROS NA CORTE”, José Vitor de Faria representou o papel do matuto Felisberto. Francisco Narciso, o de Gregório. Ambos souberam arrancar de grande platéia as mais estrepitosas gargalhadas, enquanto, Herculano Penaforte, no papel de Comendador medroso e infenso às desavenças, punha-se a tremer, empoleirado em u’a mesa, entre os dois irmãos em duelo.

A 3 de setembro de 1933, o mesmo Herculano Penaforte, Francisco Vilela, José Luiz da Rocha, Joaquim Alves Botelho, Maria Penaforte, Josefina Pereira e Ana Borges Freire representaram

o drama em três atos e epílogo, “O NOIVADO DO SEPULCRO”, de autoria do rabiscador destas páginas.

A 5 de novembro do mesmo ano, ainda Herculano Penaforte, a maioria dos amadores citados, mais José Machado da Silva e Maria da Glória Machado, integrando o mesmo Grêmio “Filhos de Talma”, levaram à cena a peça “OS MARTIRES DA PRÓPRIA FÊ”, do mesmo autor do “NOIVADO”. Serviu de ponto e, ao mesmo tempo, ensaiador emérito, Antônio Terra. Ambas as peças foram brilhantes e magistralmente representadas, arrancando de enorme assistência os mais calorosos aplausos. Muitíssimas pessoas de todas as cidades vizinhas e, até, de outras mais distantes, como Poços de Caldas, aqui vieram, especialmente, para assistir à representação. A imprensa foi pródiga e generosa em anunciar e aplaudir as duas noites de verdadeiras euforias helênicas em Coqueiral, que, por isto, foi promovido e altamente exaltado.

Eis, para um exemplo, como, a propósito, em generosa e belíssima crônica se exprime o vibrante jornalista João Brasileiro de Minas:

— “Otávio J. Alvarenga, o escritor serrano, que aí, pelas encostas pitorescas, surgiu como um broto virente de erva selvagem, tem agitado o ambiente literário sertanejo com seu gênio produtivo e de inesgotável fecundidade, especializou-se agora no gênero teatral em sua terra — Coqueiral, onde vive amontoando farta messe de louros e aplausos que sacodem e fazem tumultuar o ambiente em que vive”.

E, num vôo aquilino e astral, arremata o altíssimo gênio verbal:

— “... F. “é assim: seus pés tacteiam sobre as arestas do solo que palmilha e seu corpo se chumba à terra, vencido pela lei irrevogável das condições planetárias. Mas seu pensamento, que desprende chispas e refulge alvoradas de esperanças, avança coriscando pelas esplanadas do infinito e vai em busca da glória suprema dos destinos, incendiando, na sua passagem, as nuvens e as esferas que se lhe assemelham no ímpeto vertiginoso de superar os astros”.

Quando, ainda, da representação de “O NOIVADO DO SEPULCRO”, o querido amigo Hormino Reis pronunciou aplaudido discurso, publicado, com destaque, no jornal “ARAUTO DO SUL”, de Varginha. Então, o amigo generoso exaltou o significado do acontecimento: “A representação de um drama escrito por um coqueirense adotivo e aplaudidamente representado por coqueirenses natos. No mesmo ensejo, a senhorita Ana Borges Freire declamou,

com pleno êxito e frenéticas ovações, o estirado poema do mesmo autor e intitulado “CRUZADA DE UM VENCIDO” (45).

Também companhias teatrais de fora (algumas até expressivas) visitaram Coqueiral, trazendo-nos a mensagem da arte de Molière.

Hoje, entretanto, essa arte aqui está morta. Como tudo o que fala diretamente ao coração, não resistiu ao impacto da super-mecanizada civilização contemporânea.

Estamos, positivamente, na Era Espacial da Máquina, do Átomo, da Técnica, da Eletrônica, das Comunicações. A Ciência a fazer milagres. A levar o homem cósmico a penetrar, até então, os insondáveis segredos de um planeta, como Marte. Mas o homem perde substância. Esvazia-se espiritualmente. Conquista o Cosmos, porém não domina o quintal de sua própria casa, pelo qual se evade, à vontade, a filha menor para entregar-se, livre e impune-mente, ao namorado super-cabeludo e, não raro, alucinogênico.

Vivemos a época de plena alucinação, de “somatização orgânica de processos de desculturação”, quando o pontapé de um anal-fabeto jogador de futebol vale mais do que uma Enciclopédia de sábios!

Assim, as coisas elevadas, amáveis, lucipotentes, que “enobrecem e dão sentido à vida estão acabando de desertar do mundo!”

XXXIV

FIGURAS HUMILDES E POPULARES

Quase toda a Terra tem as suas figuras humildes e populares. Até mesmo tradicionais. Destas, muitas, mesmo mortas, continuam, contudo, na lembrança comovida dos vivos.

(45) O mesmo poema foi, em 1938, aqui declamado pela festejada artista Marilita Pozzoli, sob policrômico jogo de luz e mavioso fundo musical, arrancando delirantes aplausos.

Marilita, poetisa aplaudida e declamadora de alta expressão. Com seu marido José Pozzoli formava u'a dupla festejada, que interpretava, com retumbante sucesso, grandes peças teatrais dialogantes. Foi uma das troupes de teatro que visitaram Coqueiral.

Coqueiral, não se furtando à regra geral, teve, também, as suas. Se lhes falta dimensão para figurarem nos “HUMILHADOS E LUMINOSOS”, de Jackson de Figueiredo, damos, todavia, neste livro, agasalho a algumas.

PAI JOÃO

Menino ainda, foi pego na Costa de Angola e traficado para o Brasil, alguns anos após a vinda de Dom João VI.

Em aqui chegando, encontrou, ainda lúcido, Matias da Silva Borges, por intermédio de quem, anos depois, pôde inteirar-se dos principais episódios e acontecimentos marcantes, pertinentes à fundação desta Terra.

Foi seu primeiro “Sinhô” José Vicente dos Santos. Posteriormente, o Cap. Félix, como simples patrão. E, quando já alforriado, Antônio Ferreira de Siqueira.

Aclimatado já na brasílica Terra, com a sua pronúncia arrasada de filho da vasta Província da África Ocidental, passou a relatar as principais ocorrências antigas do Espírito Santo do Sertão. Fazia-o como testemunha ocular, ou através de informações orais que lhe transmitira o próprio fundador.

Era Pai João, livre em sua longínqua e bárbara África. Teve, por igual, na Terra de Pindorama, relativa liberdade. Nunca morou em senzala propriamente dita. Raramente, testemunha muda do martírio de seus companheiros assenzalados ou nos “trancos”, sob o azorregar do feitor cruelíssimo. Morava, sim, em cabana adredemente construída. Jamais lhe aprouve, como repetiria Mestre Rui, “o soturno batucar da melopéia africana entre as palhoças das tristes senzalas da escravaria”. Corria-lhe, provavelmente, algo do sangue de Chico Rei. Mais ainda, de Nicolau, o escravo fiel, que, com o seu amo, o Inconfidente Rezende Costa, bebeu o vinagre acérrimo do degrado.

Conta-se que, em lhe morrendo o “Sinhô” generoso e deixando este dívidas aparentemente insolventes, o longo Pai João, pôs aos ombros suas ferramentas agrárias. Dentre de uma espécie de alforge de couro cru, algumas provisões. E partiu para o mundo largo a fabricar valos e fazer “banquetas”. Anos depois, voltou tangendo um muar envergado com duas canastras cheias de utilidades, inclusive grande quantidade de patacas e cobres. Com essas unidades então monetárias pagou, integralmente, as dívidas daquele, para cuja memória desejava respeito.

Gestos assim de um preto velho, inculto, alienígena, causa espécie, hoje, neste século, em que cada homem, na fila, para

conquistar o bezerro de ouro, não importa em sopesar o seu semelhante! Ao Parnaso preferem adorar a estátua de Aarão.

Era Pai João, além de valeiro, perito em armadilhas e em encastoamento a cipó, além de feitura de rústicas mobílias com este material das plantas sarmentosas.

A gordura de sua predileção era o óleo de amendoim, na falta do afro azeite de “dendê”. Receava fazer-lhe mal a gordura de “Kangulo”.

Nos últimos tempos de sua longa existência, conquanto velhinho, barba e cabelos prateados pelas lágrimas do tempo, ainda afagava a doce esperança de voltar para a sua África indômita. Esperava passar pelo Zaire e beber, depois, água em seu “Quanzá”, visitado pelo falcão do deserto e não muito longe de sua Luanda, que uma esquadra holandesa tomou e uma armada portuguesa retomou. E castigou os régulos indígenas.

Não bebeu, porém, a água suspirada do rio querido, à margem do qual brincou a sua obscura infância e viu bandos selvagens de enormes paquidermes. E, segundo contava, certa vez, um avestruz deglutir grande diamante, que não era, contudo, o “Estrela do Sul”, do romance de Júlio Verne.

Não adoeceu nunca Pai João. Em uma noite fria de inverno, contando cento e oito anos, com o seu inveterado cachimbo à boca, abeirado da lareira, silenciosamente, como sempre viveu, debruçou-se morto. Na Fazenda dos Coqueiros, onde, nas senzalas próximas, escravos mal se refaziam das canseiras torturantes dos eitos, dos engenhos, dos açoites...

E enterrado foi no terceiro cemitério local, em uma vala comum. E, sobre esta, mão piedosa e agradecida plantou, provavelmente, uma cruzinha, enfeitada, talvez, de algumas florzinhas agrestes. Tudo, porém, muito longe do seu inesquecível “Quanzá”!...

MARCELINO “PLACA”

Por volta de 1865, aqui ainda vivia Marcelino “Placa”. Vulto alegre, folgazão, cantador dos chamados “coretos” nas festas de casamentos. Recadeiro inveterado. Portador das mensagens amorosas e sentimentais dos tímidos namorados daqueles tempos românticos à Dama das Camélias era o Marcelino. Apraziam-lhe todas as festas, quando, à maneira do João Nicésio, o “Ximango”, “soltava” foguetes. E, qual o “Manuel Parente”, carregava o bombo da banda de música

do Maestro Vinagre. Isto para fazer jus a um lugar conveniente nas lautas mesas, entre comensais que executavam instrumentos. Sobre ser prestativo e inofensivo, como o “Viola”, da Fernandina, e com ação de presença em todas as funções, era benquisto e popular.

Conta-se que, em uma tarde de festa na roça, após pantagruélico jantar, quando cantava seus “coretos”, recebeu o cutilar do alfange da Morte.

VICENTE MAROCHO

Já octogenário, alquebrado, quase ceifado pelo “arado do tempo”, Vicente Marochó, por volta de 1870, ainda perambulava pelas sertanejas ruas do velho arraial. Não obstante o avançado dos anos e a pobreza, era, como Marcelino, sempre alegre. Popularíssimo, com seu velho cavaquinho em punho a dedilhar nele prístinas toadas evocadoras de sua longínqua infância. Atraía o povo indigente da Arte pura e que se contentava até com a invariável e pitônica arieta de um realejo passadista.

Sua velhice também não o impedia de trabalhar até a sua hora agônica e final. Nunca esmolou, conquanto a miséria lhe rondasse o casebre fincado lá no fim da Rua Boiadeira e cercado de piteiras. Perto de cortiços de marafonas, visitados pela peonada...

Conta-se que, na mocidade, “não corria do rastro do bicho...” E foi, em tempos idos, de trabuco em punho, abrir algumas sepulturas nos sertões de Goiás. Isto, contudo, não impediu que os velhos espírito-santenses, vendo-o regenerado, o benquisessem. Dizia-se sempre milionário de alegria, sem talvez prever que desta, ainda hoje, muitos Cresos, Crysler e um Príncipe do Limo Verde são mendigos...

Quando morreu, teve o seu enterro grande acompanhamento. Todos os acompanhantes, como era então usual, foram de velas acesas em punho, silenciosos, seguindo o esquife humilimo do velhinho. Do “Creso” que, como bens terrenos, deixou um “cavaquinho” emudecido!...

MARIA HONORATA

Velha parteira. Criatura bastante popular, não obstante algo de macabro se lhe vislumbresse na fisionomia. Era até, por muitas pessoas, considerada “macumbeira”. A maneira de Tia Eva, gostava

de contar “casos” aos meninos, nas casas em que, amiúde, pernoitava, nos serões seguidos de vagidos e choro de quem já previa trevas na luz da vida... Temida por algumas crianças, quando, à semelhança da “Piroscia” ou da “Sinhana Lina”, tomava uma atitude de megera ou bruxa, mesmo sem saber ler São Cipriano. Querida por outras, quando se lhes apresentava amável Scherezade a atender aos pedidos de sua irmã Dinazarda. Era para todos uma figura singular.

Já velhinha, alquebrada, nariz adunco, olhos fundos, fisionomia pouco atraente, caduca, passou a rondar o arraial, altas horas da noite, tal como fazia a preta Alfa (alienada), que rondava, em nossos tempos de criança, o cemitério, em seus serões macabros, pondo em fuga as pessoas “acanhadas”...

Já em estado pré-agônico passou dizer-se detentora de um tesouro enterrado no quintal de seu tugúrio, destinado, como póstumo legado, aos pobres.

Finalmente morta, acompanhada de vários espirito-santenses, retornou ao pó. Acompanharam-lhe os despojos diversas pessoas, a cuja aparição ao mundo ela assistira. E não poucas já estavam com o pensamento e os olhos em seu quintal...

TIA BLANDINA

Essa preta velhinha, já quase centenária, vivia sorrindo no meio de seus andrajes e de sua desventura, escrevemos, em “JARDIM DAS OLIVEIRAS”.

Metastásio, como o nosso Raimundo Corrêa, falava da dor que se oculta no sacrário da alma, sem ressumbrar na máscara da face.

Tia Blandina, ao revés do chorão Talaleu, sorria. Entretanto, era portadora de um mal secreto. Seus lábios, posto que molhados no vinagre do sofrimento, contrastavam com a tristeza interior. Seu coração pranteava baixinho, para que os demais infelizes não chorassem em alta voz.

Viveu sempre a nossa velhinha na mais calamitosa miséria, a pedinchar u’a esmola. Habitava u’a choça cercada de piteiras, coberta de sapé. Sem uma leira florida. Sem um cantar de fonte. Sem um gorjeio alegre de pássaro. Sem o crepitar de u’a lareira acesa. Ensombrava esse velho tugúrio, semelhante àquele da popular Salomé, uma antiga figueira, em que, todas as tardes, quando a Sau-

dade mais e mais crepusculava a alma de Tia Blandina, gargalhava um mocho à maneira daquelas aves aziagas de Hoffmann e Poe.

Zombaria a ave agourenta dos andrajos e do infortúnio dessa mãe preta?

Não. Escarnecia, talvez, do estulto orgulho humano, como faria u'a caveira...

Tia Blandina, sabendo-me amigo dos humildes, desde tamaninho, contava-me muitos episódios de sua vida anônima, quando, no sítio de meu pai, fabricava azeite de mamona para lubrificar o engenho de cana e o carro de bois. Remontava ao tempo da escravidão, quando de sua senzala esburacada via seu companheiro açoitado no "tronco". Asseverava-me que, mocinha ainda, em 1853, conduziu, no regaço, por sua vez, sob o comando severo de Frei Francisco, pedras destinadas à edificação do terceiro cemitério local.

Tinha, também, a piedosa missão de, todas as tardes de maio, enfeitar de ciprestes as cruzes das sepulturas esquecidas pelos homens felizes, julgados Faraós... Também de pranto aljofrava as dos escravos, o seu "leito de noivado", para quem o sono começara e "a liberdade o desposou".

Em uma tarde de janeiro, quando as cigarras fretiniam, a ritmar a dança verde das frondes, a nossa velhinha, cansada de peregrinar pelos ouriçados sendais da Vida, expirou, mendiga e só, em misera enxerga. No dia seguinte, em humilde maca, foi para o cemitério que ela, havia muitos anos, ajudara a construir.

E, naquela tarde, o mocho não pousou mais na velha figueira, porém, com alguns urubus, aproximou-se da mísera enxerga...

Obscura Tia Blandina, você, que enfeitava de flores silvestres as brancas cruzes das sepulturas esquecidas, muitas de anônimos escravos sofrendores, não teve, no entanto, quem lhe engrinaldasse a sua, inteiramente deslembada. As pessoas ricas e iludidas com a terrena felicidade, no dia dos mortos, cheias de preconceitos, levam pomposas coroas destinadas aos marmóreos túmulos. Para a sua vala comum, porém, nem olham! Entretanto, eu, boa velhinha, que foi muita vez, minha amável Mãe Maria, em espírito, neste "Jardim das Oliveiras", planto algumas flores votivas de poeta, para lhe evocar o nome obscuro, não se me dando que os afortunados zombem de minha lírica oferenda.

Para completo, agora, de minha homenagem sentimental a você, reverencio-lhe a memória na crônica da Terra, onde, no decorrer de vinte lustros, jamais, Tia Blandina, deram fé de seus andrajos!

TIA EVA

Essa boa velhinha, já nonagenária, eu a evoquei em “A ESTRADA DE DAMASCO”, tentando colorir a paisagem ensombrada de sua vida com algumas gotas da tinta multicolorida da fantasia.

Quando Gaby Reis, a feliz menina-e-moça, evadiu-se dos jardins de sonhos de sua petalina existência em flor, escrevi u’a crônica elegíaca, pranteando a morte da libélula de ouro, que tombou em uma manhã de alacridade.

E, agora, por que eu, mais confidente dos infelizes do que cortejador dos venturosos no fastígio da Vida, não hei de referir-me à esquecida passagem terrenal da humilima Tia Eva?

Quando a conheci, morava ela, já viúva de Modesto Adão Rodrigues, em uma casinha, estilo meio-água, situada na antiga Praça do Cruzeiro Novo. Já estava alquebrada pelo peso de sua cruz e de seus avançados anos, como aquela Tia Micaela, da estória infantil de Júlia Lopes de Almeida. Entretanto, ainda trabalhava. Era de vê-la em seu velho tear a tecer colchas de lã e calças de algodão. Do mesmo algodão de seu longínquo tempo de moça, plantado e colhido pelos escravos do dilatado latifúndio de Francisco Antônio Vilela, ou de José Alves dos Santos. Tinto de anil silvestre, de flores quaresmais.

Foi parteira e exerceu sua profissão favorita até quase sua morte. Comprazia-se com contar estórias e coisas dos velhos tempos de sua mocidade obscura. As crianças e, até aos adultos, que dessa doce irmã de Dinarzada se acercavam, quando dos tranqüilos serões da Casa Grande, em que pernoitava para intervir na hora da chegada de alguém... Quanto a nós mesmo, soube ela orientalizar-nos a alma infantil com as suas estórias fadarescas das “MIL E UMA NOITES”, relatadas no seu linguajar pobre de analfabeta. Enlevava-nos, contudo, quando o califa Hárum-al-Rachid ou as aventuras de Sindbad vinham à baila. Era, também, supersticiosa. Se alguém, em seus braços, nascesse em hora crepuscular e coincidente com o pio gargalhante de u’a coruja, punha-se ela, depois, a rezar, a fazer exorcismos, para evitar a má sorte, pela vida em fora, do recém-nascido. E tivesse uma boa hora de morte dada por NOSSO SENHOR.

Em um quarto fechado, alumiado apenas pela luz frouxa de uma candeia de azeite de mamona, applicava o banho ao fedelho, que chorava por haver nascido.

Rezadeira, dirigia o terço, nas alegres e festivas noites juveninas ao clarão das fogueiras. Também nas funéreas, lacrimosas e penumbrais dos velórios, sob tremulantes círios acesos!

Fora, mocinha ainda, escrava do Ten. José Alves dos Santos, em cuja fazenda assistiu à visita honrosa de Dom Viçoso, Bispo de Mariana. Ali, contava-nos, ouviu a leitura comovedora, feita por Mozeca, de “A CABANA DE PAI TOMÁS”, de Beecher Stowe. Também de “CARLOS MAGNO E OS DOZE PARES DE FRANÇA”, livros, então, favoritos na Casa Grande e até nos patriarcais engenhos do Nordeste, como era “A ESCRAVA ISAURA”, de Bernardo Guimarães.

Da construção, em 1853, do terceiro cemitério local, foi testemunha ocular, bem como do esculturar da velha Imagem de NOSSO SENHOR DOS PASSOS, saída dos cinzeiros de Frei Arcanjo e de Francisco Gorgonhas. Lembrava-se da Revolução de 1842, conhecendo pessoas que desse movimento insurrecional de Santa Luzia tomaram parte. Daí, o presumir-se que o seu nascimento se tenha verificado por volta de 1832.

Às dezesseis horas de treze de março de mil novecentos e vinte e dois, proveniente de “hidropisia”, segundo consta de seu registro de óbito, expirou Tia Eva, em sua casinha estilo meio-água, sempre alumiada que foi pela candeia alimentada do azeite por ela própria fabricado da mamona de sua horta.

À noite, em um catre paupérrimo, ei-la depositada, sob o bruxolear melancólico de duas velas. E velada por algumas pessoas que rezavam o terço para quem tanto rezou e sofreu na vida!

Já disse o orientalista que Zobeida, a formosa esposa de Harul-al-Rachid, era como as rosas do Hebron: Tinha perfume e espinho, o que, aliás, ocorre com quase todas as rosas.

A roseira de Tia Eva, porém, só tinha espinhos!

JONAS MIGUEL DO MONTE CLARO

(O “Cabra Velho”)

Mulato. Velho pedreiro. Sempre a empunhar a sua bengala rústica. Pés descalços. Uma das singulares tradições espírito-santenses.

Conta-se que, em sua afastada mocidade, como na vida pregressa do Gonçalves, do “ERMITÃO DO MUQUÊM”, foi turbulento, valente. Consolava-o o haver sido também Camões. Não lhe custava dar serviço à bengala tosca, a que dava o nome de “pororoca”. Depois, porém, transmudou-se no Ermitão da Abadia do Muquêem em terras de Anhangüera.

Ao dialogar com esse homem da velha guarda, já convertido, vinha-me à tona Zaratustra, o porta-voz da teoria do super-homem de Nietzsche. A errar pelos bosques para discutir com árvores e pedras. A isolar-se a fim de confabular consigo mesmo. Eremita por vocação, a ensinar saber, como que para transformar-se em dissecador e anatomista da alma humana. Aprazia-lhe, como companhia, apenas u'a água, símbolo dos altos vôos do espírito.

Assim era Zaratustra. Assim, para o filósofo alemão, "FALOU ZARATUSTRAS".

Assim, também, parecia ser o "Cabra Velho", depois que encontrou a sua Estrada de Damasco.

Em virtude de sua pobreza franciscana e da escassez de educandários em seu tempo, não pôde cultivar a sua impressionante inteligência. Nem amearhar saber. Se o houvesse feito, certamente teria atingido às culminâncias de sapiência de um Dom Silvério Gomes Pimenta, de um Tobias Barreto de Menezes, de um Juliano Moreira, de um Teodoro Sampaio, de um José do Patrocínio e de outros mulatos de gênio como ele.

Dotado de memória privilegiada, era conhecedor profundo de Geografia Geral e de História da Civilização. Dele, neste campo, recebemos, em nossa adolescência, proveitosas lições. Ao descrever as guerras antigas, como, por exemplo, as PÚNICAS, imitava até os gestos dos guerreiros, lutando com as chamadas armas brancas. Ainda estamos vendo Aníbal, depois de vencedor em triunfantes batalhas, abandonado, porém, pela fortuna, a engalfinhar-se, encarniçadamente, com Cipião, em Zama, onde o célebre general cartaginês encontrou a derrota.

Dos principais acontecimentos do pretérito espírito-santense era sabedor absoluto, dos quais pôde, assim, relatar-nos grande parte.

Testifica a sua camoniana memória de prodígio, dentre tantos, o seguinte fato: lera ele, na fazenda do latinista Leopoldo Junqueira Vilela, fazia meio século, o notável romance "OS MISÉRÁVEIS". E nós, apenas um mês fazia. Entretanto, com muito mais detalhe, relatou o "Cabra Velho" os episódios marcantes do grande romance social de Vitor Hugo. Dele memorizou longos trechos. Desfilavam, na tela de sua memória, todos os personagens: Jean Valjean, o Bispo Myriel, Cosetta, Javert, Gavroche. Como proletário, impressionava-se com o castigo desumano dado a Valjean, pelo simples roubo de um pão para matar a fome de familiares.

Desprendido das coisas passageiras da vida, do terrenal, fez profissão de pobreza, como um monge de Subiáco. Sempre dizia: “Nada trouxe, nada levarei na Grande Viagem irreversível”.

Tinha reflexões profundas à margem da Vida. De filósofo, pensador. Vidente. Observador.

Como músico, integrou a corporação musical do maestro João da Costa Vinagre, no fim do século passado. Tocava baixo e recebeu lições do insigne musicólogo João da Mata, preto, que, em trajes de arrieiro, por aqui passou algumas vezes.

Era-lhe pai Francisco Miguel da Silva, honrado capataz, a chefiar, com a sua aventura, comitivas transportadoras de boiadas pelos “chapadões do bugre” do Brasil grande. Sua mãe — Joaquina Guilhermina das Dores — de tão humilde que era, se comprazia, como Tia Blandina, em fabricar azeite de mamona, no terreiro da Casa Grande...

Nasceu o “Cabra Velho” aqui a 12 de agosto de 1872. Já nonagenário, faleceu a 5 de março de 1963. Quase solitário, em um casebre, que ainda não era seu! Apenas u’a sobrinha, a sua Verônica, lhe velou a agonia. Enxugou-lhe o derradeiro suor!

Como Mozart, em uma vala rasa, num caixão de quarta classe, foi sepultado no atual cemitério da Terra em que viveu nove decênios o antigo Gonçalo e, depois, convertido Ermitão.

E, como Zaratustra, passou, efetivamente, a contemplar o vôo da águia. Vôo bem mais alto do que as coisas pequeninas do contingente, do efêmero.

SALOMÃO SCHAID

Aqui viveu, nos longes de 1860, o libanez Salomão Schaid. Nasceu em Gebael, à beira do mar. Não muito distante do Nahr Ibraim, em cuja margem, já prelibando, em sonho, a fortuna, brincou a sua infância pobre.

Antes de a Coqueiral aportar, viajou por longínquas terras do Oriente, na companhia de mercadores árabes e persas, na perseguição de dinares.

No velho Espírito Santo dos Coqueiros, hoje, Coqueiral, à Rua Pedro Botelho, onde, mais tarde, patrícios seus, como João Felipe e outros, também mercadejaram, descansou Salomão Shaid o seu baú. E se estabeleceu com um pequenino bazar, à porta do qual se assentava e oferecia os seus artigos.

Às tardes, somando as suas férias, que não iam além de min-guadas patacas, entreteinha as pessoas que se lhe acercavam do quios-que. Fazia-o com deliciosas narrações de sua Terra distante. Das suas aventuras e viagens pelo Oriente, em tardos camelos. Asseme-lhava-se à sultana Scherezade, nas “MIL E UMA NOITES”, a entreter o velho soberano Shariar. Eram suas narrações atraentes, não obstan-te o linguajar a'garaviado do narrador.

Narrativas dos episódios marcantes de sua vida aventureira de nômade pelas bizarras terras da Asia e, até, da África.

O rio sagrado dos egípcios, os areais do Continente Negro, as planícies da Mesopotânia, as regiões mais famosas da Arábia e da Pérsia, suavizadas, às vezes, pela frescura verde de uma cerejeira em flor, ou as escaldadas pelo fogo dos areais do Deserto, conhecia, *in loco*, o patricio de Tahan-El-Din. E, com a paciência do velho cheik Abud-Zeid do tempo do pachá El-Hamadhani, falava de seus tempos de antigo beduíno e mercador errante pelo mundo árabe, montado, com seus companheiros, em monótonos camelos, rumo à Bassorá e à fabulosa Bagdad dos califas poderosos. Errou pelas pla-nícies, “onde pastaram os rebanhos errantes de Abraão”. “Pelos planaltos povoados de lobos”, por onde “passaram os came'os de Eliezer” e José, vendido aos mercadores. “Nas areias morenas, onde choraram os profetas de Israel, anunciando a queda dos impérios.” “Nos lugares santos”, por onde peregrinou um Rei, que, não obstan-te SENHOR de todas as coisas, Se comprazia com o convívio de humil-des pastores, que levavam suas ovelhas a pascer nas encostas do Tabor, a beber das águas do Jordão. Perambulou nos lugares por onde passaram as caravanas da miséria. Que pernoitavam em caravançarás ou em choças imundas, entre cabras. E, ainda, afron-tadas pelo séquito dos reis persas, em elefantes com arreamentos de púrpura, no fastígio de sua realeza e de sua fogofatuana glória terrena.

Se poeta fosse o nosso libanez, como aquele Príncipe Aislan, filho del Rey Rumazan e da Rainha Schamsenhar, haveria de, por certo, exaltar todo o lirismo primaveril, toda a beleza ressurrecional que seus olhos viram. Seriam decantadas as rosas vermelhas de Damasco, de Zabulon, de Ocaz, do Hebron. Os bogaris de Bagdad. Os cravos de Jericó. Os lilazes e as acácias dos jardins do Irã. As açucenas marginais do Eufrates. Os perfumes e a magia floral de Ispaan. Os sând'a'os de Oman. Os lírios da Palestina. Os perfumes e as resinas do seu Libano dos cedros milenares e gigantescos. Dos bosques, onde a codorniz se ocultava entre relvas, para o teste do caçador paciente.

Em suma, não lhe interessavam as maravilhosas maravilhas criadas pelo POETA DIVINO, para serem cantadas e decantadas pelos poetas da Terra. Gostava muito mais do ouro do que das rosas. Era-lhe muito mais aprazente o tinir das moedas do que o canto romântico do andalib. Ou do rouxinol, à noite. Da cotovia a festejar, com um canto de ressurreição, a alvorada. Era-lhe indiferente o romantismo das tamareiras visitadas pela Seresteira do Azul. Seus antepassados fenícios, para o comércio, foram os primeiros a singrar os mares e a contar a primeira moeda.

Deixaria exangue e tuberculoso o menino filho de camponeses pobres e moradores próximos a um velho Castelo da Polônia. Açoitado que foi pelo chefe dos criados, barbaramente, pelo “crime de adorar a música divina” e transformar-se no violinista encantado do conto famoso de Sienkiwicz. Do mesmo modo, como o Micado Daigo, deixaria morrer Narihira, nascido às margens do lago fadresco Tega-Numa e o mais afamado fautista do Yamoto.

Do velho arraial era também aprazente ouvir Salomão Schaid relatar episódios, mais tarde, arcoirizados pelas tintas multicolores da fantasia do historiador local.

Relatados, sob a quietude bucólica das sertanejas terras espírito-santenses, eventos de sua vida, desta Terra e da de seu berço, no dia seguinte, muito cedo ainda, reabria seu minúsculo bazar. Reabria-o, e convidava qualquer transeunte da Rua Pedro Botelho a lhe comprar um sabonete, um lenço, uma estampa da Terra Santa. Por fim, o lucro infimo que lhe auferia o bazarzinho não mais lhe bastava à subsistência.

Cansado do seu melancólico e já quase inútil pregão, sempre repetido à maneira de pitônico realejo, caiu o velho libanez irremediavelmente enfermo.

No seu delírio febril, transformou-se, de chofre, no maior mercador das feiras livres de Bagdad. Proclamava-se dono de dezenas de camelos carregados de luxuosas tapeçarias e damascos. De elefantes reais ajaezados de púrpuras.

Dizia-se o Califa Mansur, com o seu harém regurgitante das mais sedutoras mulheres da Terra, mandadas pe'os xeques dos seus seralhos. Convidava amigos para opíparos banquetes, com faisões dourados e codornizes dos bosques do seu Líbano. Peixes de Smirna e figos de Damasco. Frutas das cerejeiras encontradiças à margem do Mar Amarelo. Carne de ovelhas que bebiam no Jordão.

Já era o poderoso Califa Harum-al-Rachid, com todas as suas mulheres embriagadoras, toucadas das mais ricas jóias de Ofir. Ou Al-Motassim, com seus vizires, seus cádis, suas riquezas nababescas.

Morto, entretanto, deixou bem longe da Terra que o berço lhe deu, um báculo, um baú vazio e um púcaro quebrado...

Morreu tão pobre quanto Abud Fald, antigo mercador em Hins-Keifa, desastrosamente, roubado pelos ladrões do Deserto. Como um indigente que esmolava nas feiras de Chiraz.

O homem, que tinha tantos tapetes, peles, damascos e púrpuras para vender nas feiras da fabulosa cidade dos Califas — Bagdad — foi, entretanto, enterrado em uma vala comum do velho cemitério do Espírito Santo dos Coqueiros. E apenas envolvido em u'a mortalha improvisada e adquirida, graças a uma subscrição pública!...

XXXV

BENEMÉRITOS DO LUGAR

Das figuras beneméritas, tutelares e antigas do lugar, de há muito arrastadas pelo vendaval da Morte, vamos cingir-nos, em ligeiros traços, a algumas.

TENENTE JOSÉ ALVES DOS SANTOS

Era casado com D. Ana Alves. Ocupa lugar de proeminência na galeria dos beneméritos locais.

Como já sabemos, foi proprietário da grande fazenda da Cachocira de Baixo, com sede em terras, hoje, pertencentes a sucessores de Olímpio Lasmar. Adquiriu-a — o tenente — de João Quirino Rosa, de quem fora simples feitor. Custou-lhe seis contos de réis (46).

Essa fazenda, que ocupava u'a área aproximada de dois mil e oitocentos hectares, era das mais bem organizadas daqueles remotos tempos. Possuía engenho de cana-de-açúcar e de serra. Moinho de fubá, olaria e fábrica de azeite, que era vendido em São João del-Rei e, até, no Rio de Janeiro, transportado em tropas. Fez o

(46) Inclusive, ainda, o aluguel de 44 escravos durante 4 anos, aliás, o prazo concedido para o pagamento do imóvel, feito todo em cobre, enviado em carro de bois para São Sebastião da Ventania (hoje, Alpinópolis), onde João Quirino Rosa passou, em 1830, a residir.

tenente construir ali o Paiol do Dízimo. Várias senzalas para escravos. U'a Ermida, onde, à hora cismativa do "Angelus", era rezado o terço, de vez que o austero fazendeiro e seus familiares, genuflexos, não se esqueciam de confidenciar com o SENHOR DAS LUZES. Para cles, o EVANGELHO DE CRISTO, o EVANGELHO DO AMOR, nunca poderia ser substituído pelo Código Penal.

A sede da fazenda era constituída de um casarão, estilo colonial, com vasta varanda, à maneira mesmo daquelas da Casa Grande e Senzala do Nordeste, do ciclo canavieiro, dos velhos e pitorescos engenhos. Nela, Mozeca, comovidamente, lia aos familiares "A Cabana de Pai Tomás" e o soturno Tomás de Kempis. Contava, ainda, "casos" encantados e coisas do glorioso Caraça, do Seminário de Mariana, onde, para honra sua, foi condiscípulo de Dom Silvério Gomes Pimenta. De onde, contudo, não tinha saudade de suas melancólicas horas crepusculares, cismadas à margem taciturna do Ribeirão do Carmo, da veneranda cidade episcopal.

No amplo terraço da fazenda, próximo ao monjolo e a um "bangüê", existia um vasto galpão, onde as escravas faziam farinha, queijos e praticavam outros serviços domésticos. Tudo numa faina ruidosa, a fazer coro com o marulhar da grande roda d'água do engenho de serrar as grandes toras de madeira recém-trazidas das matas de cultura. Outras escravas fabricavam azeite de mamona. Teciam, nos velhos teares, paletós de lã dos carneiros ali criados. Calças de algodão produzido na própria fazenda, enquanto os escravos, no engenho de cana, fabricavam a rapadura ou o açúcar de forma. Os vaqueiros, nos pastos e capoeiras, a tanger as manadas mugidoras, rumo ao curral. Na mesma faina alvoroçada, alegre, sadia, trescalando um cheiro gostoso de fruta do mato.

Era o latifúndio do Ten. José Alves dos Santos um verdadeiro asilo e albergue dos deserdados da sorte. Viúvas pobres, velhos sem arrimo, inválidos, todos nela encontravam carinhoso abrigo.

Conquanto fosse homem de pouquíssimas letras, não desprezava a instrução. Pelo retrato que dele nos dão descendentes seus, era homem de pequena estatura. Usava cavanhaque. Barbeava-se à moda da Regência, tal como o Chaves, o moço de Dores da Boa Esperança, magistralmente radiografado por Passos Maia. Preferia um cavallinho castanho modestamente selado, tangido por grande relho. Usava, quase sempre, calça de algodão e paletó de lã, ali tecido pela velha Justina, no tear postado a um canto do galpão. Era enérgico, aflito, apressado, correto, de fibra inamolgável, como, aliás, o era a maioria dos varões do seu tempo, quando, de fato, o fio de barba era documento incontestável. Fez, por isto, jus ao respeito e à gratidão do povo que o convidava para todas as funções e festas, nas

quais era figura central, destacada. Os seus demais feitos concernentes a obras pias, como construção e reconstrução de templos católicos, já foram sumariados folhas volvidas.

Conta-nos seu bisneto José Barbosa de Oliveira Neto que, todas as Sextas-Feiras da Paixão, o Ten. José Alves dos Santos impunha o jejum a todos os seus familiares e escravos. Depois, fazia servir a todos, sem distinção, lauta mesa de variados pratos. Após essa mesa na grande e patriarcal varanda, era rezado o terço. Finalmente, a partir do meio dia, iam às roças para o início das fartas colheitas de cereais.

A seu convite, certa vez, o virtuoso Bispo de Mariana — Dom Viçoso — permaneceu, em sua fazenda, alguns dias, fazendo ali uma verdadeira obra apostolar e de catequese, sobretudo, junto aos escravos.

Conta-se, ainda, que violento fogo, que, de longe, tudo vinha devorando, ao se aproximar da fazenda do tenente, onde se encontrava o virtuoso prelado, mediante u'a simples súplica deste, desapareceu, apagando-se as chamas, como que por milagre.

A morte do tenente, verificada por volta de 1872, foi profundamente sentida. Seu sepultamento, no terceiro cemitério local, foi acompanhado quase pela totalidade da população espírito-santense, que rendeu sua reverência agradecida a seu benfeitor.

Homem de vontade férrea, em suma. Homem de Santo Agostinho: "*Homini sunt voluntates.*"

De simples feitor de João Quirino Rosa passou a proprietário de uma das maiores fazendas daqueles remansosos tempos, sem prejuízo da farta messe de benefícios que prodigalizou. Provavelmente, o VINDIMEIRO DIVINO, lhe multiplicou a seara aqui na Terra e de luzes lhe clarificou a Vindima lá no Alto.

MANUEL CARLOS DE SOUZA E OLIVEIRA

Nasceu na Ilha de São Miguel, da velha Terra, primitivamente, sob a jurisdição dos antigos íberos e Celtas, cujos Almirantes, séculos volvidos, lançaram suas naus aventureiras "aos mares nunca dantes navegados", nas descobertas civilizadoras. Não obstante, aqui, neste brasílico e estranho rincão, praticou atos de louvável benemerência, sobretudo, pertinentes às causas e às coisas da Igreja. Desta frenteou diversas reformas. Doou-lhe bellissimo cálice de ouro e, diversas vezes, ricas alfaias. Um dos sinos ainda existentes. O portão de ferro do terceiro cemitério foi, também, doação sua. Teve destaque na feitura e ereção do majestoso Cruzeiro da atual

Praça 7 de Setembro. Patrocinou, moral e financeiramente, a ordenação de seu irmão, Pe. João Batista de Sousa, no Seminário de Mariana.

Fora, no começo de sua vida, encadernador de livros em Lisboa, quando, adolescente ainda, lhe caiu — contava — às mãos, para encadernação, um antigo volume de D. Duarte, el Rey Saudade. Aqui, protegido, no início, pelo Ten. José Alves dos Santos, com economia, método e trabalho, fez fortuna. Iniciando-se no comércio, estabeleceu-se no velho casarão comprido da Praça da Matriz. Continuou, depois, na velha Casa de Instrução. Finalmente, em um prédio, situado no local em que, hoje, se situa a residência de Dr. Paulo Ferraz. O quintal de tal prédio e de outro, atualmente, de sucessores de Joaquim Borges de Figueiredo, formava o seu, todo docemente ensombrado de arvoredos. U'a miniatura das pitorescas herdades portuguesas.

Era Manuel Carlos monarquista, de maneiras à velha fidalguia lusitana. Sistemático, casmurro e franco, às vezes, até em excesso. Com o seu acentuado sotaque de ilhoto, dizia recordar-se, com comovida saudade, da Ilha "qu'rida" de sua infância, das lépidas aldeãs. Da quietude geórgica das quintas e herdades minhotas, de trigais e vinhedos, onde, como no Reino, o poeta, vendo as raparigas de aventais e braceletes de flores, cantava:

"Ó virgens, que passais ao sol poente

Pelas estradas ermas a cantar!"

Relatava, comovidamente, a odisséia de sua vinda para o Brasil. A sua despedida (de moço muito pobre) do berço. A sua chegada aventureira e quase humilhante no Brasil.

Conquanto desejasse, naturalmente, ser sepultado em um cemitério aldeão da distante e inesquecível Fayal de Nossa Senhora, aqui o foi neste recanto da Terra de Santa Cruz. Não teve, pois, u'a cotovia para, ao amanhecer, sonORIZAR o salgueiro de sua sepultura. Nem o canto do rouxinol às tardes. Nem as florzinhas inocentes da moleirinha, em seu jumentinho, que o lírico imenso de "OS SIMPLES" imortalizou.

Seja, pelo menos, lembrado pelo cronista local, ao realçar-lhe as benemerências.

* * *

Ainda em homenagem a esse ilhoto, que iniciou u'a aventura imigratória idêntica, passo a transcrever a crônica "MEU PORTUGAL",

de uma série com que acompanhei a excursão do Prof. Alberto Deodato, através de “NOVA IORQUE, PARIS E MAROIM”:

— A genealogia do Prof. Alberto Deodato, como a nossa, sugeriu-lhe sempre o ardente desejo de conhecer, *in loco*, Portugal, a quem deu o nome afetoso de “MEU PORTUGAL.”

Ei-lo, pois, de Madrid, num expresso à procura de melhores ares. Melhores condimentos para o estômago. Melhores cheiros. E, ao atravessar a fronteira espanhola, repete a frase do Jacinto, que Eça de Queiroz, perpetuou em “A CIDADE E AS SERRAS”:

— Como cheira bem Portugal!

Nado o sol, já em Lisboa, dá entrada no secular “Hotel Borges”, na Rua Garret.

Abre-se-lhe, ali, a alma para a vida. O coração, para a ternura. A imaginação, para o passado.

Hospeda-se, exatamente, no Hotel em que residiram vários personagens do autor de “OS MAIAS”, tão lido e relido por ele, com Ribeiro Couto, na Pensão da Lapa, no Rio, meio século volvido, quando ambos estudantes.

Da janela do Hotel revia, pelos olhos da recordação, tipos imperecíveis do inolvidável romancista de Póvoa de Varzim: Carlos da Maia, Acácio, Pacheco, Jacinto. A Titi, graças a quem o autor de “A RELÍQUIA” deveu uma viagem à Terra Santa. Todos, Chiado acima, iam visitar o turista contemplativo. Até Damasco Salcede, ziguezagueando, asmiando pela Rua Direita acima. Mais ainda, o cientista alemão, Dr. Topsisius, numa sentença grave de sábio egptólogo, como o nosso Evelton Ralph, a lhe dar a idade geológica das Múrias...

Imaginação voltada para o País das Pirâmides, ouve a voz de um criado do Hotel:

— V. Exa. não almoçou.

Supunha estar frente a um contínuo da Câmara dos Deputados do Brasil, quando constatou ser um “garçon” português.

— Pois, pois, venha almoçar.

Agradece-lhe o hóspede, que tinha almoço apazado no Restaurante “Julio das Miombas”, de D. Estefânia, onde se come o melhor peixe de Portugal. Fresquinho e recém-chegado dos poveiros de Nazaré, ou das costas de Lisboa.

Depois, na Parreirinha da Alfama, onde saboreia o afamado bacalhau, ou carapaus fritos no azeite novinho das oliveiras adjacentes.

Ali, como o Mouraria, o bairro sonoro do fadista, comeu o peixe apct'oso, recém-saído da panela fervente, regado a vinho roxo-cardinalício das frescas vinhas do Minho. E, ao som merencóreo do fado sentido de Helena Cardoso, envolta em seu chale preto. Ao gemer das guitarras dolentes, com o coro das alo'ias do Além Tejo. A romântica e universitária Coimbra presente na terna melodia, a despertar, na alma sensível do professor, uma saudade muito lírica da brasílica pátria longínqua.

O fado português desperta no coração a mesma saudade provocada pela modinha brasileira, cantada em uma noite de plenilúnio, para a "comunhão do poeta", para "a eucaristia da Beleza"!

Em visitas a pequenas vilas portuguesas pôde o Prof. Deodato constatar a perfeita identidade de costumes, alma, expressão, língua. Unidade completa.

Em Colares, vilarejo próximo a Lisboa, em visita domingueira, deparou simplicidades ingênuas e aldeãs. Na pequena praça, uma igreja sem torres, com "um sino no oitão". Um boteco cheio de camponeses. Num coreto, uma charanga executando dobrados alegres. Ao lado, um leilão de prendas, com o leiloeiro bigodudo a apregoar no seu linguajar característico.

Em Cintra, pouco além do Estoril, deliciou-se com as famosas queijadas, igualzinhas às que devorava, quando tamaninho, em Maroim, tiradas do taboleiro da pacífica Sinhana. Sentiu, mais ainda, quanto Portugal se identifica com o Brasil.

Adentrando-se nos Jerônimos, em Lisboa, foi como se estivesse nos penetrais de um templo, ante um sacrário. Ajoelhou-se, experimentando inédito sentimento: De indefinido orgulho de nossa Raça. Depararam-se-lhe à frente os dois Esquifes, em mármore e reverenciados: De Vasco da Gama e de Camões. Efetivamente, "os criadores da Raça e da Língua". "Os construtores de duas eternidades".

Da velha Pátria do desditoso cantor eterno dos "Lusiadas" herdamos da língua, "essa tuba de alto clangor, que tem o tom e o silvo da procela". Arranca-se ali das guitarras a nostalgia de um fado queixoso. Aqui choramos, sorrindo, liricamente, a nossa saudade.

No velho Mosteiro de Nossa Senhora do Belém repousam, também, as cinzas de João de Deus, de Alexandre Herculano, de Guerra Junqueiro e de outros vultos desafiadores dos séculos.

De volta ao Tejo, visionando a Torre de Belém, um dos mais belos e recordativos monumentos do Século XIV, o venerando professor brasileiro voltou-se, todo, para o passado. Reviu, certamente, com os olhos da alma, desde a manhã histórica de 1500: “Velas brancas, tarjadas da Cruz de Malta”, partindo “para mares desconhecidos, em busca de mundos novos”. E desapareceram nos longos do oceano largo, eterno... E aprofundam na Terra de Pindorama. Nas “alvas praias ensombradas de coqueiros”.

* * *

Finalmente, o retorno ao Brasil. No mesmo navio, mais de uma centena de imigrantes portugueses.

A cena de embarque, observada pelo professor, era tocante. Simples camponeses procedentes das províncias afastadas. Deixavam, saudosamente, as aldeias, cheias de adoráveis recordações, porém não mais lhes bastavam à sobrevivência, diante das proles aumentadas. Embalde, já no fim do inverno rigoroso, passaram a lhes acenar as cerejeiras floridas, com a chegada da Primavera. Era tarde, porque a decisão irrevogável já estava tomada.

No cais do Tejo, empunhando as suas bagagens pobres, despedem-se dos parentes que ficavam. Dos amigos. Das noivas. Todos consternados. Os mais tristes abraços, até então, vistos pelo professor.

E o navio deixando o cais. Tejo afora, adentra-se no oceano sem fim. Ao acenar de lenços escarlates dos que ficavam e dos que se iam, no do'orido adeus!

No oceano, gaivotas, asas tremulando em vôo ondulante e lento, eram como que também lenços, agora, brancos, a reprisar o adeus.

Terminando a aventureira viagem, a descida das escadas, no cais do Rio de Janeiro. A ameaça desumana do fiscal aduaneiro.

Para revistar, onerar, gravar aquela pobre bagagem?! Algumas garrafas de azeite das oliveiras do Minho. Um bauzinho com alguns lenços de Alcobaça. Um cobertor de lã que a Maria, carinhosamente, tecceu, temendo o inverno do Brasil.

Os pobres e indefesos imigrantes, sob o céu estranho, olham e sentem aquilo tudo. Choram em surdina. Temem pelo malogro da incerta tentativa, tão distante da Terra “qu'rida” que o berço lhes

deu. Os moços, também o pranto surdinando, recordam-se das noivas, certamente, já de volta às aldeias natais, naquela hora da aproximação das sombras. E de tristezas crepusculares. E, em uma igrejainha pensativa, aldeã mesmo, a se ajoelharem ante os pés de Nossa Senhora da Saudade!...

* * *

ANTÔNIO BATISTA DE FIGUEIREDO (pai)

Esse filho do Cap. Antônio Pedro de Figueiredo e de D. Urbana Figueiredo, primou pela bondade, pela prudência e pela prática da Caridade. Numerosos lhe foram os atos de benemerência. Era essencialmente caridoso. Consagrado à prática diuturna do Bem. Sabia que somente a Caridade salva, redime, sublima, imortaliza, santifica. Ela “é sofredora, benigna”. A religião sem ela é hipócrita. É falsa. É farisaica. A legião benfazeja dos seus apóstolos, como o próprio Mestre Divino, mostra o Caminho, a Luz, a Verdade, a Vida.

Para os seus beneficiários, transforma-se na grande Seara plena da sagrada messe dos miraculosos trigais do Vindimeiro Divino.

E Antônio Batista de Figueiredo, era um praticante da maior das Virtudes Teológicas. Daí a sua inclusão neste livrinho.

Para a sua fazenda dos “Pinheiros” acorriam, diariamente, os lázaros da sorte. E eram todos, dentro do possível, socorridos, voltando com seus farnéis recheados, ou com sua fome satisfeita. (47)

Por isto mesmo, o SENHOR DOS MUNDOS, que sempre abençoa os vicentinos e cruzados da Virtude por excelência, altanada pelo Apóstolo das gentes, lhe multiplicou os celeiros e as arcas dadas.

Ainda hoje, do querido benfeitor inúmeros exemplos e feitos meritórios ainda são lembrados.

(47) A pitoresca fazenda dos “Pinheiros”, com seu engenho de cana, seus muros enfeitados de lindas saborosas, seu opulento rego d’água, deixando-se nadar por patos grasnadores, o seu vasto quintal ensombrado por pessegueiros frutíferos, muito atraía a nossa meninice. Em lá chegando, a nossa mira não se desviava de D. Candinha (viúva de Antônio B. Figueiredo), à espera de um convite para visitar o quintal... A grande roda d’água do engenho, o bugiar de suas moendas, a garapa apetitosa, o cheiro do melado em ebulição nas tachas, o aboiado dos campeiros, o cantarolar dos carros de bois, tudo nos eram outros atrativos.

Por tudo, a sua morte, ocorrida há muitos anos, foi profundamente sentida pelo nosso povo, que, quase em massa, o acompanhou até a morada derradeira.

* * *

FRANCISCO ANTÔNIO VILELA

Embora não tenha sido um benemérito na exata acepção da palavra, merece um lugar, aqui, na galeria dos que o foram.

Destacou-se, sobretudo, pela importância que teve em seu tempo. Era proprietário do amplo latifúndio, que, partindo do Ribeirão São Pedro, ia à margem esquerda do Rio Grande. Igualmente, partindo do Córrego do Bom Jardim (hoje, do João Borges), ia às Inhumas. Era-lhe sede, modificada, a atual residência do Farm. José Chaves de Figueiredo. Para movimentar tão dilatada fazenda, dispunha de grande número de escravos, que, exceção do infortunado Rufino, eram tratados com relativa solidariedade cristã, pelo “Sinhô”. Nem sempre, porém, pela “Sinhá”!

Concorria Francisco Antônio, destacadamente, para as festas religiosas, de cujas listas de donativos era, quase sempre, o maior subscritor. Sua casa no arraial, situada no local em que, hoje, se situa o prédio de sucessores de Jorge Pedro Naime, era muito freqüentada aos domingos e dias festivos, especialmente pelos fazendeiros e chefes políticos locais. Conta-se que o Dr. Lamounier Godofredo, aqui, de passagem para Três Pontas, em propaganda republicana, parou com esses chefes, cujas opiniões, na maioria, eram contrárias à cruzada do visitante, embora o descontentamento ainda recente, provocado pela abolição dos escravos.

Movimentado era o engenho de cana de Francisco Antônio. A sua fazenda trabalhada por grande número de escravos. Por intermédio de Francisco Miguel da Silva, seu capataz de confiança, comprava, a cinco mil réis por cabeça e, às vezes, por menos ainda, nos sertões de Goiás, Mato Grosso, inclusive nas fronteiras do Paraguai, grande quantidade de bois, que, posteriormente, eram vendidos em Santa Cruz.

Francisco Antônio Vilela e sua esposa Dorotéia Placedina Vilela, (filha do Cap. Boaventura Tomás Vilela) foram sepultados no terceiro cemitério local, onde existia o túmulo da família.

* * *

Em 1874, o historiador Bernardo Saturnino da Veiga, referindo-se aos benfeitores espírito-santenses, José Alves dos Santos, Boaventura Tomás Vilela e outros, teve as seguintes palavras:

“Possa a lembrança saudosa de seus nomes beneméritos estimular, no coração dos homens, atos igualmente caridosos e dignos da memória.”

Eis o que, igualmente, desejamos da lembrança dos varões da velha guarda, cujos nomes benqueridos acabamos de evocar na mais agradecida reverência.

XXXVI

ESPÍRITO SANTO DOS COQUEIROS EM 1874

Por volta desse ano, esta Terra apresentava todas as características de uma aldeia. Densas florestas multisseculares ainda tomavam grande parte de suas áreas, hoje, ocupadas por elegantes prédios residenciais.

No decurso de sessenta e quatro anos muito pouco evoluiu. A moldura urbanística em 1874 não nos parece muito diferente daquela de 1810, desenhada pelo escritor-historiador Basileu Toledo França:

“Quando chegou a segunda década de 1800, a vida tinha-se concentrado no campo e *Divino Espírito Santo dos Coqueiros* era ainda um santuário paupérrimo no cerrado. Algumas casas imitando largo à sua volta, onde os senhores iam festejar santos de sua devoção. Especialmente o Divino, padroeiro do lugar e tradicionalmente comemorado nas Gerais. Os interesses maiores da população, entretanto, continuavam nas propriedades agrícolas. Família. Riqueza. Trabalho.”

Esse quadro se observava apenas quatro anos após a doação do patrimônio (1806).

Em 1874, a antiga e chamada “Rua dos Porcos”, hoje, Ten. Antônio João e suas adjacências eram tomadas por espesso matagal, até o Córrego da Olaria, onde bandos de marrecos e patos selvagens brincavam de remar ao lado de garças brancas e róseas.

A antiga Casa Paroquial, estilo colonial, situada no lugar da hoje residência do Farm. Antônio Figueiredo, foi construída com madeira de lei e tirada no próprio local. Ali, não poucas vezes, o Pe. Rozendo rezou o seu Breviário e o sacristão Antônio Rodrigues de Sousa saiu com as brasas para o turíbulo. Assim, o casarão comprido da Praça da Matriz, à maneira de senzala, pertencente aos Flauzinos antigos do Belém. Nele, além de outros, moravam, há mais de um século, as célebres paneleiras, descendentes de índios. Com chinesiana perícia, moldavam elas as suas ânforas de barro extraído do lugar da atual olaria de Geraldo A. Vilela. As ânforas não eram como aquele púcaro do pastor vestido de pele de cabra — Allahur-Akbar — que, no Deserto, matou a sede de Harum-al-Raschid, o poderoso Califa de Bagdad. Porém eram para ser vendidas a um vintém cada, cujo produto se destinava à sobrevivência pobre das artífices...

No casarão morava, também, um índio catequizado, curandeiro, que se ocupava do fabrico de produto taquaril. Segundo me dizia o Prof. Juca, conhecia o silvícola u'a raiz de infalível eficiência na cura da epilepsia, tendo, contudo, levado para o túmulo, o segredo de sua milagrosa terapêutica. Ali morou, ainda, de início, Manoel Carlos de Oliveira e Sousa, recém-vindo de sua "qu'rida" Ilha de São Miguel. Residiu um velho sir'io Ibrahim Elias, antecessor de Salomão Schaid, também antigo mascate, conhecedor de todo o mundo árabe, até o deserto de Hakjin, onde Mohammed tomara banho dezoito anos antes de vender a um orientalista brasileiro, "barato pra senhor ficar freguês de turco", os originais de um livro de contos do Oriente, que diz'a ter escrito...

As ruas, à noite, eram escuras e desertas, com exceção da antiga Rua Boiadeira, onde havia reboliço, provocado, quase sempre, pelos boiadeiros e tropeiros, nos cortiços do cancanear e da patuscada.

A maioria das casas era iluminada com candeias alimentadas com o azeite de mamona fabricada, na mor parte, no engenho próprio de Antônio Miguel Alves.

Muita gente supersticiosa acreditava em assombrações. Em lugares mal-assombrados. Em almas do outro mundo e quejandos.

Dentre muitos espantalhos dos medrosos, contava-se que, altas horas da noite, emergia da porta principal da Igreja Matriz u'a moça vestida de branco, engomada, de mortalha, de estranha fisionomia, a percorrer o arraial. A "rumorejar a sua mensagem de desespero", tendo por ponto terminal da sua missão macabra o portão do cemitério, onde o natural fenômeno químico do fogo fátuo punha em pânico as pessoas medrosas.

Na quaresma, então, as chamadas coisas do outro mundo se multiplicavam. O próprio Aristides Alves Ferreira, (48) acreditava em aparições fantásticas. Contava-nos que, há muitos anos, na chamada “Cruz do Pedro”, defrontou-se com um homem-fantasma, de proporções descomunais, que se pôs a olhá-lo de soslaio, macabramente. Experimentou, então, com a indesejada figura, um verdadeiro *frisson*. O seu arrepio medular, dizia, se repetiu quando, na qualidade de sacristão, indo, avançadas horas da noite, atijar, a sós, as velas veladoras do esquife de “Mariana Gorda”, a horrenda defunta, depositada na Igreja Matriz, ao resvalo do sopesar do sacristão sobre a porta em que jazia a morta disforme, esta estremeceu, desferindo, ainda, estranho gargarejo, como que gargalhando sardonicamente...

O cafuzo Modesto Adão Rodrigues, marido de Tia Eva, apesar de ser muito velho e prescrito o seu crime de desobediência no Paraíso, foi, segundo contava, castigado ainda com a aparição do demônio. Certa vez, dizia, saindo de casa pouco depois da meia noite, para ir avisar parentes de uma pessoa que morrera no arraial, foi, na Machambomba, assaltado por horripilante bode preto a soltar chamas pelo corpo todo, desaparecendo, em seguida, em direção à cruz ali existente e a um “hangüê” de defunto...

Havia aqui, também as assombrações improvisadas pelos inartot e desocupados. Certa vez, um destes, à noite, atou uma extremidade de extensa corda ao badalo de um dos sinos da Igreja Matriz local. A outra, ao escroto de avantajado bode preto, que só não vomitava fogo... O caprino, num berreiro louco, pôs-se em movimento gangorreante, a bimbalar, a dobrar o sino, pondo a maioria da população em verdadeiro pânico...

Outra vez, elementos da mesma caterva, também à noite, vestiram de preto u’a besta de Manuel Carlos, comprada a um tropeiro de Conceição do Serro. Sobre ela, em posição de montaria, amarraram corpulento macaco. Este, na ânsia e no movimento de libertar-se da incômoda peonada, pôs o muar em desabrida e ornejante corrida pelas ruas do arraial, provocando outro pavor a seus habitantes.

* * *

Ainda no citado ano de 1874, segundo registrou Bernardo Saturnino da Veiga, em seu “ALMANAQUE SUL MINEIRO”, a povoa-

(48) Vulgo “Padeiro” e uma das pessoas de mais coragem desta Terra. Muito prestativo, leiloeiro e fabricante de caixão de defuntos. Certa vez, dormiu, a sós, com um destes, forasteiro, desconhecido, morto em sua casa.

ção do arraial era composta de cem casas, das quais somente uma de sobrado, formando onze ruas e três praças. “Tinha três igrejas: a Matriz e as Capelas de Nossa Senhora do Rosário e de S. Miguel, um cemitério público e cadeia, sendo a Igreja Matriz, o mais importante edifício da povoação.” (49)

“A exportação da Paróquia era composta de 800 reses e de 1.000 arrobas de toucinho, anualmente, para o Rio de Janeiro e outros pontos, havendo também alguma exportação de açúcar e de aguardente para os lugares vizinhos.

Freqüentavam estudos superiores dois filhos da freguesia, e, entre os homens já falecidos que mais serviços prestaram ao lugar, estavam os cidadãos Ten. Boaventura Tomás Vilela, José Alves dos Santos, Francisco Antônio Vilela e Antônio Joaquim Vilela, que muito fizeram em favor das obras da Matriz, do cemitério, da cadeia. Foram seguros amparos da pobreza e da miséria.

Era de trinta alunos a freqüência escolar na aula pública de primeiras letras para o sexo masculino.

Havia, então, como eleitores, três, que votaram no colégio da Cidade de Lavras, pertencente ao 4.º distrito eleitoral, por não ter sido ainda criado o colégio da Cidade de Dores da Boa Esperança, e estavam qualificados votantes 208 cidadãos.”

Eram Juiz de Paz e Suplentes: Cap. Joaquim Inácio de Sousa, Francisco Antônio Vilela, Antônio Miguel Alves e Francisco Tomás Vi'ela.

Subdelegado de Polícia: Joaquim José Botelho, sendo suplente João Ferreira de Siqueira.

Fiscal: Manuel Teodoro Alves.

Oficial de Justiça: João Batista Lourenço.

Professor público primário: José Alves dos Santos Júnior (Mozeca)

Vigário: Pe. Rozendo de Melo Alvim.

Sacristão: Antônio Rodrigues de Sousa.

Fabriqueiro: Francisco Antônio Vi'ela.

(49) Há uma contradição no tocante à existência da Igreja N. S.ª do Rosário em 1874, uma vez que, segundo dados que nos parecem fidedignos, a Capela se incendiara em 9-9-1873, no preciso momento da ereção do Cruzeiro da Praça, deste nome, ainda hoje existente.

Comerciantes: Joaquim Silvério de Faria, Manuel Carlos de Sousa e Oliveira, Oliveira & Brasileiro, Rafael de Faria Marins, Sousa & Antunes, José Joaquim da Silva, Rita Antônia Teixeira.

Farmacêutico: Cap. Joaquim Inácio de Sousa.

Proprietários de engenhos de cana, movidos a água, os fazendeiros: Ten. Joaquim Pedro de Figueiredo, Antônio Miguel Alves, Aureliano Júlio da Silveira, D. Genoveva Maximiana Vilela, Francisco Antônio Vilela, João Batista Alves e José Joaquim Botelho.

De engenho de tração animal: João Pimenta de Moraes e Cândido José de Araújo.

De serra: Antônio Miguel Alves, D. Genoveva Maximiana Vilela e Francisco Antônio Vile'a.

Eram carpinteiros e marceneiros: José Joaquim da Silva, Manuel Ferreira da Silva, Manuel Francisco Marques e Manuel Francisco de Assunção.

Rancheiros: Joaquim Silvério de Faria, Raimundo José Machado e Rita Antônia Teixeira.

Estas as principais atividades exercidas por espírito-santenses há mais de um século, anotados, também, pelo historiador citado.

Eis, pois, o Espírito Santo dos Coqueiros de 1874, com o seu casario de aldeia, os seus be'os e nostálgicos crepúsculos sertanejos, convidativos para a criatura, através da prece, da poesia, aproximar-se do seu Criador!

XXXVII

COQUEIRAL DE 1884

Em 1884, segundo ainda observou o citado historiador Bernardo Saturnino da Veiga, possuía esta Terra cerca de 120 moradias, das quais 20 construídas no último decênio. Havia uma Escola para o sexo masculino, com uma matrícula de 20 alunos. Outra para o sexo feminino, então, vaga. U'a cadeia "com duas enxovias com capacidade para vinte presos."

Ressentia-se a população de falta d'água. “A de que se servia o povo provinha de um ribeirão que fica afastado da freguesia (presumidamente, o “Córrego do Bom Jardim”, hoje, do “João Borges”), que, constituída de um povo tão bom, generoso e digno, pouco pedia aos cofres provinciais, que jamais a auxiliaram em qualquer coisa.”

O estado sanitário era bom, encontrando o historiador, de moléstias infecto-contagiosas, apenas dois morféticos.

Tinha a freguesia, de N. a S., 33 quilômetros. De E. a O., 24, sendo “montanhosos, pela mor parte, seus terrenos”, constituídos de matas e campos. Um alqueire daquelas custava 100\$000. Destas, 20\$000 a 30\$000. Havia muita madeira de lei, de construção. Entretanto, uma dúzia de tábuas de pinho já custava 20\$000. De cedro, 24\$000.

Havia aqui, apreciável fabricação de queijos e velas, suficientes para uma exportação razoável. Bastante desenvolvida já era a cultura de cana-de-açúcar, aproveitada, a maior parte, nos engenhos de Antônio Miguel Alves, Aureliano Júlio da Silveira, Francisco Antônio Vilela, Antônio B. de Figueiredo e outros. Plantavam-se, também, cereais em abundância, fumo e algodão. Este empregado nos tecidos feitos na freguesia. A plantação de café andava pela estimativa de 200.000 pés, com uma exportação de cerca de 6.000 arrobas. Todas essas culturas eram feitas, em sua maioria, nas fazendas de: Ana Francisco de Paula, Antônio Batista de Figueiredo, Antônio Balbino de Oliveira, Antônio Bernardes Pinheiro, Antônio Joaquim Peixoto, Antônio Luís de Araújo, Bento Silvério de Faria, Cândido José Ferreira, Domiciano Lopes da Silva, Emília Teresa de Jesus, Francisco Inácio de Sousa, Francisco Tomás Vilela, Inocência Gonçalves da Cruz, João Barbosa de Oliveira, João Ferreira Barbosa, João Ferreira de Siqueira, João Quintino de Sousa, Joaquim Dias Botelho, Joaquim Leonel Vilela, Joaquina Cândida dos Reis, José Balbino Ferreira, José Joaquim Barbosa Neto, José Tomás Vilela Manuel Teodoro Alves, Mariana Ponciana de São José, Pedro Botelho de Siqueira, Severiano Antônio Barbosa, Silvério Botelho de Siqueira.

Um enxadeiro tinha, aqui, em 1884, o salário diário de \$600. Um pedreiro, 2\$000. Um carpinteiro, 3\$000. Uma arroba de açúcar custava 5\$000. Uma de carne de vaca, idem. Um carneiro, 4\$000. Um frango, \$320. Uma dúzia de ovos, \$160. Uma arroba de toucinho, 6\$000, sendo sua exportação anual de cerca de 1.000 arrobas. A de gado, de 3.000 reses. Um carro de lenha custava 2\$500. Um de pedras, 2.\$000. Aluguel de uma casa, de 2\$000 a 6\$000 mensais. Um

litro de leite era vendido por \$80. Um saco de sal (não diz o peso) já custava, 4\$500. Uma arroba de cal, procedente de Lavras, 2\$000 (50).

Difíceis os meios de transportes, como os de comunicações. Não havia telefone nem telégrafo. O correio passava por aqui de seis em seis dias, procedente de Lavras, com destino a Dores da Boa Esperança, conduzindo o estafeta correspondência de três localidades em um simples animal, e ainda não vinha a pé. Era Vigário da freguesia, o Pe. Rozendo de Melo Alvim. Sacristão, Antônio Rodrigues de Sousa.

Juiz de Paz e suplentes: Joaquim Dias Botelho, Joaquim Leonel Vilela e Bento Silvério de Faria.

Escrivão de Paz e Tabelião: Esmeraldino Xavier de Carvalho Pereira.

Subdelegado de Polícia: Francisco Antônio Vilela.

Inspetor Escolar: José Joaquim Barbosa Neto.

Professor: Francisco de Paula Batista.

Alinhador: Manuel Ferreira da Silva.

Alfaiate: João Ferreira Penaforte.

Sapateiros: Deocleciano de Faria Marins e João Batista de Sousa.

Seleiro: João Pedro de Siqueira.

Ourives: Luís Antônio de Oliveira.

Farmacêutico: José Barbosa de Oliveira.

Comerciantes: Manuel Carlos de Sousa e Oliveira, Jesuíno Silvério de Faria, Rafael de Faria Marins, Rosa & Rocha (de fazendas), Deocleciano de Faria Marins, Joaquim Silvério de Faria, José Francisco da Costa e outros (molhados).

Rancheiros: Joaquim Silvério de Faria, Jesuíno Silvério de Faria e Raimundo José Machado.

Fabricantes de velas: Antônio Balbino de Oliveira e David Peixoto.

Capitalistas: Antônio Fernandes Pinheiro, Manuel Carlos de Sousa e Oliveira e Francisco Antônio Vilela.

(50) Observe-se que os artigos importados eram, naturalmente, bem mais caros, em virtude das dificuldades de transportes feitos em tropas e pachorrentos carros de bois, pagando as cargas, da Corte, da Estação da Boa Vista, até aqui, 3\$200 a 3\$500 por arroba. Tais artigos importados atingiam, por ano, a quantia de 30.000\$000, apenas. A Estação Ferroviária mais próxima era no Rio Verde (Três Corações), ponto terminal da E.F. Rio — Minas.

XXXVIII

COQUEIRAL A PARTIR DE 1915

A 22 de maio de 1915, às 11 horas e 20 minutos, minha família e eu aqui chegamos de mudança, procedentes da fazenda da “Boa Vista”, distrito de Candeias, então, do Município de Campo Belo, neste Estado.

Era outro Coqueiral. Bem mais atrasado, porém mais feliz e tranqüi'o, a despeito das naturais preocupações decorrentes da primeira Grande Guerra Mundial, em assustadora recrudescência.

Contava eu três anos e oito meses de idade, quando, na vanguarda de grande carruagem de bois, “engarupado” em um animal dirigido pelo meu primo Quinca, aqui entramos após o bucólico pouso na fazenda de Joaquim Antônio de Araújo, situada no Belém, onde os carreiros, com suas sanfonas e violas, despertavam a alma da solidude que dormia dentro da noite sertaneja.

Lembro-me nitidamente desse “período tão remoto e tão presente”, como evocou Joaquim Nabuco o seu pitoresco engenho de cana em sua inesquecível Massangana.

A paisagem clara de nossa infância, que ficou lá atrás, mas que se não perdeu nas brumas do tempo, jamais se nos apaga da retina espiritual. Romantiza sempre a tela de nossos dias presentes. O simples bugiar de rotineiro engenho de cana, acionado por bois pacíficos, em recanto remansoso da paisagem alpestre, perdura em nossa auditiva espiritual.

Assim — recordo-me bem: — Ao penetrarmos no lugar denominado João Borges, na entrada do arraial, encontramos a pessoa que emprestava seu nome ao local, numa marcenaria instalada em antigo rancho de tropeiros, onde o José da Fernandina, conhecido por “Boiota”, acionava, manualmente, a grande roda que movia o torno do marceneiro.

Já adentrados no arraial, vimos: O “tio” André a acenar para meu avô paterno, proferindo o seu habitual “sô” Cristo, “sô” moço. Na Rua Pedro Botelho, o mulato Jerominho, sem nunca ter ouvido falar em seu “colega” Stradivarius, à porta de sua casinha, fabricando u'a “rabeca”. Mais adiante, João Italiano, rotundo, também à porta de sua residência (hoje, residência de Akl Lasmar), indagava algo de meu companheiro de cavalgada. Além, já na Praça da Matriz, o Farm. Calipso M. de Menezes, envergando seu predileto terno amarelo de brim cáqui, saía dos dois chalés verdes, onde

tinha sua farmácia e, atualmente, de sucessores de Jorge Pedro Naime. Mais além, na loja de Edmundo G. de Menezes, onde, hoje, residem sucessores de José Francisco Inácio, um gramofone gritava: “Casa Edson, Rio de Janeiro”. Pouco adiante, do Cartório de Paz de José Belisário Terra saía um pessoal, que devia estar tratando de assunto cartorial. Enquanto isto, o Pe. Manuel Afonso Pereira Campos entrava na Sacristia da Igreja Matriz. Um pouco mais além, onde, hoje, reside D. Filomena Veiga Calil, Joaquim Pedro de Oliveira, já paralítico, em uma cadeira de rodas, vigiava sua quitanda. Ao passarmos pelas proximidades dos dois chalés, em cujo frontispício se lia o anúncio comercial — “Padaria Nacional”, de Vitor J. de Faria, perguntei ao Quinca, o que ali estava escrito, pois, sem conhecer o “A”, já me interessava chegar até o “Z”.

Passando pela Machambomba, fomos interpelados pelo Totoca, que, pouco depois, mandou suas duas filhas — Mariquinhas e Jandira — levar-nos u’a bandeja recheada de biscoitos, com saboroso café que os recém-chegados tomamos já na fazenda das Laranjeiras, havida por permuta entre meu avô paterno e Francisco Custódio da Veiga.

Então, tudo era diferente em Espírito Santo dos Coqueiros.

A partir do antigo campo de futebol, tudo era ainda cerradinho, à borda do qual, a partir do de Joana Dias Botelho, se esparramavam casebres de pretos: Izá Campeiro, Domingos Canela, Tio André, Chico “Plecata”, Tia Blandina e outros.

Alcançamos, na Praça da Matriz, o velho casarão comprido, já mencionado folhas volvidas. Nele residiam, além de outras pessoas: Maria Muda, Fernandina, Joaquim Guedes, João Pitinho, Evaristo Salviano Pimenta, Herculano Penaforte. Na mesma Praça, o velho sobrado de Francisco de Paula Batista, construído há mais de um século, por José Vicente dos Santos. Era uma construção tipicamente colonial, de aspecto sizudo, lembrando os bi-centenários casarões assobradados de Ouro Preto e de Mariana. Ensombrava-o, do lado direito, velha cicuteira benigna, sob cuja sombra Urias Maia premiava os corredores vitoriosos de cavalos e maquinava, possivelmente, algumas das suas façanhas à Dioguinho, à Januário Garcia. Frutos dessa árvore generosa eu e outros meninos de minha geração trincamos, muitas vezes, no álaacre dealbar da risonha idade, ignorando, todos, a tragédia desenrolada no velho sobrado, que abrigou, em seus últimos decênios, uma família de infortunados, a lembrar Job, abandonado, assentado em um montão de esterco, em Hus!

Dali partia o Geraldo Borges, cavalgando o seu bode, bem selado, a percorrer o arraial, enquanto, sobre os muros dos quintais, os cabritos espalhafatosos faziam malabarismos. Os porcos, na rua

desse nome, hoje, Ten. Antônio João, grunhiam, invadindo os casbres ali existentes. Em tal rua, além do Vieira, a pedinchar um “pirinho” de tudo, morava a “Sá” Cordeira, matrona de bigode, a espavorir os meninos que lhe rondavam o quintal, de passagem, para o banho num grande tanque pouco abaixo, quando todos gaeavam, isto é, faltavam à escola do “Sô” Juca.

Revejo, em espírito, a segunda e velha Casa de Instrução (onde, hoje, se situa o prédio residencial de sucessores de João Antônio de Menezes), com o seu sino de Igreja, por mim, certa vez, inesperadamente, badalado, provocando a ameaça raivosa de Mariana “Leteque”, que me pôs em fuga. Nessa casa, onde tantos meninos, hoje, homens já provecos em anos e muitos já evadidos deste mundo, soletraram os livros de Abílio César Borges, de Hilário Ribeiro, eu, em 1916, pela vez primeira, assisti a uma sessão cinematográfica (cinema ambulante de Francisco Lamaita), no primeiro dia de uma grande festa do mês mariano, da qual eram animados promotores, além de outros, Urias Maia e meu avô paterno Cel. Herculano Batista de Alvarenga. Do outro lado, a terceira casa, também de instrução, edificada em 1902, demolida para dar lugar ao moderno prédio de Júlio Menezes. Nessa casa, conforme já pormenorei no capítulo próprio, ensombrada por frondosa e fecunda mangueira, suave encanto dos pássaros e da meninada, há anos ceifada pelo machado da civilização, em 1918, com o Prof. Juca, comecei de soletrar as primeiras letras.

Na Praça do Cruzeiro estamos, ainda, revendo a residência de Rozendo Batista Pereira, com sua fábrica de laticínios, no pitoresco quintal, para onde tangia eu um burro de nome “Paraguai”, conduzindo leite, o que também fazia, além de outros, o “Antônio do Toniquinho da Grama”, hoje, muito ilustre e querido médico.

Na antiga Rua Boiadeira, revemos, do mesmo modo, a casinha do Pataca, com sua tenda de ferreiro, para onde, em 1920, ocorreu pressurosa a nossa infância, a fim de assistir à ferragem de um carrinho de carneiro, fabricado por meu avô materno — Antônio Cândido da Costa. Mais abaixo, a casinha branca, estilo chalé, construída às expensas de Urias Maia. Ali penava o Lázaro, leproso, cuja figura impressionante e chagada a afugentar as moscas com um ramo, qual o estóico patriarca da Iduméia, penosa impressão me causava à meninice. Na mesma rua, mais abaixo, morava o Rafael Mulato, casado com a Maria, zarolha, fabricante de gaiolas de taquara, das quais, certa vez, me vendeu uma por oitocentos réis, para tentar comprar um quadrinho de fita do Búfalo Bill, no Cinema do Vico. Na mesma rua ainda residia o José Flávio de Aguiar, seleiro, homem de palavra fácil, a entreter-nos com os seus casos

de valentia. Adiante, morava o Antonino Raimundo, antigo estafeta, que conduziu, certamente, muitas mensagens amorosas, mas viveu e morreu sem o paraíso de uma filha de Eva...

Além estava o velho casarão já então pertencendo a José Belisário Terra, habitado que fora, tempos idos, pela salterista Clara Umbelina de Melo, e ocupado pelo Chico Marcelino, preto de dentes de ouro, carreiro por conta própria, sempre a comprazer-se, até altas horas da noite, com o monótono cantarolar de um tardo carro de bois. E isto no mesmo lugar em que o saltério de D. Clara tão enlevantes melodias já havia desferido, lembrando até as noites líricas de Salomão e as cítaras embaladoras do sono de Sulamita. Também as harpas dos bardos de Sion, sob os salgueiros, ao modular das quais as filhas mais formosas de Jerusalém adormeciam sorrindo e sonhando.

No fim da chamada Rua Zé Vitor (hoje, Matias Borges), residia, em uma casinha estilo meio-água, Perciliana do Norte, “es-tributada”, triste e deformada figura à Quasímodo, a quem a nossa meninice condoída e um pouco intimidada levava as esmolas enviadas por minha santa mãe. E a beneficiária, disforme, com as órbitas visuais vazias, para agradecer o óbulo, mandava pôr em funcionamento um velho e enegrecido realejo, que desferia melancólica e prístina tonadilha passadista.

Acima, em dois chalés unidos, com o conhecido letreiro “Padaria Nacional”, morava o Vitor J. de Faria, a nos atrair com os seus saborosos pães e, até, com a simples presença ali do bombo da banda de música do maestro José Cipriano Freire, tal já era a nossa paixão pela arte divina.

Retornando, através de uma viagem no tempo, sentimental, em que carregamos a Saudade, à Praça da Matriz, passamos a rever a casa verde de José Belisário Terra, muitas vezes musicada com os belos ensaios da corporação musical referida, às vésperas das inde-léveis festas promovidas pelo Pe. Manuel Afonso Pereira Campos.

Pouco adiante, transposta a casa de “Sá” Joaninha, ensombrada por frondosas e frutíferas jabuticabeiras, aprazia-nos a curiosidade infantil a algararra falada do gramofone do Edmundo Menezes, residente na velha casa que, depois, vendeu a meu avô paterno, hoje, de sucessores de José Francisco Inácio. Do lado oposto, situava-se o hotel do Quinca Borges, sempre alegrado com a presença dos “cometas” que chegavam de botas luzidias, montados em boas bestas, seguidos dos camaradas e ao tilintar do cínicro do luar vanguardeiro da tropa.

Pontofinalizando essa *tournee* do coração, que só interessa à nossa saudade e nunca ao homem-máquina, estamos visitando, novamente, na velha Praça da Matriz, as altaneiras e centenárias casuarinas, as frondosas e magnânimas magnólias, sob cujas sombras amigas e perfumadas a infância descuidada do meu e de todos os tempos cantou aleluia com as matinas dos passarinhos!

* * *

Não havia aqui, então, os belos prédios residenciais de hoje. Não se conheciam casas enceradas, geladeiras, rádios, televisões, automóveis, aviões e muito menos os engenhos espaciais já incomodando até o p'aneia belicoso. Havia, porém, mais tranqüilidade e menos desespirtualização da Vida.

O telefone somente foi aqui instalado em 1916, pelo Diógenes Campos. Falar à distância, através de um simples fio de arame, era coisa singular. O automóvel foi visto, com grande admiração, pela primeira vez, em 1919. Tratava-se de um Ford dirigido pelo Frederico Leite e pertencente a Pedro Moura (conhecido por Pedro "Vaca"). Comprara-o em Carmo do Rio Claro, conduzindo-o até Dores da Boa Esperança em um carretão, quando em sua passagem pelos chapadões provocou até estouro de boiadas e, talvez, de alguns boiadeiros... Poucas pessoas, contudo, o viram aqui. Somente foi admirado por quase toda a população local em 13 de outubro de 1922, quando, acompanhado pelo Dr. Alberto A. de Azevedo e outras pessoas gradas, visitou-nos o Deputado João Lisboa, que recebeu em nossa Terra expressivas homenagens, durante as quais discursaram, além de outros, o Pe. Manuel A. Pereira Campos e o Dr. Ulisses de Mendonça.

Como que para recepcionar um Bispo dos tempos de antanho, as ruas principais do arraial foram varridas, matizadas de folhas de laranjeiras, cafeeiros e coqueiros, com arcos triunfais, sob os quais passou, em velocidade, um carro de quatro rodas, sem bcis, dirigido por José Jaime, postando-se à porta do Hotel do Quinca Borges.

A primeira estrada de automóvel foi, afinal, aqui construída em 1924, sendo o primeiro proprietário de um "Ford" o Sr. Rozendo Batista Pereira, incentivado por José Domingos da Silva, conhecido por Zé Juca, que, em 5 de abril do mesmo ano, chegou com o filme cinematográfico "Joana d'Arc".

Em 1.º de junho de 1923 foi inaugurado o primeiro cinema local (51), de propriedade de Otaviano Botelho e Adelardo Batista Alves, instalado em um barracão adremente construído, frenteado para a antiga Praça do Cruzeiro Novo.

Foi esse cinema um dos encantos de nossa adolescência. Mudo na tela, mas adoravelmente musicado pela terna Orquestra do maestro José Cipriano Freire. Era ela uma espécie do futuro "Conjunto Serenata", da Hora da Saudade, da Rádio Difusora S. Paulo. A esse mavioso conjunto orquestral não faltavam os bandonins de D. Lilica e de Liquinha. Os violões de Antônio Terra e do Manuel Preto. A flauta do maestro e, não raro, de Doralice.

No mesmo barracão, em 1926, o grêmio de amadores "Filhos de Talma" exibiu, com sucesso, belas peças teatrais, já referidas no capítulo próprio.

Anos mais tarde, Hormino Reis instalou o segundo cinema local, já falado, em prédio próprio. Neste, além de várias representações dramáticas de profissionais visitantes, exibiu-se João Cavallieri, o "Pequeno Caruso", no consagrador batismo de Bilac, ao referir-se ao tenor, que fizera vibrar grandes e luminosas platéias do Mundo.

* * *

Em 1927 foi inaugurada a primeira água potável em Coqueiral, quando da proficiente e honesta administração do Farm. Belino Maia. Foi captada em propriedades de Jonas Augusto Alvarenga, na chamada "Invernada do Café".

No correr dos festejos inaugurais, discursaram: o Farm. José Freire da Silva, José Antunes Barbosa, Farm. Hormino Reis, Joaquim Cândido de Abreu e outros.

* * *

(51) Em 1883 por aqui passaram dois moços norte-americanos com um cinema volante, n'ua máquina "Vazin", de Paris. Em casa de João Barbosa de Oliveira exibiram alguns quadros, como: O VESÚVIO, A ESTATUA DE VENUS DE MILO, COZINHAS DE SATANAS, VISTAS DE PARIS, DE NOVA IORQUE, etc.

Em 1892, um tal Antenor, de Lavras, na antiga Casa de Instrução, também exibiu aqui a sua cinematografia.

O avião, somente os coqueirenses o viram de sua própria Terra, em 7 de setembro de 1939, quando passou sobre o arraial um aparelho procedente de Belo Horizonte com destino a Poços de Caldas.

Em maio de 1930, instalou-se aqui, festivamente, a primeira luz elétrica, quando, além de outros, proferiram brilhantes discursos: o Dr. Job Freire, Olavo Freire da Silva e Hormino Reis.

* * *

Em 15 de novembro do mesmo ano de 1930, ainda sob o impacto da Revolução terminada, vitoriosamente, vinte e dois dias antes, pelo ônibus do Major José Luís de Mesquita, Coqueiral começou a ter correio diário.

* * *

Somente em julho de 1932, grande parte de nosso povo ficou conhecendo rádio, graças a um aparelho receptor, adquirido pelo Dr. José Gregório Moreira e outros. Destinava-se, adredemente, à captação de notícias pertinentes à chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo, para onde, com efeito, segundo a expressão feliz de Artur da Silva Bernardes, “se transladou a alma cívica do Brasil.”

XXXIX

COQUEIRAL EMANCIPADO

Em 1943, uma plêiade de coqueirenses natos e adotivos, de boa vontade — Antônio Batista de Figueiredo, José Vilela Barbosa, Hormino Alves dos Reis, José Chaves de Figueiredo, o autor destas linhas e outros — tentou a emancipação político-administrativa do Distrito de Coqueiral. Fê-lo depois do pronunciamento favorável do Dr. Joaquim Vilela, então, Prefeito Municipal de Boa Esperança.

Em Belo Horizonte, a Comissão Emancipadora, por intermédio dos Advogados Luís Franzen de Lima e Marcelo Linhares, na justa recusa do Dr. Milton Soares Campos (que, contudo, recomendou a Comissão ao Dr. Benedito Quintino dos Santos, a quem pediu todo interesse pela causa), fez encaminhar o pedido devidamente instruído à Comissão de Estudos da Divisão Administrativa e Judiciária do Estado. Essa Comissão houve por bem dar parecer favorável ao processo, reputando o nosso relatório dos mais convincentes e bem elaborados. Entretanto, na hora da sanção do Decreto-lei (estáva-

mos em regime ditatorial), por motivos que não queremos registrar na história, foi preterida a nossa justa e suspirada pretensão.

Restáva-nos, assim, com mais cautela, a espera de melhores dias. E esperamos.

Em 1945, quando da memorável campanha em prol do retorno da ordem jurídica ao País, ou do pleno Estado de Direito, os coqueirenses, de comum acordo com os chefes locais, separaram-se em duas correntes políticas. Uma, chefiada pelo Farm. Hormino Reis, apoiou a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República. A outra, sob a chefia do Sr. Antônio Batista de Figueiredo, a do General Eurico Gaspar Dutra. Ficou, ainda, amistosa e previamente acordado que o partido vitorioso ficaria responsável pelo patrocínio e defesa integral dos interesses coqueirenses. Inicialmente, separação apenas na esfera federal.

Feriram-se as eleições de 2 de dezembro do referido ano de 1945, com a vitória local da U.D.N. e a derrota nacional do seu candidato. Vieram as eleições de 19 de janeiro de 1947 para Governador do Estado. Ambos os Partidos locais, como era esperado, sobre serem chefiados por homens de bem, mantiveram os compromissos assumidos com as respectivas agremiações. E sufragaram os nomes de seus candidatos — Milton Soares Campos e José Francisco Bias Fortes. Eleito o egrégio estadista de Ponte Nova, ficaram os udenistas coqueirenses com o honroso cometimento de velar pelos destinos maiores da comunidade local, perante o Governo do Estado, chefiado pelo impoluto Mineiro.

Aproximavam-se as eleições municipais de 23 de novembro do citado ano de 1947. A U.D.N. deveria ter também candidato próprio ao cargo de Prefeito do Município de Boa Esperança. O P.S.D. apresentaria um ilustre conterrâneo nosso, o inatacável Dr. Antônio Cândido de Figueiredo. Esse contaria com o apoio dos udenistas da sede municipal, desde que o Diretório distrital de Coqueiral igualmente desse o seu beneplácito. Para tal fim, aqui vieram, mais de uma vez, o Major Alfredo Naves, Drs. J. Mesquita Neves e Antônio Cipriano Freire, a fim de se entenderem com o aludido Diretório, sob a chefia de Hormino Reis. De nossa parte, como simples soldado do Partido, com grande entusiasmo cívico e sem a menor relutância, desde a primeira hora aplaudimos a candidatura do Dr. Antônio. Além de outros, por dois motivos relevantes: Primeiro, embora fosse candidato de outro Partido, tratava-se de eminente conterrâneo escolhido, honrando sua Terra de berço para dirigir os destinos maiores de todo o Município. Segundo, como a mosca azul pela emancipação local já bailava diante de nós, nada melhor nos seria do que a chefia do Governo Municipal entregue a um coqueirense de uma

só palavra. Este, mais isento da natural censura dos ilustres dorenses, se esta houvesse, ficaria mais à vontade para não se opor à nossa nova arrancada emancipacionista.

E, assim, teve o nosso irrestrito apoio um contrerrâneo de alta expressão intelectual, moral e cívica. E de independência.

* * *

É chegado o ano de 1948, ansiosamente esperado. O nosso anseio emancipacionista, natural em todo o homem que ama a liberdade, recrudesce com o volver dos dias.

Infelizmente, alguns ressentimentos políticos já existiam, oriundos dos dois prélios feridos, embora o prévio ajuste entre as duas facções locais, segundo o qual, sem a menor hostilidade, bater-se-iam ambas apenas em cumprimento de seus deveres, isto é, do que partidaricamente lhes cabia fazer no plano federal e no estadual.

Mister se fazia uma providência urgente, para não mais malograr a nossa luta pró emancipação. O prazo, até 15 de março de 1948, para a entrega de todos os documentos, então exigidos pelo artigo 81 da Constituição Mineira, em vigor, terminava. Tentávamos, com grande ansiedade, uma reunião conjunta dos dois Partidos para constituição da Comissão Emancipadora de Coqueiral. Infrutíferas, porém, foram as nossas duas primeiras iniciativas, possivelmente em virtude dos tais ressentimentos. Ambos, amigos de Coqueiral, queriam unir-se para a campanha imortalizadora, mas cada um esperava a iniciativa, o toque de reunir. Finalmente, graças à pacificadora mediação do Dr. Paulo Ferraz, a 1.º de fevereiro de 1948, com indizível alegria nossa, conseguimos, mesmo com a ausência de alguns elementos, a suspirada reunião. E desta, eis a histórica Ata então lavrada:

“Ao primeiro (1.º) dia do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e quarenta e oito (1948), às quatorze (14) horas, na sede social do “Clube Coqueirense”, desta vila de Coqueiral, Município e Comarca de Boa Esperança, Estado de Minas Gerais, reuniram-se os representantes locais, com a finalidade precípua de constituir a Comissão Inter-partidária, destinada a tratar da emancipação político-administrativa deste distrito. A reunião foi presidida pelo Sr. Otávio J. Alvarenga, que expôs a sua finalidade, encarecendo a necessidade absoluta que tem este distrito de se emancipar e que o momento é mais do que oportuno, não se ensejando, talvez, outro como este, em que esta Terra, se amparada por todos seus verdadeiros filhos e forasteiros de boa vontade, poderá conquistar o maior bem a que tem direito de aspirar o homem civilizado: a LIBERDADE. Assim, com-

preendendo todos os presentes, foi constituída, por aclamação, a seguinte Comissão apolítica, isto é, com representantes de todos os Partidos políticos locais:

Para Presidente de Honra: Pe. Artur Campos Costa.

Para Presidente: Antônio Batista de Figueiredo.

Para Vice-Presidente: Joaquim Peloso.

Para 1.º Secretário: Otávio José Alvarenga.

Para 2.º Secretário: Dr. Geraldo Rossi Figueiredo.

Para 1.º Tesoureiro: João Rodrigues de Araújo.

Para 2.º Tesoureiro: Agenor Peloso.

Para Procurador: Eugênio Borges Medeiros.

Para encarregados da propaganda: Hormino Alves dos Reis, Geraldo Alves Vilela e Frederico Olímpio Lasmar.

Ficou, também, por maioria absoluta, deliberado que se iniciasse, desde logo, a coleta do numerário destinado ao custeio de todas as despesas a serem feitas durante a campanha pró-emancipação.

Ficam todos os membros da Comissão, cada um em seu setor, com poderes amplos e ilimitados para desempenhar cabalmente o honroso mandato que acaba de lhe ser outorgado pelo povo coqueirense, neste dia histórico para os destinos maiores desta Terra. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a presente reunião, da qual, para constar, eu, Eugênio Borges Medeiros, Secretário *ad-hoc*, lavrei esta ata, que vai assinada por todas as pessoas presentes, as quais, em o fazendo, assumem o compromisso de honra de prestigiar sempre a Comissão e de trabalhar, com todas as forças, em prol da grande Cruzada." (Seguem-se as assinaturas de todos os membros da Comissão e, depois, de algumas centenas de outras pessoas).

Constituída, assim, sob os melhores auspícios, a Comissão Inter-Partidária, entregamo-nos, com a máxima decisão, à campanha redencional. Providenciamos, de início, um recenseamento particular do distrito, para poder ajuizar-nos da sua população real. Diuturnamente rebuscamos nos arquivos da Igreja e do Cartório de Paz algo que pudesse satisfazer a primeira exigência essencial do preceito constitucional. Requeremos das repartições fiscais de Boa Esperança, onde encontramos a mais cativante boa vontade, os documentos comprobatórios da renda do distrito, número de moradias, etc. Cientes do desejo da operosa e distinta maioria da população de Porto dos Mendes, Município de Nepomuceno, lá, com os denodados compa-

nheiros Pe. Artur Campos Costa, Hormino Reis, Antônio Batista de Figueiredo e Orvalino Teixeira Reis, estivemos várias vezes. Em Nepomuceno, em entendimento com o ilustre e cavalheiresco Prefeito Dr. Rubem Ribeiro, conseguimos-lhe a anuência.

De posse de todos os documentos necessários, os croquis mapas, elaboramos circunstanciado e convincente relatório enviado à colenda CEDAJE, depois de lido aos pioneiros da emancipação, sob vibrantes entusiasmos destes.

De nosso lado estava a promessa do honrado e inclito Governador Milton Campos, que, então, contava com maioria no Legislativo Estadual.

Como, porém, já conhecíamos bem a instabilidade da política partidária, que flutua à mercê das conveniências, não quisemos confiar só e só na suposta solidez da Coligação que apoiava o Governo. Procuramos, assim, entender-nos, também, com os partidos oposicionistas, precipuamente com o P.S.D.. Recorremos a um de seus mais atuantes Deputados de sua bancada — Último de Carvalho, nosso colega de Ofício. Ele — justiça lhe seja feita — sem indagar de nossa filiação partidária, anuiu, de pronto, ao nosso pedido preventivo. Efetivamente, cumprindo a promessa, preliou ao lado do saudoso Deputado Moacir Rezende e outros parlamentares da U.D.N., em nosso prol, não se lhe dando, em última análise, uma possível exigência, em contrário, de sua bancada. Foi o Deputado de Rio Pomba o relator do processo. Defendeu a nossa causa toda a vez que se lhe ensejou uma oportunidade. Durante a campanha, raro foi o dia em que, pelo telefone, ou por cartas e telegramas, deixou de nos dar notícias.

Em abril de 1948, no desempenho do nosso cometimento, fomos fidalgamente recebidos pelo Governador Milton Campos, a quem, além do mais, entregamos uma declaração firmada pelo digno Diretório Municipal da U.D.N. de Boa Esperança, segundo a qual os eminentes chefes situacionistas locais não se opunham à nossa pretensão, por reputá-la legítima e justa. Tivemos a intraduzível satisfação de ouvir do honrado Governador a ratificação da promessa, reafirmando-nos que seria com o maior júbilo cívico que sancionaria a lei emancipacionista, o que realmente aconteceu. Na mesma oportunidade, visitamos, na Secretaria do Interior, a Comissão Revisora, perante a qual o humilde historiador local, secundado por Hormino Reis, defendeu, verbalmente, a causa de Coqueiral, deixando, suficiente e convincentemente, esclarecido o motivo por que o número de habitantes do distrito, dados pelo órgão específico, inferior à exigência, não condizia com a realidade.

Entendemo-nos, a seguir, com o eminente Secretário do Interior, Dr. Pedro Aleixo, e com outras autoridades, inclusive com numerosos Deputados e líderes partidários, a respeito da grata missão que nos levaria à Capital.

A 4 de junho, com a presença de Hormino Reis, a Comissão Técnica da Assembléia Legislativa houve por bem dar parecer favorável ao processo.

A notícia festiva, aqui chegada através de um telefonema de Hormino, foi recebida apoteoticamente pelos coqueirenses, que, dias depois, prestaram ao Presidente do Diretório da U.D.N. local entusiástica manifestação de apreço e reconhecimento.

No discurso que então pronunciamos, naquela “hora que ora estava soando no cronômetro assinalador das nossas máximas realizações e conquistas” exaltamos a figura insigne de Hormino e dos outros paladinos da nossa emancipação. E, perorando:

— Por fim, meu Coqueiral, eu te saúdo neste dia imorredoiro de tua quase libertação, da tua sonhada maioridade. Eu te saúdo e felicito com teus filhos, comungando com a alegria cívica com que se apoteosa a alma coletiva. Eu te saúdo, Terra dos virides coqueiros, cujos leques abrindo e fechando ao embalo da lira volátil do vento, desfere, permanentemente, a canção verde da Esperança guieira da tua gente, e, sobretudo, do teu amanhã — a mocidade tua. Eu te saúdo “Vila Cívica”, na expressão do excelso brasileiro, Brigadeiro Eduardo Gomes, em uma de suas cartas com que nos galardoou.

Contigo, com teus diletos filhos, todos, confraternizados, sob o estandarte drapejante do mesmo Ideal, prossigamos na paladínica escalada para o alto e para a glória.”

* * *

Assim, promissor, corria o ano de 1948. A 1.º de outubro, em Varginha, o Governador Milton Campos, em casa do Cel. João Urbano de Figueiredo, reiterou-nos a valiosa promessa já solenizada em Palácio. A 16 de novembro, o autor destas linhas, tal como esperava, inteirou-se da decisão da chamada Ala Liberal do P.S.D., qual a de realizar-se à Ortodoxa, para a votação da Lei da Nova Divisão Administrativa e Judiciária do Estado. No mesmo dia, às 23 horas, convidamos o Pe. Artur Campos Costa e Hormino Reis e, na manhã seguinte, o Presidente e demais membros da Comissão para nova e imediata ida a Belo Horizonte. Antes, em Boa Esperança, consegui do ilustre Prefeito Antônio Cândido de Figueiredo, por escrito, nova manifestação de simpatia, agrado e apoio à nossa causa, endereçada

ao Deputado Simões de Almeida, então Presidente da Ala Liberal. Partimos na tarde do mesmo dia, 18, pernoitando em Oliveira. Na manhã seguinte, em Brumadinho, tivemos confirmação do propósito da antiga Ala do saudoso Zito Soares. Em Belo Horizonte, imediatamente, procuramos os líderes de todos os Partidos políticos, eficazmente auxiliados pelo Deputado Último de Carvalho, Moacir Rezende, Fabrício Soares, bem como pelos prestantes amigos Azarias e João Barbosa Sobrinho, respectivamente, Prefeitos de Três Pontas e de Conceição Aparecida e coqueirense. Encontramos em todos a mais cativante receptividade.

Assim, a 21 de novembro, sob a mais fagueira esperança e ansiosa expectativa de todos os coqueirenses presentes no Palácio Inconfidência, foi aprovado, em 2.ª e decisiva discussão, o projeto n.º 725, que continha a Nova Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, com a inclusão do processo n.º 165, que guardava a nossa cara aspiração. Relatara-o o Deputado Último de Carvalho, que, em síntese, historiou a nossa luta emancipacionista, desde 1943.

Conseguimos uma votação unânime. Setenta e um Deputados presentes — Setenta e um votos favoráveis.

Caso inteiramente pacífico, que contou com a integral simpatia dos dignos legisladores mineiros, dos quais o Deputado Moacir Rezende, além de outros, elegantemente congratulou-se com os coqueirenses, sobretudo pelo espírito de concórdia imperante. Esclareceu, ainda, ao povo que nós mesmos havíamos desistido da anexação do povoado de Porto dos Mendes ao nosso novel município. Embora o quiséssemos conosco, por um lado, entretanto, não desejávamos criar discórdia na vizinha e amiga Cidade de Nepomuceno.

Foi o 21 de novembro mais um dos nossos dias inesquecíveis na formosa Capital Mineira, onde, à noite, no salão de visita do Hotel Gontijo, nos reunimos todos na companhia de vários Deputados amigos.

Regressando, a seguir, a Coqueiral, a caravana foi aqui recebida com aleluias e festas, com alvíssaras e vibração.

A 7 de dezembro, recebi um telefonema do Deputado Último de Carvalho, dando-me ciência da terceira e última votação do projeto.

Finalmente, a 27 do mesmo mês, o Governador Milton Campos sancionou a histórica Lei n.º 336, por força da qual, com mais 71, estava emancipado o Distrito de Coqueiral, já com 106 anos de existência, pois fora criado em 1846.

A 1.º de janeiro de 1949, pelo Dr. César Silveira, então integérrimo e ilustre Juiz de Direito da Comarca de Boa Esperança, foi festiva e solenemente instalado o novo Município.

Naquele dia, para nós inesquecível e histórico, a nova cidade, em apoteose, com a presença de altas autoridades amigas e de pessoas de escol, viveu o seu instante supremo. Impossível a nossa pena descrever, precisamente, nestas notas, a vibração, o contentamento popular, a euforia. Diante de tudo, a alma coletiva coqueirense foi tomada da mais extasiante alegria.

A Sessão Magna de instalação do Município, realizada às 14 horas no “Clube Coqueirense”, foi realmente magna no correr da qual notáveis discursos foram pronunciados, tendo sido orador oficial Leonides Alvarenga. Quando o Dr. César Silveira, secretariado por Eugênio Borges Medeiros, proferindo as palavras rituais, declarou instalada a nova comuna e a sua sede com foros de cidade, a nossa alegria transcendeu do contingente, para atingir aquele estado de êxtase integral a que aludiu o filósofo.

O Dr. Passos Maia, em seu interessantíssimo livro de memórias, diz que a sua emoção, provinda da festa instaladora da sua Vila de Guapê, só poderia ser comparada àquela sentida por Colombo, ao divisar, no horizonte, a Ilha de Guarani, ou à satisfação experimentada por Joana d’Arc, quando assistiu, em Remmes, à coroação de Carlos VII, ali levado pelo fulgor de sua espada de heroína providencial. E a nossa comoção menor não foi.

Dos vários discursos pronunciados vamos referir-nos a tópicos de alguns (52):

Começemos com o muito ilustre e saudoso Antenor Barbosa de Oliveira, que, em seu discurso-poema, entoou um verdadeiro hino a Coqueiral. À Terra que lhe ouviu os primeiros vagidos. E disse: “Coqueiral, que até hoje me embalas na sinfonia suave e terna que era tangida pela brisa vespéral nas franças verdes e fartas de tuas casuarinas e que eu escutava embevecido à porta de meus saudosos avós maternos, entrecortada pelas badaladas da Ave-Maria; Coqueiral que, na Praça do Cruzeiro, um dos mais belos da região, ostentavas o signo majestoso de teu patriotismo sadio nas filas dos coqueiros, de leques verdoengos e cachos dourados, de estipes retas e a prumo como tu mesma; Coqueiral de meus inocentes folguedos de menino, terra comum de meus avós carinhosíssimos, de meus pais ultra-amorosos, eu te

(52) Na 1.ª edição deste livro os discursos foram transcritos na íntegra, o que, entretanto, não fazemos agora para não alongar, além de nosso desejo nesta 2.ª edição, a narrativa.

venho trazer minha comovidíssima saudação neste dia em que se sagra tua maioridade.” E, perorando:

“Hás de continuar a ser nossa terra-menina, garrida e bela, dadivosa e meiga, com quem, anos afora que Deus nos conceda viver, estaremos sempre a brincar nos serões espirituais de nossas recordações, como a criança com sua bonequinha rica de prendas com que fantasia o sagrado egoísmo de nossa imaginação, tornando-a mais valiosa que a dos filhos dos reis ou dos marajás, porque o teu grande e imarcescível encanto é justamente seres, COQUEIRAL, a nossa terra, o nosso berço, o nosso TUDO”!

A seguir, o nosso não menos e ilustre conterrâneo, Dr. Antônio Cândido de Figueiredo proferiu a sua prece cívica à Terra sua e de seus antepassados. Dentre o mais, disse nosso inatacável conterrâneo e, então, muito digno Prefeito de Boa Esperança:

“Sinto que as minhas palavras já se vão prolongando demais (não apoiado, dissemos nós). Mas nem por isso me sinto tornar prolixo, porque é uma alma coqueirense, como a vossa, que fala, que almeja, que pede a vossa felicidade pessoal, a vossa união, a vossa harmonia, a paz para o vosso espírito, uma vida de alegria, de sonhos e de venturas. É um coração coqueirense, como o vosso mesmo, transbordante de tanto desejar a vossa felicidade, que fala, que anseia com fé e cheio de esperança pela grandeza desta terra prometida, dadivosa, onde recebi a graça divina de viver.”

“...Oh! meu Coqueiral, quisera fazer por ti tudo que fosse possível. Quisera tornar-te uma cidade grande e bela. Quisera transportar para ti as belezas das grandes capitais do mundo. Quisera tornar-te mesmo a Capital do Universo.”

E, perorando: “Antes de terminar minhas palavras é bom que nos lembremos de levantar uma prece fervorosa ao EXCELSO CRIADOR que vive conosco este momento de intensa alegria, para que ELE ilumine a inteligência dos futuros dirigentes do novo Município de Coqueiral, a fim de que possa conduzi-lo, com serenidade e justiça, à procura de sua grandeza e da grandeza de Minas Gerais.”

* * *

Instalado, assim, o município, sob tão risonhos prognósticos, recebemos, a 2 de janeiro, o seu Intendente Dr. Rui Borges de Carvalho, designado por seu tio muito eminente — Governador Milton Soares Campos. Iniciando o desempenho da sua alta missão, tratou logo o Dr. Rui de instalar a Prefeitura no sobradinho do Geraldo Borges. Escolheu, por sugestão nossa, para seus auxiliares ime-

diatos, Eugênio Borges Medeiros e Antônio Rodrigues Sobrinho, respectivamente, Secretário e Chefe do Serviço da Fazenda Municipal.

A 6 de março realizaram-se as eleições para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores à Câmara Municipal. Por uma louvável iniciativa e proposta do chefe pessedista local — Sr. Antônio Batista de Figueiredo, indicou-se, para concorrer ao cargo de Prefeito, o Farm. Hormino Alves dos Reis, chefe udenista. Frente aos elogiáveis propósitos conciliatórios do líder pessedista, tive a cívica alegria de aventar a conveniência de se compor a Câmara de Vereadores, em sua maioria, com elementos do P.S.D. Assim, foram eleitos: para Prefeito, o Sr. Hormino Alves dos Reis. Para Vice-Prefeito, Sr. Joaquim Borges de Figueiredo, indicado por sugestão do Dr. Paulo Ferraz. Para Vereadores: Farm. José Chaves de Figueiredo (eleito e sempre reeleito Presidente da Edilidade, por votação unânime de seus pares, tal a sua dignidade aliada à isenção com que sabia conduzir-se na investidura), Geraldo Rossi Figueiredo, Geraldo Alves Vilela (eleito Secretário), José Cândido Figueiredo e José Amaro da Silva, esses cinco indicados pelo P.S.D. Pela U.D.N.: Leonides Alvarenga, Agenor Peloso, Júlio Menezes e Joaquim Sidney dos Reis.

A 26 de março, pelo Dr. César Silveira (Juiz Eleitoral) foi empossada a Câmara Municipal, que, por sua vez, nos termos da Lei Orgânica dos Municípios, a 2 de abril seguinte, deu posse solene e festiva ao Prefeito e Vice-Prefeito. Nesse histórico ensejo, foi, também, inaugurada a nova Usina de Força e Luz S. A. de Coqueiral, graças, sobretudo, à meritória e inapagável iniciativa do grande amigo desta Terra — Sr. Valdemar Kjaer. As solenidades com que a 2 de abril de 1949, significando as posses referidas, a inauguração da Usina Hidrelétrica e ainda homenageando pessoas beneméritas, foram, à época, objeto de reportagem jornalística nossa.

Do que escrevemos sobre a verdadeira apoteose cívica e dos notáveis discursos pronunciados, vamos reportar-nos a alguns tópicos:

Obedeceram os festejos ao programa seguinte: às cinco horas de 2 de abril — Alvorada pelas duas bandas de música — “Lira Santa Cecília” e “Lira Euterpe Progressista”. 2.º — Às 14 horas, na Prefeitura Municipal, verificou-se a posse do Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, Farm. Hormino Alves dos Reis e Joaquim Borges de Figueiredo. Em seguida, no Clube Coqueirense, a sessão magna comemorativa do acontecimento. Tal sessão, que contou com o comparecimento de uma assistência tão numerosa quanto seleta,

constituída de pessoas gradas de Belo Horizonte e das vizinhas cidades, foi, realmente, magna. Presidiu-a, por incumbência de Otávio J. Alvarenga, o Dr. Antônio Cândido de Figueiredo, Prefeito Municipal de Boa Esperança. Formou o Presidente a Mesa de Honra de pessoas altamente categorizadas e ilustres, como: os Deputados Estaduais, Moacir Rezende e Último de Carvalho, altas autoridades judiciárias, eclesiásticas, administrativas, chefes e presidentes de diretórios políticos.

Aberta a sessão e executado o Hino da Pátria pela “Lira Santa Cecília”, fez uso da palavra, como orador oficial, o Sr. Leonides Alvarenga, que, numa peça oratória lapidada e substanciosa, soube exaltar o acontecimento em tanta maneira histórica, saudou os empossados, externou a gratidão do povo coqueirense ao grande paladino da Usina Força e Luz S. A. de Coqueiral — Sr. Valdemar Kjaer e aos demais vanguardeiros das marcantes realizações locais. Ofereceu a homenagem devida ao Dr. Rui Borges de Carvalho, Intendente que fora do Município. Deteve-se, por fim, nas figuras preclaras dos Deputados Moacir Rezende e Último de Carvalho, presentes. Seguiram com a palavra mais os seguintes oradores: Revmo. Pe. José Elias de Negreiros, João Corrêa Veiga, Dr. Antônio Cândido de Figueiredo, Dr. Rui Borges de Carvalho, o Prefeito Hormino Alves dos Reis, havendo todos, com brilhantismo, exaltado a magnitude do acontecimento. Franca a palavra, dela fizeram uso os Deputados Último de Carvalho e Moacir Rezende, dois dos principais baluartes da emancipação político-administrativa local. Tiveram para com esta Terra e sua gente entusiásticas palavras da mais franca admiração, louvando, sobretudo, a paz política, a concórdia fraterna e construtiva aqui reinantes. Discursaram, ainda, o Dr. J. Vilela, pelo Diretório Municipal do P.S.D. de Boa Esperança, e a Prof.^a Maria Aparecida Pereira, representando os educandários locais. Por fim, a menina Marília de Figueiredo Reis, sendo todos os oradores vibrantemente aclamados e irradiados os seus discursos.

Encerrada a sessão, novamente ao som do Hino Nacional, teve lugar um lanche oferecido aos convidados especiais, durante o qual, ao champanhe; falaram ainda diversos oradores, erguendo os brindes de honra aos Exmos. Srs. Presidente da República e Governador do Estado, Secretário do Interior e outras altas autoridades constituídas.

As vinte horas, na residência do Vereador Leonides Alvarenga, foi oferecido um jantar aos Deputados presentes e a outras autoridades, no decorrer do qual fizeram uso da palavra o Revmo. Pe. José Elias de Negreiros e os parlamentares Moacir Rezende e Último de Carvalho.

As vinte e duas horas, no “Clube Coqueirense”, teve início o grande baile de gala, quando, de novo, discursaram os ilustres representantes do Parlamento Mineiro e o Revmo. Vigário da Paróquia.

Uma nota que deu grande destaque aos festejos, por nímia gentileza da Diretoria do Ginásio “São José”, de Boa Esperança, e de seu Instrutor militar, foi o comparecimento do “Tiro de Guerra” do mesmo Educandário, composto de uma brasilica e galharda mocidade cívica e bilaqueanamente educada, para melhor sentir a existência vibrátil da Pátria.

Outra ocorrência que merece ser divulgada, por testificar a união, a harmonia e a educação política dos coqueirenses: O Deputado Último de Carvalho, que chegara no dia 1.º de abril em Coqueiral, hospedou-se com o udenista Otávio J. Alvarenga. O Deputado Moacir Rezende, com familiares, foi hóspede do pessedista Geraldo Alves Vilela.

Ficou assim, mais uma vez, patenteado o elevado grau que, no termômetro das conquistas civilizadoras, atingira a sociedade coqueirense.

Quando as urnas das primeiras eleições das autoridades executivas e legislativas do novel Município desciam a Rua Direita de Boa Esperança, para serem apuradas, o Dr. Trajano Leal, sempre espirituoso e brincalhão, de sua residência, proclamou: “Eis ali o resultado dos versos do Otávio Alvarenga.”

* * *

Agora, do discurso oficial pronunciado por Leonides Alvarenga, por ser longo, detemo-nos apenas em alguns fragmentos:

Reportando-se a todos os acontecimentos, desde a campanha emancipacionista, aos parlamentares, ao Dr. Rui Borges de Carvalho, ao Sr. Valdemar Kjaer, ao Deputado Oscar de Andrade Botelho e a outras autoridades e benfeitores da Terra, disse:

— “São realidades por demais expressivas, magníficas, cuja exaltação transcende da curta limitação de uma fala de orador de aldeia.

Elas como que bilaqueanamente sacodem e extasiam a alma em transporte de civismo desta Terra, que desperta para a posse de si mesma. Para poder crescer. Para poder subir e ter um lugarzinho condigno na comunhão comunal da altiva Terra Mineira. E mais extasiada ainda está a alma de quem vos fala, a ponto de quase perder-se no pélago de sua própria comoção perturbadora.”

“... E esse inesquecível 2 de abril é o coroamento lógico e natural, a celebração decisiva e final dos festejos já exaltados no dia da confraternização universal dos povos.

Eis a razão por que, senhores, acudindo à convocação que, de novo, me foi feita, neste momento de êxtase, aqui estou para tentar sintetizar a magnitude dos presentes acontecimentos, em virtude dos quais, com razão, vibra, e freme, e bilaqueia, e relampagueia, em apoteose, a consciência cívica coqueirense.”

Já quase finalizando, depois de várias considerações:

“... Do mesmo modo, somos gratos a todos os líderes de partidos políticos de Minas, às Comissões Técnicas e Especializadas da Assembléia Legislativa, aos membros do Poder Executivo. Enfim, a todas as pessoas que nos apoiaram, ou que, podendo fazê-lo, não nos criaram dificuldades, como os nossos caros amigos de Boa Esperança.

Tornou-se, assim, o nosso caso inteiramente pacífico. Talvez o mais cordial votado no Palácio Inconfidência, nos históricos e febricitantes dias do mês de novembro de 1948.

Com clarividência e sabedoria agiram os nossos legisladores, quando das feitura das Constituições da República e do Estado de Minas, eminentemente municipalistas. Efetivamente, como bem ponderou, com agudeza, o ilustre Deputado Jason Albergaria: “Emancipação não é favor ou outorga de favor, mas um Direito que o Estado reconhece e protege. É a abolição do élan feudal, que é o maior obstáculo da civilização do interior. É a democratização do feudo político, como a fragmentação do latifúndio pela democratização do solo. É a atomização do monopólio territorial, eleitoral e financeiro: destruição de todo o obstáculo que se opõe à livre expansão da pessoa humana. O município emancipado procura corrigir os seus males. Engajar-se, então, em seus destinos, isto é, pôe-se a serviço de seus valores espirituais, ou dos ideais de cultura e civilização, o que constitui missão histórica da própria Nação. A liberdade é o valor supremo da axiologia democrática. A este valor eminente consagra-se o município, eis que a luta da liberdade individual começou com a liberdade comunal, e continua nas comunas a primeira palçada que se levanta contra as novas bastilhas.”

E, perorando:

— Com o pensamento para o Alto voltado, confraternizados todos sob o drapejar da bandeira do mesmo Ideal, do Ideal que, na lírica do imenso poeta condoreiro, promove até “a concentração da Força Universal,” soubemos caminhar unidos. E, unidos, apraza a

Deus, haveremos de prosseguir na jornada ascensional. Caravaneiros indefesos, iluminados pelo Ideal que enobrece e dinamiza a Vida, pelejemos sempre neste despertado rincão da Brasileira Pátria Imortal, em cujo céu, qual repetiria o eterno Rui, "Deus acendeu a constelação de Sua Cruz." (53).

Findaram os mandatos das autoridades a 2 de abril de 1953, eleitas que foram a 6 de março de 1949 e empossadas no dia 26 do mesmo mês de março.

A atuação da Egrégia Câmara de Vereadores foi serena, eficiente e pacífica, sob a presidência do inatacável, sensato, justo e desapaixonado cidadão Farm. José Chaves de Figueiredo.

O Prefeito Hormino Alves dos Reis, por sua vez, a despeito de deparar, de caminho, as ingentes dificuldades decorrentes, na maioria, da organização de um município nascente, desprovido de tudo, ainda sem a efetivação, hoje, da ajuda da vultosa quota do imposto de renda, fez uma administração que há de projetar-se na posteridade. A organização perfeita, a aquisição de todos os móveis e utensílios da Prefeitura, a abertura e conserva de inúmeras autovias, a criação, construção e manutenção de várias escolas rurais, a construção do imponente Grupo Escolar "Frei Eustáquio", da poderosa caixa d'água, além de outras tantas realizações de vulto, marcantes, para sempre, da administração do primeiro Prefeito de Coqueiral. O futuro historiador desta Terra haverá de saber fazer-lhe justiça.

* * *

Em 2 de novembro de 1952, em prélio renhido, foram eleitos, sob a legenda do P.S.D., os Srs. Orvalino Teixeira Reis e Joaquim Peloso, respectivamente, para Prefeito e Vice-Prefeito. Para Vereadores à Câmara Municipal da mesma legenda: Dr. Geraldo Rossi Figueiredo, Farm. José Chaves de Figueiredo (reeleitos), João Inácio de Carvalho, João Faria e João da Silva Marques. Da U.D.N.-P.S.D.: Leonildes Alvarenga (reeleito), Henrique dos Santos Andrade, Frederico Olímpio Lasmar e Joaquim Olímpio Anastácio.

Em 26 de março de 1953, pelo Exm.^o Sr. Paulo Ribeiro Rosa, Meritíssimo Juiz de Direito e Eleitoral da Comarca de Boa Esperança, foi dada posse à colenda Câmara Municipal, que, por seu turno, empossou o Prefeito e Vice-Prefeito, em 2 de abril.

Nesse ensejo, significando o acontecimento e enaltecendo a figura simpatissíssima do promissor Prefeito recém-empossado, fi-

zeram uso da palavra os seguintes oradores: O ex-Prefeito Hormino Reis, o Dr. Sílvio Menicucci, os Vereadores Dr. Geraldo Rossi Figueiredo, Leonildes Alvarenga e o nosso dirigente local, que, em traços felizes, expôs a plataforma do seu governo.

Findas essas expressivas cerimônias, o novo Chefe do Executivo local, em sua confortável residência, ofereceu às pessoas que lhe assistiram à posse no elevado cargo rico e succulento coquetel, do qual, por fidalgo e democrático convite do anfitrião, participou o Diretório do Partido opositor.

O Prefeito Orvalino Teixeira Reis, na esfera eminentemente administrativa, fez um governo louvado por todos. As realizações consumadas dentro do curto período de apenas vinte e dois meses. Delas se destacam: construção do prédio da Prefeitura e de outras repartições públicas, como Coletoria Federal, Estadual, Agência Municipal de Estatística e Agência do Correio. Término do Jardim Público, com o plantio de variegadas flores e árvores. Calçamento da Praça D. Pedro II e da Rua Tiradentes. Conserva cuidadosa de todas as ruas da cidade. Arborização da Praça 7 de Setembro. Meio-fio em algumas ruas. Administração para o término e prosseguimento das escolas-modelo rurais de Cachoeira e Ermo. Construção do Matadouro e Almoxarifado. Criação de novas escolas rurais. Melhoria dos Serviços d'água potável. Conserva das autovias, etc.

Em 3 de outubro de 1954, em nova disputa, P.S.D. e U.D.N., foram eleitos para Prefeito e Vice-Prefeito, respectivamente, Dr. Geraldo Rossi de Figueiredo e Farm. José Chaves de Figueiredo. Vereadores: Geraldo Alves Vilela, João Figueiredo, Joaquim de Oliveira, Antônio Borges de Figueiredo e Lucas Alves da Silva (P.S.D.), Leonildes Alvarenga (reeleito), Alvim Alves Garcia, Joaquim do Norte e José Ferreira Machado (U.D.N.).

A 29 do mês de janeiro de 1955, o Dr. Paulo Ribeiro Rosa, integérrimo Juiz de Direito e Eleitoral da Comarca de Boa Esperança, deu posse à nova Câmara Municipal, para cujo Presidente e Vice-Presidente foram eleitos por unanimidade, respectivamente, Geraldo Alves Vilela e Alvim Alves Garcia. Elegeu-se Secretário João Figueiredo.

A 31 do mesmo mês de janeiro, em sessão solene e festiva, a nova Edilidade empossou o novo Prefeito e Vice-Prefeito, quando vários oradores se fizeram ouvir, dentre os quais o novo Prefeito do município e Pe. Romeu Moreira Maia e o ex-Prefeito Orvalino Teixeira Reis.

Ao concluirmos o capítulo maior deste livro, é ainda azado reafirmar que devemos a nossa máxima conquista — a emancipação político-administrativa — à união dos coqueirenses, significada, aliás, no próprio MEMORIAL apresentado à CEDAJE.

Continuasse essa Bandeira, então civicamente, empunhada pelo vexilário das convicções e do patriotismo coqueirenses, desfraldada e tremulante no pináculo andino do Ideal, outra seria sempre a arancada de Coqueiral em sua destinação histórica.

Poder-se-ia dizer, como Salustio, em *Bellum Jugurthinum* *Concordia paravae res cresunt, discordia maximae dilabuntur*. “Com a concórdia, as pequenas coisas crescem, com a discórdia, as mais portentosas ruem.”



No ano do encerramento deste livro, o Município de Coqueiral, criado pela Lei n.º 336, de 27-12-1948, formado do distrito criado pela Lei provincial n.º 312, de 1846, no Governo de José Ricardo de Sá Rêgo, é, hoje, formado pelo distrito da rede o de Frei Eustáquio, este criado pela Lei n.º 1.039, de 12-12-1953. É, territorialmente, pequeno, pois a sua superfície é apenas de 303 quilômetros quadrados. Conserva os limites estabelecidos pelo Decreto-lei n.º 148, de 17-12-1938.

Ei-los:

Com o Município de Boa Esperança — Começa no Rio Grande, na foz do Ribeirão das Posses; segue pelo divisor da vertente da margem esquerda desse ribeirão e, depois, pelos diversos dos Córregos do Caxambu e Água Mansa, até o Ribeirão do Marimbondo ou Três Pontas, na foz do Córrego de Água Mansa, pelo qual sobe, até a foz do Ribeirão Santana e por este acima até a foz da Lagoa São Lourenço.

Com o Município de Nepomuceno — Tem começo no Rio Grande, na foz do Córrego das Canas ou dos Coelhoos; sobe por este Córrego até a sua cabeceira; continua pelo espigão da Serra do Morembá ou Carrapato e, em seguida, pelo divisor da vertente da margem esquerda do Córrego da Cruz Alta e pelo espigão da margem direita do Córrego do Monjolinho, até alcançar o Córrego da Prata, na foz do referido Córrego do Monjolinho; pelo citado Córrego da Prata desce até a foz do Ribeirão das Três Pontas, pelo qual desce até a foz do Ribeirão do Barreiro, no lugar denominado “Espinho”; sobe pelo Córrego do Barreiro, até a sua cabeceira, no divisor entre o Ribeirão Três Pontas e o Santana, na foz do Ribeirão São Lourenço.

O distrito da cidade delimita com o de Frei Eustáquio assim: começa no ponto mais alto da Serra do Gambá; deste ponto, em reta, à nascente do Córrego do Turvo, pelo qual prossegue até encontrar o Córrego do Veado; por este acima, até o afluente do Córrego do Veadinho, à margem esquerda; prossegue ainda por este até a cabeceira, da qual, em linha reta, vai ao espigão confinando com Nepomuceno; volvendo à esquerda, sempre em confrontação com Nepomuceno, até encontrar o divisor da Serra da Boa Vista, pelo qual segue até o Ribeirão das Posses, pelo qual sobe até o Córrego do Gambá, chegando à sua cabeceira, de onde retorna ao marco inicial, ou seja, o ponto mais alto da aludida Serra do Gambá.

Dentro desse perímetro, com a área de 69 quilômetros quadrados, segundo o cálculo feito pelo Departamento Geográfico do Estado, havia, em 1954, uma população de 1.610 habitantes apenas, conforme apurou o Departamento Estadual de Estatística. No mesmo ano, na sede do distrito, a Vila de Frei Eustáquio, segundo certidão fornecida pelo Agente Municipal de Estatística de Coqueiral, havia 15 casas de moradia assoalhadas, 28 térreas, 14 ladrilhadas e 2 garagens para automóveis, com uma população de 208 almas. Ainda não existe cemitério. Há uma ampla Capela pertencente à Paróquia do Divino Espírito Santo de Coqueiral. Uma farmácia, algumas casas comerciais, uma marcenaria, máquina de beneficiar arroz, luz elétrica, etc.

A população de todo o Município de Coqueiral, pelo Recenseamento de 1960, era apenas de 6.873 habitantes, sendo 1.162 na sede. É curioso assinalar que o território eclesiástico foi sempre de maior densidade demográfica, pois a Paróquia, em 1890, já possuía 5.240 habitantes, dos quais 2.732 do sexo masculino e 2.508 do feminino. De qualquer maneira, não houve, dentro de cerca de treze lustros, um aumento relativo e desejado da população. Já em 1890, a zona civil possuía perto de 5.000 almas. Para o nosso aumento demográfico não permaneceu o que prevê a famosa Lei de Malthus. E o fator principal do moroso crescimento populacional, que, não raro, até decresce, decorre, como se sabe, do constante êxodo de pessoas, sobretudo, das zonas rurais para outros Estados do Brasil, precipuamente São Paulo, Goiás, Paraná, para onde vão ao acenar da esperança de melhores dias.

A altitude do Município, acima do nível do mar, é 860 metros.

Zona fisiológica: Sul de Minas.

Posição geográfica: Latitude Sul — 21° 11' 2".

Longitude: W. Gr. 45° 27' 36"

Distância, em linha reta, da Capital do Estado: 213 quilômetros.

Rumo O.S.O.

A sede municipal possui excelente topografia, com um clima ameno e salubre. Situa-se à margem esquerda do Rio Grande, do qual dista, em linha reta, 12 quilômetros. A sua população, em 15-2-1955, conforme computação do Agente Municipal de Estatística local, era de 1.406 habitantes. E de todo o Município 7.878, havendo, portanto, um aumento apreciável, a partir do Recenseamento Geral de 1950. Atualmente, a sede é de 2.732 habitantes.

Possui a cidade excelente luz elétrica, própria, gerada, na Usina construída na fazenda do Sr. Olímpio Lasmar, no atual distrito de Frei Eustáquio, em uma cachoeira com grande queda. Ótima água potável com um reservatório de 160.000 litros, sendo o consumo diário (local) de pouco mais de 60.000 litros. É servida pelo telefone interurbano, posto com tráfego mútuo com a Cia. Telefônica Brasileira. Por Correio Diário, vindo de Três Pontas. Fáceis e numerosos meios de comunicação, por diversos automóveis, caminhões e 5 ônibus diários (das Empresas "Santa Terezinha", de F. Magalhães, de Waldemar Cândido) em trânsito para Varginha, Lavras, Campo Belo, Boa Esperança e as localidades intermediárias. É o Município cortado por vários veículos particulares em autovias vicinais, encampadas pela Prefeitura. O número de prédios da sede municipal, residenciais e comerciais, é de 452, sendo 4 assobradados.

A Sede e o Município possuem mais:

Coletoria Estadual, gerida pelo Coletor Geraldo Ribeiro do Vale, com rendimentos, em 1954, de Cr\$ 2.373,595,00. Em 1955, cerca de Cr\$ 5.400.000,00, sendo o seu Escrivão Temistoclides Luiz da Silva. Auxiliares Antônio Idone Vilela, Francisco Rodrigues e José Lourenço Vilela (54).

(54) Instalada em 1.º-7-1949, pelo Sr. Warley Prósperi, coadjuvado por Temistoclides Luiz Silva, bem como um departamento da Caixa Econômica Estadual, anexa, a 1-2-1950, ambas no prédio residencial do Sr. Jorge Pedro Naime até a sua instalação definitiva numa loja própria do prédio da Prefeitura.

Já na fase de composição deste livrinho, a 10-2-56, instalou-se festivamente esse prédio. Também a Coletoria Federal do Município, pelo ilustre intelectual e amigo de Coqueiral, Prof. Leopoldo da Veiga Marinho, que se fez acompanhar de ilustrado representante da Fazenda Federal, o Inspetor Demóstenes Roriz Filho.

A Prefeitura Municipal, com sede própria, com uma receita orçada, para 1955, em Cr\$ 1.050.000,00. Prefeito: Dr. Geraldo Rossi Figueiredo. Vice-Prefeito: José Chaves de Figueiredo. Secretário: Paulo Gonçalves Monteiro. Chefe do Serviço de Fazenda: Antônio Rodrigues Sobrinho.

Câmara Municipal, constituída dos elementos já mencionados folhas volvidas.

Cartório de Paz e Tabelionato do distrito da sede municipal: o Serventuário Vitalício Otávio José Alvarenga. Do distrito de Frei Eustáquio: Agenor Barbosa de Oliveira.

Agente Municipal de Estatística: Eugênio Borges Medeiros.

Chefe do Posto de Saúde: Dr. Geraldo Rossi Figueiredo, também o médico local.

Pároco: Pe. Romeu Moreira Maia.

Delegado de Polícia: Ricardo Lima.

Juiz de Paz: Edson Figueiredo.

Dentistas: Drs. Paulo Ferraz e Jaci Felizali.

Farmacêuticos: Hormino Alves dos Reis e Antônio Figueiredo, na Sede.

Na vila de Frei Eustáquio, João Nicésio da Silva.

Agente Postal: Ivan da Costa Lentz.

Estabelecimentos de Crédito: Agências do Banco Nacional de Minas Gerais S.A. e Escritório do Financeiro da Produção respectivamente, sob as gerências de Antônio Figueiredo e Júlio Menezes. Correspondentes do Banco do Brasil S.A., Mineiro da Produção, Banco de Minas Gerais, Crédito e Comércio de Minas Gerais, Comércio e Indústria, além do Departamento da Caixa Econômica Estadual, anexa à competente Coletoria.

Casas comerciais — cerca de 45 em todo o Município, sendo 20 na sede, das quais as principais são: Casa Antunes, de João Feliciano Vilela. Casa Flórida, de Leonides Alvarenga. Casa Calil, de Jorge Calil Jacob. As de João Faria, Geraldo Pereira, João Alves de Mesquita, Serdico de Souza, José Penaforte.

Bares: Menezes e de Amadeu Pereira.

Barbearias: “Salão Elite”, de Agenor Faria e as de Agenor Botelho e de Sebastião Orfano da Silva.

Posto de Gasolina “São José” (Texaco), de Abílio Pereira de Abreu. Bomba de José Gonçalves de Oliveira (Atlantic).

Igrejas e Capelas: a majestosa Igreja-Matriz e quatro Capelas sendo a principal a de Frei Eustáquio.

Associações religiosas: Apostolado da Oração, Associação de São José, Pia União das Filhas de Maria, Congregação Mariana, Cruzada Eucarística Infantil, Obras e Vocações Sacerdotais.

Assistência Social: Sociedade de São Vicente de Paulo, em organização, sob a presidência do Sr. Geraldo Ribeiro do Vale.

Ensino: Grupo Escolar “Frei Eustáquio” (sede), três Escolas Rurais modelo e doze municipais, constituindo-se o Grupo de 9 cadeiras, regidas por zelosas professoras, sob a direção da Prof.^a Helena Vilela, funcionando em imponente e moderno prédio próprio.

Grêmios culturais e artísticos: Biblioteca “Humberto de Campos”, Grêmio Teatral “Antônio Terra”, Corporação Musical “Lira Santa Cecília” e Jazz “Pierrots do Luar”, sob a regência do maestro Francisco Paula Batista.

Clubes recreativos e casas de diversão: “Clube Dançante Coqueirense”, Associação Operária “Luís Gama”, ambos em prédios próprios. O moderníssimo “Cine Reis”, de propriedade do Farm. Hormino Reis.

Hotel Coqueirense, de José Francisco Inácio.

Campo de pouso: Campo “Santos Dumont”, de 800 por 60 metros, distante um quilômetro da cidade.

* * *

AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E PECUARIA

Essa quádrupla atividade do Município, coluna básica de sua estrutura econômica e fulcro da alavanca de seu progresso, vai sumariada aqui com destaque, tal é a sua importância.

A lavoura aqui, graças à uberdade de suas terras e à operosidade dos homens que as amanhã, está muito desenvolvida em que pese à inclemência atual do tempo, além de outros fatores negativos.

A par da grande e abundante colheita de cereais com que se abastece a si mesmo e exporta ainda uma sobra, produz grande quantidade de café de reputada qualidade, calculada neste ano de 1955 em mais de 22.000 sacas, sendo a colheita do ano anterior muito fraca: 7.500 sacas. São os maiores produtores: Joaquim Peloso, José Vilela Barbosa, Agenor Peloso, Cândido José Ferreira, Antônio Chaves de Figueiredo, Olímpio Lasmar e outros.

Grande, também, o plantio e a produção de cana-de-açúcar.

* * *

A indústria local tem o seu ponto alto na poderosa Usina de Açúcar do “Esmeril”, do empreendedor coqueirense José Vilela Barbosa, a maior potência econômica do Município, que, neste setor, lhe deve soma incalculável de benefícios, a maior parcela de seu progresso material e grande incentivo ao trabalho, do qual a sua grande fazenda é imensa colmeia, onde centenas de pessoas ganham o pão de cada dia, como está sentenciado no “Gênese”. Nessa força benfazeja de trabalho ainda militam os operários especializados, os técnicos procedentes até do Estado de Pernambuco. Tem capacidade para produzir, diariamente, 500 sacos de açúcar cristal. Sua produção em 1954 foi de 31.455 sacos, além de grande quantidade de aguardente. O arrojado e dinâmico usineiro montou, igualmente, em sua fazenda, poderosa Usina Hidrelétrica, no chamado Ribeirão da “Fábrica”, além de outros empreendimentos de vulto.

Há, ainda, no Município, dentre outros, 3 engenhos para o fabrico de aguardente, de propriedade de João da Silva Marques, de Evaristo Batista de Figueiredo, de José Gabriel da Silva, com uma produção anual de cerca de meio milhão de litros.

Da Firma Kjaer & Cia. Ltda. há duas modernas fábricas de laticínios, fabricantes dos famosos queijos “prato”. Sua fabricação, em 1954 (ano fraco, de prolongada estiagem), foi de 145.270 quilos, sendo a produção de leite, no mesmo ano, de 1.401.214 litros.

Existem, ainda, no Município, 4 máquinas de beneficiamento de arroz, 8 de café, 4 marcenarias, 2 serrarias, 2 oficinas mecânicas para reparos de automóveis, etc., além de outras pequenas indústrias e atividades consentâneas com a dinâmica moderna.

* * *

XL

CURIOSIDADES

Para os porvindouros daqui a meio século ou mais, vamos ver a atual cotação do mercado, ou, melhor, os preços de algumas mercadorias e utilidades essenciais neste lugar no ano de 1955:

Saco de café, em média, de Cr\$ 2.200,00. De arroz, Cr\$ 800,00, Cr\$ 900,00, tendo sido a produção local, em 1954, de 14.000

sacos. De feijão, em crise, até Cr\$ 1.000,00. Carro de milho — Cr\$ 4.000,00, tendo sido a última colheita estimada em 22.000 sacos. De açúcar, o saco já estava cotado em Cr\$ 540,00. De trigo, o quilo Cr\$ 10,00. Macarrão, Cr\$ 11,00. Toucinho, Cr\$ 50,00 também o quilo. Carne de porco, Cr\$ 35,00. Manteiga, Cr\$ 80,00. Queijo, Cr\$ 40,00, em média. Frango, Cr\$ 35,00 a Cr\$ 40,00. Alqueire de polvilho, Cr\$ 300,00. Um mugango de tamanho médio custa Cr\$ 8,00. Quilo de fumo, Cr\$ 120,00. De tomate, Cr\$ 12,00. Carro de lenha (com 3 m³), Cr\$ 250,00, quando, em 1884, cutava Cr\$ 2,50. Aluguel mensal de casa, de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 1.500,00. Em 1884, Cr\$ 2,00 a Cr\$ 6,00. Um milheiro de tijolos, Cr\$ 600,00. Um carro de areia, Cr\$ 200,00.

Um enxadeiro ganha, nestes últimos dias, Cr\$ 45,00, diariamente, representando, contudo, menos do que Cr\$ 0,60 (600 réis) em 1884, quando o quilo de toucinho custava Cr\$ 0,40. Um carpinteiro percebe a diária de Cr\$ 100,00. Um pedreiro, Cr\$ 80,00, quando, em 1884, eram Cr\$ 3,00 e Cr\$ 2,00, respectivamente. Um operário de indústria tem o salário mensal de Cr\$ 1.800,00.

Todos esses salários, conquanto majorados, estão ainda muito aquém do custo astronômico e sempre crescente das utilidades, agravado com a ininterrupta aspiral inflacionária.

Um professor de Curso Secundário em Minas, nos longes do ano de 1854, relativamente já percebia proventos melhores dos que, hoje, percebem os atuais.

Alguns exemplos, com arrimo em nossos historiadores:

O Diretor do Liceu Mineiro, instalado em 5-2-1854, tinha o salário mensal, em números redondos, de 126\$000. O Secretário, 90\$000. Professores, 83\$000. Professor de Latim e Farmácia, 66\$000, Amanuense, 42\$000. Porteiro, 38\$000. Contínuo, 25\$000.

X L I

COQUEIRAL A PARTIR DE 1955

No ano de 1955, o do encerramento do contexto da 1.^a edição deste livrinho, como já vimos, era Prefeito do Município, Orvalino Teixeira Reis. Vice, Joaquim Peloso. E os 9 Vereadores já citados.

Em 1959, em acordo, o eleitorado coqueirense sufragou, nas urnas, os seguintes cidadãos:

Para Prefeito: Geraldo Alves Vilela.

Para Vice-Prefeito: Farm. Hormino Alves dos Reis.

Vereadores: Orvalino Teixeira Reis, José Chaves de Figueiredo, Lucas Alves da Silva, Alvim Alves Garcia, Antenor Pereira Zito, José Dolor Lima, Leonides Alvarenga, Antônio Peloso e Joaquim Olímpio Anastácio.

De 1963 a 1966:

Prefeito: Orvalino Teixeira Reis.

Vice-Prefeito: Joaquim Rossi.

Vereadores à Câmara Municipal: Dr. Geraldo Rossi de Figueiredo, Sebastião Ferreira Machado, José de Figueiredo Cândido, José Chaves de Figueiredo, Abelar Pereira, Alberto Penaforte, Leonídio Alvarenga, Geraldo Garcia de Menezes, Emar Moura de Sousa.

De 1967 a 1970:

Prefeito: Júlio Menezes.

Vice-Prefeito: Dimas Batista de Figueiredo.

Vereadores: Dr. Ivanir Gabriel Botelho, Dr. Geraldo Rossi de Figueiredo, Joaquim Rossi, Leonides Alvarenga, João Rodrigues de Araújo, Júlio Lima, Lourival Peloso, Onésio de Oliveira Botelho, Constantino do Nascimento e Silvestre Botelho de Faria.

De 1971 a 1974:

Prefeito: Dimas Batista de Figueiredo.

Vice Prefeito: Hormino Alves dos Reis.

Vereadores: Antônio Alves Brasileiro, Avilton Batista Penaforte, Constantino do Nascimento, João Nicésio da Silva, Joaquim Rossi, José Lourenço Vilela, Dr. Itamar Pereira Vilela, Lucas Alves da Silva e Onésio de Oliveira Botelho.

Eleitos em 1973 para o quadriênio 1974-1977:

Prefeito: João Figueiredo

Vice-Prefeito: Júlio Menezes.

Vereadores: José Lourenço Vilela, Dr. Itamar Pereira Vilela, Lourival Peloso, José Delano Rossi Figueiredo, Sebastião Roberto So-brinho, Constantino do Nascimento, João Batista Penaforte, Júlio Antônio de Lima e João Nicésio da Silva.

Eleitos em 1976 para o quadriênio 1977-1980:

Prefeito: Antônio Idone Vilela

Vice-Prefeito: Geraldo Alves Vilela

Vereadores: Dr. Ivanir Botelho, Farm. Joaquim Rossi, Prof.ª Denise Nêrcia Alvarenga, João Batista Penaforte, José Adelano Rossi Figueiredo, José Lourenço Vilela, Dr. Itamar Vilela Pereira, Lorival Peloso e Joaquim Portugal.

Já se encontra, ao encerramento deste volume, o Prefeito Antônio Idone Vilela, em pleno exercício do cargo, revelando-se, de início, o excelente administrador que os coqueirenses todos esperavam. Bastante promissora a sua administração.

ESTATÍSTICA

No ano de 1976, as várias atividades coqueirenses, no campo educacional, industrial, agropecuário e comercial podem resumir-se no seguinte e sintético quadro estatístico:

Estabelecimentos de Ensino na sede do município: Colégio Estadual "Pe. Anchieta", criado no Governo de Magalhães Pinto, pela Lei n.º 3.756, de 14-12-1965. Com a matrícula de 246 alunos. Seu primeiro Diretor foi a Prof.ª Mariana de Figueiredo Reis, seguindo-se-lhe o Dr. Vanus Antunes Vilela e a Prof.ª Vânia Teresa Figueiredo Peloso. Seu corpo docente é selecionado e composto, atualmente, de 13 professores habilitados.

Colégio Normal, criado no governo municipal de Júlio Menezes, por força da Lei n.º 387, de 12-2-1968, reconhecido pelos Decretos n.ºs 13.510, de 3-11-1971 e 14.827, de 19-9-1972. Denomina-se, atualmente, Escola Municipal do 2.º Grau de Coqueiral e dirigida pela emérita educadora Mitsi Morais Menezes e secretariada por Ana Maria Fagundes de Figueiredo.

Functionam esses estabelecimentos de ensino em prédios próprios adredemente construídos.

Grupos Escolares: "Frei Eustáquio", criado em virtude da Lei n.º ..., de 1952. Dirige-o a Prof.ª Cecília Ferreira Penaforte. Frequentam-no 707 alunos.

"Maria de Araújo Magalhães Pinto, criado no profícuo Governo de seu filho J. Magalhães Pinto. Funciona em sede própria, sob a direção da Prof.ª Maria Léa Ferraz Vilela. Frequentam-no 272 alunos.

Na zona rural, nos povoados do “Êrmo”, “Esmeril”, “Santa Clara”, “Coqueiros”, Fazenda da “Lagoa”, existem 6 Escolas Estaduais, 5 Municipais na zona rural, com 150 alunos, aproximadamente.

Estabelecimentos comerciais: 55 — industriais: 15.

Propriedades agrícolas: 798.

Plantio de café: cerca de 3.000.000 pés.

Produção aproximada: 40.000 sacas.

Renda da Prefeitura Municipal (1976): Cr\$ 1.300.000,00. Do Estado: Cr\$ 420.000,000.

Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, instalada, festivamente, a 1.º de fevereiro de 1964, ainda no benemérito Governo de Magalhães Pinto. Gere-a, desde sua instalação, Odilon Alvarenga. O seu depósito (em 1976) é de Cr\$ 5.000.000,00, com previsão de sensível aumento para um futuro próximo. O seu depósito inicial foi de Cr\$?...

Conta, ainda a Cidade de Coqueiral, com um funcional Posto de Saúde, chefiado pelo ilustre médico Geraldo Rossi Figueiredo, auxiliado, eficazmente, pelo prestante Três-pontano, Cêlio de Carvalho Brito. Devemo-la, ainda, ao Governo realizador de Magalhães Pinto.

Uma excelente Praça de Esportes, graças a um convênio do Estado com a Prefeitura Municipal local, sob a chefia do distinto coqueirense João Figueiredo, tendo inauguração festiva, presidida pelo eminente Governador Aureliano Chaves.

* * *

Ainda a partir de 1955, contou Coqueiral com Clubes de Serviços, como LIONS CLUBE (ainda em atividade), cujo primeiro Presidente foi, sendo o atual O LEO CLUBE (Liderança, Experiência e Oportunidade), fundado e presidido por João Batista de Alvarenga, um jovem com irresistível vocação para a liderança. Cinquenta jovens atuantes compunham esse Clube, que relevantes serviços de benemerência e assistência social prestou à comunidade coqueirense. O jornalzinho “COQUELEO”, também fundado e dirigido pelo mesmo João Batista de Alvarenga, que, então, se acercou dos mesmos moços idealistas e crentes na radiosidade do amanhã.

Merece, também, menção a CANTINA TEODOLINA PEREIRA DE MENEZES, uma das realizações do dinâmico e realizador Prefeito Júlio Menezes.

XLII

MAROIM (55)

Para codaquizar-lhe, Mestre Alberto Deodato, o roteiro sentimental a seu terceiro Mundo — Maroim, o de seu coração, não sei como comece. Confundem-me tantas recordações de sua infância longínqua, que a visão da paisagem sugere, ao guaiar da Saudade!

Até o oceânico Rui Barbosa, muitos anos ausente da sua Bahia imorredoura, visitando-a ao divisar a curva azul da enseada da Terra, onde cantou o hugoano Castro Alves, vacilou:

“Depois disto... diante disto... não sei como principie.”

Maroim, a sergipana cidade lírica de sua meninice, à margem do Rio Ganhamoroba, é-lhe, confessadamente, maior do que Nova Iorque. Mais bonita do que Paris. Porque nela, sua linda mãe, que muito moça morreu, lhe aberçou o primeiro sono. Ao decerto, ao doce acalanto dessas santificadas canções que, como hei repetido, somente as mães e os rouxinóis sabem gorjear aos ninhos.

Lá brincaram casemirianamente os seus verdes e descuidados anos. Suponho, de fazer, pelas alcatifas das várzeas, nas manhãs ensolaradas, ziguezagues com as borboletas policrômicas, quais asinhas do arco-íris. À noitinha, com os vagalumes a acender e apagar suas lanterninhas verde-flavas.

Vadeava, o rio, sol no zênite, matando caranguejos lamacentos. Na preamar, noite a dentro, singrava u'a jangada de bananeira, coleando os “mangues”, em cujos galhos se encadeavam os aratus com que recheava seu samburá.

Não só o rio, que lhe poetizava, com líquidas lágrimas alegres, a cidadezinha bonita, foi o seu infantil encanto. Mas, sobretudo,

(55) Perguntará, provavelmente, o leitor: Que tem a ver Maroim em Coqueiral? Respondo-lhe, “a priori”: Na Geografia Sentimental dos dois filhos, que carregam a Saudade no coração, as duas cidadezinhas se tornam gêmeas. Aproximam-se, em que pese às distâncias, no espaço.

a) “COQUEIRAL DE ONTEM E DE HOJE” é a mesma Maroim da infância do Prof. Alberto Deodato e a que ele, volvidos muitos anos, visitou há pouco.

b) Praz-me renovar minha homenagem ao professor eminente, cuja sergipanidade, subindo pelo Rio São Francisco, veio juntar-se à mineiridade destas montanhas, na argamassa da mais bilaquiana brasilidade. E, na Terra dos Inconfidentes, ficou semeando luzes.

Esta crônica integra uma série de outras com que acompanhei o professor em sua excursão por “NOVA IORQUE, PARIS e MAROIM.”

ela, o seu berço. Por suas ruas e quintais, peralteando de camisola, quebrou muitos lampiões. Surripou queijadas, no tabuleiro da inofensiva Sinhana. Estilingou passarinhos nas árvores altaneiras. Provavelmente até o hospitaleiro, laborioso e previdente João-de-barro, à porta sempre aberta de sua casinha, deixando viúva sua companheira... Furtou sapos cheirosos no quintal de D. Estefânia. Como os vigias caninos se acostumaram com o ladrãozinho, a proprietária pôs, de vigilância, duas seriemas renitentes e um jacaré.

Tão logo o pequeno amigo do alheio voltasse a escalar o muro do quintal, as pernaltas se punham a gralhar, o jacaré, agressivo, boca escancarada, cauda erguida, se arremessava ao encalço do malfeitor em fuga... E D. Estefânia, da janela, triunfante, jubilosa, bradava:

— pega o ladrão, jacarezinho de minha alma!...

Amedrontado com as ameaças do guarda pretoriano, ou, melhor, crocodiliano, procurava o fugitivo outro campo de ação para as suas traquinadas.

O Pati e a cidade alagoana de Penedo. No Pati situava-se o engenho de cana de seu pai. Sítio pitoresco, bucólico. Canaviais farfalhantes à vista. Um riacho claro, acalentado sempre pela canção verde das frondes marginais. Florida de nenúfares e aguapés, uma lagoa serena, hialina, certamente em aposta com as niveas e róseas garças na feitura de poemas brancos. Um lagozinho adornado de árvores, onde, em manhãs brumosas ou sol alto, com outros companheiros e também meninas, banhava-se o fedelho de Maroim. Todos em trajes adâmicos, sem, contudo, despertar ainda um capítulo para Freud... As moças maiores, cautelosamente, sob vigia, só se banhavam ao entardecer. Bastava apenas um bem-ti-vi indiscreto num galho de árvore próxima pipilar, para que elas, cremos, se acocorassem nas águas invejadas...

Depois, eis o pequenino sergipano, de camisola, empoleirado no carro de bois, toldado de cana, monodiando a cantiga insípida de seus chumaços, pela paisagem alpestre, rumo ao engenho. Neste, junto às moendas a bugiar, acionadas pela roda grande, movida a água, deliciava-se com dulcíssima garapa de cana caiana, a sentir o cheiro gostoso do melado em fervura nas grandes tachas de cobre. Do palhiço incendiado de fora, à margem da capoeira limítrofe ao engenho, evolava-se u'a fumaça em caracol, que delia tão depressa quanto um sonho de pobre...

Do Porto das Rédeas se lhe descortinava encantadora paisagem, cenário das maiores alegrias desse menino de engenho. Das janelas da Casa Grande divisava ele "a mais bonita paisagem do

mundo". Coqueirais quase aconchegando, num amplexo farfalhante e verde, a solarenga casa colonial. Saveiros, velas brancas enfunadas, descendo e subindo o Rio Sergipe. U'a lagoa entre "guabirobas e pirungas", presumidamente alegrada pelo coro grasnante dos patos selvagens. Pelo vôo ondulante e preguiçoso das garças, como que acenando lenços brancos de saudação. Baronesas, com ares de vitória-régia, a lhe enfeitarem as águas espelhando os flabelos das palmeiras ao doce embalo da graviana.

Como o lírico cantor de "AS PRIMAVERAS", para o banquete frugal da Casa Grande, saía o neto de Mariana Joaquina de Araújo Barreto a colher o fruto das pitangueiras, cajueiros, oitizeiros, jaqueiras. Não poucas vezes deixava esse banquete para almoçar ou jantar nas senzalas, onde saboreava, sobre uma esteira de carnaúba, "o taco de jabá", ou "um pedaço de paca", com o beiju apetitoso de tapioca de mandioca ralada do tipiti ali mesmo montado. À tardinha, à hora viúva das baronesas abrirem-se em lírios roxos, pelas estradas ermas, com medo das cruzeiras solitárias, enfeitadas de flores quaresmais, enganchado no seu carneiro de sela, retornava à Casa Grande. Ali, mucamas, na "gamela d'água-morna", lhe lavaram os pés. O corpo, tisonado de caldo-de-cana e de pocira, ficava para o dia seguinte, nos banhos campais.

A Casa Grande, o Engenho, os Canaviais, o São Francisco, Marroim, Ganhamoroba, as virgilianas paisagens circundantes, "o verde mar bravio", mesmo sem "o cantar da jandaia", foram os cenários indeléveis da gázil infância do coestaduano de Tobias Barreto.

Um dia, infante ainda, houve de deixar os pagos natais. A cidadezinha de berço. O Rio que a poetisa com o surdinar de suas lágrimas alegres. O Engenho patriarcal. Os Canaviais sem sangue, contrariando aqueles do novo romance forte do nosso Gileno Novaes, que, com nu realismo, soube estereotipar o sadismo fornicador dos antigos senhores de engenho. As árvores frutíferas, sob cujas sombras amigas, como Casimiro de Abreu, brincaram seus oito anos, saboreando caju, caldo de genipapos sazonados, trincando coco de ouricuri. Em núpcias com a alegria verde da ditosa paisagem da infância.

E partiu para estranhas terras. Bahia (Salvador). Rio (Lapa). Minas Gerais (Belo Horizonte).

Escrevendo eu sobre Job Freire, em "ARCA DE NOÉ":

— Waldemar Versiani dos Anjos, outro médico de escol, prefaciando "ALGUM PASSADO", lembra Cyro dos Anjos, quando este, em bela página, também de reminiscências, fala da partida de sua cidade de berço, para enfrentar, longe dela, o torvelinho do mundo.

O casario de seus pagos, já contemplado de longe, após “dobrar a Serra do Boi-Mocho”, afigurou-se-lhe uma “pequenina mancha encolhida no vale”. “Pequenina mancha, mas sempre inapagável”, diz o machadiano Cyro.

Essa “mancha branca inapagável” levou-a também Alberto Deodato, ainda ave implume, ao deixar o acalentado ninho materno. Quando, porém, com o volver dos anos, transformou-se ela na cor da flor “que cheira a espinho”, o antigo menino de engenho, mais de meio século após, volta, em visita, a rever esse ninho.

Começa a peregrinação, com a “asa de Dor do pensamento”, por Salvador, onde cursou os primeiros anos ginasiais, no Colégio dos Irmãos Maristas.

Dois mundos diferentes se lhe antolham na “paisagem geográfica” da primeira Capital do Brasil. O primeiro, o do passado, visionado pelos olhos da alma. O segundo, o do presente. Naquele, a visão recordativa dos solarengos sobrados, por cujas janelas se mirava, tranqüilamente, a Bahia de Todos os Santos, as veneráveis Igrejas, o Senhor do Bonfim. Os solares vetustos da áurea época da fidalguia dominante, em cujos salões ostentados por ricos candelabros e tilintar de cristais, damas abanavam seus leques. Sinhá-Moça executava ao piano valsas de Strauss e plangentes composições de Chopin, substituídas, afinal, pelos sambas de Dorival Caymi e composições de Roberto Carlos. E, muito pior ainda, quando pelo coaxar dos “hippies” sem alma, que, do charco, nunca poderão sentir e ouvir a litania das estrelas.

Deparou demolidas as patriarcais construções pelas máquinas desalmadas do mundo moderno, para dar lugar aos arranha-céus. O antigo Colégio “Nossa Senhora da Vitória”, antigamente em uma alameda de árvores agasalhadoras, não existe mais. Velhos contemporâneos, em sua maioria, já empreenderam a Grande Viagem irreversível. Outro Mundo do presente a Bahia contemporânea. Um Mundo que sumiu, para nascer outro.

Sergipe, afinal, já próximo do filho em visita à casa paterna. Sem vê-lo fisicamente, pressentiu-o, contudo, no corpo, no coração. No corpo, porque a graviana, o vento que torna pandas as velas brancas dos saveiros sergipanos, lhe encrespou, num arrepio, os cabelos. No coração, porque tudo começou a ver, a reviver, a sentir com os olhos da recordação.

Agora, já na capital sergipana, da mocidade irreverente de seus vinte anos. À vista, coqueirais, cujos flabelos o vento açoiava. Os canaviais. Os cajueiros pendentes de frutos “peitos de moça”. Os “sapotis trigueiros”.

Evoca Lagarto, Campos, Boquim, Estância. Com elas, Tobias Barreto, Hermes e Lourival Fontes, Gilberto Amado.

E Laranjeiras não lembra o polígrafo João Ribeiro?

Como que despertando de um sonho, convence-se de que está mesmo em Aracaju. Mas outro, evoluído, avançado, moderno, imponente, acorde com a dinâmica e a trepidação do século, mas sem os encantos daquele moço da quadra da lira dos vinte anos. Quando fazia discursos a atrizes de mambembes circos de cavalinhos. Serenatas “ao pinicar do pinho”, cujas cordas o luar catulia-no argenteava. E pedia a Stela acordasse e lhe abrisse a janela...

De Aracaju a Maroim, que, com a maior justiça, recebe, com alvissaras e festas, o filho muito ilustre, há cinquenta e dois anos ausente.

Defrontando-se ele com o presente, ouvia vozes infantis que o saudavam. Acenos de lenços de adultos pelas ruas limpas e remodeladas da cidade. O que, porém, mais sentia era o passado ali presente. Munido das poderosas antenas da sensibilidade, captava as vozes perdidas no tempo, que a saudade ressuscitava. Realmente esta é a “presença dos ausentes”.

Não via, assim, ali, as lâmpadas de mercúrio, mas os lampiões de querosene, vítimas, outrora, de suas estilingadas. Na casa em que nasceu, onde “em cada canto chorava uma saudade”, reviu sua mãe bonita, morta no verdor dos anos, ainda esperando o filho ausente, desde manhã, saído de casa para banhar-se no riacho e, entretanto, já meio-dia, não voltara para almoçar!

Na Igreja de sua infância ajoelhou-se, com a maior contrição, aos pés do Senhor dos Passos, a evocar-lhe as tocantes cerimônias da Semana Maior. Ouviu, ainda, o órgão centenário acompanhando as velhas ladainhas. O grande relógio da torre, quando lhe era indiferente o tique-taque dos segundos do tempo... Reviu a pia em que, nos braços de sua madrinha preta, foi batizado pelo Pe. Dantas. Aproxima-se do Ganhamoroba, em cujas margens ainda viu borboletas, porém não mais aquelas azuis e de mais cores da quadra casimiriiana. Sabiás, mas bisnetos daqueles de sua meninice, cantadores que eram no dealbar dos dias primaveris.

No Pati, lugar do antigo engenho patriarcal, uma usina açucareira, acionada a eletricidade, com o nome de progresso. “O Solar Usineiro não herdou a alma da Casa Grande, pois ali mora a máquina”, diz o nosso citado Gileno Novaes.

Não mais o cheiro gostoso do melado nas tachas em ebulição. O cantarolar dos carros de bois, através do massapê dos canaviais, peçados de cana, com o menino de engenho “ajudando” o carreiro.

Apenas como Joaquim Nabuco, em sua inesquecível Massangana, revive ali “um período tão remoto e tão presente!”

Muitos cajueiros seus olhos vêem. Mas e o seu, grande, no oitão da casa em que nasceu? Não existe mais. O que se lhe azou foi conservar no coração, como Assis Chateaubriand, o seu cajueiro.

Também Humberto de Campos, pela terceira e última vez, visitando, em Parnaíba, a sua árvore anacardiácea, o seu “amigo de infância”, encontrou-a quase morta. Já num cercado imundo, onde na lama imerso, ressonava um porco, no lugar das abelhas ressoantes e dos pássaros cantadores. Quis ainda abraçá-lo, mas não pôde mais!

Por sua vez, pergunta Mestre Alberto:

— Ainda existe tudo isto?

E responde a si mesmo:

— Não. Morreu o que foi o maior encanto da meninice e da juventude de minha terra!

A esta voltou, como aquelas cegonhas a que duas vezes alude Francisco Renato Chateaubriand, as quais, da África regressando para a Grécia, para os campos de Ereteu, encontraram “erma a casa que florente ficara quando partiram”. Como as aves imaginadas por um poeta polaco, não para morrer à sombra encantada da floresta natal, mas para surdinar, entre sorrisos e lágrimas, a nênia da Saudade, essa “fiandeira da distância”.

Agradecendo o brinde que me fez o ilustre beletриста Walde-mar Pequeno, como o seu precioso livro “A NUVEM E O PASSARO”, disse-lhe eu, entre outras coisas:

— O saudoso Franklin Sales, apreciando-lhe “POEMAS DAS VOZES DISTANTES” e “OURO DE CUIETÉ E OUTRAS HISTÓRIAS”, constatou o seu “inelutável sentimento telúrico”. Também o seu grande poder de evocação. A aguda sensibilidade de sua alma de esteta, de artista, em suma.

Esse poder de evocação é-lhe uma constância. Lendo-lhe o “SONETO DA INFÂNCIA”, “CIDADE DO NASCIMENTO”, “CASA PATERNA”, “TERRA NATAL”, “RETORNO”, “LEMBRANÇA”, “RIO DA INFÂNCIA”, evoco, de mim, Alberto Deodato, quando, em espírito e coração, retorna à sua Terra de berço.

Preciosas e arcoirísantes as jóias com que o poeta ensartou o maravilhoso colar da coletânea. Para uma citar, teria eu a mesma dificuldade de quem tentasse destacar uma estrela em lucilante céu de verão. Ao contrário de Ícaro, o Crespo dessas jóias não perdeu, na escalada, as asas com que alçou o vôo aquilino, até a Via-láctea de seu Sonho, a integrar-se, “no seio das estrelas”. Tem — isto sim — a alma de arminho toda enternecida, pronta a dar-nos “um verso, um canto, um lírio, um sonho” mesmo.

De diamante a chave com que fechou o seu florilégio: o filosófico poema “LIBERTAÇÃO”.

Feliz de quem, em se libertando do “viveiro de vermes”, do Mundo das Sombras, num vôo irreversível “para o alto, para a nuvem” vai ao encontro da Grande Luz!

E, voltando ao roteiro sentimental de Mestre Alberto, volto à “ARCA DE NOÉ”, ainda escrevendo sobre Job Freire:

E, assim, dessa mesma vida, quando ela lhe era só cor-de-rosa, põe-se, agora, em boas letras, a evocar as coisas boas, as figuras humanas do passado, transformadas, no presente, em sombras. Sombras que a Saudade suavisa ferindo...

Eis o que, agora posso igualmente dizer do antigo menino de engenho. E este, por sua vez, pode repetir Rui Barbosa, quando a Terra natal visitou:

— “... vendo pendurar-se do céu e estremecer para mim o ninho, onde cantou Castro Alves, verde ninho murmuroso de eterna poesia debruçado entre as ondas e os astros, parecia-me que a saudade, amado fantasma evocado pelo coração, me estendia os braços de toda a parte, no longo amplexo do horizonte.”

Falando eu, afinal, de Job Freire, em “ARCA DE NOÉ”.

— Também Humberto de Campos, infante ainda, com sua pobre mãe viúva e duas irmãs pequeninas, deixando, para sempre, a pequenina vila natal, saiu, um dia, a caminho do exílio, sem saber, contudo, que levava “uma provisão de saudade para o resto da vida”.

E essa provisão, meu venerando professor amigo, nós, já em pleno descendimento da escarpada montanha da Vida, a conduzimos, inseparável, no alforje dos corações. E através de todas as estalagens do nosso sentimental peregrinar. Ser-nos-á ela a alegre coisa triste a clarificar, ensombrando o nosso crepúsculo!...

XLIII

COQUEIRAL DE ONTEM E DE HOJE (58)

O enlevo desta noite plena das mais caras reminiscências é o prelúdio das festividades inaugurais e evocativas de amanhã. E como que a protofonia da ópera lírica dos corações, ao guaiar da Saudade.

Com as evocações, o acenar de esplêndidas promessas.

Com as reminiscências é evocado o Coqueiral de ontem. Em as sentindo alguns coqueirenses da “velha guarda”, ainda não “reintegrados à comunidade universal da matéria”, libam, no casarão crepusculado do Passado, vinagre em ânfora de ouro!

Do acenar de promessas de uma arrancada triunfal em direitura ao futuro. Já estamos assistindo à colheita da farta messe das conquistas iniciadas sob o gonfalon de que as gerações pretéritas se fizeram vexilários. E consolidadas pela progressista e dinâmica administração atual.

Coqueiral de ontem e de hoje.

Quão louvável quanto inspirada lembrança de radiografar, para as gerações de hoje, esses dois ciclos evolutivos da existência histórica da Terra fundada, nos longes de 1767, por um sertanista da Capitania de São Vicente!

Que estupenda página de pedagogia para os infantes, adolescentes e moços o desenrolar dessa dramatização do preâmbulo da História de Coqueiral, pelo qual se poderá aquilatar da sua evolução no tempo e no espaço!

* * *

Que é o ontem de Coqueiral?

Todo o seu passado, desde a manhã longínqua do acampamento histórico aqui, em uma clareira da floresta multissecular, dos fundadores, até os dias da atualidade trepidante.

É o Coqueiral, cuja radiografia nos foi apresentada através das recordativas cenas exibidas nesta noite do nosso agridoce reencontro com o “asa de Dor do pensamento”.

(58) Dramatização de iniciativa da emérita educadora Mitsi Morais Menezes, visando a homenagear figuras coqueirenses. Esta crônica precedeu a dramatização.

Que são todos os ontens de Coqueiral?

Os feitos épicos e benemerentes de seus pioneiros e ancestrais, desde o aurorescer histórico em que aqui, sob a orquestração panteísta das frondes e a canção dos ninhos, os desbravadores armaram suas primeiras barracas. Desde, sim, a bicentenária fundação do burgo até o esplendor deste século da Ciência e da Técnica, quando não mais se duvida dos milagres de u'a nave espacial — a VIKING-2 — a perscrutar os mistérios do planeta Marte.

Citar todos os espíritos paladínicos das conquistas e realizações locais, sobre tirar o maior enlevo desta noite romântica, seria prosaico e longo.

Já é bem sabido, até antes de Ciro, que “o tempo passado é mestre do presente e do futuro”: *Discipulus est prioris posterior dies*.

Os ontens, moços de Coqueiral, estratificados em vultos beneméritos, são os faróis guieiros na trajetória retilínea, até os hojes simbolizados em vós. Em vós que sois o Amanhã, a Esperança, a Alvorada, a Ressureição, se vos não enodoardes nos charcos em que se comprazem batraquiari os jovens, em sua maioria, destes dias da mais brutal desespirtualização da Vida. E tudo se faz “para vos reduzir a uma parcela nula na vida geométrica do Cosmos”. “Para matar o que tendes de maior, o espírito”, disse o Grande Dom Antônio de Almeida Moraes Júnior.

Os ontens, nos corações da “velha guarda”, sempre em prece recordativa, em companhia inseparável da triste-alegre “fiandeira das distâncias”, são as figuras queridas que se foram para o outro lado da Vida, para o Grande Silêncio. São os seus feitos, os seus exemplos, a sua saudade. São, como revivemos na dramatização, os velhos bailes ritmados por terna música em que a linha melódica permanecia intacta e enternecedora. Poetizados, nos intervalos, pela lírica de Casimiro de Abreu, de Castro Alves e de outros bardos do ultra-romantismo. São as Cavalhadas evocadoras dos fidalgos cavaleiros medievais, das lutas entre mouros e cristãos, quase sempre com o heroísmo de um Galaad (cavaleiro da lenda de São Graal), de um Cid Campeador. São os velhos circos de cavaleiros, nos quais havia homens que faziam da Vida um trapézio mesmo para os seus ousados saltos mortais. As belas e inesquecíveis festas religiosas do Pe. Manuel Afonso Pereira Campos, precedidas de rezas e leilões de prendas, apregoados por João Italiano e Zé Batista Pedreiro, durante o florido mês da Virgem Mãe, coroada pelas meninas de minha idade. A Banda de Música sob a regência do maestro José Cipriano Freire. Os foguetes “soltados” pelo João Nicésio, inclusive os de lágrimas multicores, tão deslumbrantes quão efêmeros, como o caleidoscópio das ilusões. Os balões fabricados pelo “Tio Zeca Barbosa”,

em luminosa ascensão, perseguidos, de baixo, em algazarra, pela meninada que não podia também subir e pegar, em primeiro lugar, aqueles globos de papel colorido, antes que eles, qual o sonho da conquista, se transformassem em cinzas... As tocantes cerimônias da Semana Santa, com destaque das de Sexta-Feira da Paixão, com o descendimento da Cruz, o cortejo do Esquife do Divino Crucificado, o agudo e evocativo canto gregoriano da Verônica, o Canto da Paixão na polifonia vocal, acompanhada de lamentoso violino, de solene e grave órgão, no “Gólgota”, de Frank Martin, no “La Passione”, de Molipiero. O sermão da solidão da Virgem Mãe Alanceada, no silêncio noturno de uma população contrita.

Os ontens de Coqueiral são ainda aquelas figuras tradicionais e populares, como aquele longo Pai João, sempre na esperança de retornar à sua África longínqua, sepultar-se em uma cova rasa e tosca, mas bem perto de seu adorado “Quanzá”. Os tranqüilos serões da Casa Grande, enquanto, lá fora, a Poetisa do Azul, ainda intocada pelo *homo cosmicus*, brincava de romantizar os idílios dos namorados e dos poetas. São as belas serenatas, como as de Diamantina do grande filho de D.^a Júlia: se ao seresteiro a voz faltasse, a lua empunharia o violão, cantava e acompanhava...

Esses ontens, quanto ao progresso material, o velho arraial era quase nada. Pouco mais do que um burgo perdido nos confins sertânicos das Gerais. Como que singela estrofe da epopéia temerária dos homens das bandeiras.

Muitos anos volvidos, adormeceu, bucólica e tranqüilamente, sob o império florestal. E com sua Ermida abençoadora da aldeola que nascia. E erguida pelos desbravadores numa clareira da mata virgem.

Eis, em suma, os ontens dos saudosistas. Dos incorrigivelmente apegados ao passado. Dos que sabem comungar com a Dor Universal. Dos que choram os funerais das mais caras tradições.

E o Coqueiral de hoje, cujo despertar promissor começou com a sua emancipação político-administrativa, é esta donairoza Cidade-Jardim, que aí está para o nosso decantar. Esta menina-e-moça, toda tocada, qual rica jovem a brincar com a vaidade. A esperar a sua suspirada hora epitalâmica.

* * *

Através deste sintético focalizar do Coqueiral de ontem e de hoje, todo tocado de substância romântica, são homenageados personagens coqueirenses. De várias a merecerem o preito é alcançada, por extensão e generosidade, a nossa modesta pessoa codaquizada desde

os longes de 1915. Então, na companhia amável de saudosos ascendentes nossos, com a idade de três anos e oito meses, aportamos à Terra que nos outorgou o título de cidadão honorário.

O que, neste reencontro com a alegre coisa triste, a mim me cabe, toca-me, sobretudo, à sensibilidade, porque tem como cenário o mesmo, em cujo Campo Santo repousam, para sempre, pessoas estremecidamente caras ao meu coração.

Assisto emocionado, ao radiografar da Terra, da qual, depois de uma permanência de mais de meio século, por imperativo do destino, ausentei-me com ânimo definitivo.

* * *

Visitando sempre o lugar, onde, na aurora fagueira da vida, misturamos os nossos brincares com a música dos ninhos e o zigue-zague das borboletas multicoloridas, dá-nos vontade de, num suspiro de saudade, repetir Castro Alves:

“Eu não quero lauréis, quero as rosas da infância”.

* * *

Ulisses penetra na caverna de Tirésias. Estende os braços para neles estreitar os vultos que lhe eram caros: Agâmenon, Ajax, Pátroclo, Anticlêia, Antíloco. Desfazem-se, porém, imponderavelmente, esses vultos ao contacto das mãos do lendário Rei da Itaca.

Voltando aos lugares, onde, na mais adorável quadra da existência, tivemos o mais santificado aconchego de entes muito queridos e, hoje, só existentes no culto de nossa saudade, temos a mesma dolorosa e recordativa comoção do pai de Telêmaco: desfizeram-se-nos, também, esses vultos idolatrados. Agora, somente sombras que Homero não quis humanizar para o esposo de Penélope!...

EPÍLOGO

No Prólogo deste livrinho exortamos o Coqueiral avoengo. A evocar conosco a vetusta Terra de berço, sob o misticismo de um crepúsculo lírico e simbolisticamente evocativo de outono. Exortamos o velho já no seu ocaso, no Horto da Saudade, a viver a quaresma das recordações. Tivesse ou não a alma em cânticos de aleluias e de alvorada. Rejuvenescida pelo milagre verde da primavera. Ao mesmo tempo, ungida da alegria doirada das searas outonais.

Agora, neste epílogo, ao falarmos do Coqueiral de Ontem e de Hoje, estranhamente a nossa exortação é para ti, moço coqueirense. Com ser para ti, é para tua Terra destes dias espantosos do século vertiginoso. Do homem de hoje e de amanhã.

Encarnas o Coqueiral do presente e do futuro.

Se, contudo, me responderes que está ainda disposto a permanecer no Carnaval de máscaras da Vida, esquecido da quarta-feira de cinzas, consolar-me-ei. Se mofares de minha sentimentalidade, a que, talvez, darás o nome de pieguices ultra-românticas, continuarei, ainda, a chorar como um Talaleu, um Jeremias. Nestes dias de uma juventude, na maioria, alucinogênica, dos uivos alucinados de uma antimúsica dodecafônica, quiçá ainda possa haver quem se compraza com a tonadilha invariável e pitônica de um realejo passadista. E, com muito mais coração: a extasiar-se com a celeste melodia valseante de uma “DEUSA DA MINHA RUA”.

Em que pese tudo isto, ainda, como Bilac e Graça Aranha, acredito em uma Estrada de Damasco para a mocidade. Redimida para o seu Grande Encontro. O Encontro com a Grande Essência. A disposição de clarinar em todas as alvoradas. De viver sempre em plenitude, em intensidade, dias clarificados de sol em sua doirada apoteose.

Concluindo u’a crônica sobre a poetisa Maria do Rosário de Pompéia, escrevi eu:

Bem haja quem, nestes dias da mais brutal desespirtualização da Vida, ainda se consagre, devocional e apolíneamente, à liturgia da Beleza, na aproximação da Beleza-Causa, promanada do ESTETA SUPREMO!

Merece, pois, a poetisa os nossos epinícios, nessa sua “eucaristia com o Belo”. Nesse seu “ritual ao livro”, esse cofre de sol”, enquanto a maioria de nossa juventude, em seus abissais descaminhos, em se comprazendo com o pântano, não pode ver as estrelas.

Continue a semear sonhos e carícias siderais pelos roseirais da Vida, exatamente por terem eles, como aqueles do cedro, mais espinhos do que rosas. A Terra ainda precisa de rouxinóis, de cotovias, de patativas. Para quebrar-lhe o “enervante prosaísmo”, a insípida monotonia desta hora tão “saarizada” em que vamos.

Não precisa, amiga, esconder os versos, só porque os potentes apenas se comprazem com um computador eletrônico a numerar milhões no mundo dos dólares.

Não importa que, na travessia do deserto, o “Pequeno Príncipe”, de Saint-Exupéry, haja encontrado unicamente uma flor. No seu Jardim interior pompeia perpétua primavera, já longe dos “campos de trigo” sujeitos às pragas terrenais...

Não importa que os homens, preocupados com os números e o tilintar das moedas, “acendedores de lâmpioes”, não disponham de um minuto para lhe dar atenção.

Para que “lâmpião de querosene” para quem conduz sempre a maravilhosa Lâmpada de Aladim?

* * *

Interrogado há tempo, por duas belettristas, qual o personagem de meus livros com quem mais me identifico, respondi:

— Sérvulo Palombo, dissecador e anatomista da alma humana. Personagem central do meu romance inédito “Lázaro do Amor”. Sabe ele comungar com a Dor Universal. Aplauda a tecnologia do século dos milagres científicos, da Grande Síntese, mas não a sobrepõe às emoções interiores, às vozes do coração. É que a máquina do *homo cosmicus*, em que pese a sua miraculosidade, não tem alma como o homem-sentimento e o *homo sapiens*. Sabe Sérvulo Palombo que a Ciência e a Técnica podem espantar as sombras do mundo, mas não mantêm acesa a lâmpada votiva do coração, nem propicia a felicidade interior do filho de Deus.

* * *

Por tudo, moço coqueirense, possa a Terra dos Coqueiros contar com o teu clarinar ressurreiccional. Jamais com a extrema-unção de um ocaso. Jamais com um *de profundis* crepuscular.

Foi, sobretudo, para a mocidade que o POETA DIVINO criou um perpétuo Domingo da Ressurreição!

ALGUNS TÓPICOS DE VÁRIOS PRONUNCIAMENTOS SOBRE A PRIMEIRA EDIÇÃO DESTE LIVRO (*)

“... Estou, agora, a ler “Terra dos Coqueiros” que me tem recreado e ensinado.

Que o amigo não repouse à sombra dos louros colhidos e continue a enriquecer a nossa pobre literatura histórica, sobretudo, a regional de Minas, com trabalhos desse valor.”

Cón. Raimundo Olávio da Trindade

* * *

“Recebi o seu livro “TERRA DOS COQUEIROS” que vou lendo de meu vagar, nas pequenas aberturas que o muito trabalho me proporcionar.

É realmente uma boa preocupação para V. deter-se no exame do pequeno núcleo humano em que vive. Em primeiro lugar dá ao seu dom de escrever um tema delicioso e original. Em segundo lugar presta um serviço, e não pequeno, a nossa Minas, tão carecida de monografias dessa ordem. Tivesse cada povoação mineira um devoto de sua casta, e estaríamos em outro pé no que toca ao conhecimento de nossas coisas.”

Mário Casasanta

* * *

“Recebi, ontem, com muita satisfação o seu belo trabalho “Terra dos Coqueiros”. Já o li, e por ter gostado imensamente da leitura (pois essa é a que me agrada), venho trazer-lhe os meus agradecimentos pela oferta, pela generosa referência e pelos momentos de prazer que me proporcionou.”

Guerino Casasanta

* * *

(*) Excluem-se numerosas apreciações acerca de outros livros do autor. Contudo, em caráter excepcional, escapam da exclusão algumas manifestações genéricas de vultos conspícuos das letras pátrias.

Todas, sem exceção, seriam, a seguir, dadas a lume, como ocorreu em “Arca de Noé”, se mais espaço houvesse.

“... Posso afiançar-lhe que gostei muito do seu livro (“Terra dos Coqueiros”). Obra, sobretudo, sincera. Em profundidade. Capaz de servir de paradigma a outras análises para essas gerais afora.

E que bom seria se isso se desse! Teríamos pesquisas em profundidade, estendendo-se horizontalmente, numa reconstituição, por assim dizer, fecunda e perfeita da historicidade de nossa gleba e de nossa gente.”

Levindo Lambert

* * *

“Conhecendo-o, através de meu amigo Antônio Bezerra do Vale, meu ilustre conterrâneo, e através das páginas literárias de “Pequenos Ensaíos”, chegou-me logo a admiração a esse grande artista da pena, que é Otávio J. Alvarenga, consagradoramente clogiado por Malba Tahan, no livro “A LUA” (vol. I, pág. 137). Agora “Terra dos Coqueiros”, que é uma aquarela colorida, um verdadeiro poema em prosa, veio ratificar o seu conceito aqui na Terra do Sol”.

Francisco Jorge de Abreu
(Fortaleza - Ceará)

* * *

“Afonso Pena Júnior visita seu prezado confrade e amigo Otávio J. Alvarenga, e pedindo desculpar a demora com que o faz, vem agradecer as horas agradáveis que lhe proporcionou a leitura tão cheia de realismo e sentimento, “*Terra dos Coqueiros*”, que teve a bondade de remeter. Deseja-lhe um Natal alegre e feliz ano novo!”

“Eduardo Frieiro cumprimenta cordialmente o seu distinto e operoso confrade — Otávio J. Alvarenga — e vem agradecer-lhe a remessa de seu interessante livro “*Terra dos Coqueiros*”.

Oxalá cada município de Minas tivesse o seu Otávio J. Alvarenga que lhe escrevesse a história. Teríamos, assim, uma preciosa radiografia da Terra Mineira.”

* * *

“... Recebo, por entre estrépitos de alegria, o seu último livro “Terra dos Coqueiros”, em que o prosador-poeta se transmuda em historiador da terra natal, realizando sonho cariciosamente acalentado.”

“... Felicito, antes de tudo, a terra historiada, do que o seu historiador, que soube emoldurá-la em quadros de suave colorido, desde a “Fundação”, até o “Epílogo”, através de estudos criteriosos de toda a evolução, rastreada de acontecimentos marcantes.

As suas reminiscências vêm situá-lo entre os mais pacientes investigadores da verdade histórica, conferindo-lhe lugar proeminente entre os historiadores minciros, abrindo-lhe as portas do Instituto Histórico, para galardão e prêmio do escritor seguro e escorreito.”

Lélis Silvino

* * *

“... É obra (“Terra dos Coqueiros”) que terá repercussão na posteridade. Só muito mais tarde, com o rodeio dos anos, se poderá ajuizar da sua vera valia, se o tema ventilado é mais caro àqueles para quem o trabalho foi escrito.

Já nas primeiras páginas nos inteiramos de que se trata de escritor amadurecido, que domina a língua e sabe explorar as suas riquezas. Muito depressa nos convencemos da prática que o autor mantém com os clássicos, dos quais herda regências tão minguadas nos dias em que vamos.”

João Alves Pereira Penha

* * *

“Recebi “Terra dos Coqueiros”, cujas páginas percorri com prazer, seduzido pelos encantos de sua linguagem.

É admirável o seu devotamento ao torrão que teve o privilégio de constituir o cenário de sua existência; com beneditina paciência, perqueriu V. as origens e a evolução; com rara sensibilidade artística, envolveu-lhe o passado no manto aurifulgente da poesia; com dedicação filial, erigiu-lhe belo monumento, da natureza daqueles “mais perenes do que o bronze”, porque argamassado com a maravilhosa argila e ornado de labores que só os artistas sabem criar.”

“Coqueiral vive hoje além de suas fronteiras, reflete-se nos mais distantes rincões do País, porque você transformou num poema o nome de sua terra emprestando-lhe a magia e a ubiqüidade das formosas mensagens do espírito.”

Marco Aurélio

* * *

“... Apesar de estarmos em plena estação e não termos tempo para a literatura, li, com prazer, algumas páginas de “Terra dos Coqueiros”. Seu estilo agrada, prende a atenção.

Você tem muito recurso literário, muito talento, a ponto de causar inveja.”

Eduardo Adami

* * *

“Foi com imensa satisfação que recebi a sua linda obra histórica (“Terra dos Coqueiros”). Conhecia-o fantasista, prosador de prol, faltando-me conhecê-lo historiador.

O seu livro merece lugar de honra entre os que tratam de assuntos históricos.

Como tem acontecido em toda a sua obra literária: possui estilo suave, escoreito, tendo a qualidade das qualidades: a simplicidade. A nossa querida e sempre perseguida (pelos néscios) Academia está de parabéns.”

Brito Machado

* * *

“Ao caro confrade de Academia, grande prosador e magnífico poeta, agradeço o belo mimo que me fez de sua encantadora “Terra dos Coqueiros”.

Sincera e profunda gratidão lhe ficam devendo os habitantes de agora e os pósteros pelas reminiscências redivivas de Coqueiral.”

Mons. Bicalho

* * *

“... Com satisfação, visitando-o, venho dar-lhe conhecimento da recepção do oportuno livro “Terra dos Coqueiros”. Pelas páginas que li, nota-se a grande preocupação do caro amigo em ressaltar os feitos do passado que honram e muito dignificam a terra de seus maiores. Minhas calorosas felicitações por mais esse filho espiritual que o amigo jogou nas letras pátrias e na história de Minas Gerais.”

Mons. José do Patrocínio Lefort

* * *

“... Acabei de ler, com o mais vivo interesse, a história completa de Coqueiral, que você escreveu com mão de mestre.

Causou-me admiração o perfeito conhecimento revelado dos mínimos fatos do nascimento e crescimento desse rico recanto da Terra Mineira. Há, no livro, passagens interessantes pelo trabalho interessante de pesquisas, como, por exemplo, a parte de genealogia — origem dos primeiros habitantes da região.”

“... O seu livro muito concorrerá para quem, de futuro, como Diogo de Vasconcelos, queira escrever a História de Minas Gerais. Há nele muito que aprender. Felicito Coqueiral por ter encontrado o seu grande historiador. Fiquei querendo tanto bem a essa terra, que sinto desejo de visitá-la.”

Vitor de Carvalho Ramos

* * *

“... A “TERRA DOS COQUEIROS”, em seus quarenta capítulos, reflete, com admirável precisão de minúcias, esse Espírito Santo dos Sertões e do Sapê, que dera, no passado longínquo, os traços primaciais do Município acolhedor e amigo, em que se eloqüenta a formosa CIDADE, romanciada e romantizada, em seus palpitantes contrastes, nos episódios de sua vida simples, pelo seu filho querido, para orgulho mesmo de outros tantos filhos seus, desejosos de caminhar e de vencer, em harmonia com a grandeza de seu próprio orgulho.”

“O distinto amigo, que tão auspiciosamente se apresenta à crítica consciente, em escritos de mérito incontestado, tem, agora, em seu formoso ensaio com que possa aparecer na consagração de novel historiador, pois que, da substanciosa síntese, a própria História se há de locupletar.”

Armando Gonçalves

* * *

“Feliz Terra dos Coqueiros, eu te saúdo na pessoa de teu ilustre biógrafo, que, à guisa de expor-te as origens, teceu-te um poema. Sim, Coqueiral, pois a obra literária desse autor é um poetar sem fim. É um distilar infundável de poesia.

Sim, Prof. Alvarenga, a sua obra é toda u'a gama de matizes nubicais, como diria Vargas Vila. E seu estilo é frondoso, nobre, ático, fascinante, como aquele seu muito característico dom de substantivar os verbos e de verbalizar os substantivos.”

Major Agnello Gonçalves Alkmim

* * *

“... Você, meu caro Otávio, em escrevendo “Terra dos Coqueiros”, não escreveu a simples história de sua Terra adotiva, mas um verdadeiro e empolgante poema.”

João Barbosa

* * *

“... Com desmedido prazer, li-o todo (“Terra dos Coqueiros”) e integralmente. Bom livro, bem elaborado. Obra que obedeceu à lição de Boileau: passado e repassado no tear. Polido e repolido. Ao fim de sua leitura, senti-me, naturalmente, na sua terra, entre sua gente, dada a singular e perfeita descrição.”

Maria José Andrade

❖ * *

“... Numa de minhas visitas a Boa Esperança, entrei em contato com o seu admirável “Terra dos Coqueiros”. Li o volume de um fôlego e não resisti ao desejo de publicar algumas notas a respeito nas páginas de “Folha do Povo”.

José Campomizzi Filho

* * *

“Recordando sua extraordinária simpatia, fico com “Terra dos Coqueiros”, para em dia menos agitado de minha vida, deliciar-me com a sua leitura e com a poesia evocativa de tanta gente e de tantas cousas boas”.

João Silva Filho

* * *

“Terra dos Coqueiros” (Reminiscências) de Otávio J. Alvarenga, autor de diversos trabalhos, hoje, incorporados à literatura nacional.

Neste volume, que vem despertando geral interesse nas letras, Otávio J. Alvarenga veio diferente, isto é, surgiu, desta feita, como historiador de sérios conhecimentos no assunto e na técnica da historiografia.”

(Da revista “NAÇÃO BRASILEIRA”)

* * *

“... Otávio somou talento e vontade: resultado: a obra magnífica que lhe exalta e prestigia o nome de escritor, com ampla repercussão, em todos os quadrantes intelectuais do Brasil.

O seu último livro “Terra dos Coqueiros” — confirma os dotes de notável artista da palavra, enamorado da paisagem aldeã de sua terra adotiva, cujo passado evocou, em delicada aquarela de cores expressivas, traduzindo amor, bucolismo e simplicidade.

Não pode haver dúvidas: COQUEIRAL ligou o seu nome, em definitivo, ao estimado poeta e conceituado estilista, beneficiando-se da auréola e da fama que constituem o verdadeiro galardão dos artistas vitoriosos.

Em todo o Brasil, onde for lido “Terra dos Coqueiros”, haverá lábios que sentenciem: COQUEIRAL, rincão feliz, que fez de sua história um poema e o enviou em formosa mensagem a todos os brasileiros.”

(De “O CAMPO BELO”)

* * *

“Recebi trasanteontem o seu esperado livro “Terra dos Coqueiros”. Li-o ontem, dia santo, de uma assentada. Com toda a lealdade, confesso que gostei. Trata-se de obra à altura do seu talento, bem escrita, muito interessante, completa. Muito *expressiva* a pintura do Jacinto.”

Paulo Rosa

* * *

“... Há, no seu livro “Terra dos Coqueiros”, trechos que enfeitiçam e emocionam, fazendo-nos remontar a épocas passadas, às vezes, dolorosas e trágicas, outras vezes, poéticas e risonhas, mas sempre reveladoras de uma civilização humana e vigorosa, que, por paradoxal contingência, o progresso e a cultura de nossos dias vão enfraquecendo.”

“E quando a gente os lê, se não fizer um grande esforço, a saudade, depois de enternecer o coração, nos molhará os olhos de lágrimas.”

Geraldo Freire

* * *

“... O que li e senti, o que vi com você, perlustrando as páginas evocativas do seu livro “Terra dos Coqueiros”, tão bem lançado, me basta para afirmar, desde já, que se trata de uma obra capaz de engrandecer um povo e uma terra, cujo passado histórico é fielmente focalizado pela sua invejável pena de fino literato.”

José Freire

* * *

“... Chegou-me a “Terra dos Coqueiros”, enviada pelo seu generoso coração. Terminada a segunda leitura (a primeira fora em Boa Esperança), venho trazer-lhe as minhas mais sinceras felicitações pelo êxito da obra, em que se afigura outro excelente ângulo do polígrafo Otávio Alvarenga.”

Job Freire

* * *

“... Parabenizo-o por toda essa jóia literária (“Terra dos Coqueiros”), em cujo conteúdo traz verídicas e minuciosas narrações dessa sua cidade e de seu povo. Leitura interessantíssima para todos aqueles que sabem apreciar uma literatura escorreita, amena, agradável e vasada em alto estilo lingüístico.”

Jacinto Felizali

* * *

“... Como seu amigo e admirador, posso dizer, convicto, que o seu livro “Terra dos Coqueiros”, escrito em estilo claro e suave, às vezes, pitoresco, rica em fina e fluente literatura, constitui uma verdadeira preciosidade literária.”

Antônio Cândido de Figueiredo

* * *

“... Propositadamente, adiei a leitura meditada de seu livro “Terra dos Coqueiros”, para usá-la como um lenitivo que me adocasse a vida no período do enfadonho das férias.

Li-o todo. Reli-o. E, a cada leitura, mais crescia o meu interesse pela obra, e maior se fazia a minha admiração pelo autor.

É um ensaio histórico de fôlego, onde a fidelidade da descrição se veste de uma tonalidade brilhante e admirável, num estilo primoroso e rico de belezas fascinantes.”

Ulisses de Mendonça

* * *

“... Tive boa impressão do seu livro (“Terra dos Coqueiros”). Ao lado da parte histórica, vazada em estilo claro, notam-se trechos em que se reflete a sua sensibilidade estética, como a descrição de Matias da Silva Borges e da ermida por ela fundada.

Referindo-se à eficiente evangelização dos três Franciscanos — Francisco, Arcanjo e Eugênio — você frisando o desprendimento que os caracterizava, diz muito bem que eles eram a resposta viva e edificante à pergunta célebre de Tertuliano: *Quae major voluptas, quam fastidium omnis voluptatis?*”

José Vieira de Mendonça

* * *

Seu livro traz na capa, na qual se destacam altivos e formosos coqueiros, os mesmos coqueiros que tão bem sabem inspirar o seu espírito romântico. “Terra dos Coqueiros” traz um pouco da paisagem da alma boa de Coqueiral, um quadro que fica para sempre em nossa lembrança.”

Hélio Gonçalves

* * *

“... Foi através da notícia elogiosa do “Jornal Literário”, do Rio, que tomei conhecimento do seu livro “Terra dos Coqueiros”.

Lendo-o, agora, posso afirmar que o amigo descreve o Município de Coqueiral de um modo tão atraente, claro e perfeito, que se tem a impressão de se estar vendo e sentindo os fatos descritos.”

Norival Malvar Martins

* * *

“... Folheando o seu festejado “Terra dos Coqueiros”, verifiquei tratar de valiosa contribuição ao conhecimento da história mineira, assunto grato aos que se interessam pelo passado.”

José Maria Sena

* * *

“... “Terra dos Coqueiros” é mais um volume que se junta à sua já apreciável bagagem literária. Obra de fôlego, que bem revela o seu gosto, a sua sensibilidade admirável no descrever os fatos que se prendem à história de sua pequena cidade, sem arquivo, sem fontes de informações. Hercúleo, pois, foi o seu esforço.”

Castanheira Filho

* * *

“... Como tenho estado absorvido por várias atividades, fui retardando a leitura e, agora, apresso-me em dizer-lhe, com ela já iniciada, que “Terra dos Coqueiros” ficará integrado no patrimônio cultural do município, para cuja criação tanto concorreu o seu esforço cívico.”

Pedro Aleixo

* * *

“... Trabalho de beneditina paciência, na pesquisa, sua obra, com ser de caráter histórico, nem por isso perde o sabor das leituras leves, fugindo ao tradicional massadismo que caracteriza obras da mesma natureza.

Presumo a satisfação que “Terra dos Coqueiros” proporcionou a todos quantos, melhor ligados à vida de Coqueiral, melhor lhe poderão medir o verdadeiro mérito.”

Geraldo Cardoso

* * *

“... Confesso que gostei muito do livro “Terra dos Coqueiros”. A pesada veste do historiador conteve os ímpetos do poeta. Daí o ter a prosa saído escorreita, amadurecida, agradável, mesmo quando escala árvores genealógicas.”

Abel Fagundes

* * *

“... Recebi “Terra dos Coqueiros” e envio-lhe meus cumprimentos por mais esse trabalho que vem juntar-se ao belo número de apreciadas obras já publicadas pelo prezado confrade.”

Otávio Melo Alvarenga

* * *

“... Poderia demorar acusar a recepção e só fazê-lo quando tivesse conhecido mais essa pena de brilhante que meu parente tem nas mãos de ouro (afirmo-lho), porque já iniciei a leitura desse livro belíssimo, que é “Terra dos Coqueiros”, cujas frases cadenciadas e tão ricamente construídas embalam a alma da gente.”

Nadir Alvarenga

* * *

“... Recebi um exemplar de seu valioso trabalho “Terra dos Coqueiros”, cuja oferta agradeço.

Sou apreciador de estudos históricos, principalmente de história regional e de genealogias.

O seu apreciado trabalho trata, com brilho, exatamente dessas duas especialidades, pois, ao lado da História de Coqueiral, estão as genealogias dos seus antigos habitantes.”

José Guimarães

* * *

“... Aí estão dois livros que pertencem, em parte, a Boa Esperança, pelo muito que representam, para o nosso afeto, os seus respectivos autores.

Em “Terra dos Coqueiros”, Otávio J. Alvarenga relata-nos, com amor e zelo, a história de sua terra adotiva, desde os idos do século XVIII, até os acontecimentos de ontem.”

Newton Freire Maia

* * *

“... Realmente, em “TERRA DOS COQUEIROS”, o leitor não sabe o que mais admirar: se a elegância do estilo, se a beleza da forma, se a pompa da linguagem, se a música dos períodos, tudo isto formando um conjunto sugestivo e mavioso, qual se penetrássemos soberba catedral, onde vitrais cintilassem ao sol, os sinos cantassem festivamente e dos altares alteassem espirais de incenso.

Carlyle Martins (Fortaleza CE)

* * *

“... Li, até agora, apenas dois livros da sua lavra: “Terra dos Coqueiros” e “Pequenos Ensaíos”. Pude, porém, aquilatar, à medida que avançava na leitura, o carinho filial com que soube evocar a grandeza de nossa Terra e o valor de nossa gente. Um canto telúrico palpita em suas páginas.

“Bandeirante ousado das letras, buscou alcançar - e o conseguiu - a montanha mística da Arte, em cujas fraldas brilham as esmeraldas eternas da Beleza.”

José Sebastião d'Assunção Rodarte

* * *

“Agradeço cordialmente ao prezado amigo, a amável remessa do seu belo livro “Terra dos Coqueiros”, cuja leitura iniciei com grande prazer.”

Afonso Arinos

* * *

“... Agradeço-lhe, sensibilizado, o ter-me oferecido o belo e interessante livro “Terra dos Coqueiros”, que tem sido aqui muito festejado.

Aceite, pois, os meus efusivos parabéns e votos que formulo para que continue a brilhar nas letras brasileiras com o seu reconhecido talento e cultura sedimentada.”

Milton Xavier de Carvalho

* * *

“... Endereço-lhe estas linhas, a fim de acusar-lhe o recebimento do livro “Terra dos Coqueiros”, e felicitá-lo pela nova publicação, que, estou certo, lhe proporcionará numerosos testemunhos do apreço em que merecidamente o têm as pessoas cultas e sensatas do nosso país.

Seu livro é colorido, valedio, vasado em terso vernáculo.”

Otoniel Beleza

* * *

“... De todas essas pesquisas surgiu “Terra dos Coqueiros”, que superou os demais trabalhos do autor, tão conhecido de nosso público.

Nada perdendo de seu estilo primoroso, procurou fazer uma obra para todos os habitantes de sua comuna, letrados e de poucas letras, retratando, fielmente, os feitos, os costumes e as tradições de seu povo.

Amélio Garcia de Miranda

* * *

“... O volume destinado à Academia (de “Terra dos Coqueiros”) foi apresentado na sessão de 1.º deste. Na ocasião, o Mons. Bicalho fez o seu elogio e todos os presentes o aplaudiram. O Secretário Saulo Martins fez constar, em ata, por proposta minha, unanimemente aprovada, um voto de louvor à sua pessoa pela publicação desse livro tão simpaticamente recebido.”

Júlio Pinto Gualberto

* * *

“... Por isto, considero Otávio J. Alvarenga um predestinado a essa modalidade de literatura no seu magistral livro “Terra dos Coqueiros”.

“... Não há prolixidade em qualquer das páginas do livro, mas o necessário para uma narrativa de seu porte, prendendo-nos, cada vez mais, a atenção o colorido em meio ao escoreito vernáculo do brilhante historiador.”

Depois, em outro pronunciamento:

“Esse monumento foi seu livro. Um repositório de vernáculo impecável e de um estilo atraente. Hei de lê-lo sempre, satisfazendo a minha incontida curiosidade de penetrar nos primórdios desse pedaço da terra mineira.”

Edgard de Brito

* * *

“... Ao notável beletриста e insigne historiôgrafo Otávio J. Alvarenga, a cujo dinamismo cívico Coqueiral muito deve do seu engrandecimento cultural e da sua projeção no fúlguro horizonte das letras mineiras, João Barbosa, com estima e simpatia, apresenta “votos de boas festas” e acusa o recebimento do delicioso poema em prosa “TERRA DOS COQUEIROS.”

* * *

“... E, fazendo coro com os levitas do Ideal, grande Otávio, levarás, nessa jornada imensa, o teu “Jardim das Oliveiras”, tão florido como o de Coelho Neto, o “Terra dos Coqueiros”. Enfim, os sortilégios orientais do teu verbo e as pedrarias faiscantes da tua imaginação de califa.”

José Sebastião d'Assunção Rodarte

* * *

“... Em mãos o livro “Terra dos Coqueiros”, que, em linguagem elegante, reaviva os fatos históricos dessa cidade em todos os seus aspectos, immortalizando-a em traços brilhantes, nos quais se nota a preocupação em edificar uma homenagem à sua terra legitimada pelos fidedignos documentos pesquisados.”

T. Horta

* * *

“... Li, com deliciado agrado, o seu precioso livro de reminiscências - “Terra dos Coqueiros”. Maravilhou-me o seu estilo colorido e escoreito, a par com a parte histórica muito bem delineada.”

Hilo Andrade

* * *

“... Cumprimento e muito agrado o oferecimento de “Terra dos Coqueiros”, que bem revela o alto valor do seu espírito de historiador, capaz de investigações ainda de maior fôlego.”

Des. Arnaldo de Alencar Araripe

* * *

“... Li, com encantamento, o seu novo e belo livro “Terra dos Coqueiros”, em cujas páginas faz reviver e palpar as tradições desse dileto pedaço da terra mineira.

Coqueiral encontrou, em sua pena consagrada, a palheta mágica para, em traços dextros, eloquentes e escoreitos, perpetuar todo o quadro do seu passado e das promessas do seu futuro. Tenho que os seus habitantes contrairam para com o senhor uma dívida irredimível, pois o seu livro é um marco vivo da vida dessa localidade, uma tuba rumorosa dos feitos e glória de sua gente, no esforço para o progresso.”

Des. J. Benício de Paiva

* * *

“O seu “Terra dos Coqueiros”, argamassa de um talento de escol, de uma inteligência vibrátil, florindo e perfumando as belezas de uma poesia condoreira, peculiar ao autor, que, para as coisas imortais, é sempre o Condor da Natureza, o enamorado da Beleza e, agora, o épico da epopéia histórico-cívica-sentimental de sua Terra adotiva.”

Hormino Reis

* * *

“... Não tenho palavras para elogiar o teu livro “Terra dos Coqueiros”. Está simplesmente magnífico, tanto na apresentação como no texto. Isto já se esperava da tua pena magistral. Meus muito efusivos parabéns.

Antenor Barbosa

* * *

“... Você, Otávio, é um gigante. É preciso muito talento e boa vontade. Está maravilhoso “Terra dos Coqueiros”. Vou guardá-lo com o maior carinho.”

Arnaldo Barbosa

* * *

“... Terra dos Coqueiros, que Otávio Alvarenga, essa inteligência moça e sadia, descreveu com tintas brilhantes de sua linguagem escorreita, forçou-nos a interrompermos a melodia do silêncio, para enviarmos a esse artista os nossos calorosos cumprimentos.”

Zilda de Oliveira Ghetti

* * *

“... Aguça-me o desejo de nele (“Terra dos Coqueiros”) demorar a atenção, com o maior carinho, para sentir-lhe, de perto, a essência, reavivando, na memória, paisagens que se nos gravaram no tempo da mocidade e que você fez reviver com maestria, como tudo que lhe sai da pena de artista.”

Vitor Hugo Ghetti

* * *

“... Trata-se de uma obra notável, tanto pelo valor histórico, como pela forma artística do estilo e da impressão.

Pelos altos méritos do seu livro, apresento-lhe os meus entusiásticos parabéns.”

João Batista Bueno

* * *

“O Leopoldo da Veiga Marinho comunica que recebeu o precioso livro de suas encantadoras reminiscências dessa nossa querida Coqueiral. Almeja para esse livro milhões de leitores neste país, certo está de que a sua obra - a melhor das já publicadas - terá a melhor acolhida e a mais ampla ressonância em nosso mundo literário.”

* * *

“... Seu livro (“Terra dos Coqueiros”) é repositório farto e precioso de informações documentárias, não só apenas de Coqueiral, que tanto estimamos, senão também de todo o Sul de Minas.”

Antônio Carlos Bandeira

* * *

“... Ao ensejo deste agradecimento, envio-lhe as mais sinceras felicitações pelo magnífico livro “Terra dos Coqueiros”, cujas páginas impregnadas de delicioso sabor histórico nos prendem do começo ao fim do livro.”

Marinha Pinto Neves

* * *

“... Desejava ler toda a sua obra “Terra dos Coqueiros”, para, depois, acusar-lhe o recebimento, o que somente fiz à noite de domingo último. Assim, com os meus melhores agradecimentos pela gentileza, faço-lhe esta, agora, certo de que você, com a serenidade de um juiz, escreveu a história de sua terra com a maestria que só os autênticos pesquisadores podem fazer.”

Último de Carvalho

* * *

“... Oswaldo Pierucetti comunica o recebimento do seu livro “Terra dos Coqueiros”, em que reuniu e expôs, com a graça de seu

estúio, interessantes dados históricos sobre o Município de Coqueiral, enriquecendo o valioso acervo literário que já lhe havia valido os mais honrosos encômios de parte de altos expoentes dos meios culturais do nosso país.”

* * *

“... Se cada município de Minas, para não dizer do Brasil, tivesse a felicidade de contar com um Otávio J. Alvarenga, não seria apenas essa pitoresca e simpática Coqueiral, que teria em livro a sua história tão cheia de encantamento e beleza, mas cada uma das nossas comunas e cidades.

Nada falta a “Terra dos Coqueiros” para ser obra obrigatória nas estantes de todos aqueles que se interessam pela história da terra mineira.”

Fabricio Soares

* * *

“O ilustre autor faz justiça a “Terra dos Coqueiros” não deixando que desapareça da poeira dos tempos, sem registro condigno, o meritório trabalho de quem está legando à posteridade a posse de inestimável patrimônio moral e cívico.”

Manuel José de Almeida

* * *

“... Agradeço, desvanecido e penhorado, a gentil e oportuna oferta do seu livro “Terra dos Coqueiros”, que devorei num fôlego, aprendendo muita coisa em relação à história dessa florescente cidade.”

Teodósio Bandeira

* * *

“... Li, com real agrado, “Terra dos Coqueiros”. Da sua leitura me ficou a excelência do estilo em que o autor se revela mestre, e de seu conteúdo, aquela evocação do Século XVIII, onde surgem, bem postos, os costumes e tradições do velho arraial. Dispensamo-nos a apreciação sobre o autor da obra, pois consagrado é ele, de muito, não só pelos maiores escritores e críticos nossos, como também pelo público leitor de obras escolhidas.

Saulo Diniz

* * *

“... Ficamos muito agradecidas com a oferta do “Terra dos Coqueiros”, obra que enriquecerá, de muito, nossa Biblioteca Literária.

Juntamos aos nossos agradecimentos votos a Deus para que o nosso Fiscal acadêmico figure, para maior esplendor das Letras Mineiras, como bem o merece, na galeria dos grandes escritores.”

Irmãs Sacramentinas

* * *

“Antônio Costa Monteiro Ferraz, penhorado, agradece a nímia gentileza da oferta de “Terra dos Coqueiros”, e cumprimenta sinceramente, não só o autor, pela sua obra escorreita e agradável, como ainda os coqueirenses pela dita de possuírem um escritor de tantos e tão valiosos méritos, fixando para o futuro os fatos de sua história.”

* * *

“Com muita amizade e profunda admiração pelo seu talento brilhante e grandes qualidades pessoais, envio o meu grande abraço e, com ele, os meus agradecimentos pela oferta do seu último livro “Terra dos Coqueiros”, que vem mais e mais opulentar o seu maravilhoso acervo literário.”

Moacir Rezende

* * *

“... Com o recebimento da sua valiosa oferta do livro “Terra dos Coqueiros”, acha-se a minha biblioteca mais enriquecida.

A apresentação do livro tão original, a suavidade das crônicas, a espontaneidade das reminiscências são atributos de sua pessoa, registrados em livro.”

Amador de Barros Moreira

* * *

“... Deixei para escrever-lhe hoje, depois de ler, com muito interesse e prazer, o seu “Terra dos Coqueiros”. Achei-o magnífico e o li quase de um fôlego, dada a amenidade e a delicadeza do estilo e, ainda, a sensibilidade por ver em cena a minha saudosa terra *Aiuruoca*.

“... Você realmente é uma pessoa que tem vocação para historiador.”

Francisco da Silva Araújo

* * *

“L’Ambassadeur de France présent ses compliments au Préfet de Coqueiral (Minas Gerais) le remercie très sincèrement de l’aimable pensée qu’il a eue de lui faire tenir l’intéressant livre de

souvenir du Douer Otávio J. Alvarenga, Membre de l'Academie des Letres de Belo Horizonte, consacré a la "TERRA DOS COQUEIROS". Ce volume viendra enrichir très heureusement la bibliothèque de l'Ambassade."

Rio de Janvier, le 13 décembre 1957.

* * *

"... Na leitura amena do seu livro foi-me possível deliciar-me com seu atraente estilo, sua amável prosa, despertando-me um interesse muito especial pela história da "Terra dos Coqueiros". Você soube tão bem contar essa história, torná-la tão agradável, que a gente lê o seu livro como se estivesse lendo a história de sua própria terra natal."

Ernane Vilela Lima

* * *

"Externo-lhe os mais vivos agradecimentos, pela remessa do seu apreciadíssimo livro "Terra dos Coqueiros", que tanto deve enaltecer os homens, não de sua terra adotiva, como de toda a Minas Gerais."

Roque N. Tamburini

II

"... Otávio Alvarenga é, antes de tudo, um otimista. Depois uma grande força de vontade coadjuvada por uma grande inteligência. Seu idealismo ultrapassa as raías do concebível. Seu espírito não se satisfaz com um só ramo da ciência ou da literatura. Kant, Hegel, Leibnitz, Shopenhauer, Freud, Hackel, Wundt, Hamlet, Papini, Camões, Bourget, Sand, Milton, Bocage, Júlio Ribeiro, todos eles lhe são familiares, ele os conhece, a todos, pelos livros, melhor do que se, com eles, tivesse relações. É que Otávio não é um espírito superficial. Sonda o âmago, a essência das cousas. Quando lê, quer saber, "in totum", a psicologia do escritor. Quando estuda, inspeciona, sabiamente, a alma do douto que o delicia. Literatura ou História, Metafísica ou Estética, Ética ou Moral, Psicologia ou Mitologia, ali está Otávio, olhos fitos nas páginas brilhantes do volume, tudo esmiuçando."

"... E Otávio é homem que enfrenta a vida com um sorriso, mas a enfrenta, também, com a espada na mão e a esperança no espírito, como um guerreiro cruzado."

Newton Freire Maia

* * *

“O nosso amigo, Barão (Barão de Ramiz Galvão), é de uma capacidade criadora invejável, pois, aos vinte e quatro anos de idade, tem o seu ativo literário em tanta maneira exuberante e valioso. Vive, no entanto, sem alarde, escondido em um recanto agreste da Terra Mineira.”

Alberto de Oliveira (Palavras na Academia Brasileira de Letras - 28-2-35).

* * *

“Somente hoje, dia de São João, tenho tempo de escrever-lhe, agradecendo a visita que me fez com o seu belo livro “Jardim Encantado”.

Li-o com o maior prazer e o felicito pelas páginas inspiradas que nele encontrei.

Poderá mandar-me os originais de “Jardim das Oliveiras” para o prefácio que me pede.

Com um cordial aperto de mão.”

Gustavo Barroso - Rio, 24-6-1937

* * *

“Muito grato ao ilustre e prezado confrade pelas generosas palavras na carta ao Alberto Diniz e pela remessa do seu belo livro “Jardim das Oliveiras”, cujo título vai bem com as minhas atribulações do momento.”

Afonso Pena Júnior - Rio, 25-3-1950

* * *

“Ao ilustre confrade e escritor Otávio J. Alvarenga, muito agradece, Afrânio Peixoto, a dádiva de seus belos livros, retidos durante viagem, e agora recebidos.”

Afrânio Peixoto - Rio, 31-8-1939

* * *

“Li os trabalhos literários que teve a gentileza de me enviar. Revelam eles talento, muita leitura, sensibilidade e as altas qualidades de um escritor de formação clássica.”

Noé Azevedo - São Paulo - 1939

* * *

“... Quando posso, presto-lhe a minha mais sincera homenagem. Haja vista, pelo demonstrar, a que lhe rendo no último trabalho jurídico, feito em colaboração com o maior de nossos Criminalistas: Prof. Jorge Severiano. Lá está, na primeira página, um sensato pensamento seu, tirado de brilhante conferência que pronunciou.”

Guimarães Lima - Rio

* * *

“Meu caríssimo primo e amigo Afonsinho (Afonso Pena Júnior):

Tenho o grande prazer de apresentar a você o meu querido amigo Otávio J. Alvarenga, que da nossa Minas Gerais veio ao Rio visitar-me. Vai aí a sua casa com o meu motorista. Deseja ele, no Supremo Tribunal Federal, falar ao nosso primo comum Ministro Lafaiete de Andrada. A este, se não lhe for difícil, queira apresentar o meu caríssimo recomendado, o que não faço, hoje, diretamente, em virtude de uma indisposição orgânica, agravada com o dobrar dos anos.

“Otávio - já disse uma vez, já repeti ao Dr. Armando Gonçalves e ainda repriso aqui - é uma criatura de excepcionais qualidades, produto dos seus próprios e exclusivos esforços. Nascido, como Humberto de Campos, num lar em que, sobrando virtudes, escasseavam recursos pecuniários, e, ainda como Humberto de Campos, autodidata, pôde, em franca luta com um destino cruel, fazer-se possuidor de vastos e úteis conhecimentos, agora, bem aproveitados neste magnífico “Jardim das Oliveiras”.

Des. Alberto Dimiz - Rio, 4-7-1951

* * *

“Gostei do seu livro de estréia. Porém apreciei mais os seus artigos reveladores da sua cultura literária, do seu senso, estética e criticista em tão verde idade.

Tanto que me sobejem alguns minutos, escreverei sobre eles e prefaciarei o seu novo livro. Posso, porém, adiantar que o jovem colega é de valor e, mercê da filosofia amarga e estoica que, a meu ver, mais lhe aformoseia os escritos, carpe, como eu, os tormentos deste mundo.”

Humberto de Campos - Rio, 28-2-1934

ÍNDICE

	PÁGS.
PREFACIO	3
ANTELOQUIO	5
MAIS ALGUMAS PALAVRAS	9
I — Fundação	11
II — Primeiros Povoadores	15
III — Genealogia Local	17
IV — Como na Manhã Histórica de 1500	38
V — Doação do Patrimônio	39
VI — O Fundador e Sua Morte	42
VII — Capelas e Igrejas	44
VIII — Cemitérios	50
IX — Capelães e Párocos	55
X — Visitas Pastorais	61
XI — Cruzeiros	65
XII — Criação do Distrito de Paz	68
XIII — Escrivães de Paz	69
XIV — Juizes de Paz e Subdelegados de Policia	71
XV — Mestres, Escolas e Professores	72
XVI — Maestros e Bandas de Música	87
XVII — Médicos e Farmacêuticos	99
XVIII — Agências e Agentes do Correio	103
XIX — Topônimos da Terra	104

XX — Comarcas, Termos e Municípios a que já Pertenceu Coqueiral	106
XXI — Eleições e Eleitores	110
XXII — Abolição da Escravatura e a Proclamação da República	113
XXIII — Insurreição de Escravos e a Primeira Cadeia Pública	121
XXIV — Ranchos, Capatazes, Tropeiros e Boiadeiros ..	125
XXV — A Visita de Euclides da Cunha	131
XXVI — Cangaceiros e Cangaceirismo	134
XXVII — Cruzes	145
XXVIII — Machambomba	148
XXIX — Os Velhos Cometas	149
XXX — Festas e Tradições	154
XXXI — Seresteiros	169
XXXII — Velhos Circos de Cavalinhos	171
XXXIII — Teatro	179
XXXIV — Figuras Humildes e Populares	183
XXXV — Beneméritos do Lugar	195
XXXVI — Espírito Santo dos Coqueiros em 1874	204
XXXVII — Espírito Santo dos Coqueiros em 1884	208
XXXVIII — Espírito Santo dos Coqueiros a partir de 1915 ..	211
XXXIX — Coqueiral Emancipado	217
XL — Curiosidades	237
XLI — Coqueiral a Partir de 1955	238
XLII — Maroim	242
XLIII — Coqueiral de Ontem e de Hoje	249
Epílogo	252
Alguns Tópicos de Vários Pronunciamentos	255